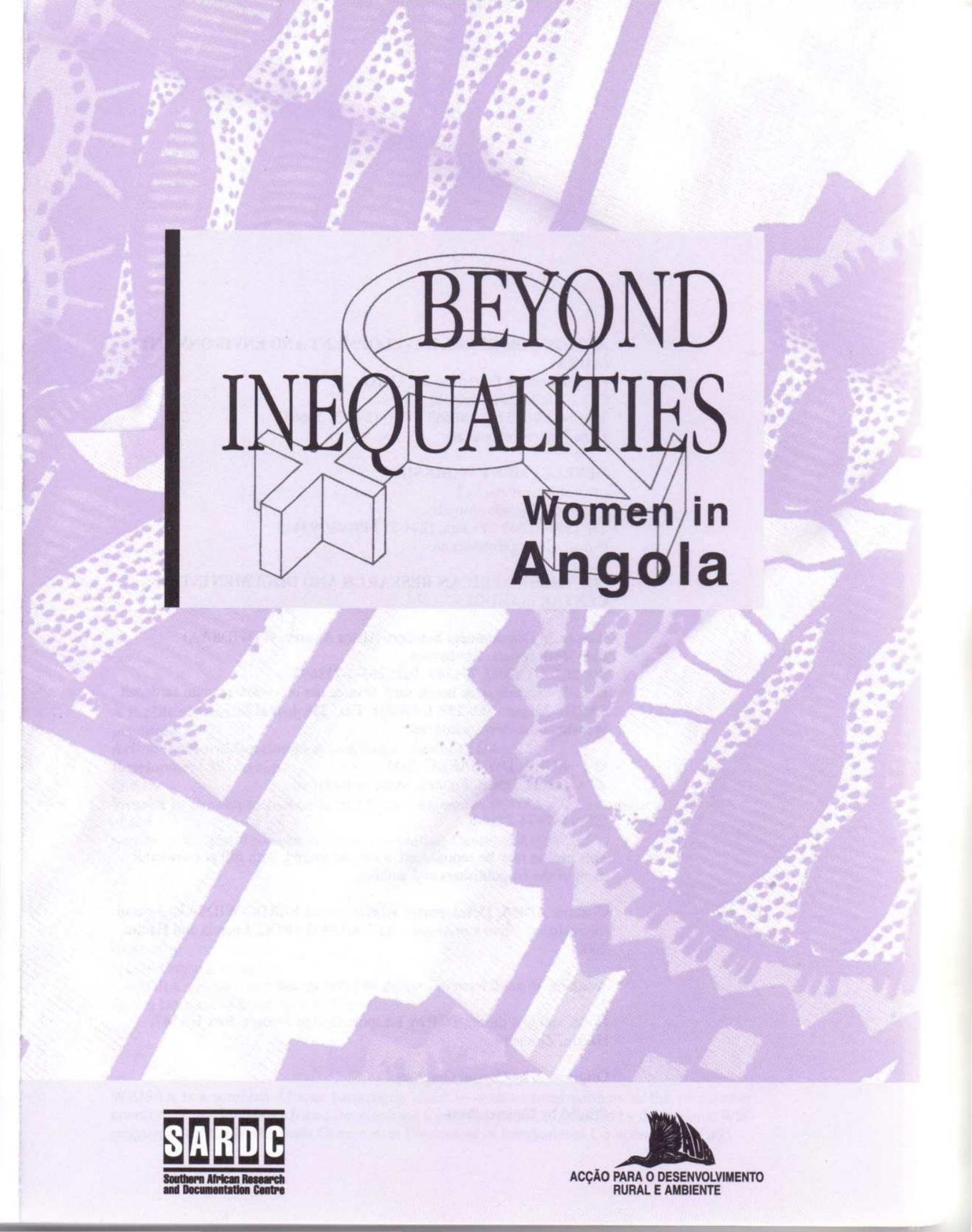


BEYOND INEQUALITIES

Women in
Angola



BEYOND INEQUALITIES

Women in
Angola

SARDC

Southern African Research
and Documentation Centre



ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL E AMBIENTE

**ACTION FOR RURAL DEVELOPMENT AND ENVIRONMENT
(ADRA)**

Praceta Farinha Leitão-No.27, 1DTO
C.P. 3788, Luanda, Angola
Tel (244-2) 395132/396683 Fax: (244-2) 396683
E-mail: adra@ebonet.an

DEVELOPMENT WORKSHOP

rua Rei Katyavala, 113
C.P. 3360, Luanda, Angola
Tel. (244-2) 348 371 Fax: (244-2) 349494/393445
E-mail: dwang@ebonet.an

**SOUTHERN AFRICAN RESEARCH AND DOCUMENTATION
CENTRE (SARDC)**

Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA)
Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel. 263-4-730500, 791249 Fax: 263-4-738693
E-mail: widsaa@sardc.net or sardc@sardc.net or sardc@maputo.sardc.net
SARDC Maputo Tel: 258-1-490831 Fax: 258-1-491178
Website: <http://www.sardc.net>

@ ADRA, DW, SARDC 2000
@ Boxes, Tables, Figures, Maps as specified

ISBN 0-7974-1750-8

This profile may be reproduced, used and shared, with full acknowledgement of the co-publishers and authors.

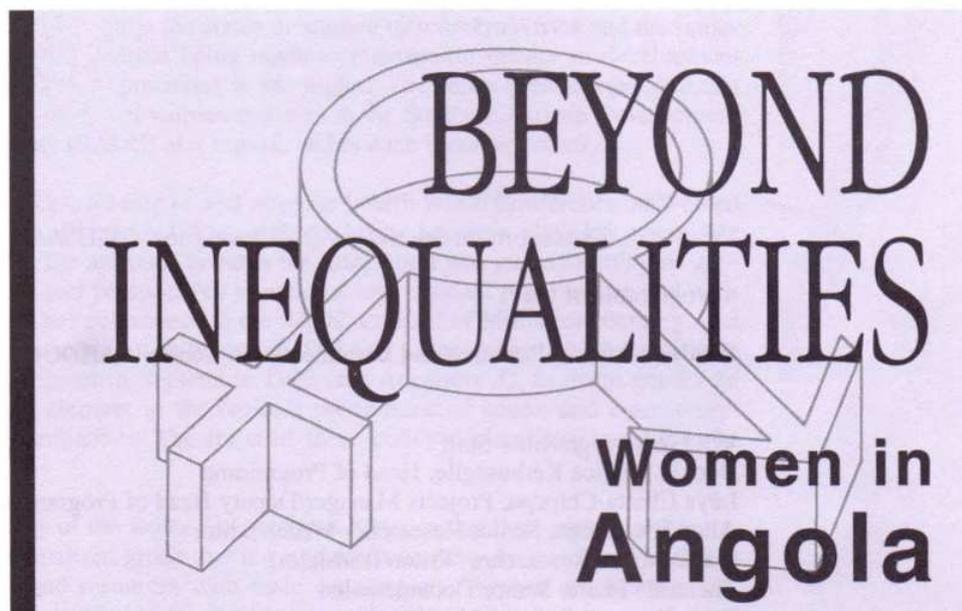
Citation: ADRA, Development Workshop and SARDC-WIDSAA, *Beyond Inequalities: Women in Angola*, ADRA/DW/SARDC, Luanda and Harare, 2000.

Available in book form in English and Portuguese.

Cover and text design/DTP by Inkspots Design Studios, Box UA547,
Harare, Zimbabwe

Origination by Crystal Graphics

Printed by Cannon Press



A Profile of Women in Angola
produced by
Action for Rural Development and Environment (ADRA),
Development Workshop,
and the
Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA) programme
of the
Southern African Research and Documentation Centre (SARDC)

written by
Nairole Cohen dos Santos
for ADRA and reviewed by
Henda Ducados of Development Workshop

WIDSAA is a southern African partnership initiative with national partners in the 14 member countries of the Southern African Development Community (SADC), funded by the regional WID programme of the Netherlands Government Directorate of International Co-operation (DGIS).

Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA)

a programme of the

Southern African Research and Documentation Centre (SARDC)

WIDSAA Programme Staff

Bookie Monica Kethusegile, Head of Programme

Leya Chatta-Chipepa, Projects Manager/Deputy Head of Programme

Alice Kwaramba, Senior Researcher-Writer/Editor

Luisa Banze, Researcher-Writer/Translator

Thembile Phute, Senior Documentalist

Faith Hwarari, Receptionist/Secretary

Dambudzo Jambwa, Project Accountant

WID Advisors

Monique Calon, Ank Linden

WIDSAA Reviewers

Diana Cammack, Rose Jengo, Barbara Lopi

Series Editors

Phyllis Johnson, Bookie M. Kethusegile, Hugh McCullum

Book Editors

Alice Kwaramba, Luisa Banze

Book Reviewer

Renato S. Pinto

Translation to English

Antonio Gumende

Development Indicators

Tinashe Madava

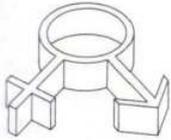
Technology Support

Memory Sachikonye, Anderson Mwale

Design

Paul Wade, Inkspots Design Studio

PREFACE



Beyond Inequalities is a series of publications which profile the status of women in southern Africa and the initiatives being made to mainstream gender in development processes in the region. The series presents the situation of women and men in the Southern African Development Community (SADC) as a region, and in each member country.

In the process leading to, and after the Fourth World Conference on Women in Beijing, China in 1995, southern Africa has seen slow but noticeable change in the attitudes towards the integration and mainstreaming of gender issues and perspectives in national and regional programmes and policies. This has culminated in the SADC Council of Ministers adopting a set of recommendations in February 1997 and a Declaration of Heads of State or Government in September 1997 (see Appendix 3), to make gender an important element in the region's programme of action and community-building initiatives. The fruits of these policy declarations are still to be realised.

The reality of the women of southern Africa is that they remain a vulnerable, marginalised group that is yet to enjoy equality in status and access to services and resources with male counterparts. Women are found at the "bottom rung of poverty, of illiteracy, of landlessness", and are concentrated in the rural areas where facilities and services are scarcest. Women are the most affected by negative impacts of economic adjustment programmes. Cuts in social expenditure such as in health and education mostly impact on women and girls, who are victims of the worst forms of violence.

While women are the daily managers and users of natural resources, largely for the benefit of others, we are not involved in the major decisions that affect these resources and the environment.

In politics and decision-making, women turn up in the largest numbers every election year as they constitute more than half the population of the different countries. Yet women are visibly absent in decision-making positions of government, of parastatal organisations, and of private companies. Women remain concentrated in the so-called "female professions" and at the very best are in the middle-management positions.

For strategies to be developed that address the subordination and vulnerability of women, it is important that the causes of this situation are identified. The series *Beyond Inequalities* reviews the roles and responsibilities, access to and control over resources, decision-making powers, needs and constraints of women vis a vis men. The identification of the causes of these problems should lead to appropriate strategies to resolve them both at national and regional level.

The 12 country profiles in this series document and analyse information along themes drawn from the Critical Areas of Concern identified in the Beijing Platform for Action (PFA) and derived from what the countries of the region consider to be priorities. The profiles are therefore part of an ini-



(ADRA)

ADRA é uma organização não-governamental (ONG) angolana, independente e não lucrativa. Formada em Angola em 1990, ela surgiu do consenso da necessidade de existência de um grupo de pessoas para desenvolverem uma acção que fosse qualitativamente diferente em termos de resolução dos graves problemas gerados pela guerra, na tentativa de encontrar meios adequados para o desenvolvimento sustentado e promover um movimento organizado de cidadãos visando o melhoramento do modo de vida. A ADRA está principalmente envolvida em trabalhos relacionados com a conservação rural, agricultura e meio ambiente. O símbolo da ADRA é Humbi-Humbi, uma espécie de cegonha migratória que aparece no Planalto Central de Angola, representando para as pessoas um pássaro que voa bem alto na busca dos seus ideais, enquanto os outros permanecem em terra.

(DW)

O DW está envolvido em actividades de desenvolvimento com mais incidência sobre a água e saneamento do meio, principalmente em Luanda. DW dirige um centro de formação que oferece uma variedade de cursos a partir do desenvolvimento tecnológico à saúde pública; e dirige também um centro de documentação (o único do género em Angola) ao serviço da comunidade ONG angolana providenciando informação sobre uma variedade de assuntos técnicos e de desenvolvimento.

SARDC

O Centro de Documentação e Pesquisa Para a África Austral (SARDC) é um centro regional que cobre a SADC. O seu objectivo é melhorar a base de conhecimentos sobre o desenvolvimento regional, económico, político, cultural e social, e suas implicações, tornando a informação acessível aos legisladores, organizações não-governamentais, sector privado, agências de desenvolvimento e meios de comunicação social. Os principais programas da SARDC são nas áreas do meio ambiente e gestão de catástrofes naturais, género, democracia sustentável e informação da SADC. O seu patrono é Julius Nyerere.

de Acção de Beijing (PFA) e que são o resultado daquilo que os países da região consideram ser prioridades. Os perfis são, contudo, uma parte da iniciativa que procura trazer à luz assuntos do género na medida em que se relacionam ao processo de desenvolvimento. Para além de fornecer informação para os propósitos de planificação e desenvolvimento, os perfis que serão actualizados numa base periódica indicam lacunas para uma futura pesquisa.

Estes perfis nacionais sobre a situação da mulher na África austral são uma realização do Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA), um programa regional de informação e de intercâmbio que cobre os 12 países da região da SADC. WIDSAA é um programa do Southern African Research and Documentation Centre (SARDC), em colaboração com as várias organizações nacionais apoiadas pela Direcção para a Cooperação Internacional do Governo dos Países Baixos (DGIS) através do programa regional da Mulher No Desenvolvimento (WID) da Embaixada Real dos Países Baixos.

O objectivo do WIDSAA é contribuir para o melhoramento da situação e posição da mulher na região da SADC através da elevação da consciência, recolha, documentação e disseminação de informação relevante e acessível baseada nas perspectivas nacional e regional. WIDSAA visa recolher e organizar informação sobre o género de uma forma a que ela se torne acessível para a análise e apresentação visando o desenvolvimento de estruturas políticas e, procura dar assistência aos governos, organizações e povos da região por forma a acelerarem rápida e efectivamente o processo de empoderamento e envolvimento da mulher no desenvolvimento.

Um workshop realizado pelo WIDSAA e apresentado pelos parceiros nacionais e consultores locais, passou em revista os Termos de Referência e definiu um método para a preparação da série dos perfis.

Os parceiros do WIDSAA, durante o processo de elaboração dos perfis nacionais realizaram consultas junto a outras organizações nacionais, grupos interessados e activistas do género.

O perfil regional sobre a Mulher na África Austral, baseado fundamentalmente nos 12 perfis nacionais, inclui também contribuições de mais de 30 profissionais de toda a região da SADC.² Um Grupo consultivo de Referência do Género conduziu o processo de organização e apresentação da informação.

A introdução de cada perfil faz a caracterização da metodologia e do quadro conceitual.

Parte I dá uma perspectiva nacional e contexto, incluindo um sumário histórico, a estrutura macro-económica e a informação demográfica. A seguir é apresentada a análise situacional dos assuntos do género por temas, contendo uma base de dados sobre a mulher na sociedade e como ela consegue realizar-se em relação ao homem.

Parte II faz uma revisão das políticas e programas dos governos, organizações não governamentais(ONGs), instituições de desenvolvimento e doadoras, organizações comunitárias (CBOs) e outras organizações envolvidas na incorporação do género no desenvolvimento, avaliando até que ponto as discrepâncias do género recebem a devida atenção.

Parte III ressalta as realizações e compromissos no contexto da Plataforma de Acção de Beijing, bem como as prioridades para acção futura. Esta secção procura estabelecer a ligação entre a situação actual e o futuro ideal, contrastando a situação das mulheres e as intenções definidas nas políticas com o objectivo de trazer uma solução.

Parte IV contém uma bibliografia de documentos específicos e outros materiais relevantes usados como referência neste exercício bem como os quadros estatísticos.

A série *Para Além das Desigualdades* tem uma visão orientada para o futuro, baseada na avaliação de que as desigualdades são de uma forma geral reconhecidas como um impedimento ao desenvolvimento e crescimento económico na maior parte dos países e regiões do mundo. O desafio para mulheres e homens é de ultrapassar as desigualdades tendo em vista a cooperação, paz, desenvolvimento e prosperidade.

Áreas Críticas de Preocupação

Caixa 1

Uma revisão do progresso desde a conferência de Nairobi, ressalta as preocupações especiais – áreas de urgência particular que são designadas de prioridades para a acção. Todos os actores devem orientar a sua acção e recursos para os objectivos estratégicos que se relacionam com as áreas críticas de preocupação que são, necessariamente inter-relacionados, inter-dependentes e de uma elevada prioridade. Há uma necessidade de estes actores desenvolverem e implementarem mecanismos de responsabilidades para todas as áreas de preocupação. Portanto, governos, a comunidade internacional, e a sociedade civil, incluindo organizações não-governamentais e o sector privado, são chamados a implementar estratégias de acção nas seguintes áreas:

- ◆ O persistente e crescente fardo da pobreza sobre a mulher
- ◆ Desigualdades e insuficiências no acesso à educação e formação
- ◆ Desigualdades e insuficiências no acesso aos cuidados de saúde e serviços relacionados
- ◆ Violência contra a Mulher
- ◆ Os efeitos de conflitos armados ou outros sobre a mulher, incluindo aquela que vive sob ocupação estrangeira
- ◆ Desigualdades nas estruturas económicas e nas políticas, em todo o tipo de actividades produtivas e no acesso a recursos
- ◆ Desigualdade entre homens e mulheres na partilha do poder e tomada de decisões a todos os níveis
- ◆ Mecanismos insuficientes a todos os níveis para promover o avanço da mulher
- ◆ Falta de respeito, promoção e protecção inadequadas dos direitos humanos da mulher
- ◆ Visão estereotipada sobre a mulher e desigualdade no acesso e participação em todos os sistemas de comunicação, especialmente nos órgãos de comunicação social
- ◆ Desigualdades de género na gestão dos recursos naturais e na salvaguarda do meio ambiente
- ◆ Violação e persistente discriminação contra os direitos da rapariga-criança

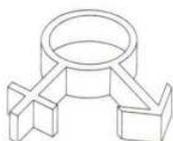
FONTE: Plataforma de Acção e Declaração de Beijing, Departamento das Nações Unidas de Informação Pública, Nova Iorque, 1996.

Plataforma Nacional de Acção para Angola

- ◆ Participação da mulher no processo de paz
- ◆ Pobreza, segurança alimentar e falta de poder económico
- ◆ Saúde, direitos reprodutivos e acesso aos serviços de planeamento familiar
- ◆ Papel da mulher na cultura, família e socialização
- ◆ Mulher e meio ambiente
- ◆ Direitos da mulher e direitos humanos
- ◆ Comunicação da mulher e informação
- ◆ Rapariga-criança

FONTE: ADRA, 1997

AGRADECIMENTOS



SARDC-WIDSAA endereça os seus agradecimentos a todos os parceiros nacionais e membros do Grupo de Referência do Género (GRG) pela sua participação activa no processo contínuo. Endereçamos também os nossos agradecimentos aos críticos e revisores nacionais e regionais, pelos seus comentários construtivos sobre o conteúdo e apresentação. Os nomes dos indivíduos e organizações em cada país vêm listados no anexo 1 e 2, com todos os outros envolvidos neste processo.

Um agradecimento muito especial a Monique Calon, antiga Conselheira regional do WID na Embaixada Real dos Países Baixos em Lusaka, Zâmbia, durante este processo, e antiga parceira na preparação deste programa desde o começo até a fase final.

Ao pessoal do WIDSAA que trabalhou arduamente para a produção deste perfil, e pessoal de outros departamentos do SARDC que prestou sua assistência de várias formas, apresento a minha satisfação pela perfeição do trabalho. Agradecimentos a todos eles, e a Directora Executiva do SARDC, Phyllis Johnson, que apoiou em todo o processo, e ao Director do Centro de Recurso do Meio Ambiente do SARDC, Munyaradzi Chenje, que contribuiu com a sua experiência sobre o processo de desenvolvimento de instrumentos de informação para a região da SADC. Para todos aqueles que de uma forma ou doutra estiveram envolvidos neste processo, vai o nosso maior reconhecimento.

*Bookie Monica Kethusegile, Chefe do Programa
SARDC-WIDSAA, Harare*

À ADRA agradeço esta oportunidade de trabalho que me permitiu tomar conhecimento mais profundo da situação da mulher angolana. Agradeço de forma especial à Filomena de Andrade, Gabriela Cohen, Fernando Viegas, Luzia Sebastião, Cesaltina Van dunen, Ilda Carreira, Luisa Fancony e Paulo Guedes pelo seu estímulo sempre constante.

À Henda Ducados Pinto de Andrade do Development Workshop e a Cila Coelho da Embaixada da Suécia, um agradecimento especial em apreciação das horas dedicadas à leitura e comentários ao texto.

Seria também injusto não agradecer ao Paulo, ao Joshua e ao Marcos pelas horas dedicadas para completar o trabalho. E finalmente para todos que de uma forma directa ou indirecta com sabedoria e carinho me encorajaram a prosseguir e a realizar este trabalho, o meu obrigado.

Naiole Cohen dos Santos

ÍNDICE

PREFÁCIO	1
AGRADECIMENTOS	4
ÍNDICE	5
Lista de Quadros, Gráficos e Caixas	7
ABREVIATURAS	9
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO PARA ANGOLA	11
MAPA de Angola	12
INTRODUÇÃO	13
Estrutura e Metodologia	14
Avaliação da Seriedade das Políticas do Género	14
Limitações	15
PERFIL DO PAÍS	17
História	17
Enquadramento Macroeconómico	18
Demografia	19
PARTE I ANÁLISE DA SITUAÇÃO	21
Economia	21
A Situação Económica da Mulher	21
Meios de Produção	21
Associações Camponesas	22
Sistema Dominante	22
Sistema de Uso de Terras	23
Emprego/Desemprego	23
Mulheres Empresárias	24
Rendimentos	27
Divisão do Trabalho	29
Agricultura e Segurança Alimentar	29
Sistemas Agrícolas	30
Prostituição	31
Exploração Sexual de Menores	32
Elevação da Consciência Entre o Público	33
Ajuda e Assistência Humanitária	34
Política e Poder	34
Leis/Reforma Legal	34
Participação da Mulher na Tomada de Decisões	37
O Voto	38
Conclusão	38
Estruturas Social e Cultural	39
Parentesco	39
Retrato Social da Mulher	39
Cultura	40
Religião	40
Casamento e Acesso aos Filhos	41
Educação e os Mídia	41
Educação Formal e Informal	41



Educação de Adultos	43
Educação Popular	45
Socialização	45
Formação	46
Acesso e Controlo sobre os Mídia	47
Meio Ambiente Condições de Vida	47
Situação Ambiental	47
Condições de Vida	48
Acesso à Água	49
Acesso ao transporte	49
Gestão de Recursos Naturais	50
Segurança	50
Saúde	50
Nutrição	51
HIV/SIDA	52
Acesso aos Serviços de Saúde	54
Saúde Reprodutiva	55
Estrutura Etária	56
Mutilação Genital Feminina	56
Violência e Conflito	56
Violência contra a Mulher	56
Abuso Sexual de Menores	57
Forças Armadas e Polícia Uniformizada como Perpetradores	57
Medidas Formais para a Protecção de Menores	58
Violência Doméstica	59
Conflito Armado	60
PARTE II POLÍTICAS E PROGRAMAS	63
Políticas do Governo	63
Saúde	63
Educação	64
Promoção da Mulher	65
Comunicação Social e Infraestrutura	66
ONGs, Doadores e Organizações Comunitárias	68
Fundo de Apoio Social (Comunidades)	69
PARTE III O CAMINHO PARA A FRENTE	71
Síntese	
PARTE IV REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA	75
Rodapés	75
Bibliografia	75
APÊNDICES	79
1 Lista dos Parceiros Nacionais nos 13 Países da SADC	79
2 Lista dos Membros do Grupo de Referência do Género	81
3 Declaração da SADC Sobre o Género	82
4 Declaração de Beijing, Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing, China, 4-15 de Setembro, 1997	83
5 Plataforma de Acção (PFA) Declaração da Missão, da Quarta Conferência Mundial Sobre a Mulher	85

Lista de Quadros, Gráficos e Caixas

Quadros

1	Indicadores Comparativos da População, 1985 e 1993	19	23	Indicadores de Actividade Cultural, 1992-93	40
2	Estimativa da População do País por Género, 1992-94	20	24	Taxas de Escolaridade Segundo o Nível de Ensino e o Género em Indivíduos com Mais de Seis Anos em cinco Capitais de Província, 1995	41
3	Estimativa da População Urbana e Rural do País por Números e Porcentagem, 1992-94	20	25	Indicadores de Disponibilidade de Recursos, Ensino de Base e Ensino Médio, 1992-94	41
4	Estimativa da População do País por Província, 1992-93	20	26	Número de Matrículas por Nível de Ensino, 1992-94	42
5	População Economicamente Activa por Género, 1992-93	22	27	Nível de Escolaridade por Género, Luanda, 1990	42
6	População Empregada Segundo Tipo de Propriedade e Género, 1992-93	22	28	Indicadores Gerais de Educação e Porcentagem, 1989 – 1992	42
7	Principais Indicadores de Emprego e Desemprego (Porcentagem) na Cidade de Luanda, 1992-93	23	29	Habilitações Literárias por Género em Porcentagem, Luanda	43
8	População Empregada Segundo Categoria Ocupacional e Género, Luanda, 1992-93	25	30	Estudantes na Universidade Agostinho Neto por Faculdade (Porcentagem) na cidade de Luanda, 1988-89	43
9	Porcentagem da População Empregada Segundo Categoria Ocupacional e Género, 1992-93	25	31	Nível de Escolaridade por Género, População com 10 ou Mais Anos	44
10	População empregada Segundo Tipo de Propriedade e Género, Luanda, 1992-93	25	32	Taxas de Abandono Escolar por Género e Idade, 1992-94	45
11	População Empregada Segundo o Género e Ramo de Actividade Económica em Luanda, 1992-93	26	33	Total de Abandono Escolar por Províncias, Números e Percentagens	45
12	Porcentagem da População Empregada Segundo o Género e Ramo de Actividade Económica, 1992-93	27	34	Número de Alunos Matriculados por Género e Nível de Ensino, 1992-94	49
13	Procura de Emprego, Colocações Líquidas e Desemprego por Províncias e Género, 1994	28	35	Indicadores de Disponibilidade de Água, 1995	49
14	Taxa de Actividade Económica por Género (15 e mais anos), 1994	28	36	Porcentagem do Orçamento Geral do Estado por Sectores, 1992-95	51
15	Porcentagem do Emprego por Empregador e Sexo, 1994	28	37	Indicadores de Mortalidade da Cidade de Luanda	52
16	População Economicamente Activa Segundo o Estado Civil e Sexo. Luanda, 1992-93	28	38	Evolução da Mortalidade Proporcional por Principal Causa de Morte	52
17	Taxa de Mulheres Menores e Economicamente Activas (10-14 anos), 1970 e 90	29	39	Indicadores Seleccionados do Serviço Nacional de Saúde	52
18	Chefe do Agregado Familiar por Género e por Grupo de Pobreza, Luanda, 1990	29	40	Taxas de Subnutrição Aguda por Província, 1991	53
19	Distribuição Percentual de Trabalho por Género no Agregado Familiar, Luanda, 1990	29	41	Causas Principais de Mortes de Mulheres e Homens Adultos Registados em Luanda, 1989	53
20	Porcentagem de Membros de Associações por Género (%)	31	42	Prevalência de HIV em Angola, 1987-90	54
21	Indicadores Gerais de Participação Política, 1989 e 1994	37	43	Porcentagem de Casos Segundo Modo de Transmissão do HIV	55
22	População Total por Chefes de Agregado Familiar e Relação com Chefes de Agregado Segundo o Género, Luanda	39	44	Tipo de Serviço de Saúde Utilizado por Grupo de Pobreza	55
			45	Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde por Província	55
			46	Novas Utentes de Planeamento Familiar	

em Quatro Províncias, 1990-1992	55	Políticas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Promoção da Mulher	66
47 Estimativa da População do País por Grupos Etários	56	56 Avaliação ao Longo do Tempo do Grau de Seriedade das Políticas da Secretaria de Estado da promoção e Desenvolvimento da Mulher	66
48 A Mulher e a Criminalidade por Tipo de Infracções, 1985-1986	56	57 Avaliação do Grau de Seriedade das Políticas do Governo nos Sectores das Infraestruturas e da Comunicação Social	66
49 Porcentagem de Condenações de Mulheres no Total de Condenações por Províncias, 1985-86	57	58 Avaliação ao Longo do Tempo do Grau de Seriedade das Políticas do Governo no Sector das Infraestruturas e da Comunicação Social	67
50 Violência Doméstica por Tipo de Reclamação Recebida na Delegação Provincial da OMA, 1986 -1996	59	59 Avaliação do Nível de Seriedade dos Programas das Intenções Políticas do governo	67
51 Avaliação do Grau de Seriedade das Políticas do Governo	64	60 Indicadores do Impacto das Políticas do Governo Sobre a Igualdade do Género	67
52 Avaliação ao Longo do Tempo do Grau de Seriedade das Políticas do Governo no Sector da Saúde	64	61 Avaliação do Nível de Seriedade das Intenções de Organizações Locais e Estrangeiras	69
53 Avaliação do Grau de Seriedade das Políticas do Governo no Programa Económico e Social, Sector da Educação para 1995-1996	65	62 Avaliação do Nível de Seriedade das Intenções Políticas nos Sectores e Sub-Sectores	69
54 Avaliação do Grau de Seriedade das Políticas do Governo no Programa Económico e Social, Sector da Educação, 1995-1996	65		
55 Avaliação do Grau de Seriedade das			
 Gráficos			
1 População Urbana-Rural, 1985 e 1993	20		
 Caixas			
1 Áreas críticas de preocupação	3	9 Valores tradicionais	39
2 Índice de Seriedade	14	10 Direitos maternos e paternos	40
3 Luanda entre as áreas mais pobres de Angola	19	11 Padrões de educação do género	44
4 O papel da mulher no sector informal	24	12 Situação da saúde	51
5 Dificuldades económicas na origem da prostituição	31	13 O impacto do SIDA em Angola	54
6 A Mulher e a Lei em Angola	33	14 Mulheres espancadas carecem de protecção	58
7 Lei da Família- Mulheres e homens gozam dos mesmos direitos	34	15 Protecção de menores não acompanhadas nos campos/centros de deslocados	59
8 As mulheres sentem-se marginalizadas no processo de paz	36	16 Mulheres chefes de agregados familiares	60
		17 O conflito armado e a Plataforma de Acção	73

LISTA DE ABREVIATURAS

AALSIDA	Associação Angolana de Luta contra o SIDA
ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AIA	Africa Information Afrique
ASDI	Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional
BAD	Banco Africano do Desenvolvimento
BE	Bem-Estar
BM	Banco Mundial
CBO	Organizações Comunitárias
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher
CE	Comunidade Europeia
DGIS	Direcção para a Cooperação Internacional do Governo dos Países Baixos
DW	Development Workshop
EMG	Equivalente de Milho em Grão
FAPLA	Forças Populares para a Libertação de Angola
FAS	Fundo de Apoio Social
FDIM	Federação Internacional de Mulheres
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FNUAP	Fundo das Nações Unidas de Apoio à População
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
IM	Índice de Masculinidade
INE	Instituto Nacional de Estatística
IS	Índice de Seriedade
LAC	Luanda Antena Comercial
LG	Lacuna do Género
LIMA	Liga Independente das Mulheres Angolanas
MAPESS	Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social
MGF	Mutilação Genital Feminina
MINPLAN	Ministério do Plano
MP	Membro do Parlamento
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
NU	Nações Unidas
NV	Nados Vivos
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMA	Organização da Mulher Angolana
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PEA	População Economicamente Activa
PFA	Plataforma de Acção
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRC	Programa de Reconciliação Comunitária e de Reconciliação nacional
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SARDC	Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SNS	Sistema Nacional de Saúde
TV	Televisão



UE	União Europeia
UNAVEM	Missão de Observação das Nações Unidas em Angola
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Educação da Criança
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
USD	Dólar Americano
WID	Mulher no Desenvolvimento
WIDSAA	Conscionalização sobre a Mulher no Desenvolvimento na África Austral

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO PARA ANGOLA

Nome Oficial		República de Angola
Cidade Capital		Luanda
Chefe de Estado e Governo		José Eduardo dos Santos
Últimas eleições realizadas		09/1992
Partido no Poder		Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA)
Sistema Político		República, Presidente Executivo
Legislatura		Parlamento
Línguas		Português(e línguas indígenas: Umbundo, Kimbundo, Kikongo)
Superfície		1.247.000. km ²
POPULAÇÃO (1997)		
Total (estimativa)		11,7 milhões
mulheres	n/a	
homens	n/a	
População em 1970		5,6 milhões
Estimativas até ao ano 2015		19.8 milhões
Taxa anual de crescimento		2,9%
Duplicação da data a taxa actual		2015
População urbana		
% do total		31%
Taxa anual de crescimento		4,9%
SAÚDE (1997)		
Esperança de vida ao nascer		47,4 anos
mulheres	49,1 anos	
homens	45,9 anos	
Taxa bruta de mortalidade*(1995)		18,9
Taxa bruta de natalidade**(1995)		49,3
Taxa global de fecundidade***(1995)		6,8
Taxa de mortalidade infantil		170/1.000 nados vivos
Taxa de mortalidade materna (1990)		1,500/100 000 nados vivos
Taxa de Mortalidade abaixo dos 5 anos		292/1000 nados vivos
População com acesso a:		
serviços de saúde		n/a
água potável		32 %
saneamento		16% (1995)
EDUCAÇÃO (1996)		
Taxa de educação de adultos		42%
mulheres	29%	
homens	56%	
Primária, secundária e terciária		
taxa de admissão (combinada)		
mulheres	27,5%	
homens	31,8%	
Taxa bruta de matrícula		
% de raparigas que chegam à 5a classe		34%
ECONOMIA (1997)		
Produto Nacional Bruto (PNB)		US\$ 4,4 biliões
per capita		US\$ 410
taxa anual de crescimento		n/a
Produto Interno Bruto (PIB)		US\$ 4 biliões
como % do PIB-agricultura		12%
-indústria		59%
-serviços		28%
Taxa média anual de inflação		170%
Dívida Externa		US\$ 11,5 biliões
Total de exportações		US\$ 3 biliões
Total de importações		US\$ 1,6 biliões
Principais exportações		Diamantes, Petróleo, Derivados de Petróleo, Peixe, Gás
		Produtos Agrícolas
Moeda, 1 Kwanza = 100 Lewi		US\$ 1 = 2.2 m Kwanza (21 Julho 1999)

*Taxa Bruta de Mortalidade: Número anual de mortes ocorridas em cada 1.000 pessoas

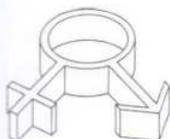
**Taxa Bruta de Natalidade: Número anual de nascimentos em cada 1.000 pessoas

***Taxa global de Fecundidade: Número de crianças que poderiam nascer se a mulher tivesse que viver até aos anos finais da sua fertilidade e nascer filhos de acordo com o espaçamento e taxas específicas da idade fértil prevalentes.

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano da PNUD, 1998 Relatório Do Desenvolvimento Mundial Conhecimento para o Desenvolvimento, Banco Mundial, 1998/99 e o Estado do Mundo da Criança 1998, UNICEF.

Os dados aqui apresentados foram obtidos de fontes internacionais actuais, e na maior parte dos casos as estimativas diferem dos dados nacionais contidos no texto e nos quadros.

INTRODUÇÃO



Justificação e Objectivos

As questões relativas à desigualdade entre os sexos e o reconhecimento da lacuna existente entre as políticas definidas e a solução para problemas ainda existentes, constituem a base deste perfil, que deseja contribuir na identificação dos constrangimentos e conquistas e para a formulação e a implementação da política do género em Angola.

O objectivo fundamental deste trabalho é o da descrição do perfil da mulher angolana, no quadro das transformações actuais e neste período particular da história de Angola. Pretende-se que o documento concorra para o esforço a ser empreendido em prol da promoção da mulher Angolana em particular e para a definição de um perfil da mulher para o benefício da África Austral.

Nesta perspectiva, o trabalho contém a inventariação e recolha de informação sobre o género em Angola.

Contrariamente a situação de outros países na África Austral, as mulheres em Angola enfrentam graves problemas originados pela guerra. O "Grito" das mulheres Angolanas pela paz no país ouve-se bem alto.

O deslocamento interno, pobreza, segurança alimentar, violência contra as mulheres, bem como os enfraquecidos sistemas da saúde e educação, podem ser sumarizados como principais problemas que as mulheres enfrentam em Angola, para além do seu grito pela paz.

Como consequência da guerra, províncias inteiras foram totalmente despovoadas, na medida em que grandes números da população deslocada, na sua maioria mulheres e crianças, dirigiam-se às grandes cidades e municipalidades, lugares considerados mais seguros e livres das minas terrestres. A UNICEF estima que cerca de 50 por cento da população do país encontra-se actualmente nas áreas urbanas. Luanda, que na altura da independência em 1975 tinha cerca de 450 mil habitantes, em 1976 tinha à volta de dois milhões de pessoas.

Os recursos humanos e financeiros que poderiam ter sido canalizados para os sectores da saúde e educação numa situação livre de conflito, foram usados em actividades militares.

As mulheres são as principais vítimas da guerra. O índice do analfabetismo e o desemprego é mais elevado nas mulheres que nos homens. A mobilização militar originou a separação de famílias, deixando mulheres e crianças sozinhas.

As mulheres carregam também o fardo de ter que enfrentar as precárias condições sanitárias e a falta de acesso aos serviços básicos da saúde.

Contrariamente à situação noutros países da África Austral, existe pouca informação ou documentação acerca da situação da mulher e da sua relação com o desenvolvimento em Angola. Os únicos estudos existentes, foram



realizados pela Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, ASDI, no período de 1990/91.

Estrutura e Metodologia

Este perfil, *Para Além das Desigualdades: A Mulher em Angola*, retrata a situação da mulher angolana no contexto da transformação no momento crítico da história angolana.

O documento procura complementar esforços que visam a promoção da mulher angolana em particular, e a definição de um perfil da mulher na África Austral. Neste contexto, este exercício faz uma recolha de informação sobre o género em Angola.

O tema da desigualdade de género e o reconhecimento da lacuna existente entre as políticas oficiais e a solução para os problemas actuais constituem a base deste documento.

O perfil procura também mobilizar todos aqueles que se dedicam a este assunto a fim de complementar esforços e difundir a informação de base sobre os indicadores do género.

Para a realização deste perfil da mulher angolana utilizou-se a seguinte metodologia:

- ◆ Recolha e análise da bibliografia disponível relativa à mulher angolana.
- ◆ Em casos de falta de matéria publicada recorreu-se à informação oral;
- ◆ Sistematização dos documentos de acordo com os objectivos dos termos de referência; e
- ◆ Elaboração do perfil.

Avaliação da Seriedade das Políticas do Género

A Política do Género está definida como sendo o mais alto nível entre as políticas dirigidas às questões do género. Esta definição orienta em termos

Índice de Seriedade

Caixa 2

Índice de Seriedade (IS) - é a medida de seis pontos, classificada numa escala de zero a quatro (M) que reflecte a seriedade do problema definido em duas diferentes categorias:

- ◆ Bem-Estar, (BE)
- ◆ Lacuna do Género (LG)

Nível de Seriedade do Problema	Valor do M
Não sério	0
Moderadamente sério	1
Muito sério	2
Extremamente sério	3
Alta prioridade	4

Cálculo do Índice de Seriedade

$$IS = \frac{P + I + G + O + A + S}{4}$$

- P - Avaliação da Política com base no Género
- I - Reconhecimento do Problema
- G - Metas e Objectivos para sair do problema
- O - Existência de estrutura para gerir o problema
- A - Acções
- S - Sucesso alcançado

Tendências ao longo do tempo

O Índice de Seriedade (IS) das Políticas do Género complementa-se com a avaliação da tendência da política ao longo do tempo.

(T) - é a medida que, numa escala de três pontos, determina o sentido da tendência no tempo relativamente à evolução dos problemas.

Tendência no Tempo	Valor de T
Melhorias ao Longo do Tempo	0
Estático	1
Deterioração	2

de reconhecimento e identificação dos princípios e regras que convergem para diminuir a lacuna existente entre os sexos e avaliar os recursos que contribuem para alcançar este objectivo.

O Índice de Seriedade (IS), das Políticas do Género é um indicador que determina o nível de seriedade das políticas de género.

Limitações

Os constrangimentos à preparação do perfil foram, entre outros, as lacunas em termos de informação estatística de um modo geral e discriminada por sexo em particular.

O baixo nível de recolha é resultado:

- ✦ da incapacidade institucional para o fazer;
- ✦ dos recursos que são quase inexistentes; e
- ✦ insegurança do país que condiciona a cobertura estatística a certas áreas.

Estes aspectos limitam a análise da situação do género em Angola. Contudo, uma das tarefas deste exercício é identificar as lacunas existentes na informação sobre o género que deve ser preenchida.

PERFIL DO PAÍS

HISTÓRIA

Quando os portugueses chegaram em 1483 à foz do rio Zaire, a população era essencialmente Bantu (devido a migrações sucessivas dos Koisian para o Kalahari) os quais pertenciam a sociedades de refinada organização ou a estados, como o Reino do Congo. A efectiva ocupação portuguesa no território que é hoje a República de Angola foi sendo gradual da costa para o interior.

Na costa a ocupação aconteceu desde o século XVI com o estabelecimento em 1575 dos portugueses em Luanda (Loanda). Contudo, só no início do século XX eles se instalaram no planalto central de Angola e Cunene.

A penetração no território através de comerciantes e missionários contribuiu para o surgimento de pólos de povoamento branco, onde houve um desenvolvimento de serviços e infraestruturas económicas e sociais. Este processo provocou profundas transformações nas estruturas da população, influenciando as suas dinâmicas sociais e económicas e os seus comportamentos.

Os contactos entre colonizadores e colonizados raramente foram pacíficos. Os conflitos agudizam-se ao longo do século XX com a emergência de movimentos nacionalistas, mas só na década de 50 é que eles assumem maior expressão. Em 1961 tem início a luta armada de libertação nacional que acaba por influenciar processos violentos noutras colónias e em Portugal.

Depois do 25 de Abril de 1974 em Portugal, que assinala o derrube do regime fascista, começa realmente o processo de descolonização e iniciou-se em Angola um período de luta entre os três movimentos político-militares que se haviam posicionado contra o regime colonial português, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

A 11 de Novembro de 1975 foi declarada a independência, e proclamada a República Popular de Angola, liderada pelo Dr Agostinho Neto do MPLA. Ele tornou-se o primeiro chefe de Estado e o seu partido estabeleceu um sistema político de partido único baseado no modelo soviético.

A história dos últimos 20 anos em Angola é marcada pela violenta guerra civil e por uma crise política e económica com repercussões sociais nefastas. Com a eclipse militar da FNLA, o protagonismo da guerra foi desempenhado pelo Governo do MPLA, apoiado pelo bloco soviético e por cubanos e pelo lado da UNITA sustentada pela África do Sul e pelos Estados Unidos da América de acordo com os moldes da Guerra Fria vigentes naquela época.

Em Maio de 1991 o governo do MPLA e a UNITA assinaram o acordo de paz de Bicesse em Portugal que tinha por objectivo pôr fim à guerra civil e estabelecer um novo quadro jurídico-político com base no multipartidarismo. A 29 e 30 de Setembro de 1992 foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias, nas quais participou 90 por cento do potencial do eleitorado.



As eleições decorreram de forma pacífica e as Nações Unidas declaram-nas como sendo de um modo geral "livres e justas". Contudo, a UNITA não aceita a derrota eleitoral e parte para uma guerra ainda mais sangrenta e devastadora que todas as outras em Angola.

Em fins de 1993 iniciam-se novas negociações visando o cessar-fogo mediadas pelas Nações Unidas, que culminam com a assinatura do Protocolo de Lusaca, em Novembro de 1994.

A implementação deste acordo é observado por 7,000 capacetes azuis da Organização das Nações Unidas. Apesar de um progresso considerável, a sua implementação tem sido demasiado lenta, mantendo-se a desconfiança entre os antigos beligerantes e o receio de um eventual retorno à guerra, que de fato se concentizou em 1998 quando a UNITA anulou o acordo.

Enquadramento Macroeconómico

Em 1975 Angola possuía uma economia bastante diversificada. No início dos anos 70, Angola era o quarto produtor mundial de café (seu principal produto de exportação até 1973), o terceiro produtor mundial de sisal e o quarto maior produtor mundial (em valor) de diamantes.

O sector manufactureiro cresceu rapidamente entre os anos 60 e 70 com suporte na produção agrícola local, o que permitiu uma certa expansão, tendo o PIB nesse período crescido em média 7,8 por cento ao ano.

A produção de petróleo iniciada em 1955, atingiu em 1974 os 172. 82 barris por dia, passando a ser o principal produto de exportação.

O forte êxodo da mão de obra qualificada em 1975 com o advento da independência deixou o país numa situação débil sobretudo na área técnica.

Esse facto aliado ao sistema soviético de gestão centralizada chocou com o anterior sistema ocidental de organização de mercado livre e de propriedade privada sobre os meios de produção.

A má gestão económica (preços fixados de forma administrativa e taxas de câmbio artificialmente controladas) provocaram danos profundos ao sistema produtivo. Os problemas de política económica referidos, acrescidos ao esforço de guerra contra UNITA, criaram enormes distorções nos preços relativos de todos os bens e serviços. As contas fiscais reflectem a degradação do equilíbrio entre a oferta e a procura, como consequência da queda de produção e da emissão de moeda no vazio para financiar as despesas. Este último aspecto proporcionou um aumento substancial da inflação e a degradação das receitas fiscais.

O sector de petróleo foi praticamente o único que cresceu e se expandiu desde a independência, funcionando em sistema de enclave e representando 54,5 por cento do PIB em 1994. A produção do país atinge no mesmo período os 400.000 barris por dia, tornando-se Angola o segundo maior produtor da África sub-sahariana. Relativamente às exportações, o petróleo representou em 1994 cerca de 96,5 por cento do total.

Com a degradação da economia, surge um sector informal forte e dinâmico que assume sobretudo o sector de serviços. Este sector envolve uma forte actividade ilegal de operadores nacionais e estrangeiros, que agem à margem do sistema oficial e afectam as relações de mercado de forma significativa.

Angola tem uma dívida externa nacional que em 1994 era superior a 11 biliões de dólares. Os atrasados do serviço da dívida de médio e longo prazos representavam nesse ano, 4,8 biliões de dólares. Se incluirmos os juros da dívida esse valor passa para 5,3 biliões de dólares e se adicionarmos os atrasados de curto prazo então o valor ascende aos 6 biliões de dólares. A balança de pagamentos encontra-se em crise desde os princípios dos anos 80 até aos anos 90, com a sua conta corrente desde essa data permanentemente deficitária, bem como a conta de capital. Estas têm sido financiadas pelos atrasos registados no pagamento do serviço da dívida externa.

Demografia

A densidade populacional, a sua distribuição geográfica e taxa de crescimento demográfico não são conhecidas com precisão, por não existir um censo nacional desde 1970. De acordo com estimativas do governo, a população angolana andava em torno dos 11,5 milhões de habitantes em meados de 1995. A estimativa está baseada numa taxa anual de crescimento de 2,9 por cento entre 1980 e 1990. Este valor, se tivermos em conta a dimensão do país, representa uma relativa baixa densidade média da população que é cerca de 9 habitantes/Km². A população é caracterizada por ser jovem, mais jovem do que a média do resto de África: 45 por cento com idade inferior a 15 anos. Existe um certo equilíbrio entre os sexos, mulheres 51 por cento e homens 49 por cento.

Os principais grupos étnicos são os Ovimbundu(35 por cento), os Mbundu(25 por cento) e os Bakongo(15 por cento). No seu conjunto, estes grupos representam 3/4 da população. Outros grupos etnolinguísticos são os Lunda Tchokwe, os Nganguela, os Ovambo e os Nyaneka que se encontram espalhados por todo o país. A população mestiça e branca, como resultado do período colonial, está espalhada um pouco por todo o território, embora concentrada nas grandes cidades.

A guerra e as distorções da política económica e social levam à concentração de população nas grandes cidades. Calcula-se que cerca de 50 por cento da população vive nas cidades com particular relevo para Luanda onde vive 20 por cento da população do país.

O quadro seguinte sintetiza a dinâmica da população:

Estima-se que Luanda tem uma densidade de 638,7 habitantes por km² e um consumo de 65 por cento da electricidade total produzida no país. Luanda é a cidade mais atractiva em termos de migração, mas apresenta-se com graves carências em infraestruturas básicas e serviços essenciais. A sua população é extremamente pobre com altas e graves taxas de morbilidade e mortalidade.

A população economicamente activa (PEA) estimada em 1992 como sendo 4,1 milhões de pessoas representa cerca de 40 por cento da população total. Dados sobre a situação do emprego em Luanda apontam para 24,4 por cento da PEA em situação de desemprego, dos quais 32 por cento são mulheres.

A guerra provocou centenas de milhares de mortos e mutilados. Ela deixou também milhares de orfãos e viúvas, à escala de uma crise humanitária. As estimativas das Nações Unidas indicam 2,7 milhões de pessoas afectadas.

Luanda entre as áreas mais pobres de Angola Caixa 3

Um estudo realizado em Luanda em 1991 (antes do novo rompimento da guerra e da deslocação massiva da população civil) indica que 35,6 por cento da população na capital vive abaixo da linha da pobreza, enquanto que 5,8 por cento vive em condições extremas de pobreza.

Deu-se a continuidade do estudo cuja sua publicação está para breve. Espera-se que o estudo demonstre uma deterioração da situação. Embora não existam ainda comparações com outras províncias, existem grandes possibilidades de Luanda apresentar uma situação mais grave em comparação com outras áreas de Angola.

Contudo, este nível de pobreza caminha lado a lado com as grandes riquezas existentes nalgumas secções da sociedade angolana e entre a comunidade estrangeira.

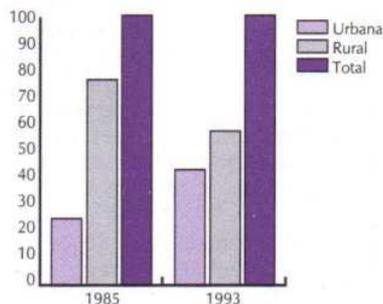
FONTE: Extratos do documento *Abuso e Exploração Sexual de Menores*, Gabriela Cohen, Adélia Cohen e Maggie Brown – Fundo Cristão de Apoio à Criança – 24 de Março de 1996.

Indicadores Comparativos da População, 1985 e 1993		Quadro 1
	1985	1993
	%	%
Mulheres	50	51,0
Homens	50	49,0
Urbana	23,9	42,2
Rural	76,1	57,8
Idade inferior a 20 anos	54,5	55,0

FONTE: Perfil Estatístico, INE, 1995

População Urbana-Rural, 1985 e 1993

Gráfico 1



Estimativa da População do País por Género, 1992-1994 Quadro 2

Designação	Anos Mil Habitantes		
	1992	1993	1994
Ambos os sexos	10,609	10,916	11,233
Homens	5,411	5,567	5,729
Mulheres	5,198	5,349	5,504
Proporção de Mulheres por Homem	1,04	1,04	1,04

FONTE: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Estimativa da População Urbana e Rural por Números e Porcentagem, 1992-94 Quadro 3

Designação	Anos Mil Habitantes			Distribuição percentual		
	1992	1993	1994	1992	1993	1994
Total do País	10,609	10,916	11,233	100	100	100
Urbana	4,244	4,585	4,814	40	42	42,8
Rural	6,365	6,331	6,419	60	58	57,2

FONTE: Instituto Nacional de Estatística

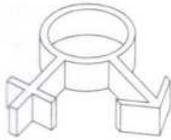
Estimativa da População do País por Província, 1992-94 Quadro 4

Províncias	Anos Mil Habitantes		
	1992	1993	1994
Total	10,609	10,916	11,224
Luanda	1,717	1,807	1,892
Huambo	1,567	1,604	1,644
Bié	1,153	1,184	1,215
Malange	911	933	953
Huíla	887	906	926
Uíge	863	892	921
Kuanza – Sul	660	668	679
Benguela	660	672	686
Kuanza – Norte	385	394	402
Moxico	325	334	341
Lunda – Norte	297	301	307
Cunene	235	238	242
Zaire	205	219	234
Bengo	171	173	178
Cabinda	168	174	181
Lunda – Sul	156	157	158
K. Kubango	134	135	136
Namibe	120	125	129

FONTE: Instituto Nacional de Estatística (INE)

PARTE I

ANÁLISE DA SITUAÇÃO



ECONOMIA

Angola é potencialmente um dos países mais ricos da África subsahariana. Os recursos minerais são muito grandes e diversificados, especialmente petróleo, diamantes, ferro, assim como fosfatos, quartzo, mármore, granito e ouro. A rede hidrográfica é invejável, aproximadamente 14 por cento do potencial de África. A grande variedade de ecossistemas permite pensar numa agricultura diversificada e é conhecida a riqueza piscícola dos mares principalmente no litoral centro e sul.

A guerra civil, o mais cruel dos acontecimentos da longa e violenta história de Angola, em conjugação com o sistema de gestão centralizada, provocou a degradação da economia. A agricultura foi com certeza o sector que mais directamente sofreu com a guerra, e afectou negativamente a estrutura produtiva e social do país. A rede de transportes e comunicações sofreu sérios danos criando mais um obstáculo para estratégias de desenvolvimento do país.

O sector formal da economia e os serviços públicos concentram-se fundamentalmente na região litoral e nas cidades que sempre se mantiveram sob controlo do governo, o que não permitiu uma política de desenvolvimento regional equilibrada. Dentro do sector formal o petróleo destaca-se como uma economia de enclave e assume o papel primordial. Fora dele floresceu um sector informal da economia baseado no pequeno comércio e sob condições muito difíceis.

A Situação Económica da Mulher

Uma avaliação rigorosa da actual situação económica da mulher angolana é impossível devido à escassez de dados. Existem alguns estudos sobre a situação da mulher nas zonas urbanas, o que não sucede com a mulher nas zonas rurais. Por essa razão, as considerações a seguir feitas são o resultado de meras tendências que não traduzem com o necessário rigor a situação real.

A situação económica da mulher em Angola é em primeiro lugar influenciada pela guerra. Essa é provavelmente a razão pela qual encontramos, em Luanda, um fenómeno distinto do esquema usual de migração para cidades em África e que se verifica no período colonial.³ Actualmente o movimento de mulheres às cidades é ligeiramente superior ao dos homens.

Dada a importância da actual migração para cidade⁴ e consequente diminuição da população rural, é necessário reflectir sobre a situação dessas mulheres nas zonas urbanas.

Meios de Produção

O direito angolano não estabelece qualquer discriminação contra a mulher relativamente às questões de propriedade. No que respeita ao acesso e gestão de bens patrimoniais e ao direito de uso e usufruto da terra as bases legais não são discriminatórias.

Já no que toca ao direito consuetudinário há que ter em conta as limitações decorrentes dos valores e das normas, dos usos e costumes vigentes, de acordo com a organização sócio-cultural de cada região.

Os direitos tradicionais sobre a terra não constituem um quadro



População Economicamente Activa por Género, 1992 -1993							Quadro 5
Descrição	1992			1993			
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	
População Total Estimada	843.787	839.843	1.683.630	936.731	885.676	1.822.407	
População com mais de 10 anos de idade	567.228	563.253	1.130.481	639.738	602.371	1.242.109	
População Economicamente Activa	283.034	357.007	640.111	371.143	350.727	721.870	
População não Economicamente Activa	284.194	206.17	490.364	268.595	251.644	520.239	
População Empregada	212.396	284.810	497.206	252.220	293.704	545.924	
População Desempregada	70.638	72.267	142.905	118.923	57.018	175.941	

FONTE: Instituto Nacional de Estatística. Inquérito sobre Emprego e Desemprego

homogéneo e têm sido alterados pela guerra. Esta matéria requer estudos mais profundos, de forma a identificar o lugar da mulheres dentro do contexto de crenças e valores tradicionais.

A grande maioria das mulheres nas cidades trabalha por conta própria no sector informal e são detentoras de meios de produção (Quadros 6 e 12). Elas são especialmente activas no comércio de géneros alimentícios, de moeda e na prestação de serviços (cabeleireira, pensões, restaurantes).

Associações Camponesas

Nas sociedades camponesas, quando se analisa os direitos da mulher relativos ao acesso, gestão e partilha de bens, o primeiro aspecto a discutir é o dos direitos sobre terras. Não existem em Angola estudos aprofundados em relação aos direitos das comunidades camponesas sobre a terra.

Os direitos tradicionais sobre terras não constituem um quadro

homogéneo e têm sido alterados pela guerra. Variam de região para região e em função da estrutura organizacional de produção das várias comunidades. Tendo em conta a falta de estudos sistemáticos e orientados especificamente para esta problemática, pode-se em termos gerais e sumariamente identificar três sistemas tradicionais de direitos sobre terras.

Sistema Dominante

Os direitos tradicionais sobre terras variam em função de se tratar de culturas permanentes ou rotativas, e ainda, em função de, mesmo não se tratando de uma cultura permanente, haver uma utilização permanente da terra. Num território uma comunidade mais de terra ou menos vasta, uma parte dessa serve para culturas permanentes e a outra parte para culturas temporárias e rotativas. Em ambos os casos as terras são distribuídas entres os diferentes membros da comunidade pelos chefes, sendo estes escolhi-

População Empregada Segundo Tipo de Propriedade e Género, 1992-1993							Quadro 6
Tipo de Propriedade	1992			1993			
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	
Estatal	59.534	154.182	213.716	78.287	155.156	233.443	
Mista	1.575	9.273	10.848	4.190	10.273	14.463	
Cooperativa	383	209	592	493	950	1.443	
Privada	21.635	67.707	89.342	123.318	115.189	238.507	
Outra Situação	104.896	38.981	143.877	42.114	11.281	53.395	
Não Especificado	24.373	14.458	38.831	3.818	860	4.68	
População Empregada	212.396	284.810	497.206	252.220	293.709	545.292	

FONTE: Instituto Nacional de Estatística. Inquérito sobre Emprego e Desemprego

dos de acordo com as normas vigentes nessa comunidade.

Sistema de Uso de Terras

Nas zonas de dominância de culturas permanentes cada família tem sobre as terras que cultiva um direito de uso e fruição. Coexiste aqui um sistema de culturas rotativas para auto-consumo e mesmo para comercialização. Em termos de género, as áreas de cultura permanente são 'propriedade' do marido e a mulher cultiva as terras de cultura rotativa.

Emprego/Desemprego Sociedades urbanas

Luanda tem actualmente cerca de 2,3 milhões de habitantes⁵ sendo em 1993 as mulheres 51,4 por cento da população economicamente activa (PEA).

No entanto, as suas oportunidades de emprego para as mulheres são menores que para os homens na medida em que elas, de um modo geral, têm baixos níveis de escolaridade. Por exemplo, em 1993, 27,5 por cento da PEA era analfabeta e tinha mínima educação ou nenhum nível de ensino. Neste grupo as mulheres constituíam 76,4 por cento. Quanto à população com ensino superior, ela correspondia a 2,1 por cento da PEA. Entretanto, 24,4 por cento da PEA estava desempregada, da qual as mulheres constituíam 67,6 por cento. Os dados de 1993 sobre a população desempregada evidenciam a relação entre escolaridade e acesso a empregos.

Com efeito, 35,1 por cento da população desempregada era analfabeta e não tinha nenhum nível, 24,2 por cento tinha o nível 1, 23,1 por cento tinha o nível 2, 14,4 por cento tinha o nível 3 e apenas 3,2 por cento tinham os restantes níveis⁷.

No que respeita à situação profissional das mulheres de Luanda, Os trabalhadores por conta-própria eram, em 1993, 10,6 por cento da

Principais Indicadores de Emprego e Desemprego (Porcentagem) Cidade de Luanda, 1992-93

Quadro 7

Descrição	1992			1993		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Taxa de Desemprego	24.9	20.2	22.3	32.0	16.3	24.4
Taxa Global de Participação	49.9	63.4	56.6	58.0	58.2	58.1
Taxa Bruta de Participação	16.8	63.4	38.0	68.1	68.0	68.1
Taxa de Sub-Emprego	52.0	28.2	38.8	57.8	62.2	60.0
Taxa de Sub-Emprego Visível	11.1	6.8	8.6	12.4	13.2	12.8
Taxa de Sub-emprego Invisível	40.9	21.5	30.1	45.4	49.0	47.2

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito sobre Emprego e Desemprego

população empregada, sendo este grupo composto maioritariamente por mulheres (79 por cento). As actividades desenvolvidas por conta própria ou por outra forma que não o trabalho assalariado em instituições públicas e privadas formais concentravam-se no comércio retalhista e grossista—cerca de 73,3 por cento, constituindo a agricultura e pesca 2,4 por cento, a indústria transformadora 8,7 por cento e os transportes e comunicações 6,8 por cento.⁸

Os dados de 1993 sobre o emprego na cidade de Luanda exemplificam o carácter subordinado da posição da mulher na economia urbana. O número de homens que trabalham por conta própria é de 6.480 homens enquanto que o das mulheres é de 1.601. Os homens em posições de direcção totalizam 20.143 e as mulheres, 3.156.

Nesse mesmo ano as mulheres ocupavam funções dirigentes prioritariamente nos serviços comunais, sociais e pessoais. Ao todo compreendiam 1.418 dirigentes, das quais 1.126 na administração pública e defesa, no comércio grossista e a retalho, restaurantes e hotéis (cerca de 778) e ainda na indústria têxtil e de vestuário (cerca de 469). Não havia mulheres

O papel da mulher no sector informal

Caixa 4

As mulheres desempenham um papel importante no sector informal, como participantes em empresas familiares e em actividades interdependentes.

A actividade de compra e venda no sector informal sustenta uma grande porção das populações peri-urbanas de Luanda, a níveis que nunca chegam a atingir os índices de subsistência desejáveis. Uma série de factores coloca estas mulheres vendedoras e suas famílias numa situação vulnerável.

Os factores económicos, a hiper-inflação, a migração urbana, o aumento do desemprego, a diminuição do sector público, a baixa nos salários reais, a falta de confiança do investidor e o ajustamento estrutural estão todos a afectar adversamente empresários informais, cujos negócios são constantemente reduzidos.

O governo atribuiu pouca atenção ao sector informal, e há poucas esperanças de que as políticas mudem no futuro próximo.

No entanto, em 1990, o governo demonstrou interesse pelo desenvolvimento da mulher, através da criação de uma estrutura para atender à questões dos direitos e participação da mulher na vida socio-económica e política: A Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher.

Esta instituição não dispõe de recursos financeiros e humanos adequados para atender eficazmente às preocupações da mulher.

Organizações não-governamentais locais, também demonstraram interesse no desenvolvimento de projectos que aliviarão as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, através da integração das actividades comerciais no desenvolvimento económico.

Precisa-se no entanto de um grupo de pressão e advocacia bem constituído para encorajar o governo a demonstrar mais seriedade quando estiver a lidar com assuntos do género. Experiências, como o desenvolvimento de programas de formação para mulheres do sector informal, devem ser implementadas.

O problema da falta de oportunidades para as mulheres desenvolverem as suas aptidões profissionais não deveria existir mais. Deve-se desenvolver uma estratégia para se integrar as actividades comerciais das mulheres em projectos de desenvolvimento comunitário.

Devem-se criar serviços de extensão bancários, especializados em micro-empresas com vista a concessão de créditos às mulheres que precisam de um capital para iniciarem a sua actividade.

A troca de experiências de agências não-governamentais do sector informal poder constituir um fórum que pode contribuir para o desenvolvimento futuro de políticas que beneficiem as mulheres neste sector chave.

FONTE: Development Workshop, Novembro de 1994.

dirigentes na indústria petrolífera, na agricultura e pescas, indústria pesada, na electricidade, gás e água e na construção, bem como nas instituições financeiras. Quanto as mulheres trabalhando por conta própria, estas estavam predomi-

nantemente concentradas no comércio retalhista (1.238), serviços comunais, sociais e pessoais (228) e agricultura e pesca (135)⁹.

Os dados relativos à distribuição da força de trabalho por ramos de actividades demonstram ainda que as mulheres constituíam a maioria das pessoas ocupadas no comércio, restaurantes e hotéis, correspondendo a 76.8 por cento. Havia ramos de actividade predominantemente masculinos dos quais se destacam o gás, electricidade e água, a construção e os transportes e comunicações onde os homens constituem 97 por cento, 93 por cento e 87,6 por cento respectivamente. Não há diferenças significativas na participação do homem e da mulher nos restantes sectores económicos¹⁰.

Mulheres Empresárias

Sobre as mulheres empresárias, os poucos estudos disponíveis incidem sobre o sector informal. Sendo o comércio a retalho uma actividade predominantemente feminina em Angola, ele está pouco estudado em termos de género.¹¹ O estudo de Adauta e Amado sobre a economia informal urbana conclui que a criação de um negócio ou seja, a decisão de empreender em actividades por conta própria no sector informal representa uma estratégia de sobrevivência da população, e visa dois objectivos:

- ◆ fazer face a situações de desemprego; e
- ◆ de salários insuficientes para a sobrevivência do agregado familiar.

De acordo com os dados disponíveis, as iniciativas empresariais da mulher estão concentradas nas zonas urbanas e reservadas em especial às actividades de comércio e hotelaria. A mulher enfrenta dificuldades de acesso à propriedade de bens e à postos de direcção em actividades chave do desenvolvimento.

As mulheres empresárias no sector informal são maioritariamente viúvas ou separadas, e têm a seu cargo em média três crianças de menos de 10 anos. Cerca de 50 por cento destas mulheres trabalham por conta própria e as suas principais actividades incluem o comércio a retalho e indústria alimentar, por exemplo, padarias, doçarias, geladarias. A maioria das mulheres iniciou este tipo de actividades porque tinha dificuldades económicas. Maioritariamente vendem produtos à população e adquirem materiais e equipamentos no mercado informal. Nestas condições pouco favoráveis, as mulheres entrevistadas demonstraram uma atitude positiva perante o investimento e estão "interessadas em continuar a expandir seus negó-

Categoria Ocupacional Principal	1992		Total	1993		Total
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	
Total	188.642	271.385	460.027	234.990	266.456	501.446
Patrão	2.224	2.400	4.624	1.601	6.480	8.081
Conta Própria	97.675	45.995	143.670	134.419	50.059	187.478
Dirigente	2.613	29.396	32.009	3.156	20.143	23.299
Responsável						
Técnico	1.357	8.127	9.184	4.609	10.377	14.986
Supperior						
Técnico Médio	9.647	22.727	32.374	13.884	22.553	36.437
Técnico Básico	17.147	30.052	47.199	9.217	18.618	27.835
Operário	6.685	57.646	64.331	4.961	27.173	32.434
Trabalho de	40.139	61.346	101.485	50.642	87.359	138.001
Serviços						
Outros	10.343	12.112	22.455	11.436	16.536	27.970
Não	812	1.584	2.396	4.065	860	4.925
Especificado						

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito sobre Emprego e Desemprego

Categoria Ocupacional Principal	1992			1993		
	Mulheres	Homens	LG	Mulheres	Homens	LG
Total	41,0	59,0	18,0	46,9	53,1	6,2
Patrão	48,1	51,9	3,8	48,1	1,9	3,8
Conta Própria	68,0	32,0	-36,0	70,1	29,9	-40,2
Dirigente/Responsável	8,1	91,9	83,0	13,5	86,5	73,0
Técnico Supperior	1,45	85,5	71,0	30,8	69,2	38,4
Técnico Médio	29,8	70,2	40,4	38,1	61,9	23,8
Técnico Básico	36,3	63,7	27,4	33,1	66,9	33,8
Operário	10,4	89,6	79,2	15,3	84,7	69,4
Trabalho de Serviços	39,5	60,5	21,0	36,7	63,3	26,6
Outros	46,1	53,9	7,8	40,9	59,1	18,2
Não Especificado	33,9	66,1	732,2	82,5	17,5	65,0

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito sobre Emprego e Desemprego

Descrição	1992			1993		
	Mulheres	Homens	Lacuna do Género	Mulheres	Homens	Lacuna do Género
Estatal	27,8	72,2	44,4	33,5	66,5	33
Mista	14,5	85,5	71	28,9	71,1	42,2
Cooperativa	64,7	35,3	-29,4	34,2	65,8	31,6
Privada	24,2	75,8	51,6	51,7	48,3	-3,4
Outra Situação	72,9	27,1	-45,8	78,8	21,2	-57,6
Não Especificado	62,8	37,2	-25,6	81,6	18,4	-63,2
População Empregada	42,7	57,3	14,6	46,2	53,8	7,6

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito sobre Emprego e Desemprego

População Empregada Segundo o Género e Ramo de Actividade Económica em Luanda, 1992-93

Quadro 11

Ramos de Actividade Económica	1992		1993	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Agricultura e Caça	6.840	10.035	3.733	3.449
Silvicultura e Extracção de Madeira	344	105	-	445
Pesca	904	6.921	-	5.076
Exploração de Minas de Carvão	-	172	221	256
Produção de Petróleo Bruto e Gás Natural	2.553	8.290	600	4.297
Extracção de Minerais Metálicos	314	210	-	-
Extracção de Outros Minerais	298	2.696	-	871
Produtos Alimentícios, Bebidas e Tabacos	3.310	8.229	5.595	8.530
Indústria Têxtil, Vestuário e Indústria de Couro	4.855	7.271	4.383	6.339
Indústria e Produção de Madeira, incluindo Móveis	75	10.279	1.435	16.895
Fabricação e Produção de Papel, Imprensas e Editoras	192	482	135	1.836
Fabricação de Substâncias e Produtos Químicos	353	914	1.490	2.080
Fábrica de Produção de Minerais Não Metálicos, Excepto Derivados de Petróleo	-	735	-	371
Indústrias Metálicas Básicas	850	6.932	351	1.770
Fábrica de Produção de Metálicos, Maquinaria e Equipamento	493	1.168	1.595	6.092
Outras Indústrias Manufactureiras	629	14.219	-	505
Electricidade, Gás e Água	507	3.492	128	4.010
Obras Hidráulicas e Abastecimento de Água	144	335	-	163
Construção	2.750	19.570	1.862	25.878
Comércio Grossista	13.693	13.503	1.646	3.276
Comércio Retalhista	93.730	18.419	136.949	37.855
Restaurante e Hóteis	2.744	2.237	5.520	2.523
Transporte e Armazenamento	3.848	34.075	5.651	52.6753
Comunicações	1.376	2.916	2.426	4.293
Estabelecimentos Financeiros	1.651	2.222	2.405	2.071
Seguros	-	411	141	853
Bens Imóveis e Serviços Prestados nas Empresas	1.293	6.322	615	708
Administração Pública e Defesa	27.980	72.671	18.643	58.058
Serviços de Saneamento e Similares	4.207	2.491	21.521	15.462
Serviços Sociais e outros Serviços comunais	6.698	10.280	12.021	14.379
Serviços de Diversão	1.897	2.400	867	1.229
Serviços Pessoais e de Agregados Familiares	3.558	702	16.542	6.572
Não Especificado	24.310	14.099	5.745	4.892

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito sobre Emprego e Desemprego

cios.” Suas pequenas economias “são canalizadas para a saúde e despesas de emergência”.¹²

Ainda nesta área de mulheres trabalhadoras por conta própria ou pequenas empresárias encontramos as mulheres peixeiras que têm acordos com armadores de barcos para aquisição de toda a captura que depois revendem às mulheres do mercado. O poder económico destas empresárias já é razoável, se tivermos em conta que algumas delas inclusive adiantam aos armadores os valores prováveis da totalidade da captura.

Contrariamente, algumas peixeiras beneficiam do crédito dos armadores, que reembolsam após a venda do pescado.

Não há informação suficiente sobre mulheres empresárias proprietárias de empresas de média e grande dimensão.

Em 1993 a mulher representava 51.4 por cento da força de trabalho em Angola. Deste modo elas ocupam uma posição subordinada no que refere a funções de patronado e chefia (Quadros 8 e 9) tanto nas empresas públicas como privadas.

Os baixos níveis de escolaridade da mulher relativamente aos homens (Quadro 27), reflectem-se nas oportunidades de emprego urbano. As mulheres constituem uma faixa do mercado de trabalho mais vulnerável, concentradas em empregos pouco estruturados e seguros do sector informal (Quadro 10).

Os níveis de desemprego e sub-emprego são superiores entre o sexo feminino significando no seu conjunto em 1993, 89,8 por cento (Quadro 7). Os desequilíbrios são provocados pelos diferentes níveis de demanda e oferta de emprego sobretudo na faixa de força de trabalho não qualificada.

Houve um aumento os níveis de sub-emprego visível e invisível e a participação da mulher no mercado informal, com um aumento de 18,7 por cento registado no período entre 1992-1993.

Quanto à segmentação do mercado por género, há mais mulheres no sector informal que homens, o que pode ser explicado pelo baixo nível de instrução das mulheres.

Estudos efectuados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre a situação de emprego e desemprego na cidade de Luanda no período 1992-1993, constataram que apenas 16 por cento da população economicamente activa tinha emprego de tempo completo, 60 por cento era sub-empregada e 24 por cento encontravam-se em pleno desemprego, constituindo no conjunto 84 por cento do total.

Em 1995 o inquérito prioritário das condições de vida da população realizado em cinco cidades de Angola revelou que 34,5 por cento dos agregados dependem do mercado informal de trabalho. As taxas de desemprego reflectem uma forte discriminação relativa à mulher.

Rendimentos

O inquérito de receitas e despesas aos agregados familiares da cidade de Luanda, efectuado no ano de 1990, revelou que a mulher assume maior responsabilidade no seu suporte. Embora elas sejam relativamente independentes no controlo e gestão dos rendimentos, este é completamente consumido em benefício do agregado familiar.

As remunerações e rendimentos diferem entre mercados. Os trabalhadores por conta própria ganham em termos reais mais que os formalmente empregados, na administração ou serviços públicos.

No sector informal, os rendimentos dependem das condições e do tipo de trabalho. Por exemplo: as mulheres Kinguilas (comerciantes de moeda na rua), vivem situações diferentes às cabeleireiras ou donas de restaurantes populares. Estas estão sujeitas a agressões dos agentes da polícia e a ter que pagar para poder trabalhar na rua, o que delapida os já de si baixos rendimentos. As outras são como que pequenas empresárias, têm geralmente um melhor nível de instrução e estão numa actividade menos exposta à agressividade policial e obtêm maiores rendimentos.

Porcentagem da População Empregada Segundo o Género e Ramo de Actividade Económica, 1992-93 Quadro 12

Ramos de Actividade Económica	1992			1993		
	Mulheres	Homens	LG	Mulheres	Homens	LG
Agricultura e Caça	40,5	59,5	19	51,9	48,1	-3,8
Indústria Têxtil, Vestuário e Indústria do couro	40,9	59,1	18,2	40,9	59,1	18,2
Outras Indústrias Manufactureiras	4,2	95,8	91,6	-	-	-
Comércio Grossista	50,3	49,7	0,6	33,4	66,6	33,2
Comércio Retalhista	83,5	16,5	67,0	78,3	21,7	-56,6
Estabelecimentos Financeiros	42,6	57,4	14,8	53,7	46,3	-7,4
Administração Pública e Defesa	27,5	72,5	45,0	24,3	75,7	51,4
Serviços Pessoais e de Agregados Familiares	83,5	16,5	67,0	71,5	28,5	-43,0

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito sobre Emprego e Desemprego

Procura de Emprego, Colocações Líquidas e Desemprego Registado por Província e Género, 1994										Quadro 13
Províncias	Procura de Emprego			Colocações Líquidas			Desemprego Registado			
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	
Benguela	321	1.833	2.154	10	72	82	311	1.761	2.072	
K.Kubango	856	1.516	2.372	856	1.516	2.372				0
Cabinda	29	1.124	1.153	12	159	171	17	965	982	
Luanda	598	5.613	6.211	97	1.136	1.233	501	4.477	4.978	
Namibe	332	1.340	1.672	145	482	627	187	858	1.045	
Outras Províncias										
Total	2.136	11.426	13.562	1.120	3.365	4.485	1.016	8.061	9.077	

FONTE: MAPES – Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

Taxa de Actividade Económica por Género, (15 e mais anos) 1994		Quadro 14
Porcentagem Feminina	Feminino em Porcentagem do Masculino	
50	58	

FONTE: Relatório da UNICEF 1995

No sector público a mulher está numa situação vulnerável. Primeiro, porque ocupa posições inferiores devido à sua baixa ou nenhuma formação académica (dactilógrafas, secretárias e empregadas de limpeza). Segundo, porque o sector público tem níveis de remuneração muito baixos. Por exemplo, em 1993, o salário mínimo nominal da função pública, da categoria de operário era de US\$2 por mês e o do técnico superior de US\$17 por mês. Aqui, evidencia-se a vulnerabilidade da mulher, pois esta ocupa maioritariamente as categorias inferiores. Estudos¹³ há que permitem concluir que não existem no sector formal público ou privado, diferenças salariais entre homens e mulheres para o mesmo tipo de trabalho.

Porcentagem do Emprego por Empregador e Género, 1994				Quadro 15
Sector	Mulheres	Homens	LG	
Auto-empregados	42,4	17,5	-24,9	
Empresa Estatal	29,2	41,5	12,3	
Sector Público	10,2	11,6	1,4	
Empresa Privada	5,8	16,8	11,0	
Empresa Estrangeira	1,4	1,15	-0,25	
Empresa Mista	1,2	4,6	3,4	
Outros	10,0	6,5	3,5	
Total	100	100	0	

FONTE: Análise sobre o Género, Lisa Aksson, Setembro, 1992.

O elevado nível de pobreza obrigou os agregados familiares a procurarem aquilo que normal-

População Economicamente Activa Segundo o Estado Civil e Género, Luanda, 1992-1993							Quadro 16
Estado Civil	1992			1993			
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	
Solteiro	304.149	343.910	648.059	107.273	116.450	223.723	
União de Facto	149.877	148.011	297.888	161.864	169.409	330.973	
Casado	55.547	55.269	110.816	49.750	49.181	98.931	
Separado	23.540	8.828	32.368	25.462	6.468	31.930	
Divorciado	1.542	38.981	2.035	2.692	1.321	4.013	
Víuvo	30.949	14.458	36.353	14.481	1.430	15.911	
Não Especificado	1.624	1.338	2.962	9.621	6.768	16.389	
População Economicamente Activa	567.228	284.810	1.130.481	371.143	350.727	721.870	

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito sobre Emprego e Desemprego

mente se designa por segundo emprego, tendo em vista o aumento da renda familiar. Esse segundo emprego é geralmente da responsabilidade da mulher e diz respeito ao sector do pequeno comércio na tentativa de combater a inflação.

O inquérito das condições de vida realizado em 1995 refere que os agregados familiares dependem de três fontes de rendimento, o próprio negócio que representa 55 por cento do rendimento total, o salário, 43 por cento e outros rendimentos não especificados, dois por cento. As famílias chefiadas por mulheres possuem rendimentos muito baixos, caracterizando-se por uma pobreza estrutural.

Nas zonas rurais os rendimentos são ajustados às necessidades e têm uma função imediata na estratégia de sobrevivência.

Divisão do Trabalho

A mulher participa em todos os sectores e a todos os níveis de actividade económica, segundo os quadros (Quadros 8, 9 e 11). Ela ocupa um papel tradicionalmente reconhecido e importante na produção géneros alimentícios e comércio em que os índices de participação variam entre os 91,7 por cento e 97,7 por cento.

A participação masculina tem predominância nos sectores tais como, diamantes, petróleo, transporte, construção, pastorícia e pesca. Dados sobre o sector informal da economia registam um grande número de mulheres com níveis acima dos 40 por cento (Quadro 10).

O inquérito prioritário das condições de vida realizado em 1995 revela que agregados familiares com negócios ligados à agricultura, comércio a retalho, têxteis e construção civil possuem níveis mais elevados de intensidade de pobreza, o que reflecte negativamente sobre a mulher pelos índices

de participação que apresenta nestes sectores.

A desigualdade na divisão sexual do trabalho está assente em raízes culturais e é reforçada pelo baixo nível de instrução da mulher comparativamente ao homem (Quadro 27). A distribuição de trabalho doméstico por sexo é discriminatória, cabendo à mulher as tarefas mais pesadas. (Quadro 19).

O sistema de educação limita-a na sua luta por uma melhor posição social e económica e consequentemente um melhor rendimento.

Agricultura e Segurança Alimentar

A guerra civil que destruiu o país teve um impacto negativo sobre o sector agrícola. Afectou de um modo diferenciado mulheres e homens. A mulher foi duplamente penalizada, primeiro, porque ela em relação ao homem tem maiores responsabilidades relativas ao sustento e segurança alimentar do agregado familiar e seus dependentes e segundo, porque os seus níveis de participação no sector agrícola são mais elevados.

1970	1990
31,1	18,7

Fonte: Relatório da UNICEF, 1995

	Extrema Pobreza	Pobreza Moderada	Acima da Linha de Pobreza
Sexo do chefe da família			
Feminino	6,7	33,3	59,9
Masculino	5,8	29,2	65,1
Total (média)	5,8	29,8	64,4

Fonte: Bender and Hunt - Inquérito de Receitas e Despesas na cidade de Luanda, 1990

Actividades	Mulher	Homem
Carregar água	67,3	23,4
Compras	61,6	29,3
Carregar Lenha	10,0	2,9
Assistência médica dos dependentes	26,7	18,4
Outras actividades	1,7	36,1
Total	100	100

Fonte: Inquérito de Receitas e Despesas na cidade de Luanda, 1990.

A agricultura é igualmente o gerador de emprego e riqueza da mulher. Um estudo realizado pela OMA em 1986 revelou que nas 128 Cooperativas Agrícolas e nas 2.518 Associações de camponeses existentes nessa altura, as mulheres representavam 45,3 por cento e 53,9 por cento dos membros totais respectivamente.

Angola enfrenta graves problemas de insegurança alimentar devido à guerra e as más políticas económicas do passado. Isto traduz-se no actual défice alimentar calculado no ano de 1991 em 620.000 toneladas Equivalente de Milho em Grão (EMG), agravado pelo retorno à guerra em 1993 e à difícil e insegura circulação de pessoas, produtos e serviços dentro do território angolano.

O inquérito prioritário das condições de vida realizado em cinco cidades de Angola em 1995, refere que os agregados familiares urbanos enfrentam acentuados desvios alimentares. Estas famílias dispõem de 77 por cento do seu orçamento em despesas de alimentação. A proporção média de alimentos base no consumo global é de 48 por cento e decresce gradualmente com o nível de rendimento. A população urbana a viver no grupo de pobreza moderada, 61 por cento, possui um desvio alimentar que varia de 60 por cento a 33 por cento das necessidades calóricas diárias.

Sistemas Agrícolas

Sistemas das regiões agro-pastoris
Neste sistema os direitos sobre terras são determinados por regiões de pastagem. Há em geral uma área comunal, com limites definidos pela comunidade e que inclui uma área de pasto e uma área de transumância não estando os direitos sobre essas terras vinculados a uma única família. Existe também uma área para agricultura de subsistência junto à área destinada a habitação.

A propriedade de terra nestas comunidades não é muito relevante pois em termos de propriedade o que interessa é a propriedade privada do gado. Como foi atrás dito, uma dada comunidade ou família alargada detém os direitos sobre terras, sendo a afectação dessas terras a cada sub-unidade feita pelo chefe da comunidade ou da família alargada. Geralmente, o chefe é um homem que é designado por critérios de linhagens e por via matrilinear, mas isto não exclui a chefia das famílias por mulheres.

Quando se investigam os direitos da mulher sobre a terra, constata-se que como regra na maior parte do país o titular dos direitos sobre a terra que a mulher cultiva é o seu marido. Contudo, se a mulher regressar à sua comunidade de origem, tem aí os seus direitos relativos ao uso e fruição de terras.

Há dois tipos principais de sistemas de organização da produção familiar. As lavras do homem e da mulher comuns e separadas.

Lavras do homem e da mulher separadas

Neste sistema a mulher e o marido cultivam cada um a sua parcela, cuja produção tem um destino diferente. Os produtos da lavra da mulher destinam-se ao consumo da família enquanto os produtos da lavra do homem são destinados a reserva e a venda a fim de obter o dinheiro para satisfazer outras necessidades da família. No caso de separação, a mulher leva a sua parte da produção para a sua comunidade.

Em termos de divisão do trabalho agrícola, as actividades mais pesadas são em geral realizadas pelo homem, enquanto a mulher ajuda nas sementeiras, na sacha e nas colheitas na lavra do marido, e este ajuda na preparação da terra na lavra da mulher.

Lavra comum do casal

A produção agrícola destina-se em primeiro lugar à auto-subsistência

(consumo e reservas), e o excedente é vendido para fazer face às necessidades pecuniárias da família.

Neste sistema as parcelas são divididas em partes destinadas para o auto-consumo e reservas e outras para a produção comercial.

Poderá em termos gerais concluir-se que nas comunidades camponesas os poderes de tomada de decisão sobre patrimoniais dependem, com a exceção de bens de consumo exclusivamente pessoais, da organização estrutural da tomada de decisão sobre esses bens dentro da família, ou por outras palavras, das relações internas de poder no interior de cada comunidade.

Quando nos debruçamos sobre a situação económica da mulher camponesa não podemos assim deixar de referir a sua participação em associações de camponeses. Em 1989/1990, um total de 205.974 mil camponeses estavam organizados em associações no país. O Quadro 20 faz uma repartição de associados por sexo. O Quadro apenas apresenta dados estatísticos para as províncias de Huíla, Malanje e Huambo, a seguir:

Os dados de Morais e Pacheco¹⁴ demonstram não só a integração de mulheres nas cooperativas e associações de camponeses e no movimento cooperativo como também o melhoramento da sua participação nos órgãos de gestão das associações. Na província de Huíla as mulheres perfaziam 44 por cento, Huambo 33 por cento e Malanje 17 por cento.

Prostituição

A vida nos centros urbanos é difícil. Os níveis de pobreza nos agregados familiares chefiados por mulheres são superiores do que naqueles chefiados por homens. Estes agregados familiares representavam em 1995 cerca 22,6 por cento do total e são caracterizados por uma pobreza

Dificuldades económicas na origem da prostituição

Caixa 5

O embaixador angolano na UNESCO, Domingos Van-Dunem, apontou as dificuldades económicas como uma das principais causas da prostituição no país. "Não vale a pena dramatizar o assunto da prostituição em Angola" disse Van-Dunem, acrescentando que este fenómeno não assume a mesma dimensão de outros países na região. Contudo ele reconheceu que o problema se agravou em função da crise económica e da guerra devastadora no país.

O diplomata foi de opinião que tanto a prostituição como o chamado "Kinguilimo de rua" (mercado negro de câmbio praticado por mulheres) devem ser combatidos na raiz, com a criação de postos de trabalho, tais como cooperativas".

"Elas (as mulheres) são muito vivas no negócio", argumentou ele ao relatar experiências dos anos 60 quando mulheres bem sucedidas na "venda de carvão e compra do outro" educaram sozinhas homens que hoje são "doutores e engenheiros".

Para Domingos Van-Dunem, as igrejas em Angola "com o seu nível de organização e disciplina" podem contribuir de forma valiosa para o enquadramento profissional das mulheres de rua.

estrutural e em geral integram um elevado número de dependentes. Tarefas desenvolvidas por crianças, tais como, lavar carros, carregar água, mendicidade, comércio, delinquência e prostituição são outros mecanismos utilizados para obter um rendimento adicional.

A prostituição cresceu vertiginosamente depois de 1992, acentuada por factores económicos, como as taxas elevadas de desemprego entre as mulheres e os níveis de inflação que em 1995 rondavam os 3,782 por cento.

Existem alguns trabalhos de jornalistas que indicam a possibilidade de existirem meninas de onze (11) anos envolvidas em situação de exploração sexual (prostituição). É vulgar dizer-se que os homens têm preferência pelas *catorzinhas*, meninas de 14 anos que se tornaram conhecidas pelas suas histórias contadas através de um programa de rádio.

Nas zonas urbanas, a prostituição é mais visível. Estima-se que entre 500 e 1000 raparigas com menos de 18 anos em Luanda obtêm rendi-

Membros de Associações por Género (%)		Quadro 20		
		Huíla	Huambo	Malanje
Homens	61,7	42,5	57,0	
Mulheres	37,3	57,5	43,0	

FONTE: Pacheco e Morais, 1991:24.

mentos desta forma. Informações sobre a província de Benguela referem que lá este número ronda entre 50 e 100.

Os restaurantes, cafés, bares, discotecas, hotéis, particularmente os frequentados por estrangeiros e pelos soldados da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III) (7.000 homens enviados a Angola), constituem os principais pontos deste "negócio".

As províncias da Lunda-Norte e Lunda-Sul são muito afectadas pela prostituição. Por se tratarem de zonas mineiras, elas movimentam milhares de dólares diariamente, praticando-se preços mais altos que os de Luanda e por essa razão muitas raparigas deslocam-se propositadamente para lá de modo a obterem rendimentos maiores. Não existem informações relativas à prostituição masculina.

Exploração Sexual de Menores
A exploração sexual aumentou significativamente, tendo-se registado um crescimento dramático da pobreza e deslocação da população a partir de 1992, agravando-se nos anos de 1994/6. Esta situação é mais observada em Luanda, a cidade capital, nas zonas diamantíferas do Lunda Norte, que fazem fronteira com Zaire.

A exploração sexual envolve raparigas menores que procuram seus "clientes" na camada mais rica da sociedade, com particular destaque, da zona diamantífera no Norte e no centro da cidade de Luanda. As forças das Nações Unidas marcam uma presença acentuada dos homens envolvidos na prostituição em Luanda.

Em Luanda, a exploração sexual centra-se mais nos restaurantes, bares e clubes frequentados por estrangeiros. Nas Lundas, área mineira de diamantes, há relatos

de que meninas com idade inferior a 18 anos frequentam os bares usados pelos mineiros da zona, que se deslocam para lá especificamente para fins de prostituição.

As raparigas envolvidas na exploração sexual, na maior parte das vezes se organizam em grupos e em muitos casos têm um "alcoviteiro", pois elas se sentem mais seguras desta forma. Algumas destas raparigas vivem nos bordéis, enquanto que outras continuam a viver com os seus familiares. Não há informação sobre a percentagem destes dois grupos.

Há informação segundo a qual cerca de 100 a 500 prostitutas são crianças com uma idade inferior aos 18 anos, e que uma ONG local registou a existência de 100 bordéis dos quais 40 trabalham activamente numa base diária. As raparigas que trabalham como prostitutas em bordéis correm o risco de serem violadas sexualmente.

A exploração sexual de menores não só é praticada nestas duas áreas, mas é também mais evidenciada nas capitais provinciais, concretamente em sítios onde se encontram as bases da Missão de Verificação das Nações Unidas (UNAVEM III) para Angola. As raparigas são atraídas para as bases e áreas onde os militares se congregam para socialização com a esperança de obterem dinheiro, produtos alimentícios e entretenimento. Contudo, o número de raparigas envolvidas na prostituição é bastante inferior nas capitais provinciais e relatos indicam entre 50 a 100 na cidade de Benguela, com números ainda inferiores noutras cidades principais.

O fenómeno de exploração sexual de raparigas em Angola tornou-se do domínio público, chegando até a originar um nome. As raparigas envolvidas tornaram-se conhecidas por *catorzinhas* o termo usado tanto em Luanda como nas províncias, e

literalmente traduzido para “as meninas dos 14 anos”. Diz-se que este termo teria surgido de um programa de rádio-telefónico local, através do qual as raparigas poderiam contar as suas experiências de exploração sexual. O pessoal que trabalha na área dos direitos da criança é de opinião que este programa promoveu a exploração sexual das raparigas.

Embora *catorzinhas* seja o nome comum para este grupo, este, não reflecte exactamente o grupo etário das raparigas envolvidas. Há muitos vários relatos de raparigas com idade bastante inferior à supracitada envolvidas na exploração sexual.

Relatos indicam que a maioria destas raparigas fazem sexo ao preço de uma refeição num restaurante ou de entrada e bebidas numa discoteca. Outros dizem ainda que as raparigas conseguem ganhar 100 dólares americanos com os grupos mais ricos da sociedade. Nas áreas mais pobres da cidade, diz-se que algumas raparigas fazem sexo a um preço inferior a cinco dólares americanos.

No respeitante aos rapazes, há indicações de que nos princípios de 1993 havia um grande número de rapazes que dormia nas ruas de Luanda, e muito especificamente na zona turística ou de lazer na “Ilha”. Nessa altura, havia relatos de rapazes que estavam sendo envolvidos na actividade sexual com turistas visitando a zona.

Elevação da Consciência Entre o Público

Deve se realizar campanhas de educação do público sobre os riscos ligados à exploração sexual de menores, muito particularmente nas regiões envolvidas. Estas campanhas poderiam ser realizadas através da imprensa local, rádio e televisão no âmbito dos direitos da criança. Tais campanhas devem ressaltar preocupação sobre o assunto e a longo

prazo buscar soluções para o problema. A imprensa deve ser desencorajada de publicar artigos semi-pornográficos, programas rádiosfónicos ou fotografias sobre a exploração sexual de crianças.

Estas campanhas de elevação da consciência devem projectar imagens positivas das crianças e devem explicar os fenómenos tais como a exploração e violência no contexto da sociedade.

No geral, deve se dar mais ênfase na sociedade no sentido desta proteger e promover os interesses das crianças, e que desempenhe o papel de influenciar o governo a tomar medidas e reduzir a pobreza.

A imprensa pode também promover uma compreensão sobre os direitos da criança até a sua protecção previstos na legislação nacional, e, definir o papel a ser desempenhado pelo público, nos termos da lei, em situações de abuso ou exploração de menores.

A legislação em Angola foi elaborada tendo em vista o melhoramento da protecção das crianças e a promoção dos seus direitos. Contudo, denota-se uma falta de vontade política e de pessoal disponível para a implementação da legislação. A UNICEF e as ONGs poderiam trabalhar em colaboração com o Ministério da Justiça a fim de considerar formas criativas nas quais a nova legislação poderia ser implementada, embora num contexto de limitados recursos públicos. Por exemplo, devia-se ter em conta o papel das ONGs, igrejas e dos chefes tradicionais na prevenção da exploração e abuso de crianças. Além disso, devia-se também debater o papel dos procedimentos e sanções da justiça tradicional.

Devia-se realizar muito trabalho de sensibilização no seio da UNAVEM III sobre os direitos da criança e sobre o abuso do seu pri-

A Mulher e a Lei em Angola.

Caixa 6

A Lei Constitucional Angolana consagra a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres e o princípio da não discriminação em função do sexo.

Nos termos da lei, todos os cidadãos são iguais, gozam todos dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres sem qualquer distinção em função do sexo. A Lei prevê também a punição de todos os actos que visem prejudicar a harmonia social ou a criar discriminação ou privilégios com base nesses factores.

Este princípio de igualdade defende também os mesmos direitos e deveres no seio familiar.

Ainda este preceito constitucional da igualdade tem, também, amplas repercussões em todo o sistema jurídico-legal, nomeadamente nos domínios do direito do trabalho, direito civil e direito processual e penal.

Nestes termos, todos têm igual acesso ao trabalho e emprego, à educação, à propriedade de terra ou outros bens.

FONTE: Extractos da Comunicação de Maria Mpava Medina apresentada no Seminário sobre a Mulher e a Lei, Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Dezembro 1994.

**Lei da Família –
Mulheres e homens
gozam dos mesmos direitos**

Caixa 7

Um dos princípios fundamentais da Lei da Família é o reconhecimento legal da igualdade entre o homem e a mulher em todos os assuntos familiares. Esta igualdade é também estabelecida na nova constituição.

No matrimónio, os cônjuges têm os mesmos direitos e obrigações.

- ◆ ambos devem decidir em comum sobre todas as questões incluindo a educação dos filhos;
- ◆ os dois devem contribuir para as responsabilidades familiares e participarem em actividades domésticas.
- ◆ cada um deles tem direito de exercer uma profissão ou empreender-se em actividades de sua escolha, desde o momento que essas actividades não comprometam as suas obrigações familiares.
- ◆ cada um deles tem o mesmo poder de compra, administração e uso de toda a propriedade do casal.

FONTE: Análise Genérica do País, ASDI, Outubro 1991

vilégio. Deve-se claramente informar às tropas das Nações Unidas (NU) de que eles cometem uma ofensa quando se envolvem sexualmente com uma criança ou pessoa jovem com idade inferior a que está estipulada na legislação angolana, mesmo que esta esteja a agir voluntariamente.¹⁵

Ajuda e Assistência Humanitária
A ajuda internacional humanitária prestada a Angola desde 1993 tem alterado a perspectiva de desenvolvimento no país. A primeira fase tinha como objectivo a criação das bases mínimas de auto-sustento das populações afectadas e nas fases posteriores, o desenvolvimento.

Existe, no entanto, por parte dos doadores a dificuldade na interpretação sobre a perspectiva de desenvolvimento socio-económico em Angola. A falta de transparência na definição de algumas políticas não permite uma melhor utilização dos recursos disponíveis e integração da ajuda e assistência técnica internacional.

O Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional do Governo elaborado com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e apresentado à mesa redonda de doadores em Setembro de 1995 em Bruxelas, prevê para o biénio 1997-98 US\$786 milhões para a reabilitação de infraestruturas básicas e de produção. Este programa insere-se na perspectiva da criação das bases de vida mínimas às populações e conta igualmente com a colaboração de organismos multilaterais.

No entanto, não existe nenhum programa a médio e longo prazos e deste modo, a política de utilização da ajuda e assistência técnica não está ainda definida.

A história de Angola é rica nas suas tradições de mulheres guerreiras, corajosas e inteligentes que

participaram na vida política e exerceram cargos políticos desde a Rainha Jinga no século XVII até à Rainha Nyakatolo, falecida na década de 1990.

Foi no início dos anos 60 que a mulher angolana começou a organizar-se e a ser reconhecida pela sociedade como força política com o surgimento dos movimentos nacionalistas de libertação. A Organização da Mulher Angolana (OMA) filiada ao Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a Liga Independente das Mulheres Angolanas (LIMA) ligada à Unidade para a Independência Total de Angola (UNITA) são as duas maiores organizações feministas em Angola.

Em 1962 surgiram em Luanda vários grupos de mulheres escudadas pela igreja católica e protestante. Estes grupos promoveram actividades culturais e de apoio aos presos políticos, numa manifesta coragem e desafio às autoridades coloniais. Muitas destas activistas, que eram integrantes do grupo de Santa Cecília e Santa Teresinha, foram presas e molestadas pela polícia e muitas outras abandonaram o país para fazer parte no exterior do movimento de libertação nacional.

POLÍTICA E PODER

Leis e a Reforma Legal

O direito angolano não estabelece qualquer discriminação contra a mulher em matéria de propriedade, acesso e gestão de bens patrimoniais. Também não estabelece qualquer discriminação em matéria laboral, com excepção de algumas normas que poderemos chamar de discriminação positiva, como os direitos da mãe trabalhadora.

A Legislação Ordinária reguladora da propriedade e do acesso a bens tem tido a preocupação de não incluir directamente nenhum regime discriminatório contra a mulher.

Caso viesse o direito positivo estabelecer tal discriminação, poderia a mulher lesada, tal como qualquer cidadão lesado, accionar os mecanismos que garantam sua protecção.

A mulher e o direito ao trabalho

A legislação angolana em matéria de emprego e prestação de serviços na administração pública tem sofrido uma profunda reformulação e modernização.

A lei Geral do Trabalho (Lei Nº 6/81) e legislação complementar estão prestes a serem substituídos pelo novo Código do Trabalho, cujo Projecto de Lei se encontra em fase final para apresentação à Assembleia Nacional.

As diversas leis que respeitam à administração pública (como a Lei no. 17/90 que define os princípios gerais, o Decreto No. 22/91, sobre o recrutamento e selecção de candidatos, e o Decreto No. 24/91, sobre as carreiras e ingressos) não contêm qualquer menção relativa ao sexo dos agentes administrativos e funcionários.

Em todos os textos legais acima citados, nenhuma discriminação existe em relação à mulher, sendo que a igualdade no direito de trabalho vem expressamente consagrada no artigo 46 da Lei Constitucional, que assegura que "o trabalho é um direito e um dever de todo o cidadão".

A mulher e o direito à propriedade e direitos de crédito

No fundamental, o Código Civil que entrou em vigor nas então colónias portuguesas em 1968 não foi em si mesmo objecto de alteração, tendo sido a sua aplicação em todo o período vivido desde a Independência até à primeira revisão constitucional quase nula.

Para o que agora nos interessa, há que assinalar a Lei do Património Habitacional do Estado (Lei no 19/91), que veio conceder ao

inquilino dos prédios urbanos confiscados ou em situação de confisco o direito de preferência no contrato de compra e venda. Essa lei é pois aplicável à mulher, desde que tenha, tal como o homem, a qualidade de inquilina por arrendamento celebrado com o órgão competente do Estado.

A mulher e os regimes matrimoniais de bens

O Código de Família aprovado pela Lei no 1/88 consagra a plena igualdade de direitos e deveres do marido e da mulher nas relações matrimoniais. A lei tem vindo a simplificar e alterar parcialmente o Código Civil anterior. São previstos somente dois regimes económicos para o casamento: o regime de comunhão de adquiridos e o regime de separação de bens.

O primeiro é o regime supletivo geral, e o segundo poderá ser escolhido por opção dos nubentes. Isso deve constar na declaração inicial para o casamento e depois confirmado no acto do casamento perante o funcionário do registo civil.

No regime de comunhão de adquiridos a administração ordinária dos bens comuns cabe indistintamente a qualquer um dos cônjuges. Os actos de administração extraordinária e alienação de bens têm que ser praticados por ambos os cônjuges e compreendem os bens imóveis, o estabelecimento comercial, os bens utilizados como instrumento de trabalho ou na vida do lar, sejam eles bens próprios ou bens comuns.

A questão da herança ou legado é acto que necessita do acordo de ambos os cônjuges.

O acesso da mulher a actividades económicas

A legislação reguladora da economia, em especial a que estabelece as regras de acesso a actividades económicas, tem como alvo agentes económicos não diferenci-

ados por sexo mas, em geral, por dimensão e nacionalidade. A questão do acesso a essas actividades é pois discutida em termos de se saber se têm acesso a uma actividade e em que condições, empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, grandes e médias empresas(sociedades) ou pequenas empresas.

Assim, na legislação económica actualmente em vigor não encontramos qualquer discriminação contra a mulher. Contudo, há alguns aspectos dessa legislação que poderão vir a integrar uma agenda das mulheres angolanas.

A lei Constitucional estabelece um princípio de não discriminação entre agentes económicos, (art.11/3: nos termos da lei, o Estado incentiva o desenvolvimento da iniciativa e da actividade privada, mista, cooperativa e familiar, criando as condições que permitam o seu funcionamento e apoia especialmente a pequena e média actividade económica).

Esse princípio é relevante em pelo menos dois aspectos:

- ♦ acesso a incentivos, donativos e crédito, e, correspondente regulamentação desse acesso;
- ♦ exigência da adopção de medidas concretas de apoio estatal às pequenas e médias empresas.

As mulheres sentem-se marginalizadas no processo de paz Caixa 8

Mulheres de nível de base em Angola sentem que foram marginalizadas no processo de paz, especialmente na última ronda de conversações que prometeu o fim de hostilidades no país.

Uma mulher vendedeira da rua, que vende massa importada diz " Neste processo de paz somos exactamente como passageiros. Ouvimos tantas promessas que nunca são implementadas."

Contudo, o governo acha que está a fazer o seu máximo para convencer a população de nível de base sobre a importância da paz e tolerância.

A Directora Nacional da Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Genoveva Da Lino, diz " apesar da não participação directa de mulheres nas conversações de paz, elas contribuíram à sua maneira e criaram uma organização chamada "Raízes da Paz." Estas mulheres têm a missão de tornar pública a sua organização e de levar ao conhecimento de outras mulheres, crianças e homens, o nosso desejo de paz, porque são as mulheres e crianças que sofrem as maiores consequências da guerra", diz Da Lino

Os membros da Raízes de Paz viajam para as zonas rurais que são mais afectadas pela guerra, para falar de paz às pessoas. "Também dissemos as pessoas que o processo de paz será apenas possível e consolidado quando nós (mulheres) estivermos envolvidas," disse Da Lino.

Durantes as reuniões de preparação para a Conferência de Beijing, realizadas em 18 províncias, foi acordado que a mensagem de paz constituiria prioridade na lista de assuntos que as mulheres Angolanas vítimas da guerra levariam para Beijing.

O comité preparatório nacional para a conferência de Beijing recomendou o envolvimento de mulheres "na resolução de conflitos em Angola e nas negociações de paz como um meio de tornar a sua participação mais efectiva.

As mulheres prometeram seguir o programa das Raízes de Paz e estabelecer um comité nacional de paz "como um meio de congregar todas as personalidades e organizações interessadas pela paz.

FONTE: AIA, Susan Njanji, Luanda, 31 de Agosto de 1995.

Uma outra norma constitucional de interesse para a mulher é a garantia constitucional da posse de terras por camponeses (art.12/4), questão que, dado o passado de espoliação de terras e a perspectiva de eventual expulsão de comunidades camponesas das terras na sua posse para implementação de grandes projectos agro-industriais ou mineiros, reveste a maior importância para a sobrevivência dessas comunidades.

A lei de Terras regulando a concessão de titularidade, uso e aproveitamento de terra para fins agrários", Lei no 21-C/92), reflecte a garantia constitucional (arts 4/2/c e 15). Contudo os mecanismos de garantia da Lei de Terras não serão talvez os mais adequados para a realidade nacional.

Estabelece-se na lei que demarcações de terrenos violando direitos de comunidades camponesas serão nulas e fazem incorrer os responsáveis em responsabilidade disciplinar, civil e criminal, mas persiste a dúvida de que essas comunidades disponham de todos os meios necessários para recorrer aos tribunais para fazer valer os seus direitos.

Uma outra questão relacionada com a Lei de Terras centra-se no critério

pelo qual são delimitadas as áreas afectas a comunidades camponesas, pois que embora referindo "sistemas tradicionais de utilização de terra" (art.15/3) a lei não estabelece uma distinção suficientemente clara entre áreas afectas a cultivo e áreas exigidas pelos sistemas de cultivo tradicionais. Poderão em consequência surgir dúvidas, e eventuais conflitos, sobre quais as áreas devam ser efectivamente utilizadas pela comunidade, em especial nos sistemas de culturas rotativas e agropastorais.

A OMA, com cerca de 1,3 milhões de membros inscritos até 1991, prestou um grande contributo na consciencialização sobre os direitos da mulher e na promoção da igualdade entre os sexos. A valorização social da mulher angolana constituiu o principal objectivo desta organização que lutou por uma participação igual a nível militar, político, económico e social.

Quanto aos aspectos legais impulsionou a aprovação do novo Código de Família em Agosto de 1987, no qual os direitos e deveres de homens e mulheres são iguais perante o casamento, divórcio e em relação aos filhos. Um dos princípios fundamentais foi o reconhecimento de todos filhos nascidos de pais casados ou não. A lei permite que uma mãe solteira ou casada registre unilateralmente o seu filho.

A Lei Geral do Trabalho consigna aspectos de grande protecção ao trabalho da mulher e da mãe trabalhadora independentemente de ser ou não casada. É permitida à mulher um dia livre por mês remunerado. A maternidade e aleitamento estão protegidos pela lei.

O direito positivo angolano não estabelece relativamente às questões de propriedade qualquer discriminação contra a mulher. No que respeita ao acesso e gestão de bens patrimoniais e ao direito de

uso e usufruto da terra, as bases legais não são discriminatórias.

As leis da Cidadania e da Nacionalidade estipulam direitos e deveres iguais para homens e mulheres.

Contudo algumas reformas legais devem ser empreendidas no que se refere às leis do planeamento familiar e do aborto. No que diz respeito a crimes de violação e adultério o código penal necessita de ser revisto com o objectivo de consagrar uma maior defesa dos direitos da mulher.

Participação na Tomada de Decisões

Os níveis de participação da mulher na tomada de decisão quer política quer económica são muito baixos. A ausência da mulher na tomada de decisões relativas às questões de paz, desarmamento e reconciliação nacional é um facto e os indicadores reflectem uma tendência negativa.

A presença feminina na Assembleia Nacional decresceu a partir de 1992. Não obstante a igualdade prevista pela Constituição, os indicadores mostram que a percentagem de mulheres entre deputados no parlamento desceu de 14,5 por cento para 9,5 por cento (Quadro 21). No executivo do governo a percentagem foi em 1996 de 20 por cento, a mais alta desde a independência.

A subordinação política de 51 por cento da população (mulheres) às

Indicadores Gerais de Participação Política 1989 e 1994

Quadro 21

Categoria	Ano	LG	Mulheres	Homens
Governo	1994	85	7,5	92,5
Assembleia do Povo	1989	70	15	85
Assembleia Nacional	1994	80	10	90
Presidentes de Partidos Políticos	1994	-	1	34

FONTE: Estudos de Ampliação de Conhecimentos das Relações entre Componentes Demográfica e Socio-Económica na cidade de Luanda. MINPLAN, Núcleo de Estudos da População, Junho de 1994.

decisões da minoria (homens) deve-se também ao facto de que os novos partidos (11 com assento no parlamento), não apresentarem mulheres na sua direcção e entre os seus quadros.

Dos 11 partidos políticos existentes em Angola e com assento no Parlamento, apenas um é liderado por uma mulher, que concorreu as eleições presidenciais e é deputada, oferecendo um elemento novo à cena política e chamando atenção para a urgência de um maior engajamento político da mulher.

A participação na tomada de decisões a nível profissional e técnico é igualmente baixa (Quadros 8 e 9), o que reflecte a discriminação contra a mulher e a dificuldade de ascender ao topo das decisões e consequentemente o avanço da carreira, com efeitos multiplicadores negativos no seu direito de exercer a livre escolha.

O Voto

A Revisão Constitucional de Maio de 1991 e em particular a lei nº20/91 define "... Direitos políticos iguais entre mulheres e homens sem qualquer discriminação, reforçando a Lei Eleitoral nº8/80 de 24 de Setembro que consagra a igualdade de votar e ser eleito a qualquer cidadão angolano para o executivo governamental.

O acordo de paz assinado em Portugal em 1991 foi um dos momentos mais importantes na história do país como um todo e em especial para as mulheres, pois elas sofreram de forma desigual neste conflito.

No desenrolar da campanha política das primeiras eleições em Setembro de 1992 as mulheres demonstraram a sua confiança na paz e tiveram um papel activo, distribuindo propaganda, fazendo educação cívica, registando as populações e apelando ao voto.

O empenho permitiu muitas mulheres pela primeira vez o contacto com a administração do estado. A perspectiva eleitoral e a paz eram factores de entusiasmo e mobilização, o que levou a um registo de 4,8 milhões de pessoas e uma percentagem de participação de voto de 91,34 por cento. Representando a mulher 51 por cento da população o seu voto massivo foi o reflexo da sua escolha e dos seus anseios.

A única mulher candidata à presidência da República arrecadou o equivalente a 0,29 por cento do total dos votos e o seu partido 2,39 por cento com presença no parlamento, um reflexo importante da participação das mulheres na política em África.

Conclusão

A primeira grande conclusão que se pode tirar é que não obstante os avanços significativos feitos depois da independência a nível jurídico, a mulher angolana, no que respeita ao acesso, gestão e partilha de bens, tem, ainda um longo caminho a percorrer até que seja efectiva a igualdade económica e social prevista na lei. Os principais factores são o seu baixo nível de escolaridade e a sua posição subordinada em termos de emprego e hierarquia social.

Parecer ser necessária a realização da investigação do direito consuetudinário e das suas relações (interferências recíprocas) com outras leis. Esse trabalho exige investigadores(as) dotados (as) das qualificações adequadas e financiamentos. Os juristas deverão assim preocupar-se em dinamizar e angariar financiamentos para a realização desses estudos.

Na regulamentação da legislação económica existente, devem os juristas estar especialmente preocupados com a criação de mecanismos efectivos que garantam o acesso das mulheres a créditos, subsídios, donativos e acções de formação.

para além da garantia efectiva do seu direito à educação, com vista a diversificar e alargar a sua participação nas actividades económicas, e à melhoria da sua situação laboral.

No domínio das privatizações, haverá que estudar os obstáculos que se opõem ao acesso de mulheres à aquisição de bens privatizados e aos mecanismos que de um modo mais efectivo garantiriam o seu acesso a esses bens.

Dado o elevado grau de participação de mulheres nas associações de camponeses, deverão estas, quando existam condições, ser redinamizadas e receber os apoios necessários.

Deverão ser implementados programas específicos de apoio às viúvas e órfãos de guerra.

No domínio da sucessão, deverão ser criados mecanismos efectivos de apoio à criança e à mulher defraudadas na partilha de bens em caso de morte.

ESTRUTURA SOCIAL E CULTURA Parentesco

Em Angola como na grande maioria das sociedades africanas a vida tradicional e o seu comportamento assentam numa relação familiar ampla de parentesco (Quadro 22). Esta relação joga um papel muito

importante na passagem dos valores tradicionais às gerações mais novas.

As relações poligâmicas são relativamente comuns e socialmente aceites, quer pela população urbana quer pela rural. É praticada por pessoas analfabetas e instruídas, embora este tipo de relação não esteja reconhecido por lei.

O modelo de família cristã monogâmica e fortemente patriarcal tem influenciado a organização e as relações familiares.

Retrato Social da Mulher

A mulher angolana é bonita, bondosa e com alta capacidade adaptativa. O seu papel tem-se modificado e adaptado aos novos tempos, enfrentando desafios e dificuldades. Ela vende, negocia, carrega água, trata dos filhos, produz, inova.

Na década 80 Angola assistiu à transformação da mulher nos domínios político, económico e social, como consequência da revolução. A mulher alfabetizou-se, instruiu-se, lutou por direitos iguais dentro da família e do trabalho. A luta pela emancipação foi desencadeada, mas os objectivos ainda estão longe de serem atingidos.

Neste processo nem todas tiveram as mesmas oportunidades. A participação da maioria das mulheres no mercado de trabalho e consequente-

Valores Tradicionais Caixa 9

Os modos tradicionais em Angola, baseados nas relações familiares, desempenham uma parte importante nas várias formas de vida da população. Estas normas e valores tradicionais são transmitidos de geração a geração, dos mais velhos aos jovens e especialmente, quando estes últimos são socializados para a vida adulta.

O fim da guerra em Angola não modifica o impacto dos valores tradicionais sobre mulheres e homens. Deste modo, é importante avaliar o peso destes valores tradicionais e atitudes, na medida em que eles afectam particularmente - positiva ou negativamente - as capacidades da mulher para estar activamente envolvida nas iniciativas do desenvolvimento.

Esta avaliação inclui atitudes tradicionais sobre a poligamia, a pressão sobre a mulher de que esta deve ter muitas crianças, tratar as mulheres nas cidades como apenas domésticas, o impacto que a economia tem sobre as mulheres, etc.

FONTE: Análise Genérica do País, ASDI, Outubro de 1991.

População Total por Chefes de Agregado Familiar e Relação com o Chefe de Agregado Segundo o Género, Luanda, 1992-1993

Quadro 22

Categoria Ocupacional Principal	1992			1993		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
População Total	843.787	839.843	1683.630	936.731	885.676	1.822.407
Chefe de Família	32.659	195.315	297.888	57.008	235.224	292.232
Relação com o Chefe:						
Esposo/Esposa	183.008	1.903	184.911	213.087	3.986	217.073
Filho/Filha	430.574	436.746	867.320	466.844	466.591	933.435
Outros Parentes	167.990	177.283	345.273	194.875	175.776	370.651
Não Parentes	28.213	26.239	54.452	4.917	4.099	9.016
Não Especificado	1.343	2.357	3.700	-	-	-

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito sobre Emprego e Desemprego

Direitos Maternais e Paternais Caixa 10

- ◆ Nas relações familiares, tanto a mãe como o pai tem os mesmos direitos e obrigações; a escolha do nome da criança deve ser feita de comum consenso. A custódia deve ser exercida por ambos os cônjuges. No caso de discórdia entre os cônjuges, a decisão é tomada pelo tribunal;
- ◆ No caso de separação do casal, tanto o pai como a mãe têm a mesma responsabilidade sobre a criança, e no caso de morte, ausência ou incapacidade de um deles, a custódia sobre a criança passa a ser exclusivamente exercida pelo cônjuge que estiver em perfeitas condições;
- ◆ A lei reconhece os direitos paternais e maternais de crianças nascidas fora do casamento e abole a distinção entre crianças legítimas e ilegítimas; e
- ◆ No caso de adopção e tutela, tanto o homem como a mulher gozam dos mesmos direitos e obrigações.

FONTE: Análise Genérica do País, Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, Outubro 1991.

mente, no desenvolvimento do país continua limitada em relação com os homens.

Cultura

Segundo a definição dos cientistas, a cultura é o estado de uma população, suas crenças, técnicas, usos, direitos, religião, a sua interdependência com a natureza, o seu trabalho e sobretudo a comunicação.¹⁶

A cultura como expressão do sistema social é influenciada pelos factores acima descritos, que se reflectem nas suas variadas manifestações.

As características culturais da mulher angolana não são homogéneas. Se por um lado uma forte tradição de raiz bantu é predominante nas zonas rurais, por outro, nas zonas urbanas misturam-se de maneira confusa expressões culturais de proveniências diversas.

Neste contexto, a mulher angolana é agente de uma cultura na qual o seu substracto tem forte influência bantu e a sua participação manifesta-se, entre outras formas, nas cerimónias e ritos de iniciação, morte ou festejos. Nestas formas de participação, a mulher tem um lugar de destaque e como mãe simboliza a ponte de passagem das tradições e valores culturais às novas gerações.

Nas formas de expressão artística e cultural formalizadas nas áreas

urbanas, constata-se que é crescente a tendência da mulher se inserir na pintura, escultura, música e dança. Outras informações referem que em 1987 entre os 62 membros da União de Escritores Angolanos, apenas cinco eram mulheres. Esta situação tem-se modificado paulatinamente.

O número de frequentadores das 24 bibliotecas públicas tem aumentado pouco (Quadro 23). O mesmo acontece com os espectadores de cinema. Se se associa estes números aos níveis baixos de escolaridade feminina presume-se que a mulher não representa uma faixa significativa de leitores.

Sendo cultura parte do desenvolvimento e valorização do capital humano de um país, então Angola necessita de mobilizar toda a sociedade a participar de igual para igual.

Religião

A religião e as crenças dos angolanos é fortemente influenciada por outros aspectos culturais. Diferentes religiões e igrejas convivem hoje pacificamente em Angola, numa mistura religiosa com fortes elementos animistas, "crença em seres espirituais". Este convívio entre as religiões "formais" e as crenças espirituais tradicionais não se esgotam em si mesmo mas complementam-se de acordo aos momentos e condições. A igreja mantém um contacto muito estreito com as populações e em especial com a mulher, sobretudo seus problemas diários, e entende a importância positiva e negativa dos valores tradicionais.

A mulher é membro activo das igrejas e das diversas vertentes religiosas, procura refúgio espiritual e organiza-se em programas úteis à sociedade. Beneficia da formação e promove formação, como a dactilografia, enfermagem, costura, culinária e como professora primária.

Indicadores de Actividade Cultural , 1992-93		Quadro 23
RUBRICAS	1992	1993
Bibliotecas		
Número de Estabelecimento	42	24
Número Annual de Leitores	54,420	56,625
Museus		
Número de Estabelecimento	16	11
Número Annual de Utilizadores	59,096	48,690
Cinemas		
Número de Salas	41	25
Número Annual de Espectadores	476,271	479,271

FONTE: INE, Perfil Estatístico Económico e Social, 1995

Ela representa a maioria dos fiéis mas no entanto, não ocupa nenhum lugar de destaque nas igrejas em Angola, nem tem poder de decisão ou autoridade.¹⁷

Casamento e Acesso ao Filhos

A Lei Constitucional da República de Angola estipula direitos iguais para mulheres e homens sem discriminação de sexo, religião e raça. Este reconhecimento reflecte-se nos assuntos da família, casamento, divórcio e filhos.

Taxas de Escolaridade Segundo o Nível de Ensino e o Género em Indivíduos com Mais de Seis Anos, em Cinco Capitais de Província 1995

Quadro 24

Níveis de Ensino	Masculino	Feminino	Total	IM
Primeiro nível	48,5	51,5	100	102
Segundo nível	50,6	49,4	100	94
Terceiro nível	48,7	51,3	100	96
Ensino médio	50,7	50,8	100	102
Ensino superior	69,5	30,5	100	227

FONTE: INE - Perfil da Pobreza, 1996

IM: Índice de Masculinidade - sobre a base dos efeitos de idade escolar, número de inscritos do sexo masculino e feminino.

Indicadores de Disponibilidade de Recursos, Ensino de Base e Ensino Médio, 1992-1994

Quadro 25

Províncias (Anos)	Instituições	Médias				
		Salas de Aulas	Alunos	Professores	Alunos/Sala	Alunos/Professores
Luanda						
1992/93	247	2.809	313.806	8.839	112	36
1993/94	157	3.449	415.719	11.368	121	37
Malange						
1992/93	145	1.007	129.283	3.245	128	40
1993/94	149	1.011	131.596	3.244	130	41
Benguela						
1992/93	28	110	9.857	365	90	27
1993/94	34	138	1.585	462	11	3
Lunda-Sul						
1992/93	40	364	32.235	1.151	89	28
1993/94	42	401	21.293	1.246	53	17

FONTE: Instituto Nacional de Estatística.

O novo Código da Família aprovado em Agosto de 1987 defende a igualdade de direitos e responsabilidades entre mulheres e homens. Este código assegura a todos os filhos nascidos ou não de pais casados, iguais direitos, abolindo os chamados "filhos ilegítimos".

Nas questões de adultério, a pena é mais pesada para a mulher, numa relação absolutamente discriminatória.

EDUCAÇÃO E OS MÍDIA

Após a independência a educação tornou-se gratuita para todos os cidadãos sem discriminação de sexo ou raça. A taxa bruta de matrículas aumentou na proporção

do crescimento demográfico, sem o correspondente desenvolvimento das infraestruturas.

Educação Formal e Informal

O sistema educacional em Angola é constituído de seis níveis assim divididos:

- ◆ primeiro nível - 4 anos
- ◆ segundo nível - 2 anos
- ◆ terceiro nível - 2 anos
- ◆ nível médio - 4 anos com os cursos de Economia, Contabilidade, Jornalismo e de Educação
- ◆ pré-universitário - 2 anos
- ◆ nível terciário

A nível superior existe uma única Universidade, a Agostinho Neto, em Luanda com as seguintes facul-

dades: Educação, Medicina, Economia, Engenharia, Ciências Agrárias, Ciências e Direito.

O primeiro nível é obrigatório e o estudante não tem nenhum encargo financeiro para ser admitido em qualquer estabelecimento de ensino. A língua oficial e única para o sistema de ensino é o Português. A

abertura de escolas privadas nacionais foi autorizada em 1991. Nesse mesmo ano foi permitida a abertura de escolas ligadas às igrejas. Estas instituições oferecem serviços do primeiro ao terceiro nível. Estas escolas missionárias são muito caras quando comparadas com os salários praticados pelo Estado.

As taxas de matrícula nos primeiros níveis de ensino são elevadas. O número de matrículas de rapazes é superior ao das raparigas, não sendo, contudo, essa diferença significativa entre os sexos (Quadros 24 e 30). Os níveis de escolaridade das raparigas são baixos e vão decrescendo com o aumento dos níveis académicos (Quadro 27).

De acordo com o inquérito de receitas e despesas realizado em Luanda em 1990 apenas 2.9 por cento das raparigas e 7.1 por cento dos rapazes atingem o nono ano de escolaridade. O inquérito das condições de vida da população realizado em cinco capitais de províncias de Angola em 1995 refere que 67,6 por cento das mulheres não alcançam nenhum nível escolar.

O ensino superior registou no período entre 1990 e 1992 um decréscimo na ordem dos 3,1 por cento. O número de estudantes universitários em 1992 era de 6.331 em relação aos 6.534 de 1990. Os homens constituem a maioria em quase todas as faculdades com excepção da faculdade de medicina. (Quadro 30).

Conceitos	U. M.	Anos Lectivos		
		1991/92	1992/93	1993/94
Iniciação	Municip.	164	215	--
Ensino de Base	Milhares	1.150	1.178	1.089
Nível I	Milhares	990	989	907
Nível II	Milhares	125	147	132
Nível III	Milhares	35	42	50
Ensino Médio	Municip.	20	23	12
Técnico	Milhares	11	12	12
Normal de Educação	Milhares	9	11	--
Pré-Universitário	Milhares	6,107	6,762	--
Superior	Milhares	6,534	6,331	--

FONTE: Ministério da Educação, 1994

Classe	Mulheres	Homens	LG
1 ano de escolaridade	21,3	15,1	-6,2
2 - 4 anos de escolaridade	41,9	35,9	-6
5 - 6 anos de escolaridade	22,8	26,3	3,5
7 - 8 anos de escolaridade	11,1	15,6	4,5
9 - 10 anos de escolaridade	2,0	4,2	2,2
10 e mais anos de escolaridade	0,9	2,9	2
Total	100	100	-

FONTE: Inquérito de Receitas e Despesas à Cidade de Luanda, 1990

Taxa de Alfabetização de Adultos		Taxa de Matrículas no I Nível - Taxa Bruta		Taxa Total de Alfabetização	Taxa de Alfabetização de Adultos como % da dos homens	Taxa de Matrículas como % da dos homens
1990	1990	1989 - 92		1990	1990	1989 - 1992
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino		Masculino	Feminino
56	29	95	87	42	52	92

FONTE: Relatório de Desenvolvimento Humano, PNUD - 1995

O inquérito de 1995, concluiu que a taxa de escolaridade no ensino superior é mais elevada entre os homens, 69,5 por cento, do que entre as mulheres, 30,5 por cento.

A degradação da qualidade de ensino e a ausência de condições materiais e perspectivas nas escolas desestimulam a participação dos alunos.

As taxas de abandono escolar reflectem um verdadeiro êxodo escolar com taxas que variam entre 9,7 por cento na Huíla e 53,8 por cento em Malange e Lunda-Sul. As raparigas apresentam uma taxa de abandono escolar superior a dos rapazes nas províncias de Cabinda e Lunda-Sul (zona de forte actividade mineira) (Quadros 32 e 33).

Ensino Informal

O ensino informal surgiu para cobrir as necessidades de educação na periferia das grandes cidades e nas províncias onde o sistema formal de educação não correspondia à qualidade e quantidade da procura. Não existem no Ministério da Educação estatísticas da dimensão deste subsistema. Uma das formas do ensino informal são as chamadas "explicações" em residências privadas com apenas um professor para leccionar diferentes matérias de diversos níveis de educação numa mesma sala de aula.

Educação de Adultos

Em 1975, quando se proclamou a independência a taxa global de analfabetismo era de 85 por cento. O Relatório Mundial de Educação refere que em 1991, 58,3 por cento da população angolana com mais de 15 anos era analfabeta, o que significa aproximadamente 6,7 milhões de pessoas. Deste número a maioria são mulheres com indicadores entre 50 a 55 por cento.

Esta diferença significativa na taxa de analfabetismo teve e tem reflexos negativos no mercado de trabalho onde a mulher apresenta

índices superiores de desemprego que o homem. Em consequência disso a sua participação social é subalternizada porque tem que depender dos rendimentos do seu marido.

No domínio do ensino de adultos o Governo lançou durante anos uma campanha de alfabetização programada por etapas. Em 1978, Angola recebeu um prémio por este esforço de combate ao analfabetismo. A 10ª etapa concluída em 1985 e abrangeu um total de 361.621 mulheres, sendo 8.191 militares, 33.195 operárias, 200.633 camponesas e 119.602 indiferenciados. Até 1992 o total de pessoas alfabetizadas era de 1.209.804. No entanto o diferencial entre os sexos situa uma mulher para cada dois homens alfabetizados. Este esforço não foi continuado e a fase pós-alfabetização não tem sido

Habilitações Literárias (percentagens) Por Género em Luanda, 1990 Quadro 29

Sexo	Letrada	Analfabeta
Mulher	45,5	54,5
Homens	68,6	31,4
Total	56,8	43,2

FONTE: Inquérito de Receitas e Despesas na cidade de Luanda, 1990

Estudantes na Universidade Agostinho Neto por Faculdade, (percentagem) na Cidade de Luanda 1988-1989 Quadro 30

Faculdades	Mulheres	Homens	Lacuna do Género
Medicina	56,3	43,7	-12,6
Ciências	39,2	60,4	21,2
Economia	26,1	73,9	47,9
Engenharia	21,2	78,8	57,6

FONTE: Análise sobre o Género, Lisa Akesson, 1992

Nível de Escolaridade por Género, População com 10 Anos ou Mais Quadro 31

Qualificações	Mulheres	Homens
Analfabetos	172.302	53.247
Nenhum nível	56.125	56.733
1º nível	167.223	159.048
2º nível	122.277	142.421
3º nível	79.117	116.421
Ensino Médio	25.696	47.998
Pré-universitário	5.162	7.405
Ensino Superior	7.102	18.537
Ensino de Adultos	1.732	220

FONTE: Inquérito Sócio-Demográfico e Emprego na cidade de Luanda, INE, 1993:45-6.

A questão do género na educação

Caixa 11

Nos termos da Lei, mulheres e homens têm acesso livre à educação, sendo os primeiros quatro anos obrigatórios. A implementação desta política é demonstrada pelo número elevado de rapazes e raparigas matriculados no nível primário que é mais ou menos igual.

A partir de 1981/82 até 1984/5, a percentagem de raparigas com idades compreendidas entre seis e 18 anos nas escolas primárias oscilou entre 45,9 por cento e 46,3 por cento.

No nível secundário, o censo de 1983/84 em Luanda indica que enquanto que 3,3 por cento de rapazes conseguiram chegar ao nível secundário, apenas 1,7 por cento de raparigas ascendeu a esse nível. Nas zonas rurais, as taxas são 0,4 por cento e 0,2 por cento respectivamente.

No nível Universitário, cerca de um terço de estudantes são mulheres, embora em 1988/89, as mulheres constituíssem 56 por cento de estudantes da Faculdade de Medicina. Nas restantes faculdades, os homens são a maioria.

Na realidade, as raparigas só concluem o nível primário e desistem mais cedo da escola do que os rapazes, apresentando índices de desistências muito elevados. Em Luanda, 25 em cada 100 alunas concluem os primeiros quatro anos de ensino, enquanto que nas zonas costeiras, apenas 20 em cada 100 o conseguem.

Um estudo realizado na Província de Malanje, indica que apenas um quarto de estudantes do nível secundário são do sexo feminino. Dos que concluem a oitava classe um oitavo são rapazes. Estas são, entre outras, as razões que justificam o índice elevado de desistências:

- ◆ a tendência de manter as raparigas em casa quando os seus serviços são necessários, e por isso não conseguem fazer o nível primário.
- ◆ desincentivo financeiro, especialmente nas zonas rurais, para levar as raparigas para além do ensino secundário.

FONTE: Análise Genérica do País, ASDI, Outubro de 1991.

Taxas de Abandono Escolar por Género e Idade, 1992-94

Quadro 32

Províncias (Anos)	Taxa de Abandono Escolar, % Total dos Alunos				Total	Taxa de Escolaridade
	Masculino	Feminino	LG	5 - 14 Anos		
Luanda						
1992/93	16,1	15,3	0,8	10,4	16,7	51,0
1993/94	11,9	10,1	1,8	14,1	11,0	61,8
Cabinda						
1992/93	12,1	14,5	-2,4	12,6	13,2	38,8
1993/94	13,6	13,6	0	11,6	13,6	44,5
Malange						
1992/93	55,4	51,6	3,8	53,2	53,8	9,3
1993/94	43,1	43,3	-0,3	45,3	43,2	6,3
Huíla						
1992/93	10,3	9,0	1,3	10,0	9,7	26,3
1993/94	19,9	17,8	2,1	17,9	18,9	22,8
Benguela						
1992/93	32,5	30,1	2,4	31,6	31,3	53,1
1993/94	20,5	18,5	2,0	19,4	19,5	52,7
Lunda - Sul						
1992/93	30,8	35,8	-5,0	32,5	33,1	19,8
1993/94	37,2	38,2	-1,0	37,1	37,7	23,8
Kwanza - Sul						
1992/93	29,9	22,0	7,9	30,8	27,4	21,0
1993/94	19,6	17,8	1,8	12,5	18,9	27,0

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, Adaptada

eficaz de forma a permitir a consolidação e alargamento da aprendizagem.

O ensino de adultos regista taxas de repetência e abandono na ordem dos 74 por cento. Apenas 26 por cento dos que iniciam terminam a quarta classe. A percentagem de mulheres é superior reflectindo uma desigualdade entre os sexos. Os níveis de procura neste subsistema são baixos agravados pelo carácter inadequado do material pedagógico e infraestruturas.

Educação Popular

No seu programa, o sistema educativo de Angola não integra a visão sobre educação popular, nem a mesma se encontra sob tutela de qualquer ministério de maneira explícita. Algumas idéias e práticas têm sido transmitidas por diferentes ONG's e consultores na forma de

enquadrar os elementos culturais, usos e costumes na perspectiva educativa ou melhoria das condições de vida das populações.

Socialização

Os factores de ordem política, económica e social caracterizam fortemente o processo de socialização em Angola.

Total de Abandono Escolar por Províncias, Números e Percentagens Quadro 33

Províncias	Matriculados		Abandonados(%)	
	1992/93	1993/94	1992/93	1993/94
Luanda	313.806	415.719	16,7	11,0
Cabinda	24.271	36.169	13,2	13,6
Malange	32.235	21.293	53,8	43,2
Huíla	76.282	66.153	9,7	18,9
Benguela	129.283	132.316	31,3	19,5
Lunda - Sul	9.857	11.935	33,1	37,7
Kwanza - Sul	42.182	55.096	27,4	18,9

FONTE: Instituto Nacional de Estatística.

Número de Alunos Matriculados por Género e Nível de Ensino, 1992-94, Quadro 34

Províncias	I Nível		II Nível		III Nível		Ensino Médio		Total	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Luanda										
1992/93	102.631	105.133	34.051	31.266	13.486	14.877	6.683	5.689	156.851	156.965
1993/94	134.366	139.766	37.159	44.225	21.023	23.309	8.943	8.943	200.706	216.243
Cabinda										
1992/93	8.365	8.420	1.620	2.052	1.084	1.633	363	743	11.432	12.848
1993/94	13.860	14.207	1.885	2.506	716	1.349	495	126	16.956	18.188
Malange										
1992/93	10.260	11.288	2.631	4.532	793	1.694	431	606	14.115	18.120
1993/94	7.248	8.997	1.012	1.368	409	698	409	698	9.078	11.761
Huíla										
1992/93	28.475	32.261	4.329	5.797	1.535	1.938	790	1.157	35.129	41.153
1993/94	27.320	29.284	2.714	3.005	1.025	1.232	655	918	31.714	34.439
Benguela										
1992/93	48.899	52.135	6.926	8.302	4.622	4.663	1.566	2.170	62.103	67.270
1993/94	50.731	53.336	7.577	7.917	4.121	4.769	1.629	2.241	64.058	68.258
Lunda-Sul										
1992/93	3.980	4.009	406	592	90	178	150	452	4.626	5.231
1993/94	4.850	5.208	320	509	195	332	110	351	5.475	6.400
Kuanza -Sul										
1992/93	15.721	21.247	1.447	2.239	175	558	232	458	17.575	24.502
1993/94	21.082	28.319	1.588	2.588	303	643	181	333	23.154	31.883
Moxico										
1992/93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1993/94	4.995	5.469	516	770	80	198	-	-	5.591	6.437
K.Kubango										
1992/93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1993/94	3.304	4.072	193	314	106	236	-	-	3.603	4.649

FONTE: Instituto Nacional de Estatística

A instabilidade político-militar origina grandes migrações das zonas rurais para as zonas urbanas e, conseqüentemente, um confronto permanente entre os valores tradicionais de que aqueles são portadores e os valores existentes das zonas urbanas.

Deste confronto resultam fenómenos que nalguns casos poderão ser de dupla socialização, uma vez que ambos valores coexistam, enquanto que em outros casos se assiste a uma progressiva perda dos valores tradicionais.

Não obstante esta conjuntura desfavorável, a mulher consegue permanecer como o sustentáculo mais importante do agregado familiar. Esse estatuto advém das várias formas como intervem na vida económica, com destaque para a sua participação no sector informal (comércio de géneros alimentícios), prestação de serviços e outras actividades, incluindo prostituição (Quadros 19).

A sua necessidade de ajustamento às novas formas de vida impostas pela conjuntura político-económica, determina a alteração de comportamentos, que se podem manifestar socialmente negativos. Estes podem ser detectáveis ao nível da delinquência feminina, da prostituição e no comércio da droga.

As altas taxas de desemprego e níveis de pobreza da maioria da população determinam que se diluam os vínculos de responsabilidade no interior da família, dando origem a novas formas de comportamento social.

O processo de socialização em Angola está assente na diversidade cultural. O factor de deslocação leva à destribalização e obriga ao convívio de pessoas de diferentes regiões e grupos étnicos.

Formação

A política de Angola no que concerne à formação profissional até 1992 não integrava uma estratégia de desenvolvimento nem de emprego. O novo programa contraria essa tendência,

definindo a formação profissional como a ponte entre a educação e o emprego, com base na observação do mercado urbano. As estatísticas apontam que 71 por cento da População Economicamente Activa (PEA) está desempregada e mostram a necessidade de gerar anualmente seis por cento de novos empregos nas cidades. Contudo este novo programa não integra as questões do género.

Os centros de formação vocacional de acordo com o programa definido para 1997 pretendem apoiar especialmente jovens desmobilizados, crianças de rua e mulheres. A promoção de um maior acesso da mulher a esses centros será realizado através de quotas de discriminação positiva para os programas. Estas possibilidades são maiores nos centros urbanos do que em centros rurais.

De forma desordenada e paralela vão sendo realizadas acções de formação profissional através das empresas de forma a melhorar as capacidades internas. Não são conhecidos sinais de discriminação positiva dentro das empresas quanto à participação da mulher, no entanto a média aponta que 1/3 dos formandos são mulheres.

A participação feminina nos cursos de formação profissional nas instituições vocacionais têm crescido, mesmo naqueles ramos tradicionalmente considerados para homens como a electricidade, mecânica, carpintaria, electrónica e trabalho metalúrgico. Os níveis de inscrição destas mulheres, aumentaram de 15 por cento em 1986 para os 30 por cento em 1992, existindo nestas áreas formadores do sexo feminino.

Embora a participação feminina seja crescente, a percentagem de desistências é superior entre mulheres do que entre homens. Esta atitude leva à reflexão sobre a necessidade da criação de estímulos

específicos para a retenção da mulher dentro do diversos sistemas de educação/formação.

Acesso e Controlo

Sobre os Mídia

O papel da comunicação social como meio de informação e formação tem-se modificado ao longo destes anos. Em Angola as diferentes formas de comunicação mantêm-se sob controlo do Estado, tutelado pelo Ministério da Comunicação Social, fortemente politizado e não cobre a totalidade do país.

Um aspecto que importa analisar é o da mulher como objecto de informação e produtora activa de informação.

O controlo dos meios de comunicação social e a disseminação de informação são instrumentos de enorme poder. As mulheres representam apenas 20 por cento da classe jornalística numa posição desigual em termos de participação. O acesso da mulher aos órgãos de comunicação social não é discriminatório, mas o baixo nível de instrução entre as mulheres é o seu maior obstáculo.

A informação produzida pelos meios de comunicação veicula a imagem e opinião negativa da mulher nos diferentes domínios da vida política, económica e social.

Nos anos seguintes à independência priorizaram-se programas dentro de um quadro de igualdade entre os sexos, projectando positivamente a imagem da mulher. Uma das principais referências dessa época surge por volta de 1976/77 com o Programa "Para a Mulher", na luta contra o obscurantismo pelo trabalho socialmente útil. Este programa, transmitido pela Rádio Nacional de Angola, tinha como princípio a promoção e dignificação social da mulher e a sua formação.

Os anos 90 trouxeram novas regras de actuação e de gestão económica.

Estes elementos influenciaram o tipo e a filosofia de comunicação. A tendência é a de "blocos" temáticos gerais sem preocupação de produzir informação para grupos específicos. Em termos gerais os meios de comunicação social estão afastados do problema do género. Assiste-se a uma falta de consciência para a importância e a necessidade de se integrar o género no desenvolvimento sócio-económico do país.

A Luanda Antena Comercial (LAC) uma das mais importantes rádios privadas tem como sua principal accionista uma mulher, mas cobre apenas a cidade de Luanda (capital). A história desta jornalista está ligada aos programas "Para a Mulher"(Rádio) "Estúdio Aberto" (TV), "Companheiros"(Rádio), todos dirigidos à mulher na luta contra a discriminação e desigualdade. A intenção de programas dirigidos à mulher permanece sendo a tentativa de reverter a actual imagem da mulher e preparar a sociedade para os novos desafios.

A televisão, um dos mais fortes veículos de imagem e mensagem, não tem programas específicos sobre o género, embora a imagem da mulher nos mais diferentes domínios seja permanente.

Relativamente à publicidade, a Televisão segue a tendência tradicional de utilização da mulher como objecto. As publicidades mostram-na geralmente dependente, bonita e quase despida.

AMBIENTE E CONDIÇÕES DE VIDA

Situação Ambiental

Angola é um país com baixa densidade populacional e o crescimento da sua população está estimado em cerca de 2,7 por cento ao ano e a projecção urbana corresponde a 14,9 por cento.

A rápida urbanização da população angolana está fortemente influenci-

ada pela guerra e por desequilíbrios sócio-económicos no país. Dezasseis por cento da população urbana vive nas 16 cidades do país e todas estas cidades conhecem graves problemas de degradação das suas infraestruturas motivado fundamentalmente por:

- ◆ deficiente rede de colecta de águas pluviais e residuais;
- ◆ serviço irregular de recolha e tratamento de lixos urbanos;
- ◆ deficientes sistemas de suprimento de água limpa e potável;
- ◆ deficientes fontes de abastecimento de energia doméstica;
- ◆ deficiente rede de cobertura sanitária;
- ◆ ausência de planos de desenvolvimento urbano particularmente em Luanda e noutras cidades do litoral;
- ◆ deficientes mecanismos dos despejos de efluentes industriais e domésticos; e
- ◆ poluição costeira;

Das 16 grandes cidades do país apenas quatro, Luanda, Malange, Huambo e Namibe, contam com sistemas de saneamento básico, inclusive colectores de águas pluviais, enquanto cidades importantes, como Benguela, não dispõem de rede de saneamento. Outrossim, a rede de saneamento cobre entre 13 a 30 por cento da população urbana.

O rápido crescimento das zonas periurbanas não foi acompanhado por um desenvolvimento de infraestruturas básicas, como água potável, rede de esgotos e colectores de águas pluviais, energia eléctrica, extensão dos serviços comerciais e da rede sanitária.

A proliferação de construções pobres sem o mínimo de higiene e em lugares de elevado risco (erosão e desabamento de terras) aumentaram o risco e o desenvolvimento de um grande número de doenças endémicas, infecciosas, surtos

epidémicos de cólera e sarna e doenças diarreicas agudas, principais causas do alto índice de mortalidade da população.

A vulnerabilidade sanitária da população do país está também ligada ao seu nível cultural e estado nutricional.

Os esforços do Governo nos primeiros anos da independência nacional para a elevação do nível de escolaridade foram drasticamente afectados pelo prolongamento e intensificação da violência armada.

Em Angola, as questões do meio ambiente são de certo modo novas. Os artigos 24 e 90 da Constituição do país definem como princípio geral da política ambiental o seguinte:

“Todos os cidadãos têm o direito de viver num ambiente não poluído e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. O Estado, por meio de organismos próprios e por apelo de iniciativas populares e comunitárias deve promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva.”¹⁸

“A política ambiental tem como objectivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições para o desenvolvimento sócio-económico, correspondente aos interesses da segurança social e a protecção da dignidade da vida humana, bem como garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto sustentado.”¹⁹

Condições de Vida

As actuais condições de vida são difíceis reflectindo-se nos cada vez maiores sinais exteriores de pobreza da maioria da população. A pobreza é um dos maiores inimigos do ambiente, posto que destrói o equilíbrio entre homem-natureza e

afecta de forma diferenciada mulheres e homens. A pobreza é mais agressiva sobre a mulher, pois é ela que apresenta maiores índices de desemprego, e tem maiores responsabilidades na manutenção do agregado familiar.

O meio urbano está congestionado devido à excessiva concentração de população e cada vez mais ruralizado devido ao *modus vivendi* dos novos habitantes. Luanda em 1993, estimava-se que tivesse 1,8 milhões de pessoas, com uma densidade de 638,7 hab/km².²⁰ Este processo rápido de ocupação trás consigo consequências ambientais e de saúde pública preocupantes pelo facto das principais cidades não possuírem infraestruturas adequadas para tão grande número de habitantes.

A vivência num habitat com poucas condições para a dignidade humana, como são as zonas peri-urbanas de algumas cidades do país principalmente (Luanda), em que os "musseques" são desorganizados e anárquicos, estimulam as doenças mentais e situações favoráveis a droga, stress, alcoolismo, delinquência, violência, as quais actuam desfavoravelmente sobre a mulher.

As doenças endémicas como a malária, doenças diarreicas agudas, doenças parasitárias e transmissíveis, prevalecem onde os lixos e esgotos estão sob céu aberto.

Acesso à Água

Angola, numa primeira inventariação, possui 437,000 km², ou seja 40 por cento do território, de recursos hídricos.²¹ No entanto, de acordo com as Nações Unidas - PNUD no seu relatório sobre o Desenvolvimento Humano para 1995 apenas 41 por cento dos angolanos tiveram acesso à água limpa/potável entre 1988 e 1993. Pensa-se que actualmente a situação seja ainda mais grave pois as condições desde então deterioraram-se fortemente.

O inquérito prioritário sobre as condições de vida da população realizado em 1995 em cinco cidades capitais de Angola refere que 42,1 por cento de angolanos tem abastecimento de "água corrente" canalizada. Esta é uma percentagem de casas que tem um sistema interno de água corrente que opera através de moto-bomba e tanques de armazenamento. A água corrente canalizada e disponível regularmente cobre apenas 15,3 por cento da população urbana. O inquérito revela ainda que 37,6 por cento da população urbana é abastecida por tanque ou cisterna de água, oito por cento utiliza o chafariz público, 7,7 por cento o poço, 2,7 por cento por rio e as lagoas e 1,6 por cento utiliza outras formas não especificadas. (Quadro 35)

Este facto tem consequências graves em termos de condições de saúde pública e das principais causas de morte, as quais estão ligadas ao acesso a água potável. O difícil acesso à água obriga a um grande esforço por parte da mulher, já que a tarefa de abastecimento e racionamento do agregado está a cargo exclusivo dela. A disponibilidade de água nas zonas urbanas está em média a uma distância do domicílio que varia entre os 200m a 400m. O agregado familiar depende 16 por cento do seu rendimento para se abastecer de água.

Embora não existam indicadores de âmbito nacional, um estudo realizado em 1990 nas zonas rurais do Namibe, Huíla e Cunene revela que em média são necessários uma hora a pé de casa até às fontes de abastecimento de água, que podem ser o rio ou a cacimba.

Acesso ao Transporte

O acesso aos transportes é difícil. A circulação de pessoas e bens não é regular e, sobretudo, não é segura. Os transportes urbanos ou rurais, terrestres, marítimos ou aéreos estão sob controlo dos homens. A mulher está em uma situação su-

Indicadores de Disponibilidade de Água* 1995	Quadro 35
Principal fonte de abastecimento de água	% de domicílios
Água canalizada	42,1
Chafariz	7,6
Rio/Lagoa	2,6
Poço/Cacimba	6,7
Cisterna/Tanque	39,4
Outros	1,6
Total	100
Disponibilidade de água no domicílio	
Água Canalizada**	45,2
Disponível permanentemente	15,3
Distância para ir buscar água	
Menos de 200 metros	53,7
200 a 400 metros	32,4
500 a 1000 metros	10,8
Mais de 1000 metros	3,1
Total	100
Tratamento de água para beber	
Sim	53,5
Não	46,5
Total	100
Despesas em água do domicílio	
Água	16,0

FONTE: INE - Perfil da Pobreza em Angola, Setembro, 1996

* Indicadores com base no inquérito à cinco capitais de províncias, zona urbana e peri-urbana.

** Água canalizada no domicílio não significa necessariamente disponibilidade de água pelo sistema.

bordinada e dependente posto que ela tem menos chances de tirar uma carta de condução que os homens. As poucas bicicletas e carros de bois são utilizados e controlados nas zonas rurais pelos homens.

Os transportes urbanos colectivos são de baixa qualidade, quer os públicos como os privados vulgo "candongueiros". O número de taxitas privados é limitado. Nas regiões do interior este problema é muito mais sério. A estas questões juntam-se as estradas inadequadas e o estado do parque automóvel velho e poluente.

Gestão de Recursos Naturais

Angola possui uma base de recursos naturais muito rica e diversificada num espaço territorial escassamente populado, apresentando fortes concentrações na faixa litoral.

A instabilidade politico-militar em combinação com a má administração impediram por um lado a exploração generalizada de alguns recursos naturais, mas por outro lado aceleraram a de outros, nomeadamente o petróleo e os diamantes, para financiar a guerra.

A dependência económica da exploração rápida de produtos não renováveis, como são o petróleo e os diamantes, cria alguma apreensão relativamente ao futuro das novas gerações. O controlo dessa exploração e do meio ambiente circundante não tem sido, ao longo de 20 anos, muito eficaz devido à frágil base institucional e a falta de recursos humanos, originando lacunas de gestão, extensíveis igualmente à exploração dos recursos piscícolas.

Os sectores petrolífero e pesqueiro possuem uma participação da mulher em termos produtivos inferior a um por cento, no entanto ambos os Ministérios são tutelados por mulheres e representam as principais fontes de recursos financeiros do país.

Segurança

A segurança afecta de forma diferenciada homens e mulheres. As mulheres rurais devido ao seu papel de produtoras de alimentos estão muito ligadas à natureza e actualmente vivem sob o medo das minas anti-pessoais.

As minas estimadas entre seis e 10 milhões estão em todo o território, quase uma para cada habitante e quebram os laços tradicionais da mulher com a natureza. Esse facto põe em risco a segurança alimentar devido à incapacidade produtiva e impede a circulação de pessoas e bens.

Nas zonas urbanas, o problema da segurança coloca-se ao nível da marginalidade e o crime sobre a segurança física das pessoas e seus bens por um lado e pela insalubridade do meio físico por outro.

A violência reinante no meio urbano provocada pelo desemprego, desorganização social e acesso fácil às armas envolve as cidades num clima de insegurança permanente. Igualmente a enorme concentração de pessoas com difícil acesso à água e inadequado saneamento básico originam um surto de epidemias no meio ambiente, tornando a população vulnerável. A este nível a mulher tem sido uma das principais vítimas pela sua responsabilidade de abastecimento de água ao agregado familiar (Quadro 19) e também porque apresenta maiores índices de mortalidade (31,5 por cento) que os (29,8 por cento) homens, como consequência das doenças contagiosas.

SAÚDE

A saúde é um dos sectores sociais mais importantes da vida nacional e tem graves problemas, que se reflectem de forma negativa no desenvolvimento global do país.

Depois da independência, o Governo assumiu a responsabilidade dos cuidados médicos gratui-

tos a toda a população, proibindo a medicina privada.

Um grande número de médicos e técnicos de saúde abandonou Angola em 1975. Esta situação, aliada à destruição e desarticulação contínua das infraestruturas sanitárias devido à guerra e uma gestão inadequada, originou uma ineficiente prestação e qualidade de serviços. O sub-financiamento crónico a que este sector tem estado votado agrava a situação. Por exemplo, no orçamento de 1993, o sector social recebeu três por cento do total do orçamento, e em 1994 subiu para quatro por cento e em 1995 decresceu para três por cento.

Os cuidados de saúde privados e a venda de medicamentos foram liberalizados em 1991. Este tornou-se um sector emergente e atractivo para os médicos e paramédicos, em detrimento do serviço público.

De acordo com indicadores das Nações Unidas, Angola é um dos 11 países com a mais alta taxa de mortalidade infantil.²² A mortalidade infantil é estimada em 195 por cada 1.000 nados-vivos, e a mortalidade em crianças com menos de 5 anos em 320 por cada 1.000. Em 1993,

17.8 por cento das crianças nasciam com menos de 2,5kgs. Estimava-se a mortalidade materna em 1.500 por cada 100.000 nascimentos.

Nutrição

Estatísticas das Nações Unidas sobre Angola referem que 2,1 mi-

Porcentagem do Orçamento Geral do Estado por Sectores, 1992-95

Quadro 36

Sectores	1992	1993	1994	1995
	%	%	%	%
Saúde	6,0	3,0	4,0	3,0
Educação	12,0	6,0	5,0	4,0
Assistência Social	6,0	3,0	7,0	9,0
Defesa e Ordem Pública	32,0	48,0	26,0	14,0
Administração	13,0	16,0	43,0	45,0

FONTE: Folha de Dados DE Indicadores Económicos, UNICEF, 1996

Indicadores de Mortalidade da Cidade de Luanda

Quadro 37

Indicadores	U. N.	Anos		
		1990	1991	1993
Mortalidade Geral	%	17,4	17,3	20,9
Mortalidade Infantil (1 - ano)	Mil N.V.	196,0	224,7	195,0
Mortalidade Infanto- Juvenil (5 anos)	Mil N. V.	364,4	212,7	320,0
Mortalidade Materna Institucional	%	10,5	8,0	8,3

FONTE: Ministério da Saúde
Notas: Informação para 1992 não disponível
N. V. = Nados Vivos

Situação da saúde

Caixa 12

Um indicador importante na saúde pública é a esperança de vida ao nascer, que é muito baixa em Angola; 47 anos para mulheres e 44 para homens. No caso de Angola o curto período de vida dos homens pode ser explicado pelo elevado índice de acidentes pelo abuso de álcool que é mais comum nos homens, e pela guerra, na qual mais homens do que mulheres estão activamente envolvidos.

Entre as mulheres regista-se uma exorbitante taxa de mortalidade materna que se situa entre 630 e 1,100 mortes por cada 100,000 nados vivos, ou uma em cada 1000. Esta situação severa pode ser explicada por um número de factores, tais como a falta de serviços de saúde adequados, a frágil condição da saúde da mulher, a falta de transporte e inacessibilidade de estradas, elevadas taxas de fertilidade e a baixa condição social das parteiras.

O aborto é ilegal em Angola e apenas permitido sob condições especiais. Cerca de um décimo do total da mortalidade materna em Luanda é causada por complicações originárias de abortos ilegais.

As adolescentes constituem mais de 25 por cento do número total dos casos de mortes maternas nos hospitais de Luanda.

A UNICEF, FNUAP, OMS, ASDI e várias ONGs estão de diferentes formas a tentar dar o seu apoio com vista ao melhoramento dos serviços de saúde materna.

FONTE: Análise Genérica do País, ASDI, Setembro de 1992.

Evolução da Mortalidade Proporcional Por Principal Causa de Morte, 1991,1993,1994		Quadro 38		
Grupo de Causa de Morte	Período			
	1991	1992	1994	
Total	23.488	8.324	-	
Paludismo	4.042	3.037	4.527	
Sarampo	3.543	913	810	
Doença diarréica Aguda	2.335	2.080	-	
Tétano	561	438	-	
Cólera	476	592	225	
Doenças Respiratórias	148	449	708	
Menigite	-	334	242	
Outras Causa	12.383	481	365	

FONTE: Ministério da Saúde, Gabinete do Plano
Nota: Não existe informação disponível para o ano de 1992

Indicadores Seleccionados do Serviço Nacional de Saúde		Quadro 39		
Indicadores	Anos			
	1990	1991	1993	
Quadro Clínico				
Médicos	662	662	630	
Paramédicos/Enfermeiras	9.145	9.145	5.780	
Promotores de Saúde	4.165	4.165	2.821	
Rede Sanitária				
Hospitais	58	58	31	
Centro de Saúde	208	208	246	
Postos de Saúde	1.339	1.339	1.288	
Camas				
Consultas	11.857	11.857	12.297	
Admissões Hospitalares por 1000 Habitantes	1.4	1.3	91.1	
	64.5	59.5	9.6	

FONTE: Unidades das NU, Ministério da Saúde, Gabinete do Plano

Taxas de Subnutrição Aguda por Província, 1991		Quadro 40
Província	%	
Benguela	5,8	
Huambo	12	
Huíla	7,6	
Kunene	5,9	
Kuanza-Sul	4,8	
Namibe	4,5	

FONTE: Organização Mundial da Saúde, Gabinete do Representante, Relatório sobre a Situação do Sector da Saúde em Angola, 1991

lhões de pessoas dependem da ajuda internacional alimentar para sobreviver. Deste número, 80 por cento são mulheres.²³ A agricultura, o sector que mais poderia contribuir para o equilíbrio nutricional da população, está fortemente afectado pelas consequências de guerra nas áreas rurais e pelo êxodo massivo da população para as áreas urbanas e peri-urbanas.

As irregularidades climáticas e seca que afectaram o sul de Angola entre 1989 e 1991 contribuíram igualmente para o decréscimo da produção alimentar que em 1991 registou um défice de 620.000 toneladas, Equivalente Milho Grão (EMG).

Os indicadores nutricionais por províncias do ano de 1991 referem que os grupos da população mais atingidos são os deslocados que englobam 1.2 milhões e os refugiados 400.000, os quais têm insuficiências alimentares graves. Presume-se que este problema incida com maior gravidade sobre as mulheres e crianças que são a maioria nestes grupos. (Quadros 40 e 41)

A nutrição está ligada ao papel tradicional das mulheres como produtoras, transformadoras e distribuidoras de alimentos à família. Pela tradição, os alimentos são dados aos maridos em primeiro lugar e depois aos filhos e finalmente às mulheres, numa relação desigual. Alimentar bem o marido é considerado socialmente como um símbolo da esposa exemplar.

O deficiente estado nutricional das mulheres está indicado em vários relatórios como sendo causa de anemia grave e morte tanto durante a gestação como no parto. Se associarmos estas questões às altas taxas de fertilidade que se situam entre 6,6 e 8,8 filhos, fica clara a vulnerabilidade da mulher relativamente ao homem.

Alem disso, há em Angola um elevado número de agregados chefiados por mulheres (22,6 por cento) e porque estas são mais pobres, nesses lares é maior a incidência de subnutridos. Em 1995, os agregados familiares urbanos no grupo de extrema pobreza (11,6 por cento) apresentavam uma elevada deficiência calórica diária, estimada em menos de 33 por cento.

HIV/ SIDA

Os primeiros casos de SIDA em Angola foram diagnosticados em 1985. Em 1993 estavam diagnosticados 615 casos. No entanto estimativas indicam a quadruplicação do número de casos do SIDA, devido ao movimento da população, às formas de comportamento e à ausência de campanhas de edu-

cação para evitar o contágio. Tudo isto acrescido à falta de meios e condições hospitalares que facilitam a propagação da doença.

A principal forma de transmissão é através do contacto heterossexual. Os grupos etários mais atingidos são dos 30 aos 39 anos, com 40,13 por cento do total de casos e dos 20 aos 29 anos, com 29,76 por cento. Estes dois grupos etários representam 69,89 por cento do total de casos conhecidos. No primeiro grupo a predominância é dos homens e no segundo das mulheres.

De um modo geral, o grupo etário mais afectado é constituído maioritariamente por mulheres. Os casos de seropositividade (HIV) e SIDA triplicaram de 34 casos diagnósticos e 10 mortes, para 99 casos e 28 mortes declaradas (entre 1991 a 1993). É de referir que estes números de facto não traduzem o verdadeiro quadro sobre esta doença em Angola, devido a ausência de estatísticas de outras regiões do país.

Em termos de localização geográfica, os níveis de infecção por HIV

têm crescido rapidamente, em particular, nas províncias do norte. Quanto às políticas de informação e formação relativas a esta matéria quase nada tem sido feito. Os média são pouco actuantes. O principal jornal do país apresenta alguns anúncios discretos sobre a necessidade do uso do preservativo, mas nada de muito enérgico e de forte impacto.

Um fenómeno recente chama atenção para participação de meni-

Causas	% de Mulheres	% de Homens	LG
Doenças infecciosas por parasitas	31,5	29,8	-1,7
Doenças Cardio-Vasculares	15,1	11,9	-3,2
Anemia e outras doenças de sangue	12,4	-	-
Ferimentos e Intoxicações	-	11,8	-
Malária	11,3	11,4	0,3
Apoplexias/Derrames	6,3	-	-
Choques traumáticos	-	8,8	-
Outras	23,4	26,3	2,9
(%) total de mortes	100	100	-

FONTE: Análise do Género, Lisa Akesson, 1992

Designação	Províncias	Cidades	No do Total	Sexo	No de Pessoas Por Sexo	HIV 1	HIV 2	HIV 1+2
Doadores de Sangue	Luanda	Luanda	72	M	69	0	0	0
				F	3	0	1	0
	Lunda Norte	Dundo	50	M	49	3	7	0
				F	1	0	1	0
Pessoal Militar Deslocados	Luanda	Luanda	105	M	105	4	5	2
				F	47	0	0	0
	Huambo	Huambo	154	M	154	10	18	3
				F	49	2	1	1
Centros de Saúde Urbanos	Lunda Norte	Cuito Cunavale	111	M	99	4	8	0
				F	12	1	1	0
	Luanda	Luanda	316	M	156	2	3	1
				F	160	1	0	0
				M	4	1	1	0
				F	9	0	2	0
Mulheres Grávidas	Lunda Norte	Dundo	38	M	38	4	3	0
				F	13	0	0	0
Total %	Namibe	Namibe	968	M	968	32 (3.3)	51 (5.3)	7 (0.7)
				F	13	0	0	0

FONTE: Um Estudo de Seroprevalência do HIV 1 e HIV 2 em Seis Províncias da República Popular de Angola: Indicadores do Desenvolvimento da Infecção do HIV - 1990

Porcentagem de Casos Segundo Modo de Transmissão do HIV		Quadro 43
Modo de transmissão		Porcentagem
Homossexuais	1,34	
Heterossexuais	75,80	
Hemofílicos	1,79	
Transusão	8,07	
Mãe -filho	4,93	
Medicação Injectável	2,69	
Sem informação		
Total	100	

FONTE: Programa Nacional de Luta contra o SIDA, Núcleo Central de Vigilância Epidemiológica - Angola - Janeiro de 1992

nas em idade escolar (14-18 anos) em programas de rádio, em que se promove o exibicionismo sexual, esquecendo os perigos das doenças sexualmente transmissíveis e do SIDA. A prostituição crescente representa um elevado potencial de contaminação entre os jovens. (Quadro 6.11)

Acesso aos Serviços de Saúde

Os serviços de saúde em Angola estão concentrados nas cidades e capitais provinciais. Mesmo estas carecem de apoio em equipamento e medicamentos para poderem prestar algum serviço e recorrem

frequentemente às ONGs e doadores diversos. Entre 40 e 50 por cento da população rural tem acesso apenas à medicina tradicional. Apenas 19 por cento da população tem acesso a serviços sanitários apropriados, visto que grande parte destas infraestruturas estão destruídas e/ou inadequadas.

O número de médicos em todo o país é de 630 e 700. Em 1993 estimou-se que em Luanda existiam 5,797 habitantes por médico e em todo país 17,327 mil habitantes por médico. As estatísticas de 1993 apresentam uma proporção de 1,889 habitantes por enfermeira, comparadamente aos 1,500 habitantes por enfermeira em 1989.²⁴

O impacto do SIDA em Angola

Caixa 13

De acordo com o Ministério da Saúde, nos finais de 1990 existiam cerca de 211 casos registados do SIDA em Angola, sendo Luanda a área mais afectada com 71 por cento dos casos conhecidos.

Uma ONG Angolana que lida com casos do SIDA estima que só em Luanda, o número dos casos do SIDA é no mínimo cinco vezes maior do que o número oficialmente registado para todo o país.

Dos 191 casos registados entre 1985 e o primeiro semestre de 1990, 72 por cento de pessoas afectadas tem idade compreendida entre 20 e 39 anos, e 42 por cento são mulheres. Este é o grupo mais afectado, seguido do grupo com idade entre 40-59 anos.

O Director do Programa anti-SIDA disse ser neste momento difícil de estimar a taxa de mortalidade, pois a maior parte dos pacientes perecem nas suas residências e que os respectivos dados não são sistematicamente registados.

Entretanto, Luanda tem em funcionamento um laboratório para diagnósticos do SIDA e outros estão sendo estabelecidos nas províncias de Lunda Norte, Cabinda, Malanje, Zaire, Uíge, Huambo, Benguela e Huíla. O laboratório do Banco Nacional de Sangue de Angola, recebe diariamente dois a três casos de sangue contaminado do pelo vírus do SIDA.

Em Maio de 1990, foi criada a Associação Angolana de Luta contra o SIDA (AALSIDA). Segundo esta organização, os segmentos da população que correm mais risco de contrair o SIDA são prostitutas, caminonistas, soldados, prisioneiros e marinheiros. Diz ainda que se regista um grande crescimento de casos causados pela transfusão do sangue contaminado ou pelo uso de agulhas não esterilizadas.

O Ministro da Saúde criou um Programa para a Luta contra o SIDA que, entre outras coisas, realiza seminários públicos e programas educacionais a nível provincial. Contudo, o pouco conhecimento do público, e a não aceitação do uso de preservativos, onde as práticas tradicionais prevalecem são um obstáculo para a implementação do Programa. Uma outra razão é que o público não leva muito a sério o problema do SIDA, pelo facto de que em Angola, o maior número de mortes é causado por outras doenças do que pelo SIDA.

FONTE: Análise Genérica do País, SIDA, Outubro de 1991.

O Instituto Nacional de Estatística²⁵ indica que nas zonas rurais 30 por cento das famílias precisavam de meia-hora a pé para chegarem ao posto médico, enquanto que a maioria necessitava de duas horas a pé. Em outras províncias como a Huíla no sul de Angola, 50 por cento da população tinha acesso ao serviço de saúde e no Kuanza-Norte e Malange este valor caía para 10 por cento em 1995.

Estudos indicam que nas zonas urbanas 54 por cento da população necessita de 30 minutos a duas horas para chegar ao serviço de saúde mais próximo. Os estudos revelam que 66,1 por cento vai a pé e 33,4 por cento utiliza transporte privado. Os resultados referem ainda que 19,6 por cento das pessoas consideram os serviços de saúde caros. (Quadros 44 e 45)

Dados desagregados sobre género indica que no agregado familiar a mulher dispende 26,7 por cento do tempo em assistência médica enquanto os homens dispendem 18,4 por cento. (Quadro 19) Este facto permite concluir que é a mulher que mais dificuldades enfrenta no acesso aos serviços de saúde

pois tem igualmente um difícil acesso aos transportes.

Saúde Reprodutiva

As altas taxas de fecundidade em Angola estão associadas aos altos níveis de nupcialidade, aos baixos níveis de escolaridade e a uma forte influência cultural. O estatuto social da mulher está ligado ao seu papel de mãe. A mulher, que não pode ter filhos, tem dificuldade em ser aceite pelos homens, que vão buscar aquelas que dão riqueza, por poderem ter filhos. Acresce a toda esta pressão a religião que apregoa o slogan "amai-vos e multiplicai-vos".²⁶

O planeamento familiar e a saúde reprodutiva defrontam-se com os problemas acima descritos, aliados à ausência de políticas neste âmbito e ao Orçamento Geral do Estado que não apresenta recursos adequados para esta área.

Os programas de planeamento familiar não são encarados numa perspectiva de desenvolvimento e da necessidade de maior participação da mulher e uma melhor educação do homem nesta matéria. Entre 1980 e 1993 a prevalência de anti-concepcionais em idade reprodutiva foi de um por cento (Quadro 46)

A actual legislação não responde a todas as questões, nomeadamente, a publicidade a favor do planeamento familiar, a idade mínima de uso dos contraceptivos, a obrigatoriedade ou pelo menos a permissão para o ensino sobre a educação sexual, entre outras questões ligadas a esta matéria.

O aborto é um crime à luz do código penal e excepcionalmente aceite quando a vida da mãe ou do bebé está em perigo, ou quando a mãe tem idade inferior a 12 anos.

Um estudo efectuado em 1995 em cinco cidades capitais do país refere que uma entre três mulheres usa

Tipo de Serviço de Saúde Utilizado por Grupo de Pobreza				Quadro 44
Tipo de Serviço	Extrema	Moderada	Acima da Linha da Pobreza	Total
Serviços públicos				
Médico	26,5	28,8	25,5	27,7
Enfermeiro	3,8	8,5	6,4	7,2
Sub-Total	30,3	37,2	31,9	34,9
Serviço privado				
Médico	15,6	14,8	26,0	19,2
Enfermeiro	17,0	20,5	22,4	20,9
T.Tradicional	0,6	1,2	2,0	1,4
Sub-Total	33,2	36,5	50,4	41,5
Auto-medicação	35,9	26,1	17,7	24,0

A probabilidade de escolher um serviço privado é de 42 por cento para o homem e 32,2 por cento para a mulher.

FONTE: INE - Perfil da Pobreza em Angola, Setembro, 1996

Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde por Província					Quadro 45	
Distância ao serviço de saúde	Luanda	Moxico	Cabinda	Benguela	Huíla	Total
Menos de 30 minutos	49,2	298,3	29,7	46,4	37,7	42,9
30 minutos - 1 hora	34,8	48,9	49,2	39,1	41,3	38,1
1 hora - 2 horas	11,6	14,1	16,7	11,3	14,5	11,8
Mais de 2 horas	3,9	7,8	3,4	4,3	5,1	4,1
Média de minutos	52	76	53	46	54	56
Transporte usado						
A pé	64,1	87,8	65,5	62,1	81,4	66,1
Privado	27,3	12,2	34,1	36,4	18,5	33,4
Público	0,4	-	0,4	1,5	0,1	0,5
Porquê que não utiliza os serviços de saúde						
É caro	22,0	4,8	-	19,5	14,7	19,6
É longe	5,0	3,3	-	10,5	3,8	4,9
Serviço de má qualidade	3,2	-	-	7,0	2,2	3,0
Outras razões	2,3	45,2	61,3	48,4	39,6	58,1
Não existe	4,0	15,4	27,5	6,7	36,9	9,6
Não declarado	-	-	11,2	7,8	3,2	4,7

FONTE: INE - Perfil da Pobreza em Angola, Setembro, 1996.

Novas Utentes de Planeamento Familiar em Quatro Províncias, 1990 -1992				Quadro 46
Anos	Número de Casos Novos por Província			
	Luanda	Huíla	K. Sul	Angola
1990	8.676	940	2.227	22.375
1991	8.606	1.141	2.263	26.986
1992	8.316	2.378	1.464	22.786

algum método contraceptivo tradicional ou moderno. O nível de instrução escolar revelou ser determinante na decisão em adiar ou evitar a ter filhos. Embora esta questão seja de interesse de ambos os sexos, a mulher possui níveis de instrução inferiores aos dos homens, uma situação que dificulta o acesso à educação sobre o planeamento familiar.

Estrutura Etária

A população angolana é extremamente jovem e globalmente equilibrada entre os sexos. Estimativas apresentadas pelo Instituto Nacional de Estatística indicam que no período entre 1992 e 1994, cerca de 44,9 por cento da população situava-se no grupo etário entre os 0 e os 14 anos e 25,59 por

cento entre os 15 e os 29 anos. A população com/e mais de 60 anos é de 5,5 por cento do total. Estes indicadores reflectem o potencial humano do país, recurso fundamental para o desenvolvimento e no qual a mulher representa 51 por cento. (Quadro 47)

Mutilação Genital Feminina (MGF)

A mutilação genital feminina (MGF) é praticada com frequência e com carácter obrigatório no sul de Angola, nas províncias da Huíla e Namibe. A festa da puberdade é muito popular na idade em que os indivíduos se tornam aptos para procriar. Na cerimónia das raparigas é efectuado o corte do hímen entre danças, ritos, penteados e enfeites, enquanto que na festa dos rapazes, estes são circuncidados.

Na província do Bengo, cidade próxima de Luanda, MGF foi praticada com regularidade até os anos 60. Esta prática era aconselhada às jovens com o objectivo de facilitar o parto. Não tinha carácter obrigatório.

VIOLÊNCIA E CONFLITO

Num país como Angola, onde existe uma guerra prolongada, as relações de hostilidade foram levadas ao extremo e os direitos humanos são todos os dias violados. A violência contra a mulher em Angola inclui a luta diária pela sobrevivência, não apenas pelas agressões físicas mas também pelos níveis de pobreza e de fome a que ela está sujeita.

Violência Contra a Mulher

A violência contra a mulher é uma prática comum. A legislação, que pune actos de violência, não defende especificamente as mulheres. Ela vai de encontro ao princípio básico da igualdade entre mulheres e homens entre todos os cidadãos.

A violência contra a mulher não se cinge a uma abordagem física. Ela deve ser vista num sentido mais

Grupos de Idades	Anos/Mil Habitantes			Distribuição Percentual		
	1992	1993	1994	1992	1993	1994
Total	10,609	10,916	11.233	100.0	100.0	100.0
0 - 14	4,773	4,911	5.050	44,99	44,99	44,99
15 - 19	1,040	1,070	1.101	9,80	9,80	9,80
20 - 29	1,675	1,724	1.775	15,99	15,99	15,99
30 - 44	1,600	1,646	1.693	15,08	15,08	15,08
45 - 59	938	965	993	8,84	8,84	8,84
60 e mais	583	600	618	5,50	5,50	5,50

FONTE: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Infracções	1985	1986
Contra a autoridade: Desobediência (venda ilícita) injúrias, violência e resistência	1.446	918
Contra a vida de pessoas: Parricídio, infanticídio, homicídio voluntário e involuntário	11	17
Ofensas corporais voluntárias	103	77
Contra menores (abandono e subtracção de menores)	3	-
Aborto	1	3
Adultério	1	-
Crimes contra o património estatal e privado: Furto, abuso de confiança, danos voluntários e involuntários	91	70
Especulação	198	139
Sabotagem económica (encobrimento)	2	-
Fabrico e venda de bebidas fermentadas	81	24
Prostituição, vadiagem, detenção e venda de estupefacientes	16	8

FONTE: OMA, Tese: Vinte e Sete Anos de Participação na Luta Pela Paz, 1986

amplo, envolvendo o impacto psíquico que se repercute no comportamento, na personalidade e na vida.

A violência, estupro, rapto ou as ofensas corporais e morais são punidas de acordo com o Código Penal. Não existe legislação específica sobre crimes sexuais contra a mulher. Existe uma dificuldade real em apresentar queixa dentro das instituições policiais, pela falta de credibilidade destas. A polícia é muitas vezes a origem da violência contra a mulher.

Não existe nenhum órgão institucionalizado que lida com problemas de violência contra a mulher. O desconhecimento das leis, o medo da estigmatização, a lentidão processual e o medo do divórcio também aumentam o problema. A constituição de advogado para defesa é cara, o que torna o acesso à justiça mais difícil.

As mulheres que trabalham no sector informal são as principais vítimas dos maus tratos físicos e de humilhação por parte dos agentes policiais. As cadeias são centros de violência física e psíquica, numa falta de respeito pelos direitos humanos. São frequentes nas cadeias mistas e antes de se libertar uma mulher actos de violação colectiva, por parte da guarda, sem punição dos agressores.

A violência gera violência e a mulher é também agressora e participa em crimes de natureza diversa (Quadros 48 e 49), especialmente em crimes de natureza sexual que culminam, em muitos casos, em homicídio.

Abuso Sexual de Menores

A violência sexual de menores escalou significativamente durante a guerra de 1992-4, na maioria dos casos em circunstâncias de movimentação da população ou das tropas. A violência sexual contra menores continuou mesmo depois

da assinatura do Protocolo de Lusaka e do fim da guerra no país, conquanto que, neste presente momento, os relatos tendem a ser de casos isolados. O assédio sexual nas escolas está a atingir proporções elevadas e tem levado a situações de exploração e abuso sexual de menores.

Forças armadas e polícia uniformizada como perpetradores

O abuso sexual perpetrado por polícias fardados e armados é um facto, nem sempre denunciado pelos órgãos de informação. A polícia utiliza o poder da arma para violar menores, particularmente as meninas de rua. Um exemplo concreto aconteceu em Luanda, com as meninas do "Buraco" (área da cidade de Luanda) a serem violadas, numa idade entre 11 e 13 anos. Em caso de resistência a morte pode ser o preço, como foi o caso recente de uma menina que levou um tiro que teve como consequência a perda de uma perna. O abuso sexual de menores é grave e não se restringe à polícia.

A população de Kuito (cerca de 250.000 pessoas),²⁷ a capital da província de Bié, esteve uma vez ocupada e sob controle das forças da UNITA durante 16 meses, no período entre 1993 e 1994. A única fonte de abastecimento de víveres e combustível encontrava-se fora da cidade e entre as linhas da frente das tropas governamentais e da UNITA. A população organizava-se em pequenos grupos de homens, mulheres e crianças que atravessavam as unidades durante a noite, correndo o risco de accionar minas e esquivando as balas, à procura de víveres e combustível.

As raparigas e mulheres jovens eram as que mais risco corriam por serem as responsáveis pela colecta da lenha e algumas vezes usadas pelos homens como escudos humanos, colocando-as na dianteira para explodirem minas. Muitas rapari-

Porcentagem de Condenações de Mulheres no Total de Condenações por Províncias, 1985-86

Províncias	1985	1986
Cabinda	22	19,0
Zaire	-	-
Uíge	19,0	19,5
Luanda	14,5	13,5
Malange	6,0	3,0
Lunda-Sul	6,0	10,0
Kwanza-Sul	11,0	2,0
Huambo	7,0	6,5
Lobito	8,5	9,0
Benguela	16,0	12,0
Huíla	9,0	4,0
Namibe	1,0	1,5
Total do País	10,7	9,9

FONTE: Vinte anos de Participação na Luta pela Paz, uma Tese, OMA, 1996

Mulheres espancadas carecem de protecção

Caixa 14

Em Angola não existe uma legislação específica que penaliza actos de violência contra a mulher. A legislação vigente apenas reconhece a igualdade universal entre a mulher e o homem e não se expande em termos de protecção contra a violação desta igualdade.

Nos casos de violência doméstica, as mulheres em Angola recorrem aos Centros de Base que funcionam como centros legais onde mulheres vítimas de espancamento podem receber a devida assistência. As mulheres normalmente dirigem-se directamente aos próprios centros, embora algumas mulheres recorram primeiro à polícia que depois as recomenda aos centros. Os 4 centros foram criados pela Organização da Mulher Angolana em quatro províncias do país: Luanda em 1986, Huambo e Benguela em 1992 e Cabinda em 1995. Estes centros receberam apoio da ONG Sueca, Africa Groups. Os centros oferecem serviços de assistência jurídica e seus advogados colaboram com a Direcção Provincial de Investigação Criminal e a polícia.

Os centros trabalham em prol de uma possível reconciliação entre o casal. Na maioria dos casos esta reconciliação não é possível, e dos poucos homens que aparecem no Centro Legal, em resposta à intimação, tendem a aceitar as suas responsabilidades legais.

Muitas mulheres acham difícil abandonar os seus maridos, porque frequentemente perdem a casa, os bens, a segurança e as crianças. Um dos exemplos é de uma jovem de 26 anos de idade, agredida frequentemente pelo seu marido desde a altura em que ela se casou há 11 anos. Ela tem quatro filhos menores e a intenção do marido é mantê-la constantemente no estado de gravidez. Em jeito de ajuda um primo seu que vive nas redondezas fornece-lhe directamente comprimidos para o controle de nascença de crianças.

O marido, proprietário de uma loja, ameaça vigorosamente ficar com as crianças, que os bate constantemente, se por acaso a esposa abandonar o lar. A mãe dela não tem sua própria casa, e mesmo que ela resida em casa do seu padrasto, será apenas uma solução temporária. Se ela tivesse uma alternativa para abrigo, a jovem abandonaria a casa.

Um advogado angolano ressalta que o espancamento da mulher existe em todas as classes sócio-económicas. Mulheres trabalhadoras e casadas podem ser agredidas pelos seus maridos devido a sua independência económica. O marido pode sentir-se inseguro e toma a independência da mulher como uma ameaça para a sua própria imagem. Portanto o marido pode espancá-la para se satisfazer e para a fazer perder a sua confiança e o amor próprio.

FONTE: Análise Genérica do País, ASDI, Outubro de 1991

gas foram sexualmente violadas durante estas missões perigosas.

Na Província de Malanje, que também esteve sob estado de sítio durante a guerra e que continua a sofrer a falta crónica de produtos alimentícios, a população não pode movimentar-se livre e seguramente para além dos limites da cidade mais próxima. Relatos de abuso sexual de menores continuam a registar-se. Um pai relatou que a sua filha de 11 anos foi sexualmente violada por dois soldados munidos

de granadas em Janeiro de 1996. Os soldados levaram a rapariga a rastos da sua casa e perante os olhos do pai sem que este pudesse fazer algo para a proteger.

Na província de Benguela, havia relatos de raparigas menores violadas na altura em que grande número da população se escapava de Huambo, quando da captura da cidade pela UNITA em Março de 1993. A população tinha que atravessar a pé terrenos montanhosos muito difíceis durante vários dias, sem alimentação e houve relatos de muitas mortes, particularmente de crianças.

Um número desconhecido de raparigas foram sexualmente violadas e outras fisicamente abusadas quando as populações deslocadas e traumatizadas se encontravam a viver nas proximidades dos campos para deslocados. Uma rapariga de 12 anos de idade que fazia parte desta população, deu à luz a uma criança, resultado de uma violação sexual, tendo mais tarde a rapariga e a criança perecido devido à subnutrição e a falta de cuidados adequados.

As famílias que se encontravam a residir em áreas com um grande número de tropas ou em situação de guerra adoptaram as seguintes estratégias para proteger suas crianças menores do estupro:

- ♦ casar as suas filhas a uma idade prematura, a fim de terem um homem que as pudesse proteger;
- ♦ As mães jovens prolongavam o aleitamento materno dos seus filhos por um período fora do normal (até que as crianças atingissem os três anos de idade) na esperança de que os soldados não se interessariam por elas; e
- ♦ As raparigas buscavam água e produtos alimentícios em grupos a fim de evitar serem apanhadas sozinhas.

Medidas formais para a protecção de menores
Foi formado um grupo que integra organizações governamentais e

não-governamentais para fazer recomendações sobre o assunto. O grupo recomendou que:

- ✦ a violência perpetrada por Oficiais da Polícia contra menores seja controlada através da educação e consciencialização; e
- ✦ a criação de infraestruturas de apoio à nova legislação.

Potencialmente, este grupo pode ter um impacto positivo na protecção de um vasto grupo de crianças (i. e. não só crianças de rua) contra a violência sexual.

Violência Doméstica

O processo de transformações económicas, sociais e políticas não está a ser pacífico e atinge de forma fulminante a família como um todo e, em particular, a mulher.

As políticas económicas inadequadas e erradas violentam a mulher numa morte mais lenta, em que a fome, a falta de emprego e de recursos tornam mais difícil o seu papel de responsável da manutenção do agregado e ao mesmo tempo mais vulnerável. Uma vulnerabilidade que não sendo

física actua em última instância sobre o seu bem estar físico.

A pressão do quotidiano que as mulheres sofrem provoca diferentes formas de violência, a pressão, a neurose, as doenças mentais, o alcoolismo e a droga. Estes elementos no seio da família levam a que o homem seja o principal agente da violência doméstica.

As agressões físicas contra a mulher vão desde o espancamento e

Protecção de menores não acompanhados nos campos/centros de deslocados

Caixa 15

Menores não acompanhados ou separados são especialmente vulneráveis em situação de guerra e deslocação da população. Todos os funcionários do Governo e de Organizações Não-Governamentais que trabalham directamente com crianças desacompanhadas e separadas devem estar alertas sobre os riscos da violência e abuso sexual, e devem dar atenção a elas, escutar os seus próprios comentários acerca da sua protecção. Os funcionários devem, particularmente, estar alerta a sobre os riscos do acesso indiscriminado do público aos campos de deslocados e centros para crianças, assim como a composição etária/género das crianças nos centros. Sempre que possível, grupos familiares de irmãos e irmãs devem ser mantidos no mesmo lugar e a localização de familiares das crianças deve ser feita quanto antes para evitar a longa permanência nos centros.

FONTE: Extractos do documento sobre Abuso e Exploração de Menores, Gabriela Cohen, Adélia Cohen e Maggie Brown - Fundo Cristão de Apoio à Criança - 24 de Março de 1996.

Violência Doméstica por Tipo de Reclamação Recebida na Delegação Provincial da OMA - 1986/1996

Quadro 50

Anos	Número de casos	Tipo de violência/Principal Queixa
1986	30	Espancamento pelo marido - violência física
1987	104	Espancamento pelo marido - violência física
1988	227	Espancamento pelo marido - violência física
1989	273	Espancamento pelo marido - violência física e psíquica/pensão alimentar/existência da segunda mulher/venda de património à revelia da família
1990	180	Espancamento pelo marido - violência física e psíquica/pensão alimentar/existência da segunda mulher/venda de património à revelia da família
1991	232	Espancamento pelo marido, queimaduras, utilização de armas de fogo e brancas - violência física e psíquica/pensão alimentar/existência da segunda mulher/venda de património à revelia da família
1992	174	Espancamento pelo marido, queimaduras, utilização de armas de fogo e brancas - violência física e psíquica/pensão alimentar/existência da segunda mulher/venda de património à revelia da família
1993	168	Espancamento pelo marido - violência física/não aceitação de divórcio formal
1994	152	Espancamento pelo marido - violência física/partilha de bens (casa)
1995	158	Espancamento pelo marido - violência física/partilha de bens (casa)
1996 (Primeiro Semestre)	60	Espancamento pelo marido - violência física/partilha de bens (casa)

FONTE: OMA - Provincial de Luanda, Departamento dos Assuntos Sociais - Secção de Aconselhamento Jurídico, Luanda 1996

queimaduras até à morte, pelo fácil acesso às armas de fogo. As agressões do marido ou companheiro ocorrem em todas as camadas sociais e entre letrados ou não. Entre as diversas razões apresentadas para a violência doméstica a mais frequente é a disputa pela habitação.

Conflito Armado

As mulheres foram desproporcionalmente afectadas pelo conflito em Angola. A mulher morreu e viu mor-

rer, aldeias inteiras foram violadas por militares, mulheres foram utilizadas como escudo humano nos ataques, ou serviram de sapadoras nas zonas minadas.

Um dos mais marcantes episódios desta guerra foi contado no livro de Sousa Jamba (versão inglesa)²³ sobre as fogueiras em que dezenas de mulheres foram queimadas nos campos da UNITA. As mulheres foram acusadas de bruxaria. Estes campos foram e são verdadeiras

Mulheres chefes de agregados familiares

Caixa 16

A situação de guerra em Angola causou a perda de milhares de vidas humanas e mutilou muitas outras. Os efeitos foram mais devastadores particularmente para mulheres e crianças que foram forçadas a abandonar os seus lares, seus campos e suas escolas. Além disso, as mulheres tornaram-se forçosamente chefes de agregados familiares, uma vez que os seus maridos foram invalidados pela guerra. Um dos exemplos concretos desta situação é o caso de Verónica Napiango da província de Huambo.

Mãe Verónica, como ela é chamada, é uma das muitas mulheres que, desde o romper da luz do dia até ao pôr-do-sol, percorre as ruas do Bairro Ramiro, vendendo e mendigando por tudo e por nada a fim de garantir a sobrevivência de seus filhos.

A tragédia da Verónica começou quando o seu marido com quem ela tem sete filhos optou pela vida militar.

Depois da independência, ele foi alistado nas ex-Forças Populares de Libertação de Angola (FAPLA). Como primeiro-sargento, foi chamado para a frente de combate. Foi ferido em Kibala (Kwanza Sul), perdendo o seu braço direito e a vista. De repente, mãe Verónica tornou-se "pai" e mãe das suas sete crianças.

Verónica diz que "no princípio foi bastante ruim e triste, mas graças a Deus, tenho sempre gozado de perfeita saúde".

Todas as manhãs dá banho ao seu marido e veste-o com a mesma velha camisa e o que resta do seu par de calças azuis, alimentando-o de seguida se tiver algo em casa para a uma refeição. "Produzo e vendo carvão a fim de, quando em vez, garantir a nossa alimentação", diz ela.

Mãe Verónica, queixa-se dos "2.600 novos kwanzas" que ela recebe da Secretria de Estado dos Veteranos de Guerra e acrescenta "nem é suficiente para pagar a água de que necessitamos".

Uma outra reclamação é de Teresa António, que teve uma experiência similar a da Verónica. Ela diz "já não contamos com nenhuma ajuda do governo. Doravante, seremos responsáveis por nós próprios".

O marido da Teresa perdeu a sua perna esquerda em 1976 na província de Uíge. Mais tarde quando este escapava das bombas que destruíam as suas aldeias, pisou uma mina e perdeu a sua perna direita.

Tal como Verónica e Teresa, Maria Lúcia Kambao, cujo marido também perdeu uma perna devido a explosão da mina na província de Moxico, a leste de Angola, diz "assistência, bem, não recebemos praticamente nada, apenas uma chávena de óleo e 2kgs de arroz durante o ano todo."

"Ninguém apoia-nos," diz uma jovem que tem nos seus braços, o seu magro bebé de quatro meses. O bebé sofre de bronquites e alergias. Ela vai ao médico, mas os medicamentos são bem caros. O custo de uma parte dos comprimidos receitados é dez vezes mais que o salário do seu marido.

Estas mulheres são residentes do bairro Ramiro, que se situa perto do mar. Visto de longe, este bairro transmite uma pura tranquilidade, resultado de vozes nunca ouvidas.

FONTE: Extracto do artigo da autoria de Lourdes Carvalho, Unidade Técnica para a Coordenação da Ajuda, Novembro 1991.

prisões para os angolanos e para as mulheres em particular.

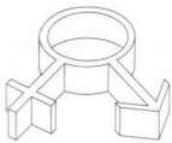
O conflito armado no país provocou a desagregação de muitas famílias e hoje as crianças de rua do sexo feminino são um facto. Até ao momento (1997) foram identificadas 175 raparigas com idades compreendidas entre os sete e 17 anos apenas em Luanda. Este grupo apresenta como principal razão para fazerem da rua

a sua casa, as condições sócio-económicas (pobreza) e a violência resultante de conflitos familiares. Este problema, obriga à reflexão sobre a verdadeira dimensão e gravidade desta situação e põe a nú, a vulnerabilidade e o potencial de violência a que este grupo está exposto.

A lista de denúncias sobre a violência contra a mulher em Angola é interminável e dramática.

PARTE II

POLÍTICAS E PROGRAMAS



Políticas e Programas do Governo

As prioridades do Programa do Governo para o biénio 1995-1996 obedecem a uma estratégia de transição e dirigem-se fundamentalmente para duas direcções:

- ◆ sector económico e concretamente o sector produtivo, que gera riqueza, permite a criação de emprego e recursos, e que deve garantir o bem estar da sociedade; e
- ◆ sector social, como uma necessidade urgente face à degradação do tecido social da população.

A focalização sobre estas duas áreas de actuação justificam-se pelos altos índices de mortalidade infantil e materna, pelas altas taxas de abandono escolar e pelo grave défice alimentar no país. Num país de 11,5 milhões de habitantes, em que 950.300 são deslocados, 2.110.000 afectados pela guerra e 112.000 afectados pela seca, os problemas humanitários e de direitos humanos que se colocam são sérios.

Na frente económica as prioridades do governo são:

- ◆ Garantir a paz e a estabilidade;
- ◆ Garantir o sustento dos níveis mínimos de consumo de bens alimentares e outros bens de primeira necessidade; e
- ◆ Assegurar o crescimento económico mínimo sustentado.

Quanto à definição de políticas específicas em matéria económica, elas contemplam a perspectiva do bem estar social em geral e dos meios para o atingir, em detrimento de políticas específicas para questões de género.

Os programas apresentam uma perspectiva urbana em detrimento da maioria da população que tem hábitos, atitudes e vivências rurais e dentro da qual a mulher tem presença maioritária.

Em termos de prioridade social o programa incide sobre a saúde, isto é, as suas infraestruturas, os programas de saúde pública no meio rural e suburbano e as taxas de mortalidade materno-infantil. Os programas focalizam também a educação, com a prioridade sobre a taxa de escolarização do ensino de base, a eficácia do sistema educativo e a melhoria nas taxas de analfabetismo entre as mulheres, que actualmente são estimados em 54,5 por cento.

As linhas de força nestes programas não apresentam políticas de género. Alguns objectivos da política, nomeadamente a diminuição de taxas de mortalidade materna, taxas de abandono escolar e níveis de analfabetismo, surgem como um objectivo de bem-estar entre a população em geral.

Sector da Saúde

Os objectivos do governo no sector da saúde no período entre 1995-96 são:

- ◆ Aumentar a cobertura de serviços nas zonas acessíveis, nas áreas suburbanas e rurais; e
- ◆ Melhorar a gestão dos serviços de saúde.

Para alcançar os objectivos acima descritos, o Governo priorizou as seguintes acções:

- ◆ Reduzir a mortalidade materna com a melhoria do seguimento à grávida;
- ◆ Melhorar a rede sanitária;
- ◆ Assistir os diminuídos físicos;



- ◆ Reforçar a vigilância epidemiológica com a implementação de laboratórios regionais e aperfeiçoar os mecanismos de vigilância.
- ◆ Melhorar a estruturação e funcionamento das unidades sanitárias.
- ◆ Melhorar a formação e gestão dos recursos humanos, adoptando-os a uma política de formação contínua, até a sua integração no Sistema Nacional de Saúde (SNS) na ciência da pedagogia da saúde e na planificação dos recursos humanos.

Os objectivos de política de saúde expressos no Programa Económico e Social -1995/96 e as acções para os atingir são incoerentes entre si e sem complementaridade. Na apreciação das política para este sector o índice de implementação é baixo e classifica estas políticas na escala entre pouco e moderadamente sérias. Os recursos disponíveis são escassos(Quadro 41), quer em termos financeiros como humanos. A categoria em que se insere nestas prioridades é a do Bem-Estar, o que

reflete uma falta de consciência para as questões específicas de género.

A tendência ao longo do tempo foi de degradação dos indicadores sociais de saúde, com consequências na relação de complementariedade entre os sexos e em particular sobre a mulher.

Educação

Os objectivos específicos do governo em matéria de Educação, no seu programa apresentado e aprovado pela Assembleia Nacional para os anos de 1995 e 1996 incluem o melhoramento da qualidade e o rendimento do ensino, sobretudo no ensino geral, reduzindo drasticamente o nível de insucesso escolar em todos os níveis. O governo também planeia criar condições para assegurar a educação básica para todos nos próximos anos combatendo o índice de analfabetismo.

Acções para se atingirem os objectivos acima descritos, na óptica do governo incluem

- ◆ O desenvolvimento contínuo do currículo e programas, manuais escolares e sistemas de avaliação com vista a introduzir as transformações necessárias no sistema educativo do país.
- ◆ Implementação contínua de reformas institucionais de modernização das estruturas e dos procedimentos administrativos a fim de melhorar a relação entre a administração e as entidades do domínio público ou privado que se propõem a investir na educação;
- ◆ Redinamizar as estruturas de produção e os circuitos de distribuição dos equipamentos e materiais pedagógicos;
- ◆ Reabilitar e expandir a rede escolar do Ensino de Base e Médio por forma a aumentar o cesso de efectivos escolarizáveis no sistema educativo;
- ◆ Melhorar as condições de trabalho do ensino superior;

SECTOR	Bem-Estar ou/LG	P	I	G	O	A	S	IS
Saúde								
Aumentar a cobertura de serviços nas zonas acessíveis Urbanas/rurais	BE	0	1	1	0	0	0	0,5
Melhorar a gestão dos serviços de saúde	BE	0	2	1	0	1	0	1

BE- Bem -Estar LG- Lacuna do género

SECTOR	Avaliação ao longo do tempo
Saúde	
Aumentar a cobertura de serviços nas zonas acessíveis Urbanas/rurais	2
Melhorar a gestão dos serviços de saúde	2

FONTE: Análise com base nos indicadores do sector no período entre 1985-1995

- ◆ Proporcionar condições de acesso à educação e formação para faixas sociais incluindo desfavorecidas, deslocados, desmobilizados e vítimas de guerra;
- ◆ Implantar o sistema de apoio social ao aluno e melhorar a gestão de bolsas de estudo a fim de rentabilizar os investimentos neste domínio.

As políticas deste sector são ambiciosas, em termos de tempo de execução (dois anos) e em termos de recursos tradicionalmente alocados (Quadro 36). O sector da educação prioriza na sua política a categoria do Bem-Estar. Nos objectivos do programa não se identificam políticas de género, embora este sector apresente indicadores de desigualdade acentuada da mulher em relação ao homem.

O Índice de Seriedade obtido é baixo (situa-se entre 0 e 1), com a classificação na escala entre pouco e moderadamente sério.

A tendência ao longo do tempo é negativa, quer do ponto de vista da melhoria de condições quer em relação à lacuna do género. Há excepção da formação técnico-profissional média, que tem crescido progressivamente.

A primeira conclusão sobre a educação e a saúde é a deterioração dos seus indicadores ao longo do tempo. Os índices de seriedade são baixos e a coerência entre objectivos, recursos, acções e tempo não existe. A este quadro agregamos a ausência de políticas dirigidas às questões de género, acentuando a desigualdade, em particular no sector da educação.

Promoção da Mulher

A Secretaria de Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher é o órgão do governo responsável pela garantia da igualdade de oportunidades para a mulher em Angola. Os objectivos do

Avaliação do Grau de Seriedade das Políticas do Governo no Programa Económico e Social Para 1995-1996 Sector da Educação

Quadro 53

SECTOR	Bem-Estar ou/LG	Avaliação						
		P	I	G	O	A	S	SI
Educação								
Melhorar a qualidade de ensino geral em todos os níveis	BE	0	2	1	0	0	0	0,75
Criar condições garantam acesso à educação básica para todos	BE	0	1	1	0	0	0	0,5
Melhorar a formação técnico - profissional	BE	0	2	1	1	0	1	1,25
Garantir às vítimas de guerra acesso à educação	BE	0	2	0	0	0	0	0,5

BE- Bem -Estar LG- Lacuna do género

Avaliação ao Longo do Tempo do Grau de Seriedade das Políticas do Governo no Programa Económico e Social para 1995-1996 no Sector da Educação

Quadro 54

SECTORES	Avaliação ao longo do tempo
Educação	
Melhorar a qualidade de ensino geral em todos os níveis	2
Criar condições que garantam acesso à educação básica para todos	2
Melhorar a formação técnico -profissional	0
Garantir às vítimas de guerra o acesso à educação	2

FONTE: Análise com base nos indicadores do sector no período entre 1985 - 1995

Secretariado para o período 1995-1996 eram a integração das mulheres nos processos de consolidação da paz e o relançamento do desenvolvimento e a sua participação nos mais variados domínios a todos os níveis e em todas as etapas da sua vida e, em particular:

- ◆ Sensibilizar toda a sociedade sobre as questões relacionadas com o género reforçando os mecanismos já existentes;
- ◆ Reforçar o poder económico, social e político das mulheres a todos os níveis;
- ◆ Associar as mulheres em todos os esforços de prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- ◆ Incentivar a formação profissional das mulheres; e
- ◆ Prestar atenção particular à defesa dos direitos da mulher.

- ◆ Proporcionar condições de acesso à educação e formação para faixas sociais incluindo desfavorecidas, deslocados, desmobilizados e vítimas de guerra;
- ◆ Implantar o sistema de apoio social ao aluno e melhorar a gestão de bolsas de estudo a fim de rentabilizar os investimentos neste domínio.

As políticas deste sector são ambiciosas, em termos de tempo de execução (dois anos) e em termos de recursos tradicionalmente alocados (Quadro 36). O sector da educação prioriza na sua política a categoria do Bem-Estar. Nos objectivos do programa não se identificam políticas de género, embora este sector apresente indicadores de desigualdade acentuada da mulher em relação ao homem.

O Índice de Seriedade obtido é baixo (situa-se entre 0 e 1), com a classificação na escala entre pouco e moderadamente sério.

A tendência ao longo do tempo é negativa, quer do ponto de vista da melhoria de condições quer em relação à lacuna do género. Há excepção da formação técnico-profissional média, que tem crescido progressivamente.

A primeira conclusão sobre a educação e a saúde é a deterioração dos seus indicadores ao longo do tempo. Os índices de seriedade são baixos e a coerência entre objectivos, recursos, acções e tempo não existe. A este quadro agregamos a ausência de políticas dirigidas às questões de género, acentuando a desigualdade, em particular no sector da educação.

Promoção da Mulher

A Secretaria de Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher é o órgão do governo responsável pela garantia da igualdade de oportunidades para a mulher em Angola. Os objectivos do

Avaliação do Grau de Seriedade das Políticas do Governo no Programa Económico e Social Para 1995-1996 Sector da Educação

Quadro 53

SECTOR	Bem-Estar ou/LG	Avaliação						SI
		P	I	G	O	A	S	
Educação								
Melhorar a qualidade de ensino geral em todos os níveis	BE	0	2	1	0	0	0	0,75
Criar condições garantam acesso à educação básica para todos	BE	0	1	1	0	0	0	0,5
Melhorar a formação técnico - profissional	BE	0	2	1	1	0	1	1,25
Garantir às vítimas de guerra acesso à educação	BE	0	2	0	0	0	0	0,5

BE- Bem -Estar

LG- Lacuna do género

Avaliação ao Longo do Tempo do Grau de Seriedade das Políticas do Governo no Programa Económico e Social para 1995-1996 no Sector da Educação

Quadro 54

SECTORES	Avaliação ao longo do tempo
Educação	
Melhorar a qualidade de ensino geral em todos os níveis	2
Criar condições que garantam acesso à educação básica para todos	2
Melhorar a formação técnico -profissional	0
Garantir às vítimas de guerra o acesso à educação	2

FONTE: Análise com base nos indicadores do sector no período entre 1985 - 1995

Secretariado para o período 1995-1996 eram a integração das mulheres nos processos de consolidação da paz e o relançamento do desenvolvimento e a sua participação nos mais variados domínios a todos os níveis e em todas as etapas da sua vida e, em particular:

- ◆ Sensibilizar toda a sociedade sobre as questões relacionadas com o género reforçando os mecanismos já existentes;
- ◆ Reforçar o poder económico, social e político das mulheres a todos os níveis;
- ◆ Associar as mulheres em todos os esforços de prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- ◆ Incentivar a formação profissional das mulheres; e
- ◆ Prestar atenção particular à defesa dos direitos da mulher.

As principais actividades e acções para a concretização dos objectivos incluem:

- ◆ Reforço da capacidade institucional e melhorar a condição e situação da mulher;
- ◆ Elaborar estratégias nacionais de promoção da mulher e um

plano de acção para a integração da mulher no processo do desenvolvimento;

- ◆ Realizar seminários sobre questões do género e outros temas de interesse para a mulher;
- ◆ Contribuir para a melhoria dos serviços de atendimento jurídico à mulher e criar um órgão especializado para os casos de mulheres vítimas de violência;
- ◆ Desenvolver acções que visem a promoção económica das mulheres rurais que são as principais vítimas da guerra;
- ◆ Conceber e dinamizar projectos de formação em vários pontos do país, de apoio à mulheres detidas e delinquentes e mulheres em situação difícil e a famílias desprotegidas; e
- ◆ Providenciar apoio institucional às organizações que trabalhem em prol da promoção da mulher e da família.

Avaliação do Grau de Seriedade das Políticas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Promoção da Mulher		Quadro 55						
SECTOR	Bem-Estar ou LG	P	I	G	O	A	S	IS
Promoção da Mulher								
Sensibilização para as questões do género	LG	0	1	1	0	0	0	0,5
Reforço do poder económico, social e político da mulher	BE	0	1	1	0	0	0	0,5
Associar a mulher nos esforços de pacificação	LG	0	2	1	0	1	0	1

BE- Bem -Estar LG- Lacuna do género

Avaliação ao Longo do Tempo do Grau de Seriedade das Políticas da Secretaria de Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher		Quadro 56
SECTOR		Avaliação ao longo do tempo
Promoção e Desenvolvimento Da Mulher		
Sensibilização para as questões do género		1
Reforço do poder económico, social e político da mulher		2
Associar a mulher nos esforços de pacificação		1

FONTE: Análise com base no período entre 1985 - 1995

O programa da Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher não reflete com a força necessária os verdadeiros problemas da mulher. O actual quadro de mortalidade materna e o nível de escolaridade feminina são graves e não estão definidas acções para inverter a actual condição.

Avaliação do Grau de Seriedade das Políticas do Governo nos Sectores das Infraestruturas e da Comunicação Social		Quadro 57						
SECTOR	Bem-Estar ou LG	P	I	G	O	A	S	IS
Infraestruturas								
Reabilitar a infraestrutura básica	BE	0	1	0	1	1	0	0,75
Abastecimento de água	BE	0	1	1	0	1	0	0,75
Comunicação Social								
Reposição da capacidade informativa na maior parte do país	BE	0	2	1	0	1	1	1,5

BE- Bem -Estar LG- Lacuna do género

Os Índices de Seriedade situam-se entre 0 e 1 e esta classificação determina a seriedade das políticas deste sector na escala de pouco e moderadamente séria. A interpretação deste resultado reflecte o estado de consciencialização para políticas e acções do género. A prioridade que actualmente se estabelece é a criação de Bem-Estar em detrimento das questões de complementaridade entre os sexos, no processo de democratização e desenvolvimento sustentado.

Comunicação Social e Infraestruturas

As políticas nestes sectores influenciam directamente a vida da mu-

lher. Os meios de comunicação social constituem um dos mais poderosos instrumentos na criação da tomada de consciência da sociedade e para a formação, informação e promoção das questões de género.

Estas políticas têm um índice classificado na escala de moderadamente sério, com uma tendência negativa ao longo do tempo. A degradação física das infraestruturas materiais e as políticas e

Avaliação ao Longo do Tempo do Grau de Seriedade das Políticas do Governo no Sector das Infraestruturas e da Comunicação Social Quadro 58

SECTOR	Avaliação ao longo do tempo
Infraestruturas	
Reabilitar a infraestrutura básica	2
Abastecimento de água	2
Comunicação Social	
Reposição da capacidade informativa na maior parte do país	0

FONTE: Análise com base nos indicadores dos sectores no período entre 1985 - 1995

Avaliação do Nível de Seriedade das Intenções Políticas do Governo Quadro 59

SECTOR	Bem-Estar ou LG	P	I	G	O	A	S	+-	IS
Educação									
Melhorar a qualidade de educação	BE	0	2	1	0	0	0	0	0,75
Criar condições que garantam educação básica para todos	BE	0	1	1	0	0	0	0	0,5
Saúde									
Melhorar a cobertura dos serviços em áreas Urbanas/rurais acessíveis	BE	1	1	1	0	0	0	0	0,75
Melhor a administração dos serviços	BE	0	2	1	0	1	0	0	1
Política da Comunicação Social	BE	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas									
Abastecimento de energia eléctrica	BE	0	1	1	0	0	0	0	0,5
Abastecimento de água	BE	0	1	1	0	0	0	0	0,5

BE - Bem-Estar; LG - Lacuna do Género ;IS- Índice de Seriedade

Este quadro foi elaborado com base nos critérios que definem o nível de seriedade baseado nas Intenções Políticas do Governo.

As políticas em questão foram obtidas do Programa Económico e Social do Governo para 1995-1996

Indicadores do Impacto das Políticas do Governo sobre a Igualdade do Género Quadro 60

Indicadores	1985	1995
Membro da Federação Internacional da Mulher desde 1963	Sim	Sim (presentemente mantém o cargo de vice-presidente)
Ratificou a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) em 1984	Sim	
Convenção dos Direitos Políticos da Mulher em 1985	Sim	
Federação das Mulheres de Carreira Jurídica		Sim
Na Presidência da Organização Pan-Africana de Mulheres desde 1986		Sim
Existência de uma política nacional do género	Não	Não
Existência de fábricas para mulheres	Não	Não
Legislação que protege a mulher no seio familiar	Não	Não ²
Participação exitosa da mulher na tomada de decisões	Sim	Sim ¹
Existência de um Plano Nacional para a mulher no desenvolvimento	Não	Não
Uma política da saúde orientada para o género	Não	Não
Política contra a pobreza	Não	Não
Política Económica dirigida aos sectores onde as mulheres são a maioria	Não	Não

1: As mulheres continuam participativas, mas menos agressivas. Ausência de grupos civis de pressão para o desenvolvimento do género

2: Reformas legais em termos de um novo Código de Família aprovado em 1987, que consagra direitos e responsabilidades iguais no casamento, divórcio e no que concerne os filhos.

Nota: Quadro adaptado dos indicadores existentes em Angola

estratégias adoptadas não têm contribuído para o desenvolvimento de condições básicas e Bem-Estar.

A comunicação social tem como prioridade a reposição da capacidade informativa no território nacional, em detrimento de uma política de informação.

ONGs, Doadores e as Organizações Comunitárias

As ONGs são um fenómeno relativamente novo, sobretudo com a dimensão e o nível de actuação que têm hoje. Este movimento desenvolveu-se depois da independência, no fim da década de 80. Iniciou a sua implementação com organizações originárias do norte europeu e mais tarde por movimentos religiosos.

Estes movimentos nacionais e estrangeiros responderam a certas necessidades das comunidades que não obtinham respostas e soluções para os seus problemas através do governo.

A maioria das ONG e doadores têm os seus próprios programas, políticas e áreas de actuação que nem sempre correspondem às prioridades de trabalho do governo. O frágil contacto que a maioria das ONGs estrangeiras tem com as estruturas locais impedem-nas de implementar programas na perspectiva de desenvolvimento.

A necessidade de justificar os financiamentos aos diferentes doadores precipitam-nas a uma actuação num contexto inapropriado e de ajuda incompleta devido ao desconhecimento ou à falta de atenção para os aspectos culturais, valores, atitudes, comportamentos e programas nacionais.

Existe um pensamento generalizado de que grande parte dos financiamentos das ONGs são na maioria gastos em despesas administrativas em detrimento dos projectos e trabalhos de campo. A pouca flexi-

bilidade de alguns doadores às constantes alterações da conjuntura demonstra um certo desconhecimento da realidade do país que impede que a adaptação dos programas a situações de mudança.

De um modo geral as ONG integram nos seus programas políticas de género e uma atenção especial a programas específicos para a mulher. No entanto, não existe uma única ONG que se ocupe exclusivamente com as questões do género.

A ASDI enfatizou que o seu apoio à Angola será feito numa perspectiva de integração do género em todos os sectores de actuação.

O Governo de Angola, para sair da crise generalizada, elaborou em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ONGs e outras organizações humanitárias, o documento "Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional" (PRE) para 1996-1997. Este documento foi apresentado pelo Chefe de Estado e pelo líder da UNITA aos principais doadores na Mesa Redonda de Bruxelas, em Setembro de 1995.

As contribuições para a implementação do programa são diversas. O governo de Angola através do Orçamento Geral do Estado (OGE) participará com 35 por cento dos custos do programa, para além do sector privado nacional, e das comunidades que foram igualmente chamadas a contribuir. A assistência maioritária será internacional através dos Organismos das Nações Unidas. As Instituições Multilaterais como Banco Mundial (BM), O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a União Europeia (UE), serão os suportes, sob forma de crédito ao sector privado.

O programa abrange uma componente humanitária e outra de reabilitação, com valores de 207 e 786

milhões de dólares respectivamente. Este último assenta fundamentalmente na reabilitação de infraestruturas básicas.

O programa surge como resposta ao quadro de indicadores sociais que Angola apresentava em 1994. Existiam 2,7 milhões de pessoas que viviam de absoluta dependência da ajuda alimentar humanitária, 400.000 mil refugiados, 70.000 mil mutilados militares e um número desconhecido de mulheres e crianças deficientes.

No PRC, os aspectos da complementaridade entre os sexos é priorizada. Medidas directas de apoio à mulher estão na base deste trabalho, através de projectos que facilitem a sua vida de responsável pelo bem estar do agregado familiar, nomeadamente o abastecimento de água, cuidados primários de saúde, vacinação dos filhos, educação básica. Factores que contribuem para a redução das horas de trabalho doméstico e permitem uma maior participação social serão também considerados.

O PRC inclui políticas do governo, no domínio da reabilitação de infraestruturas de grande impacto social. Estas áreas representam grosso modo 43,8 por cento dos recursos previstos, que são cruciais para a melhoria das condições de vida. As metas do PRC são, nesta primeira fase consolidar a paz, restituir a confiança e permitir o assentamento auto-sustentado das populações em todo o território.

Pela primeira vez em 20 anos, Angola elabora políticas e programas num quadro de paz relativa, o que origina uma grande expectativa entre a população.

Fundo de Apoio Social

O Fundo de Apoio Social (FAS) é uma entidade autónoma sob o ponto de vista jurídico, financeiro e de gestão. Criado no quadro da política de desenvolvimento

Avaliação do Nível de Seriedade dos Programas das Intenções de Organizações Locais e Estrangeiras Quadro 61

SECTOR	Bem-Estar ou LG	P	I	G	O	A	S	+-	IS
Reintegração social	BE	0	2	3	2	2	2	2	3,25
Reabilitação de Infraestruturas Básicas	BE	0	2	1	1	1	1	1	1,75
Construção de poços de água	LG	3	3	2	2	2	2	2	4
Saúde									
Cuidados primários da saúde	BE	3	3	1	1	1	1	1	2,75
Vacinação	BE	3	2	1	0	1	0	0	1,75
Saneamento Básico (latrinas)	BE	1	2	0	0	0	0	0	0,75

BE - Bem-Estar, LG - Lacuna do Género, IS - Índice de Seriedade

Este quadro foi elaborado com base no Programa das Intenções de Organizações Locais e Estrangeiras que colaboram com o Governo e suas políticas/programas.

Os programas/políticas em questão foram elaborados com base no Programa de Reconciliação Nacional e Reabilitação Comunitária, apresentado em Bruxelas em Setembro de 1995

Avaliação do Nível de Seriedade das Intenções Políticas do Governo nos Sectores e Sub-Sectores Quadro 62

Sectores e Sub-Sectores	BE-LG	P	I	G	O	A	S	+-	IS
Economia									
Meios de produção	BE	0	0	0	0	0	0	0	0
Rendimentos	BE	1	2	0	1	1	0	0	1,25
Emprego/Desemprego	BE	0	1	1	0	0	0	0	0,5
Agricultura e Segurança Alimentar	BE	0	1	1	1	0	0	0	0,75
Política e Poder									
Leis e Reforma	BE	2	2	1	2	0	2	2	2,75
Participação na Tomada de Decisões	BE	0	2	1	1	0	1	1	1,5
Voto	LG	3	3	3	2	2	2	3	4,5
Educação									
Formal/Informal	BE	0	1	1	0	0	0	0	0,5
Educação de Adultos	BE	0	1	0	0	0	0	0	0,25
Acesso e Controlo dos Mídia	BE	0	1	1	1	1	1	1	1,5
Meio Ambiente									
Ambiente Urbano	BE	0	1	0	0	1	0	0	0,5
Acesso à Água	BE	0	1	0	0	0	0	0	0,25
Acesso ao Transporte	BE	0	1	1	1	0	0	0	0,75
Saúde									
Nutrição	BE	0	2	1	0	1	0	0	1
HIV/SIDA	BE	0	0	0	1	0	0	0	0,25
Acesso aos serviços de saúde	BE	0	1	1	1	0	0	0	0,75
Planeamento Familiar	BE	0	0	1	1	1	1	1	1,25
Violência contra a mulher		1	1	0	0	0	0	0	0,5
Prostituição	LG	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Urbana	BE	0	1	0	0	0	0	0	0,25
Deslocados e refugiados	BE	0	2	1	1	1	1	0	1,5

BE - Bem-Estar

LG - Lacuna do Género

IS - Índice de Seriedade

Indicadores principais: Preparados por Naiole C. dos Santos

Este Quadro foi preparado na base de informação quantitativa, produzida pelo Instituto Nacional de Estatística, INE, e a Política de Intenções do Governo para o Programa Económico e Social

económico e social do Governo, o FAS actua como uma agência de financiamento do tipo "Banco de Desenvolvimento", em apoio às necessidades mais prementes da população pobre. O objectivo de fundo é a redução da pobreza.

Para alcançar este objectivo o FAS faz a mobilização de recursos financeiros nacionais e internacionais e canaliza-os para projectos que satisfaçam as carências mais urgentes dos pobres das comunidades rurais e urbanas.

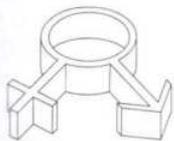
A identificação da carência é feita pela comunidade, através de um núcleo comunitário que integra em média cinco a seis pessoas. As escolhas das comunidades recaem principalmente em escolas, latrinas,

postos de saúde, poços de água e centros infantis. Uma vez avaliado e aprovado o projecto, o FAS financia, mas nunca a 100 por cento, o que permite estimular as comunidades e o Governo a contribuir e a utilizar recursos e materiais locais.

Nesta primeira fase de implementação, (um ano) do FAS, foram beneficiados 62.323 pessoas. Na fase seguinte o universo a beneficiar é de 703.999 mil pessoas, entre elas 190.226 mil mulheres e 371.232 crianças. As escolhas beneficiam a comunidade como um todo e a mulher em particular, pelas suas especificidades. Estes projectos estão todos sob responsabilidade e gestão dos homens da comunidade, embora as mulheres sejam o principal grupo beneficiário.

PARTE III

SÍNTESE: O CAMINHO PARA A FRENTE



O Perfil da Mulher Angolana no Desenvolvimento é a descrição e a denúncia da situação da mulher no quadro de guerra, choques e mudanças estruturais. A perda de referência social, moral e de comportamento é o resultado da agressividade que o conflito político e as dificuldades económicas provocaram.

Em síntese, a Constituição da República de Angola confere direitos e deveres iguais a mulheres e homens sem distinção de raça, cor ou religião. A legislação não discrimina a mulher em termos de participação política, direitos de propriedade, acesso, gestão de bens patrimoniais, ou em relação às questões da família e dependentes.

A Lei Geral do Trabalho define que "o trabalho é um direito e um dever de todo o cidadão". O Direito positivo estabelece normas de discriminação positiva, nomeadamente a protecção da mãe trabalhadora (gravidez, aleitamento).

A nível da legislação são reconhecidos avanços significativos, mas na prática a desigualdade entre os sexos existe e a mulher ainda tem um longo caminho a percorrer para que a igualdade prevista na lei se efective.

Pobreza

Os indicadores de pobreza e de condição de vida são preocupantes, em particular para os agregados familiares chefiados por mulher. O baixo nível de escolaridade e consequentemente a sua posição subordinada em termos de emprego e rendimentos agravam a

sua vulnerabilidade e a sua condição de pobre.

Estrutura Económica

O conflito político-militar afectou a estrutura económica como um todo e a situação económica da mulher em particular. A grande maioria perdeu a sua fonte de subsistência e emprego, a terra para agricultura, e trabalha hoje por conta própria, no sector informal urbano, com empregos menos estáveis e estruturados.

As maiores taxas de desemprego e sub-emprego urbano registam-se entre mulheres, reflectindo a desigualdade do mercado de trabalho como resultado do seu baixo nível de escolarização.

A participação feminina no Produto Interno Bruto (PIB) é baixa porque parte do trabalho que realiza não envolve valor de troca e por definição não é contabilizado. Um outro factor é que, maioritariamente, a mulher actua no sector informal cuja dimensão no PIB não reflecte verdadeiramente a sua contribuição na criação da riqueza.

Educação

A Constituição angolana advoga o direito à educação a todos os cidadãos. No entanto apenas 2,0 por cento de raparigas atingem os 10 anos de escolaridade. Os níveis de analfabetismo são superiores entre as mulheres, 54,5 por cento e dentro do grupo da População Economicamente Activa analfabeta a mulher constitui 76,4 por cento. As taxas de desistências, abandono escolar e os níveis de repetição são altos. O binómio mulher/educação é um dos sinais mais visíveis do fosso entre mulheres e homens.



Saúde

Os níveis de mortalidade materna são crescentes, agravados por razões de pobreza, nutrição e acesso ao sistema de saúde. As doenças sexualmente transmissíveis e o Sida são problemas que atingem sobretudo a mulher. Aborto é ilegal, excepto sob condições estipuladas por lei. As questões sobre planeamento familiar a nível governamental continuam subalternizadas e não existe explicitamente uma política para esta matéria.

A Mulher e o Ambiente

A focalização sobre a pobreza retrai a sensibilidade para as questões ambientais em termos de prioridade em Angola. A pressão para satisfazer as necessidades imediatas impede de pensar numa perspectiva de médio e longo prazos. O acesso à água potável é um dos principais problemas e reflecte-se de forma desigual sobre os sexos. A gestão pouco eficiente dos recursos naturais não renováveis podem pôr em causa o futuro das gerações vindouras.

Direitos Humanos

Apesar dos iguais direitos consagrados na Constituição Angolana, as desigualdades políticas, económicas e sociais são evidentes e repercutem-se nos Direitos Humanos em geral e na mulher em particular pela sua vulnerabilidade social. Em Angola os direitos humanos são violados todos os dias e visíveis através dos índices elevados de pobreza, fome, abusos sexuais e violência doméstica contra a mulher.

As Crianças de

Rua do Sexo Feminino

Um fenómeno novo, mas que começa a tomar corpo nas principais zonas urbanas é o das crianças de rua. Estas meninas de rua são o resultado da violência doméstica e desintegração da família. Elas estão expostas e vulneráveis à agressividade urbana.

Participação na Tomada de Decisões

Existe uma tendência decrescente na participação e tomada de decisões a nível político por parte da mulher. A representatividade no mais alto órgão do poder político diminuiu de 15 por cento para 9,5 por cento após as eleições de 1992. A OMA, o principal grupo de pressão feminino, está inactivo, as associações cívicas emergentes são frágeis e pouco actuaes. Quanto à participação na tomada de decisões económicas os homens ocupam maioritariamente funções de patrão e de administradores/gestores.

Mídia

A grande maioria dos meios de comunicação em Angola estão sob controlo do Estado e não cobre a totalidade do território nacional. A sua política de informação/formação, com honrosas excepções, não tem contribuído para uma visão positiva da mulher na sociedade, no seu papel de agente nos processos do desenvolvimento e da democracia.

Mecanismos para o Desenvolvimento da Mulher

A ausência de um Programa Nacional para o Desenvolvimento Integrado da Mulher reflecte a subalternização das questões da mulher e das implicações nas relações entre os sexos. Os programas e políticas do governo não envolvem a perspectiva do género. A Secretaria de Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher não apresentou até ao momento uma estratégia no sentido de reverter o actual quadro.

Violência contra a Mulher

A violência contra a mulher é uma flagrante violação dos Direitos do Homem. Em Angola, a guerra levou a violência ao seu extremo e modificou valores morais e comportamentos no seio da população. É urgente que se crie um órgão que

atenda especificamente queixas e reclamações da mulher. A agravar este quadro existem problemas “silenciosos” como sendo a violência doméstica, a violência nas cadeias e o assédio sexual no trabalho.

O Conflito Armado

Conflito armado em Angola provocou a degradação de economia e do tecido social e familiar. As consequências desse conflito estão traduzidas em milhares de pessoas mutiladas, deslocadas, viúvas e orfãos de guerra.

O Índice de Seriedade das Políticas e Programas do Governo é baixo, com valores entre 0 e 1. Estes dados avaliam as políticas como tendo

nível de seriedade entre fraco e moderado. Estas políticas não priorizam nem enfatizam acções dirigidas na diminuição da lacuna do género. Acresce ao facto, de que a credibilidade das Instituições do Estado começa a ser posta em causa, o que tem um impacto negativo na receptividade das suas políticas e programas.

O Índice de Seriedade dos programas das ONGs nacionais e estrangeiras situa-se (de acordo com a média aritmética simples), no nível 3, que os classifica como sérios. As questões do género têm prioridade em acções dirigidas a diminuir as desigualdades. Este é um bom sinal de reconhecimento da necessidade de integração da

O conflito armado e a Plataforma de Acção

Caixa 17

Enquanto que comunidades inteiras sofrem as consequências do conflito armado e terrorismo as mulheres e as raparigas são particularmente afectadas devido ao seu estatuto social e o seu sexo. As partes envolvidas no conflito frequentemente violam as mulheres sem que sejam punidos, algumas vezes usam a violação sistemática como uma tática de guerra e terrorismo. O impacto da violação dos direitos humanos das mulheres em tais situações é experimentado por mulheres de todas as idades, que sofrem a deslocação, perda de lares e bens, a perda ou desaparecimento involuntário de parentes mais próximos, pobreza e separação e desintegração de famílias. As mulheres são vítimas de actos de homicídio, terrorismo, tortura, desaparecimento involuntário, escravidão sexual, estupro, abuso sexual e gravidez coerciva em situações de conflito armado, particularmente como resultado de políticas de purificação étnica e outras novas formas de violência. Este facto é acrescido pela combinação prevalecente das consequências traumáticas sociais, económicas e psicológicas do conflito armado e a ocupação e dominação estrangeira.

Mulheres refugiadas, deslocadas e emigrantes demonstram na maioria dos casos, força, tolerância e desembaraço e podem contribuir positivamente para os países de reassentamento ou para os seus países de origem no seu regresso.

Elas precisam de estar adequadamente envolvidas em decisões que lhes afectam.

Durante os tempos do conflito armado e a derrocada das comunidades, o papel das mulheres é crucial. Elas frequentemente trabalham para manter a ordem social no seio dos conflitos armados e outros. As mulheres como educadoras de paz fazem uma importante contribuição tanto nas suas famílias como na sociedade.

A existência de uma educação promotora de uma cultura de paz, que sustente a justiça e tolerância para todas as nações e povos é essencial para o alcance de uma paz duradoura e deve começar na infância. Ela deve incluir elementos de resolução do conflito, mediação, diminuição do prejuízo e mais respeito pela diversidade.

Na busca de soluções para os conflitos armados, deve-se ter em conta a promoção de uma política activa e visível de incorporação da perspectiva de género em todas as políticas e programas e que antes de tomarem decisões deve-se fazer uma análise dos efeitos sobre as mulheres e homens.

Embora as mulheres tenham iniciado a desempenhar um papel importante na resolução do conflito, manutenção da paz, mecanismos para a defesa e negócios estrangeiros, elas continuam sub-representadas em posições de tomada de decisões. Sendo que as mulheres devem desempenhar o seu papel em pé de igualdade na segurança e manutenção da paz, elas devem ter poder político e económico e estar adequadamente representadas a todos os níveis de tomada de decisões.

FONTE: Plataforma de Acção e Declaração de Beijing. Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, Nova York, 1996.

mulher nos processos de desenvolvimento.

OBJECTIVOS DE FUTURO

Encorajar e ampliar a rede de parceiros e *lobies* bem como defender os objectivos de política orientados para a diminuição das desigualdades entre os sexos. A criação de mecanismos legais através de Delegacias das Mulheres, que

especificamente protejam a mulher da violência, é uma prioridade urgente. A implementação de programas de educação dirigidos à mulher para melhorar as suas capacidades de participação e intervenção nas questões da paz e desenvolvimento sustentado, é um dos objectivos a alcançar no futuro, por forma a modificar o pouco atraente panorama actual.

PARTE IV

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

IV

ENDNOTES

- 1 Mintso, T., Discurso de abertura no Workshop sobre a Estratégia do Género, África do Sul, 30-31, Janeiro, 1997.
- 2 Ver *Para Além das Desigualdades: A Mulher na África Austral*, SARDC-WID-SAA, Harare, 2000.
- 3 Amado, Cruz e Hakkert, 1994:16.
- 4 Ibid.
- 5 Adata e Amado, 1995:4.
- 6 Fonte: INE, 1993:35.
- 7 Fonte: Ibid.
- 8 Fonte: INE, 1993:29-30.
- 9 Fonte: INE, 1993:64-5, 72-74.
- 10 Fonte: INE, 1993:36.
- 11 Adata e Amado, 1995: Estudo sobre o mercado informal de sobrevivência. 12 1995:29-30.
- 13 Asa Stenman - Segmentação do mercado de trabalho em Luanda, 1995.
- 14 Moraes & Pacheco, 1991:24,32,63-4.
- 15 Extractos do documento sobre *Exploração e Abuso Sexual de Menores*, pesquisa e elaboração por Adélia Cohen, Gabriela Cohen e Maggie Brown, Christian Children's Fund, 24 de Março, 1996.
- 16 Verbetes de Dicionário.
- 17 Marilina Stella de J. F. Carvalho
- 18 Documento apresentado por Vicente Luís Oliveira, "Lei de Base", 1º Simpósio Nacional sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- 19 Ibid.
- 20 Estatísticas do Ministério de Planeamento e do Centro Populacional, Projecto ANG/90/P02, FNUAP.
- 21 Pierre-Marie Archy & Victor Garcia, "Água e Meio Ambiente", 1º Simpósio Nacional sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993; Rosa Cruz, Naiole dos Santos, "Angola e o seu Potencial", Sevilha, EXPO, 1992.
- 22 Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD, 1996.
- 23 Ibid.
- 24 Ministério da Saúde, Secretaria de Planeamento, 1994.
- 25 Boletim Demográfico, nº 13.
- 26 Génesis 1, versículo 28.
- 27 Economist Intelligence Unit, 1994.
- 28 Souza Jamba, *Patriots*, 1990.

BIBLIOGRAFIA

- Achy, P.M., Kianu, V., Garcia, V.S., "Água e o Meio Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- ADRA, trabalho de grupo, "Acta de Conclusões Finais sobre o seminário O Impacto da guerra em Angola", Luanda, 1993.
- ADRA, Workshop "Impacto da Guerra sobre o Ambiente em Angola", Setembro de 1993.
- Africano, A.A., "Discurso de Encerramento", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.
- Aguillar, R., Stenman, A., *Let's Try Again, Angola*, Departamento de Economia /Universidade de Gotemburgo, Junho de 1995.
- Aguillar, R., Stenman, A., *Tentando Romper a Barreira, Angola*, Departamento de Economia/Universidade de Gotemburgo, Setembro de 1994.
- Akesson, L., *Angola: Análise sobre o Género*, Setembro de 1992.
- Anónimo, "Ambiente e Desenvolvimento", 1º Simpósio Nacional sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- Cadete e Silva, Luísa, B., "O Papel da Família (em especial da mulher) na Perservação do Meio Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- Campbell, H., *Angolan Women and the Electoral Process in Angola*, 1992, Dezembro de 1992.
- CAOL, Projecto, *Coordenação do Atendimento Obstrético de Luanda*, Estatísticas Institucionais, Agosto de 1996.



- Carvalho, M., *A Mulher e a Religião*, Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Revista Estamos Juntas, nº1/94 Jan/Fev de 1994.
- Cassoma, B.E., "Morbimortalidade em Angola (1989-1991) como Consequência do deterioramento do Meio Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- Cohen, A., Cohen, G., Brown, M., *Sexual Abuse and Exploitation of Children in Time of War: The case Angola*, Christian Children's Fund, Luanda, Março de 1996.
- Correia, F., Luísa, M., *Caracterização do Estado Geral do Ambiente*, Secretaria de Estado do Ambiente, Luanda, Setembro de 1996.
- Correia, L.T., "O Papel da Mulher Rural na Sociedade", Encontro Nacional sobre a Promoção Económica e Social da Mulher Rural, MINADER, SEPDM, Julho de 1994.
- Cruz, R., Cohen, N.S., "Angola e o seu Potencial", Sevilha, EXPO 1992.
- Dolbeth e Costa, Antónia, M., "Sociedade, Problemas Actuais na Educação da Mulher Angolana (abordagem psicopedagógica)", 1995.
- EIU, The Economist Intelligence Unit's, *Country Analysis: Angola 1995-96*.
- EIU, The Economist Intelligence Unit's, *Country Analysis: Angola, 4th quarter 1995*.
- Enciclopédia, *Anthropos: Homem*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Einaudi, Lisboa, Porto, Coimbra, 1985.
- Fortes, F., "Mulher, Família e Pobreza", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.
- Gourgel, A.A., Batalha, N.F., "Estudo do Fenómeno Crianças em Situação de Rua em Luanda", Abril de 1996.
- Governo, República de Angola, "Programa Económico e Social 1995-1996", Março de 1995.
- Hulrich, S., "Country Gender Analysis", Volume II, ASDI, Outubro de 1991.
- Hulrich, S., "Mulheres no Desenvolvimento: Análise Genérica do País", Volume I, ASDI, Maio de 1992.
- Hulrich, S., "Country Gender Analise", Volume II, Development Workshop, Outubro de 1994.
- Instituto Nacional de Estatística, INE, *Perfil da Pobreza em Angola*, Gabinete de Monitorização das Condições de Vida, Setembro 1996.
- Kodi, S., Constantino, J., "Nupcialidade e Fecundidade em Angola", Cadernos da População & Desenvolvimento, Ministério do Planeamento, Projecto Ang/90/PO2 FNUAP, Ano II Vol.3 Nº2 Julho/Dezembro, 1993.
- LANDU, "O Papel das ONGs na Perservação do Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- Lwana, N.K., Laudari, C.A., "O Planeamento Familiar em Angola", Cadernos da População & Desenvolvimento, Ministério do Planeamento Projecto Ang/90/PO2 FNUAP, Ano II Vol.3 Nº2 Julho/Dezembro, 1993.
- Medina, M.C., Coelho, A., "A mulher e os Bens Patrimoniais em Angola: Acesso, Gestão e Partilha", IV Encontro de Mulheres Juristas Lusofonas, Associação Angolana das Mulheres Juristas, Setembro de 1996.
- Ministério Da Educação, UNESCO, UNICEF, *Angola Exame Sectorial da Educação*, Dezembro de 1993.
- Ministério Do Planeamento, Instituto Nacional de Estatística, INE, "Famílias e Aldeias do Sul de Angola", Análise de um inquérito sócio-económico e demográfico nas zonas rurais da região Sul-Sudoeste) Boletim Demográfico, 1992.
- Mpava, M.M., "Importância e Dificuldades", Secretaria de Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Seminário sobre Mulher e a Lei, Luanda, 1994.

- Neto, M.C., *O Curso Sinuoso da História*, Oikos Ano III, nº13 Julho/Agosto 1993, Bimestral.
- Neto, M.C., "Realidade Social Angolana (abordagem a partir de uma perspectiva histórica)", Seminário sobre as Tarefas de Homens e Mulheres em Famílias de poucos Recursos Económicos, Luanda, Maio de 1992.
- Neto, M.C., "O Mercado de Trabalho e a Mulher", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.
- OMA, Secretariado Executivo Nacional "A Dimensão Cultural do Desenvolvimento", Setembro de 1989.
- OMA, Secretariado Executivo Nacional, "Vinte e Sete anos de Participação na Luta pela Paz", ano de 1986.
- Pinto de Andrade, H.D., "Women, Poverty and the Informal Sector in Luandas's Peri-urban Areas", Development Workshop, Novembro de 1994.
- Pitra, G., "A Mulher, Educação e Ensino", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Relatório de Desenvolvimento Humano*, 1995.
- Queiróz, C., "Gerações comprometidas. Violência, Identidade e Traumas", Comunicação apresentada no Colóquio sobre "Independência e Identidade Cultural", Luanda, Novembro de 1995.
- Recolha Oral, Helena Milagre, 60 anos, nascida na Província do Bengo Município do Icolo e Bengo, Testemunha ocular dos tratamentos efectuados por sua avó nos anos 50 e 60 em Icolo e Bengo e nos anos 70, das práticas de mutilação genital feminina no sul de Angola, províncias da Huíla e Namibe, Recolha efectuada em Setembro de 1996.
- Recolha Oral, Ex-Membros, do grupo de Santa Cecília em 1963, Recolha efectuada em Luanda, Agosto de 1996.
- República de Angola, *Community Rehabilitation and National Reconciliation Programme*, 1995.
- Romeu, J., "O Estatuto da Menina", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.
- Roque, F., *Economia de Angola*, Bertrand Editora, Maio de 1991.
- Santos, F., Maria O., Cohen, Teresa., Lourenço, M.H., Matos, A., M., Chamret, S., e Montagnier, L., "A Study of Seroprevalence of HIV-1 and HIV-2 in Six Provinces of People's Republic of Angola: Clues to Spread of HIV Infection", *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes*, New York, 1990.
- Secretaria Provincial de Economia/Exportações, Gabinete de Promoção de Industria, Serviço de Promoção, "Investir em Angola", 1973.
- Seminário, "Conclusões sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher" Luanda, Junho de 1995.
- SEPDM, Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Revista "Estamos Juntas", Nº6/95, Agosto/Setembro 1995.
- Sousa, C.C., Fernando, G., "Projecto de Formação e Apoio às Crianças de Rua na Província de Luanda, Educação, Kandengues Unidos, Setembro de 1995.
- Stenman, A., *Descriminação e Segmentação do Mercado de Trabalho*, Luanda, 1992.
- Trabalho, Grupo de, "Acta de Conclusões finais sobre o Seminário a Mulher e a Lei", Luanda, 1994.
- Van-Dúnem, C., "O Género e a Política de Desenvolvimento", Encontro Nacional sobre a Promoção Económica e Social da Mulher Rural, MINADER, SEPDM, Julho de 1994.

Vicente, J.M., Freire Dos Santos, J.M., "Saúde e Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.

Vicente, L.O., "Lei de Base" Iº Simpósio Nacional sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.

Webba, J., "Direito do Trabalho", Secretaria de Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Seminário sobre Mulher e a Lei, Luanda, 1994.

Wilson, F., "A Situação Epidemiológica do SIDA em Angola", Cadernos da População e Desenvolvimento, Ministério do Planeamento, Projecto Ang/90/PO2 FNUAP, Ano II Vol.3 N°2 Julho/Dezembro, 1993.

Zavoni, N., "Ambiente e Línguas Nacionais", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.

LISTA DE PARCEIROS E
CONTACTOS NOS 13 PACESES DA SADC

ANGOLA

ACTION FOR RURAL DEVELOPMENT
AND ENVIRONMENT (ADRA)

Helena Farinha, Director
Praceta Farinha Leitao N° 27 IDTO
C.P. 3788
Luanda, Angola
Tel: 244-2-395132/391961
Fax: 244-2-396683
Email: adra-ang@ebonet.net

DEVELOPMENT WORKSHOP

Marinella Cerqueira, Project Co-ordinator
Rua Rei Katyavala 113
C.P. 3360
Luanda, Angola
Tel/Fax: 244-2-348371
Email: dwang@ebonet.net

REDE MULHER/ANGOLA

Emilia Fernandes, Secretary General
Rua da Liberdade no 134,
C.P. 16532
Luanda, Angola
Telefax: 244-2-363229
Email: mulher@netangola.com

BOTSWANA

DITSHWANELO

Alice Mogwe, Director
Hospital Way. Plot No. 2732
P. Bag 00416
Gaborone, Botswana
Tel:- 267- 306998
Fax:- 267-307778
Email: admin.ditshwanelo@info.bw

THE WOMEN'S NGO COALITION

Ratang Dijeng, Chairperson
P. Bag 00342
Gaborone, Botswana
Tel: 267-585004/5
Fax: 267-584685
Email: c/o corde@global.bw

LESOTHO

WOMEN AND LAW IN SOUTHERN
AFRICA (WLSA)

Keiso Matashane, National Co-ordinator
The Dolphin House
32 Motsoene Road Industrial Area
Maseru, Lesotho
P.O. Box 0961, Maseru West 105
Tel: 266-313123
Fax: 266-310361
Email: wlsales@lesoff.co.za

MALAWI

UNIVERSITY OF MALAWI
CENTRE FOR SOCIAL RESEARCH

Dr S.W Kaila, Director
P.O. Box 278
Zomba, Malawi
Tel: 265-522800/522916
Fax: 265-522578/522760
Email: csr@malawi.net and
peter-mvula@hotmail.com

GENDER CO-ORDINATING NETWORK

Beatrice Chiumia
P. Bag 492
Blantyre 3, Malawi
Tel: 265-833468
Fax: 265-643803/674803

MAURITIUS

MAURITIUS ALLIANCE
OF WOMEN (MAW)

Sheila Gunganah, The President
Royal Road
Quatre Bornes, Mauritius
Tel: 230-4243489
Fax: 230-4252362
Email: perdrix3@hotmail.com and
vega2000@intnet.mu

MOZAMBIQUE

EDUARDO MONDLANE UNIVERSITY
CENTRE FOR AFRICAN STUDIES

Teresinha da Silva, Associate Researcher
Campus Universitario
C.P. 1993
Maputo, Mozambique
Tel: 258-1-494744
Fax: 258-1-491896
Email: ufics@zebra.uem.mz

FORUM MULHER

Cidia Monteiro, Co-ordinator
Rua Pereira lo Lago, n147
3° Andar Direito
C.P. 3632
Maputo, Mozambique
Tel/Fax: 258-1-493437
Email: forum@zebra.uem.mz

NAMIBIA

UNIVERSITY OF NAMIBIA
SOCIAL SCIENCES DIVISION (SSD)

Eunice Iipinge, Co-ordinator Gender
Training and Research Programme
340 Mandume Ndemufayo Avenue,
Pioneerspark
P. Bag 13301
Windhoek, Namibia
Tel: 264-61-2063951
Fax: 264-61-2063268
Email: eiipinge@mail.unam.na

SEYCHELLES

SEYCHELLES WOMEN'S
COMMISSION

Jacqueline Sauzier, Secretary General
c/o LUNGOS Building
Place de la Republic
P.O. Box 885
Victoria, Mahe, Seychelles
Tel: 248-383000
Fax: 248-225379

SOUTH AFRICA

UNIVERSITY OF THE WESTERN CAPE,
GENDER EQUITY UNIT

Mary Hames, Acting Head, Gender
Equity Unit
P. Bag X17
Bellville 7535
Cape Town, South Africa
Tel: 27-21-9593736
Fax: 27-21-9592813
Email: genres@new.co.za

WOMEN'S NATIONAL COALITION
(WNC)

Laura Kganyago, National General
Secretary
P.O. Box 63219
Johannesburg, South Africa
Tel: 27-11-3315958/9
Fax: 27-11-3315957
Email: beijing@sn.apc.org

SWAZILAND

WOMEN AND LAW IN SOUTHERN
AFRICA (WLSA)

Doo Aphane, National Co-ordinator
Centre Point, Ground Floor
Dlan'ubeka House
Cnr. Walker And Tin Street
Mbabane
P.O. Box 182, Veni
Mbabane, Swaziland
Tel: 268-40-45006
Tel: 268-40-48774 (home)
Fax: 268-40-40546
Email: wlsaszd@iafrica.sz

TANZANIA

TANZANIA GENDER NETWORKING
PROGRAMME (TGNP)

Mary Rusimbi, Programme Co-ordinator
Mabibo Road (adjacent National Institute of
Transport)
P.O. Box 8921
Dar es Salaam, Tanzania
Tel: 255-51-43205/43450
Fax: 255-51-43244
Cell: 0812-783659/788706
Email: tgnp@muchs.ac.tz

ZAMBIA

ZAMBIA ASSOCIATION FOR
RESEARCH AND DEVELOPMENT
(ZARD)

Executive Director
16 Manchichi Road
Northmead
P.O. Box 37836
Lusaka, Zambia
Tel: 260-1-224536
Fax: 260-1-222883
Email: zard@zamnet.zm

ZIMBABWE

ZIMBABWE WOMEN RESOURCE
CENTRE AND NETWORK (ZWR CN)

Thoko Matshe, Director
288 Herbert Chitepo Avenue
P.O. Box 2198
Harare, Zimbabwe
Tel: 263-4-737435
Fax: 263-4-720331
Email: zwr cn@zwr cn.org.zw

LISTA DOS MEMBROS DO GRUPO DE REFERÊNCIA DO GÉNERO

Anexo 2

Gabriella Cohen
Gabriella Cohen
Programme Officer, Church Action In
Angola
C.P. LWF/CAA 1606
Luanda, Angola
Tel: 244-2-332982/45837
Fax: 244-2-346634/339430
Email: caa-gab@angonet.org and
gabrielacohen@yahoo.com

Tafadzwa Mumba
Project Manager
Inter Press Service (IPS)
127 Union Avenue
P.O. Box 6050
Harare, Zimbabwe
Tel: 790104/5
Fax: 263-728415
Email: pat@ips.org.zw

Pamela Mhlanga
The Inter-African Network for Human
Rights and Development (AFRONET)
P.O. Box 31145
Lusaka, Zambia
Tel: 260-1-251813
Fax: 260-1-251776
Email: afronet@zamnet.zm

Barbara Lopi
Programme Officer
Zambia Association for Research and
Development (ZARD)
16 Manchichi Road
Northmead
P.O. Box 37836
Lusaka, Zambia
Tel: 260 - 1 - 224536
Fax: 260 - 1 - 222883
Email: zard@zamnet.zm

Christine Warioba
Assistant Programme Officer
SADC Gender Unit
Private Bag 0095
Gaborone, Botswana
Tel: 267-351863
Fax: 267-372848
Email: cwarioba@sadc.int

Teresinha da Silva,
Associate Researcher
Campus Universitario
C.P. 1993
Maputo, Mozambique
Tel: 258-1-494744
Fax: 258-1-491896
Email: ufics@zebra.uem.mz

Sheila B. Gunganah,
President
Mauritius Alliance for Women (MAW)
Royal Road
Quatre-Bornes, Mauritius
Tel: 230-4243489
Fax: 230-522578
Email: perdrix3@hotmail.com

Sandra Crewe,
Secretary General
Seychelles Women's Commission
c/o LUNGOS Building
Place de la Republic
P.O. Box 885
Victoria, Mahe,
Seychelles
Tel: 248-224030
Fax: 248-384016
Email: dcaadmin@seychelles.net
Fax: 732154

Anexo 3

GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

Uma Declaração dos Chefes de Estado ou Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

PREÂMBULO

NÓS, Chefes de Estado ou Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral;

A. OBSERVANDO QUE:

- i) Os Estados Membros comprometeram-se no Tratado da SADC(Artigo 6(2)), em não discriminarem qualquer pessoa com base no género, entre outras;
- ii) Todos os Estados Membros assinaram e ratificaram ou aderiram à Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), ou encontram-se em vias de o fazer;

B. CONVICTOS QUE:

- i) O Género constitui uma questão fundamental dos direitos humanos;
- ii) O Género é uma área que já mereceu um grande consenso e onde existem benefícios consideráveis a serem obtidos da cooperação regional mais estreita e de uma acção colectiva;
- iii) A integração e incidência sobre questões do género no Programa de Acção da SADC e na Iniciativa de Edificação da Comunidade constitui factor-chave para o desenvolvimento sustentável da região da SADC;

C. PROFUNDAMENTE PREOCUPADOS COM:

- i) A constatação de que apesar de se registarem progressos em alguns Estados Membros na igualdade do género e a sua incidência, ainda existirem disparidades entre a mulher e o homem nas áreas dos direitos fundamentais, na partilha do poder e processo de tomada de decisão, no acesso ao controle dos recursos produtivos, à educação e saúde, entre outras;
- ii) O facto da mulher constituir a maioria da população pobre;
- iii) O facto dos esforços para integrar os aspectos ligados ao género nos programas sectoriais da SADC não terem suficientemente incidido sobre o género de uma forma coordenada e abrangente;

D. RECONHECENDO QUE:

- i) O Conselho de Ministros da SADC, em 1990, orientou o Secretariado da SADC para explorar as melhores formas de incorporar as questões do género no Programa de Acção da SADC, e aprovou em 1996 que estas fossem, a nível regional, coordenadas pelo Secretariado;

- ii) No cumprimento desta orientação, o Secretariado da SADC desenvolveu e manteve relações de trabalho com os actores-chave na área do género, que resultaram na aprovação e adopção do Programa de Acção sobre o género da SADC, pelo Conselho de Ministros, em Fevereiro de 1997;

NÓS, POR CONSEQUENTE:

E. REAFIRMAMOS o nosso engajamento para com as Estratégias Futuras, adoptadas em Nairobi; com a Plataforma de Acção Africana e com a Declaração e Plataforma de Acção de Beijing;

F. APROVAMOS a decisão do Conselho de Ministros sobre:

- i) A criação de um quadro político para a inserção da questão do género em todas as actividades da SADC, e no fortalecimento dos esforços empreendidos pelos Estados Membros no alcance da igualdade do género;

- ii) O estabelecimento de um quadro institucional que faça avançar a igualdade do género e que esteja em conformidade com o estabelecido para outras áreas de cooperação, mas que garanta que o género seja sempre considerado em todos os sectores;

- iii) A instituição de um Comité Permanente de Ministros responsáveis pelos Assuntos do Género na região;

- iv) A adopção do actual Comité Consultivo composto por um representante do Governo e um membro das Organizações Não-Governamentais em cada Estado Membro, cuja tarefa consiste em prestar assessoria ao Comité Permanente de Ministros e aos outros Comités Ministeriais do Sector ligado aos assuntos do Género;

- v) A criação de antenas para Assuntos sobre o Género, cuja tarefa será a de garantir a inserção das questões do género em todas as iniciativas sectoriais e a sua inclusão na agenda de todas as reuniões ministeriais;

- vi) O estabelecimento no Secretariado da SADC de uma Unidade para Questões do Género, composta por, pelo menos, dois funcionários seniores.

G. DECIDIMOS QUE:

Enquanto líderes, devemos assegurar a implementação dos presentes compromissos e garantir a eliminação na região de todas as desigualdades com base no género;

E;

H. COMPROMETEMO-NOS e, em nome dos nossos respectivos países, entre outros aspectos, a:

- i) Incluir e tratar vigorosamente as questões do género na agenda do Programa de Acção da SADC e da Iniciativa de Edificação da Comunidade;

- ii) Garantir uma representação equitativa da mulher e do homem no processo da tomada de decisão a todos os níveis, nos Estados Membros e nas estruturas da SADC e de se alcançar até o ano 2005 a meta dos trinta por cento de mulheres nas estruturas políticas e de tomada de decisão;

- iii) Promover o pleno acesso da mulher e controlo dos recursos produtivos, nomeadamente, a terra, pecuária, comércio, crédito, tecnologia de ponta, emprego formal, e melhor qualidade de vida, com vista a reduzir o nível de pobreza entre as mulheres;

- iv) Eliminar e reformular todas as leis, emendar as constituições e mudar as práticas sociais que ainda sujeitam a mulher à discriminação, e instituir e aplicar leis que reflectam a sensibilidade da questão do género;

- v) Promover o acesso da mulher e do homem à educação de qualidade, e eliminar os estereótipos baseados no género, nos currículos escolares, na escolha das carreiras e profissões;

- vi) Melhorar a qualidade dos serviços de saúde reprodutiva e outros, e torná-los mais acessíveis à mulher e ao homem;

- vii) Proteger e promover os direitos humanos da mulher e da criança;

- viii) Reconhecer, proteger e promover os direitos reprodutivos e sexuais da mulher e da criança rapariga;

- ix) Tomar medidas urgentes com vista a prevenir e combater os crescentes níveis de violência contra a mulher e a criança;

- x) Encorajar os meios de comunicação social no sentido de disseminarem informações e aspectos relacionados com os direitos humanos da mulher e da criança.

EM FÉ DO QUE SE DISSE, NÓS, OS Chefes de Estado e Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, ASSINAMOS ESTA DECLARAÇÃO.

FEITO em Blantyre aos 8 de Setembro de 1991, em dois(2) originais, nas línguas Inglesa e Portuguesa, fazendo ambos os textos igual fé.

República de Angola
República do Botswana
Reino do Lesoto
República do Malawi
República das Maurícias
República de Moçambique
República da Namíbia
República da África do Sul
República da Suazilândia
República Unida da Tanzânia
República da Zâmbia
República do Zimbábwe

DECLARAÇÃO DE BEIJING

1. Nós Governos participantes na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher,
2. Reunidos aqui em Beijing em Setembro de 1995, o ano do quinquagésimo aniversário da Fundação das Nações Unidas,
3. Determinados a avançar os objectivos da igualdade, desenvolvimento e paz para a mulher em todo o mundo no interesse da humanidade,
4. Reconhecendo a voz de toda a mulher em todo o mundo e tomando nota da diversidade da mulher e seus papéis e circunstâncias, honrando a mulher que abriu caminho e inspirada pela esperança presente juventude mundial da,
5. Reconhecendo que a situação da mulher melhorou em determinados aspectos na última década, mas que o seu progresso apresenta discrepâncias, e que persistem as desigualdades entre as mulheres e homens, e que maiores obstáculos permanecem, com graves consequências para o bem estar do povo,
6. Também reconhecendo que esta situação é agravada pelos altos níveis de pobreza que afecta as vidas da maior parte da população mundial, em particular a mulher e a criança, das esferas nacionais e internacionais,
7. Dedicamo-nos sem reservas a ultrapassar todos estes constrangimentos e obstáculos fortalecendo assim, o avanço e empoderamento da mulher de todo o mundo, e concordamos que este assunto exige uma acção urgente num espírito de determinação, esperança, cooperação e solidariedade, agora e que nos leve adiante para o século seguinte.

Reafirmamos o nosso compromisso a:

8. Igualdade de direitos e a inerente dignidade humana da mulher e do homem enunciados na Carta das Nações Unidas, à Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos internacionais dos direitos humanos, em particular, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção dos Direitos da Criança, bem como a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento;
9. Garantir a implementação plena dos direitos humanos da mulher e da rapariga como uma parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
10. Construir um consenso e progresso registado nas conferências e cimeiras anteriores das Nações Unidas - sobre a mulher em Nairobi em 1985, sobre a criança em Nova Iorque em 1990, sobre o meio ambiente e desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, sobre os direitos humanos em Viena em 1993, sobre a população e desenvolvimento em Copenhaga em 1995 com o objectivo de alcançar a igualdade, desenvolvimento e paz;
11. Realizar a implementação plena e efectiva das Estratégias de Nairobi para o Avanço da Mulher com visão no futuro;
12. Empoderamento e avanço da mulher, incluindo o direito de liberdade de pensa-

mento, consciência, religião e crença, contribuindo assim para as necessidades morais, éticas, espirituais e intelectuais da mulher e do homem, individualmente ou em comunidade com outros e garantindo-lhes, deste modo, a possibilidade de realização do seu pleno potencial na sociedade e na determinação de suas vidas de acordo com as suas aspirações;

Convencidos de que:

13. O empoderamento da mulher e sua participação plena na base de igualdade em todas as esferas da sociedade, incluindo o processo de tomada de decisão e acesso ao poder, são fundamentais para o alcance da igualdade, desenvolvimento e paz,
14. Os direitos da mulher são direitos humanos,
15. Igualdade de direitos e oportunidades no acesso a recursos, distribuição equitativa de responsabilidades no seio familiar entre o homem e a mulher, uma parceria harmoniosa entre ambos são cruciais para o seu bem estar e o das suas famílias, bem como para a consolidação da democracia,
16. Erradicação da pobreza baseada no crescimento económico sustentável, desenvolvimento social, protecção ambiental e justiça social exige o envolvimento da mulher no desenvolvimento económico e social, igualdade de oportunidades e participação igual e plena da mulher e do homem como agentes e beneficiários do desenvolvimento sustentável centrado no homem,
17. Um reconhecimento explícito e reafirmação do direito de toda a mulher para controlar todos os aspectos da sua saúde, em particular a sua fertilidade, é básico para o seu empoderamento,
18. A paz local, nacional, regional e global é alienável e está exclusivamente ligada ao avanço da mulher, que é uma força fundamental para a liderança, resolução de conflito e a promoção de uma paz duradoura a todos os níveis,
19. É essencial elaborar, implementar e monitorar, através da participação plena, efectiva, eficiente da mulher e o reforço mútuo de políticas sensíveis ao género, incluindo as políticas e programas de desenvolvimento, a todos os níveis que irão promover o empoderamento e avanço da mulher,
20. A participação e contribuição de todos os agentes da sociedade civil, particularmente os grupos de mulheres e as suas redes e outras organizações não governamentais e organizações comunitárias, com o maior respeito pela sua autonomia, em cooperação com Governos, são importantes para efectiva implementação da Plataforma de Acção,
21. A implementação da Plataforma de Acção exige um compromisso da parte dos Governos e da comunidade internacional. Pondo em prática os compromissos nacionais e internacionais, incluindo os que foram feitos na Conferência, os governos e a Comunidade Internacional reconhecem a necessidade de priorizar a acção para o empoderamento e avanço da mulher.

Determinados a:

22. Intensificar esforços e acções para o alcance dos objectivos das Estratégias de

Anexo 4

Quarta Conferência Mundial Sobre A Mulher. Beijing, China, 4-15 Setembro 1995

Nairobi para o Avanço da Mulher com visão para o futuro no fim deste século,

23. Garantir o gozo pela mulher e a rapariga de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e tomar uma acção efectiva contra as violações destes direitos e liberdades.

24. Tomar todas as medidas necessárias com vista a eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher e a rapariga-criança, a remoção de todos os obstáculos para o alcance da igualdade do género e o avanço e empoderamento da mulher,

25. Encorajar o homem a participar plenamente em todas as acções com vista ao alcance de igualdade,

26. Promover a independência económica da mulher, incluindo emprego, erradicar o persistente e crescente fardo da pobreza sobre a mulher, respondendo as causas estruturais da pobreza, através de mudanças nas estruturas económicas, garantindo igualdade de acesso para toda a mulher, incluindo a das áreas rurais, como agentes vitais do desenvolvimento, aos recursos produtivos, oportunidades e serviços públicos,

27. Promover o desenvolvimento sustentável centrado no homem, incluindo o crescimento económico sustentável, através do provimento da educação básica, educação duradoura, alfabetização, e cuidados primários de saúde para a rapariga e a mulher,

28. Tomar passos positivos para garantir a paz para o avanço da mulher e, reconhecendo o papel de liderança que a mulher desempenhou no movimento pela paz, trabalhar activamente com vista ao desarmamento geral e completo sob controle internacional rígido e efectivo, e apoiar as negociações com o fim de, sem demora, se assinar um tratado universal e multilateral efectivamente abrangente que bane o teste nuclear, o qual contribui para o desarmamento nuclear e a prevenção da proliferação das armas nucleares em todas as suas formas;

29. Prevenir e eliminar todas as formas de violência contra a mulher e a rapariga;

30. Garantir igualdade de acesso e tratamento da mulher e do homem na educação e cuidados de saúde e melhorar a saúde reprodutiva e sexual da mulher bem como a educação;

31. Promover e proteger todos os direitos humanos da mulher e da rapariga;

32. Intensificar esforços para assegurar o gozo, na base de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para toda a mulher e a rapariga que enfrentam barreiras múltiplas para o alcance do empoderamento e avanço devido aos factores como, raça, idade, língua, afiliação étnica, cultura, religião, ou deficiência, ou pelo facto de serem pessoas indígenas;

33. Assegurar respeito pela lei internacional, incluindo a lei humanitária, a fim de proteger a mulher e a rapariga em particular;

34. Desenvolver um potencial íntegro da rapariga e da mulher de todas as idades, assegurar a sua plena e igual participação na edificação de um mundo melhor para todos e fortalecer o seu papel no processo de desenvolvimento.

Determinados a:

35. Assegurar na base de igualdade, o acesso da mulher aos recursos económicos, incluindo a terra, o crédito, ciência e tecnologia,

formação vocacional, informação, comunicação e mercados, como meios de promover o avanço e empoderamento da mulher e rapariga, através do fortalecimento das suas capacidades a fim de usufruir dos benefícios de igualdade de acesso a estes recursos, entre outros, através dos meios de cooperação internacional;

36. Garantir o sucesso da Plataforma de Acção, que requer um compromisso firme da parte dos Governos, organizações internacionais e instituições a todos os níveis. Estamos profundamente convencidos de que o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a protecção ambiental são componentes interdependentes e de reforço recíproco do desenvolvimento sustentável, o qual constitui um quadro para o alcance de uma qualidade de vida elevada para todas as pessoas. Um desenvolvimento social equitativo que reconhece o empoderamento da camada pobre, em particular, a mulher que vive na pobreza, para a utilização de recursos ambientais sustentáveis é uma base necessária para o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos também que o crescimento económico abrangente e sustentado no contexto do desenvolvimento sustentável é necessário para sustentar o desenvolvimento e a justiça social. O sucesso da Plataforma de Acção exigirá uma mobilização adequada dos recursos a níveis nacional e internacional bem como recursos adicionais para os países em desenvolvimento obtidos através de todos os mecanismos de financiamento disponíveis, e incluindo fontes multilaterais, bilaterais e privadas para o avanço da mulher; recursos financeiros para o fortalecimento das capacidades das instituições nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais, um compromisso para a igualdade de direitos, a partilha de responsabilidades e oportunidades iguais e participação da mulher e do homem em todos os órgãos nacionais, regionais e internacionais e processo de elaboração de políticas; e o estabelecimento ou reforço dos mecanismos a todos os níveis para a atribuição das responsabilidades no mundo da mulher;

37. Assegurar também o sucesso da Plataforma de Acção nos países com economias em transição, que exigirá assistência e cooperação internacional contínua;

38. Deste modo, adoptamos e comprometemo-nos como Governos a implementar a seguinte Plataforma de Acção, assegurando que a perspectiva de género seja reflectida em todas as nossas políticas e programas. Apelamos ao sistema das Nações Unidas, instituições financeiras regionais e internacionais, outras instituições regionais e internacionais relevantes e toda a mulher e todo o homem, bem como organizações não-governamentais, com o pleno respeito pela sua autonomia, e todos os sectores da sociedade civil, em cooperação com Governos, para se comprometerem plenamente e contribuírem para a implementação desta Plataforma de Acção.

FONTE: Na es Unidas, Plataforma de Ac o e Declara o de Beijing, Departamento de Informa o P blica das Na es Unidas, Nova Iorque, 1996.

PLATAFORMA DE ACÇÃO: DECLARAÇÃO DA MISSÃO

1. A plataforma de Acção é uma agenda para o empoderamento da mulher. Visa acelerar a implementação das Estratégias da Namíbia com visão no futuro convista ao Avanço da Mulher e remoção de todos os obstáculos que impedem a participação activa da mulher em todas as esferas de vida pública e privada, por meio de uma partilha plena e participação igual na tomada de decisão económica, social, cultural e política. Isto significa que o princípio da partilha de poderes e responsabilidades deve ser estabelecido entre mulheres e homens no seio familiar, no local de trabalho e nas grandes comunidades nacionais e internacionais. A igualdade entre mulheres e homens é um assunto dos direitos humanos e uma condição para a justiça social e é também um pré-requisito necessário e fundamental para o alcance da igualdade, desenvolvimento e paz. O relacionamento transformado baseado na igualdade entre mulheres e homens é uma condição para o alcance de um desenvolvimento centrado no homem. É essencial que haja um compromisso sustentável e a longo prazo para que mulheres e homens possam trabalhar juntos para que eles mesmos, as suas crianças e a sociedade para que possam enfrentar os desafios do século vinte e um.

2. A plataforma de Acção reafirma o princípio fundamental enunciado na Declaração e Programa de Acção de Viena, adoptado pela Quarta Conferência sobre os Direitos Humanos, de que os direitos da mulher e da criança constituem parte integral, inalienável e indivisível dos direitos humanos universais. Como agenda para acção, a Plataforma procura promover e proteger o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as mulheres durante o seu ciclo de vida.

3. A Plataforma de Acção enfatiza que as mulheres partilhem das mesmas preocu-

pações que podem apenas serem resolvidas trabalhando juntos e de parceria com homens com vista ao alcance do mesmo objectivo da equidade do género em todo o mundo. Respeita e valoriza a completa diversidade das situações e condições das mulheres e reconhece que algumas mulheres enfrentam determinadas barreiras que impedem o seu empoderamento.

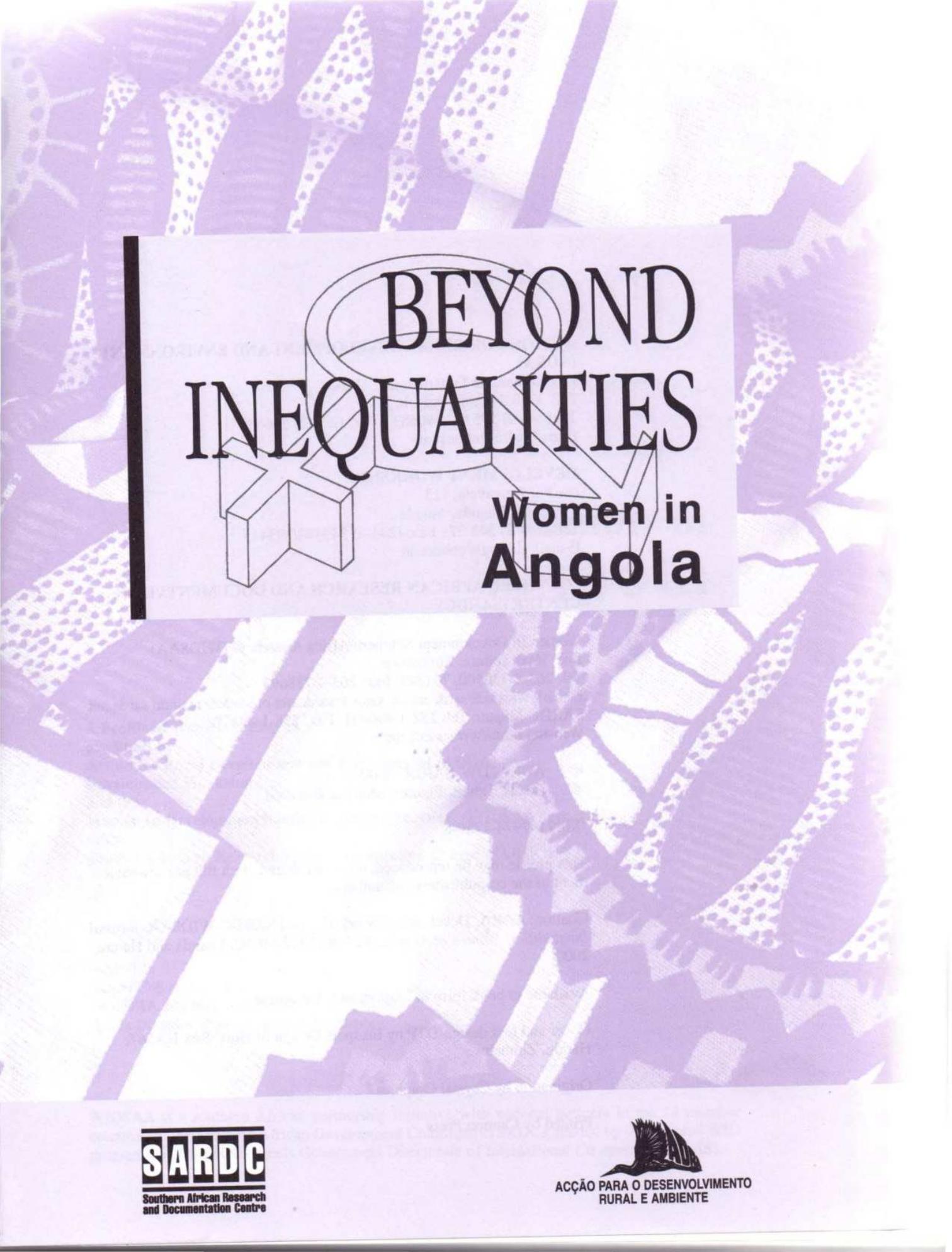
4. A Plataforma de Acção exige uma acção imediata e concertada por todos convista a criação de um mundo, pacífico, justo e humano baseado nos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo o princípio de equidade para todas as pessoas de todas as idades e de todas as formas de vida, e para este fim, reconhece que o vasto crescimento económico e sustentável no contexto do desenvolvimento sustentável é necessário para sustentar o desenvolvimento e a justiça social.

5. O sucesso da Plataforma de Acção exigirá um compromisso firme da parte dos governos, organizações internacionais e instituições a todos os níveis. Exigirá também uma mobilização adequada dos recursos a níveis nacional e internacional, bem como recursos adicionais para os países em desenvolvimento obtidos através de todos os mecanismos de financiamento disponíveis, incluindo fontes multilaterais, bilaterais e privadas para o avanço da mulher; recursos financeiros para o reforço da capacidade de instituições nacionais, sub-regionais, regionais; um compromisso à igualdade de direitos, igualdade de responsabilidades e oportunidades e participação na base de igualdade entre mulheres e homens em todos os órgãos nacionais, regionais e internacionais e nos processos de tomada de decisão; e o estabelecimento ou reforço de mecanismos a todos os níveis das responsabilidades do mundo da mulher.

FONTE: Na es Unidas, Plataforma de Acção e Declaração de Beijing, Departamento da Informação Pública das Na es Unidas, Nova Iorque, 1996.

Anexo 5

Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing, China, 4-15 Setembro 1995



BEYOND INEQUALITIES

Women in
Angola

SARDC

Southern African Research
and Documentation Centre



ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL E AMBIENTE

**ACTION FOR RURAL DEVELOPMENT AND ENVIRONMENT
(ADRA)**

Praceta Farinha Leitão-No.27, IDTO
C.P. 3788, Luanda, Angola
Tel (244-2) 395132/396683 Fax: (244-2) 396683
E-mail: adra@ebonet.an

DEVELOPMENT WORKSHOP

rua Rei Katyavala, 113
C.P. 3360, Luanda, Angola
Tel. (244-2) 348 371 Fax: (244-2) 349494/393445
E-mail: dwang@ebonet.an

**SOUTHERN AFRICAN RESEARCH AND DOCUMENTATION
CENTRE (SARDC)**

Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA)
Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel. 263-4-730500, 791249 Fax: 263-4-738693
E-mail: widsaa@sardc.net or sardc@sardc.net or sardc@maputo.sardc.net
SARDC Maputo Tel: 258-1-490831 Fax: 258-1-491178
Website: <http://www.sardc.net>

@ ADRA, DW, SARDC 2000
@ Boxes, Tables, Figures, Maps as specified

ISBN 0-7974-1750-8

This profile may be reproduced, used and shared, with full acknowledgement of the co-publishers and authors.

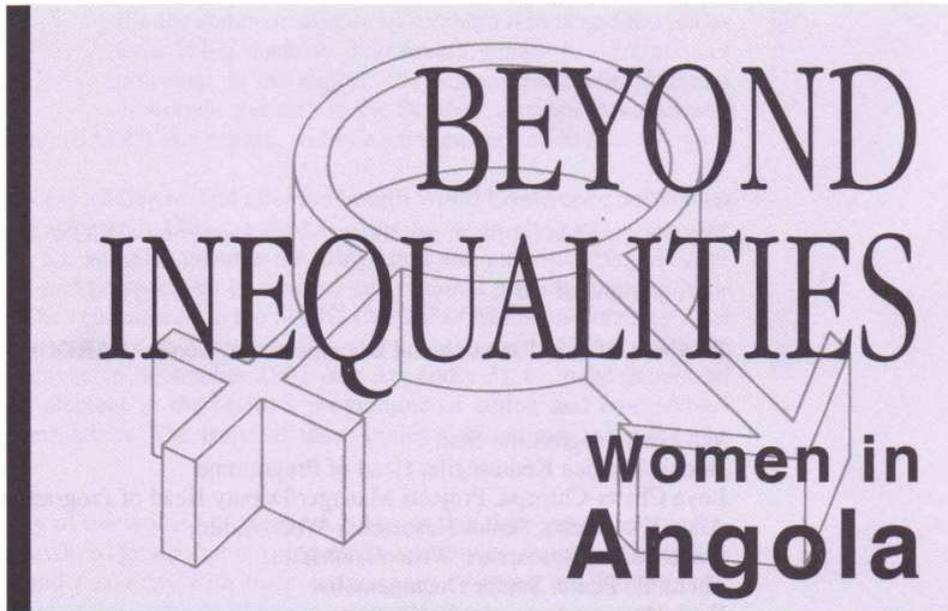
Citation: ADRA, Development Workshop and SARDC-WIDSAA, *Beyond Inequalities: Women in Angola*, ADRA/DW/SARDC, Luanda and Harare, 2000.

Available in book form in English and Portuguese.

Cover and text design/DTP by Inkspots Design Studios, Box UA547, Harare, Zimbabwe

Origination by Crystal Graphics

Printed by Cannon Press



A Profile of Women in Angola
produced by
Action for Rural Development and Environment (ADRA),
Development Workshop,
and the
Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA) programme
of the
Southern African Research and Documentation Centre (SARDC)

written by
Naiole Cohen dos Santos
for ADRA and reviewed by
Henda Ducados of Development Workshop

WIDSAA is a southern African partnership initiative with national partners in the 14 member countries of the Southern African Development Community (SADC), funded by the regional WID programme of the Netherlands Government Directorate of International Co-operation (DGIS).

Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA)

a programme of the

Southern African Research and Documentation Centre (SARDC)

WIDSAA Programme Staff

Bookie Monica Kethusegile, Head of Programme

Leya Chatta-Chipepa, Projects Manager/Deputy Head of Programme

Alice Kwaramba, Senior Researcher-Writer/Editor

Luisa Banze, Researcher-Writer/Translator

Thembile Phute, Senior Documentalist

Faith Hwarari, Receptionist/Secretary

Dambudzo Jambwa, Project Accountant

WID Advisors

Monique Calon, Ank Linden

WIDSAA Reviewers

Diana Cammack, Rose Jengo, Barbara Lopi

Series Editors

Phyllis Johnson, Bookie M. Kethusegile, Hugh McCullum

Book Editors

Alice Kwaramba, Luisa Banze

Book Reviewer

Renato S. Pinto

Translation to English

Antonio Gumende

Development Indicators

Tinashe Madava

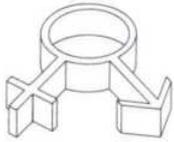
Technology Support

Memory Sachikonye, Anderson Mwale

Design

Paul Wade, Inkspots Design Studio

PREFACE



Beyond Inequalities is a series of publications which profile the status of women in southern Africa and the initiatives being made to mainstream gender in development processes in the region. The series presents the situation of women and men in the Southern African Development Community (SADC) as a region, and in each member country.

In the process leading to, and after the Fourth World Conference on Women in Beijing, China in 1995, southern Africa has seen slow but noticeable change in the attitudes towards the integration and mainstreaming of gender issues and perspectives in national and regional programmes and policies. This has culminated in the SADC Council of Ministers adopting a set of recommendations in February 1997 and a Declaration of Heads of State or Government in September 1997 (see Appendix 3), to make gender an important element in the region's programme of action and community-building initiatives. The fruits of these policy declarations are still to be realised.

The reality of the women of southern Africa is that they remain a vulnerable, marginalised group that is yet to enjoy equality in status and access to services and resources with male counterparts. Women are found at the "bottom rung of poverty, of illiteracy, of landlessness", and are concentrated in the rural areas where facilities and services are scarcest. Women are the most affected by negative impacts of economic adjustment programmes. Cuts in social expenditure such as in health and education mostly impact on women and girls, who are victims of the worst forms of violence.

While women are the daily managers and users of natural resources, largely for the benefit of others, we are not involved in the major decisions that affect these resources and the environment.

In politics and decision-making, women turn up in the largest numbers every election year as they constitute more than half the population of the different countries. Yet women are visibly absent in decision-making positions of government, of parastatal organisations, and of private companies. Women remain concentrated in the so-called "female professions" and at the very best are in the middle-management positions.

For strategies to be developed that address the subordination and vulnerability of women, it is important that the causes of this situation are identified. The series *Beyond Inequalities* reviews the roles and responsibilities, access to and control over resources, decision-making powers, needs and constraints of women vis a vis men. The identification of the causes of these problems should lead to appropriate strategies to resolve them both at national and regional level.

The 12 country profiles in this series document and analyse information along themes drawn from the Critical Areas of Concern identified in the Beijing Platform for Action (PFA) and derived from what the countries of the region consider to be priorities. The profiles are therefore part of an ini-



ADRA

ADRA is an Angolan non-governmental organisation (NGO), which is independent and non-profit-making. Founded in Angola in 1990, it emerged from a sense that it was necessary for a group of people to take action that was qualitatively different for the resolution of the grave problems generated by the war, to try to find suitable routes to sustainable development and to promote an organised movement of citizens toward an improved lifestyle. ADRA is primarily involved in work related to rural conservation, agriculture and environment. The symbol of ADRA is a *Humbi-Humbi*, a species of migratory stork which appears on the Central Plateau of Angola, representing to people a bird that flies high in pursuit of its ideals, while others remain close to the ground.

DW

DW is involved in development work with emphasis on water and sanitation, primarily in Luanda. DW runs a training centre which offers a range of courses from technology development to public health; and also operates a documentation centre (the only one of its kind in Angola) which serves the Angolan NGO community with information on a range of technical and developmental issues.

SARDC

The Southern African Research and Documentation Centre (SARDC) is an information resource centre covering the SADC region. Its objective is to improve the base of knowledge about regional economic, political, cultural and social developments, and their implications, by making information accessible to policy makers, non-governmental organisations, the private sector, development agencies and the media. SARDC's main programmes are on the environment, water and disaster management, gender, sustainable democracy and regional economic development. Founding patron: Julius Nyerere.

tiative that seeks to bring to light gender issues as they relate to the development process. In addition to providing information for planning and development purposes, the profiles indicate gaps for future research focus.

These national profiles on the status of women in southern Africa are an achievement of Women in Development Southern Africa Awareness (WIDSAA), a regional networking information programme that covers the 12 member countries of the SADC region. WIDSAA is a programme of the Southern African Research and Documentation Centre (SARDC), in collaboration with a range of national partner organisations and supported by the Netherlands Government Directorate of International Co-operation (DGIS), through the Royal Netherlands Embassy regional WID programme.

The WIDSAA objective is to contribute to the improvement of the status and position of women in the SADC region through awareness-building; and to collect, document and disseminate relevant and accessible information based on national and regional perspectives. WIDSAA aims to collect and organise gender information in such a way that it is easily accessible for analysis and presentation toward the development of policy frameworks; and seeks to assist government, organisations and peoples of the region to move quickly and effectively towards the empowerment and involvement of women in development.

A workshop of WIDSAA national partners and local consultants reviewed the Terms of Reference and defined a framework for preparation of the profile series.

The WIDSAA partners consulted national stakeholders, interest groups and gender activists in the process of developing the national profiles.

A regional profile on Women in Southern Africa, mainly deriving from the 12 national ones, includes further contributions of more than 30 professionals from throughout the SADC region². An advisory Gender Reference Group guided the process of organising and presenting information.

An Introduction to each profile gives the methodology and conceptual framework.

Part I gives the national perspective and context, including a historical summary, macroeconomic framework and demographic information. This is followed by a situation analysis of gender issues by theme, containing baseline data on women in society and how they fare relative to men.

Part II reviews the programmes and policies of government, non-governmental organisations (NGOs), donor and development agencies, community-based organisations (CBOs) and other stakeholders involved in mainstreaming gender into development, assessing the extent to which gender imbalances receive due attention.

Part III highlights the achievements and commitments in the context of the Beijing Platform for Action, as well as priorities for future action. This section seeks to establish links between the current situation and the future ideal, contrasting the situation of women with the policy intentions to address it.

Part IV contains a reference of materials used in compilation of the profile as well as a bibliography of country-specific WID documents and additional statistical tables.

The series title *Beyond Inequalities* is a forward-looking one, based on an assessment that inequalities are now generally acknowledged as an impediment to development and economic growth in most countries and regions of the world. The challenge, therefore, facing women and men is to look beyond inequalities to co-operation, peace, development and prosperity.

Critical Areas of Concern

Box 1

A review of progress since the Nairobi Conference highlights special concerns — areas of particular urgency that stand out as priorities for action. All actors should focus action and resources on the strategic objectives relating to the critical areas of concern which are, necessarily, interrelated, interdependent and of high priority. There is a need for these actors to develop and implement mechanisms of accountability for all the areas of concern. To this end, Governments, the international community and civil society, including non-governmental organisations and the private sector, are called upon to take strategic action in the following critical areas of concern:

- ◆ The persistent and increasing burden of poverty on women;
- ◆ Inequalities and inadequacies in and unequal access to education and training
- ◆ Inequalities and inadequacies in and unequal access to health care and related services
- ◆ Violence against women
- ◆ The effects of armed or other kinds of conflict on women, including those living under foreign occupation
- ◆ Inequality in economic structures and policies, in all forms of productive activities and in access to resources
- ◆ Inequality between women and men in the sharing of power and decision-making at all levels
- ◆ Insufficient mechanisms at all levels to promote the advancement of women
- ◆ Lack of respect for and inadequate promotion and protection of the human rights of women
- ◆ Stereotyping of women and inequality in women's access to and participation in all communication systems, especially in the media
- ◆ Gender inequalities in the management of natural resources and in the safeguarding of the environment
- ◆ Persistent discrimination against and violation of the rights of the girl-child.

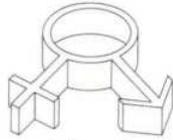
SOURCE: *Platform for Action and the Beijing Declaration*, United Nations Department of Public Information, New York, 1996.

Angola National Platform for Action

- ◆ Women's participation in the peace process
- ◆ Poverty, food security and lack of economic power
- ◆ Health, reproductive rights and access to family planning services
- ◆ Role of women in culture, family and socialisation
- ◆ Women and the environment
- ◆ Women's rights and human rights
- ◆ Women's communication and information
- ◆ The girl-child

SOURCE: ADRA, 1997.

ACKNOWLEDGEMENTS



SARDC/WIDSAA would like to thank all of our national partners and members of the Gender Reference Group for their active participation in a continuing process. We also want to thank national and regional readers and reviewers, who gave constructive comments on the contents and presentation. Names of the individuals and organisations in each country are listed in Appendix 1 and 2, together with others involved in this process.

A very special mention must be given to Monique Calon, who was the regional WID advisor at the Royal Netherlands Embassy in Lusaka, Zambia, during this process and was our partner in nurturing the programme from conception to maturity.

To the staff of WIDSAA who have worked so hard to produce this, and the people in other SARDC departments who assisted in so many ways, goes the satisfaction of a job well done. Thanks to all of them, to the SARDC Executive Director, Phyllis Johnson, who supported the process throughout, and to the Director of SARDC's environment resource centre, Munyaradzi Chenje, who shared his experience of the process of developing information tools for the SADC region. All others who were involved with the process in any way, at any time, are gratefully acknowledged.

Bookie Monica Kethusegile
Head of Programme
SARDC WIDSAA, Harare

To ADRA which by assigning me this study has enabled me to develop a better understanding about the situation of the Angolan women. Special thanks to Filomena Andrade, Gabriela Cohen, Fernando Viegas, Luzia Sebastiao, Celastina Van Dunen, Ilda Carreira, Luisa Fancony and Paulo Guedes for their continuous encouragement.

To Henda Ducados Pinto de Andrade of Development Workshop and Cila Coelho of the Swedish Embassy a special thanks in appreciation of hours dedicated to peer review of the text and the useful comments.

It would be unjust not mention Paulo, Joshua and Marcos for the extensive hours they sacrificed in order to complete the profile. And finally to all those who directly or indirectly contributed with wisdom and affection and encouraged me to carry out and complete the study, I extend my sincere gratitude.

Naiole Cohen dos Santos

CONTENTS

PREFACE	1
ACKNOWLEDGEMENTS	4
CONTENTS	5
List of Tables, Figures and Boxes	7
ACRONYMS	9
ANGOLA DEVELOPMENT INDICATORS	11
MAP of Angola	12
INTRODUCTION	13
Structure and Methodology	13
Measuring the Seriousness of Gender Policies	14
Limitations	15
PROFILE OF THE COUNTRY	17
History	17
Macroeconomic Framework	18
Demography	19
PART I SITUATION ANALYSIS	21
The Economy	21
Economic Situation of Women	21
Means of Production	21
Peasant Associations	22
Dominant System	22
Land Use Systems	22
Employment/Unemployment	23
Women Entrepreneurs	24
Income	27
Division of Labour	27
Agriculture and Food Security	29
Agricultural Systems	29
Prostitution	30
Sexual Exploitation of Minors	31
Awareness Raising Amongst General Public	32
Aid and Humanitarian Assistance	33
Politics and Power	33
Laws/Legal Reform	33
Women's Participation in Decision-making	36
The Vote	37
Conclusion	37
Social and Cultural Structures	38
Family Relationships	38
Social Portrait of Women	38
Culture	38
Religion	39
Marriage and Access to Children	39



Education and Media	40
Formal and Informal Education	40
Adult Education	42
Popular Education	42
Socialisation	43
Training	43
Access to and Control of the Media	45
Environment and Living Conditions	46
The Environmental Situation	46
Living Conditions	47
Access to Water	47
Access to Transport	48
Natural Resources Management	48
Security	48
Health	49
Nutrition	50
HIV/AIDS	51
Access to Health Services	52
Reproductive Health	53
Age Distribution	54
Female Genital Mutilation	54
Violence and Conflict	54
Violence Against Women	54
Child Sexual Abuse	55
Uniformed Police and Armed Forces as Perpetrators	55
Formal Measures for the Protection of Minors	56
Domestic Violence	57
Armed Conflict	57
PART II POLICIES AND PROGRAMMES	59
Government Policies	59
Health Sector	59
Education	60
Promotion of Women	61
Social Communication and Infrastructure	62
NGOs, Donors and Community Organisations	64
Fund for Social Support (Communities)	65
PART III THE WAY FORWARD	67
Summary	67
PART IV REFERENCES AND BIBLIOGRAPHY	71
Endnotes	71
Bibliography	71
APPENDIX	
1 List of National Partners in 13 SADC Countries	75
2 List of Gender Reference Group	77
3 SADC Gender Declaration	78
4 Beijing Declaration, from Fourth World Conference on Women	79
5 Platform for Action (PFA) Mission Statement, from Fourth World Conference on Women	81

List of Tables, Figures and Boxes

Tables

1	Comparative Indicators for Population, 1985 and 1993.	19	25	Indicators of Availability of Resources for Basic and Higher Secondary Education, 1992-1994	40
2	Estimate of the Country's Population by Gender, 1992 -1994	20	26	Enrollment by level of Education, 1992-1994.	41
3	Estimate of Urban and Rural Population by Figures and Percentage, 1992-1994	20	27	Level of Education by Gender, Luanda, 1990	41
4	Estimates of Population by Province, 1992-1994	20	28	General Indicators for Education (percentages) 1989-1992	41
5	Economically Active Population by Gender, 1992-1993	22	29	Academic Qualifications (percentage) by Gender in Luanda, 1990	42
6	Population in Employment by Property Type and by Gender, 1992-1993	22	30	Students at Agostinho Neto University by Faculty (Percentage) in the City of Luanda, 1988-1989	42
7	Main Indicators of Employment and Unemployment in the city of Luanda, by Percentage, 1992-1993	23	31	Level of Education by Gender, Population above 10 years	42
8	Population in Employment by Occupational Category and Gender, Luanda, 1992-1993	25	32	School Dropout Rates by Gender and Age, 1992-1994	43
9	Percentage of Population in Employment by Property and Gender, 1992-1993	25	33	Total School Dropouts by Provinces, in Figures and Percentages, 1992-1994	43
10	Percentage of Population in Employment by Occupational Category and Gender, Luanda, 1992-1993	25	34	Number of Enrolled Students by Gender and Grade, 1992-1994	44
11	Population in Employment by Gender and Economic Sector in Luanda, 1992-1993	26	35	Indicators of Water Availability,* 1995	47
12	Percentage of Population in Employment by Gender and Economic Sector, 1992-1993	27	36	Percentage of State Budget by Sector, 1992-1995	49
13	Demand for Employment, Net Employment and Unemployment by Province and Gender, 1994	28	37	Indicators of Mortality in Luanda	49
14	Rate of Economic Activity by Gender, (15 years and above), 1994	28	38	Evolution of Proportional Mortality by Main Cause of Death	50
15	Percentage Employment by Employer and Gender 1994	28	39	Indicators Selected from the National Health Service	50
16	Economically Active Population by Marital Status and Gender, Luanda, 1992-1993	28	40	Rate of Acute Malnutrition by Province, 1991	50
17	Rate of Economically Active Under-age Girls, (10-14 years) (1970 and 1990)	29	41	Main Causes of Death Among Adult Women and Men in Luanda, 1989	51
18	Family Head by Gender and Level of Poverty, 1990	29	42	HIV Prevalence in Angola, 1987-1990	51
19	Percentage Distribution of Work by Gender in the Household, Luanda, 1990	30	43	Percentage of Cases by Vehicle of Transmission	52
20	Members of Associations by Gender (%)	30	44	Type of Health Service Used by Each Poverty Group	53
21	General Indicators of Political Participation, 1989 and 1994	36	45	Access and Use of Health Services by Province	53
22	Total Population by Heads of Household and Relationship with Heads of Household by Gender, Luanda, 1992-1993	38	46	New Adherents to Family Planning in Four Provinces, 1990-1992	53
23	Cultural Activity Indicators, 1992-1993	39	47	Estimates of Total Population by Age Group	54
24	Level of Education by Grades and Gender for People of Over Six Years of Age in five Provincial Capitals, 1995	40	48	Women and Crime, by Type of Infringement, 1985-1986	55
			49	Convicted Women as a Percentage of Total Convictions by Province, 1985-1986	55
			50	Domestic Violence by Type of Report Received at the Provincial Offices of OMA in Luanda, 1986-1996	57

51	Evaluation of the Level of Seriousness of Government Policy in Health Sector	60	Promotion and Development of Women in the Long Term	62	
52	Long Term Assessment of the Degree of Seriousness of the New Government Policies in the Health Sector	60	57	Evaluation of the level of Seriousness of the Government Policies in the Infrastructure Sector and Mass Media	62
53	Evaluation of the Seriousness of Government Policies in the Economic and Social Programme for 1995-1996 in the Education Sector	61	58	Long-term Evaluation of the Level of Seriousness of the Government Policies in the Infrastructure and Mass Media	63
54	Long Term Evaluation of the Seriousness of Government Policies in the Economic and Social Programme for 1995-1996 in the Education Sector	61	59	Evaluation of the Level of Seriousness of Government Policy Intentions	63
55	Evaluation of the Level of Seriousness of the Policies of the State Secretariat for the Development and Promotion of Women	62	60	Indicators on the Strength of Government Policies on Gender Equality	63
56	Evaluation of the Level of Seriousness of the Policies of the State Secretariat for the		61	Evaluation of the Level of Seriousness of the Programmes of Intentions of the Local and Foreign Organisations	65
			62	Evaluation of the Level of Seriousness of Government Political Intentions Towards Sectors and Sub-sectors	65

Figures

1	Urban-Rural Population, 1985 and 1993	20
---	---------------------------------------	----

Boxes

1	Critical Areas of Concern	3	10	Paternity and maternity rights	40
2	The Seriousness Index	14	11	Gender patterns in education	44
3	Luanda is among the most poorest areas in Angola	19	12	Health situation	49
4	Women's role in the informal sector	24	13	The impact of AIDS in Angola	52
5	Economic difficulties cause prostitution	31	14	No protection for battered women in Angola	56
6	Women and law in Angola	33	15	Protection of unaccompanied minors in displaced camps/centres	57
7	Family Law - women and men enjoy equal rights	34	16	Women head households	58
8	Women feel sidelined in the peace process	36	17	Armed conflict and the Platform For Action	69
9	Traditional values	39			

ACRONYMS

AALSIDA	Angolan Association for the Fight Against AIDS
ADB	African Development Bank
ADRA	Action for Rural Development and Environment
AIA	Africa Information Afrique
AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome
CBO	Community Based Organisation
CEDAW	Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women
DGIS	Netherlands Government Directorate of International Co-operation
DW	Development Workshop
EAP	Economically Active Population
EMG	Metric Tonnes of Grain
EU	European Union
FAPLA	Popular Forces for the Liberation of Angola
FAS	Fund for Social Support
FDIM	Women's International Federation
FGM	Female Genital Mutilation
FNLA	National Front for the Liberation of Angola
GDP	Gross Domestic Product
GG	Gender Gap
GNP	Gross National Product
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IM	Masculinity Index
INE	National Institute of Statistics
LAC	Commercial Antenna of Luanda
LB	Live Births
LIMA	League of Independent Angolan Women
MAPESS	Ministry for Public Administration, Employment and Social Security
MINPLAN	Ministry of Planning
MP	Member of Parliament
MPLA	People's Movement for the Liberation of Angola
NGO	Non Governmental Organisation
NHS	National Health System
OMA	Organisation of Angolan Women
PFA	Platform For Action
PRC	Programme of Community Rehabilitation and National Reconciliation
SADC	Southern African Development Community
SARDC	Southern African Research and Documentation Centre
SARE	Early Warning System of Education
SI	Seriousness Index
SIDA	Swedish International Development Co-operation Authority
TV	Television
UN	United Nations
UNAVEM	United Nations Verification Mission in Angola
UNDP	United Nations Development Programme
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation
UNFPA	United Nations Population Fund



UNICEF	United Nations Children's Fund
UNITA	National Union for the Total Independence of Angola
USD	United States Dollar
WB	World Bank
WB	Well Being
WHO	World Health Organisation
WID	Women In Development
WIDSAA	Women in Development Southern Africa Awareness

ANGOLA DEVELOPMENT INDICATORS

Official Name	Republic of Angola
Capital City	Luanda
Head of State and Government	Jos Eduardo dos Santos
Last Election date	09/1992
Ruling party	Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA)
Political System	Republic/Executive President
Legislature	Parliament
Languages	Portuguese and various indigenous languages
Land Area	1,247,000 sq km

POPULATION (1997)

Total (estimate)	11.7 million
women	n/a
men	n/a
Population in 1970	5.6 million
Estimate by year 2015	19.8 million
Annual growth rate	2.9%
Doubling date at current rate	2015
Urban population as % of total	31%
Annual growth rate	4.9%

HEALTH (1997)

Life expectancy at birth	47.4 years
women	49.1 years
men	45.9 years
Crude death rate* (1995)	18.9
Crude birth rate*** (1995)	49.3
Total fertility rate***(1995)	6.8
Maternal mortality (1990)	1,500/100 000 live births
Infant mortality	170/1000 live births
Under five mortality	292/1000 live births
Population with access to health services	n/a
safe water	32 %
sanitation	16% (1995)

EDUCATION (1996)

Adult literacy rate	42%
women	29%
men	56%
Primary, secondary and tertiary Enrollment rate (combined)	
women	27.5%
men	31.8%
Gross enrolment rate	
% of girls reaching 5th grade	34%

ECONOMY (1997)

Gross National Product (GNP)	US\$4.4 billion
per capita	US\$410
annual growth rate	n/a
Gross Domestic Product (GDP)	US\$4 billion
% of GDP	
-agriculture	12%
-industry	59%
-services	28%
Average annual rate of inflation	170%
Foreign debt	US\$11.5billion
Total exports	US\$3 billion
Total imports	US\$1.6 billion
Main exports	Diamonds, Oil, Oil products, Fish, Gas
	Agricultural products
Currency 1 Kwanza = 100 Lewi	US\$1=2.2 million (21 July 1999)

*Crude Death Rate: Annual number of death per 1,000 people

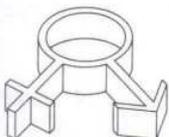
**Crude Birth rate: Annual number of births per 1,000 people

***Total Fertility Rate: The number of children that would be born to a woman if she were to live to the end of her child-bearing years and bear children at each age in accordance with prevailing age-specific fertility rates.

Sources: UNDP Human Development Reports 1998 and 1999, World Development Report Knowledge for Development, World Bank, 1998/99 and The State of the World's Children 1998, UNICEF. Figures given here are taken from current international sources, often estimates, and may differ from national data contained in the text and tables.



INTRODUCTION



The issue of gender inequality, and recognition of the gap which exists between stated policies and solutions to current problems, form the basis for this profile, which seeks to contribute to the identification of achievements and constraints in the formulation and implementation of gender policy in Angola.

The major objective of this work is to profile the situation of Angolan women in the context of transformation at this particular juncture of Angolan history. This profile seeks to contribute to efforts designed specifically to promote Angolan women, and to help to define the status of women for the benefit of southern Africa.

In this context, the present work makes an inventory of existing information on gender in Angola.

Unlike the situation in other southern African countries, women in Angola face more serious problems which can be attributed to the war. The "cry" for Peace is very loud among all women in Angola.

Internal displacement, poverty, food security, violence against women, coupled with the wrecked educational and health systems could be summarised as the major problems facing women in Angola, related to the cry for peace.

As a result of the war, entire provinces have been virtually depopulated as large numbers of displaced people, mostly women and children, trek to the cities and towns which are considered safer and free from landmines. UNICEF estimates that 50 percent of the country's population is now found in the urban areas. Luanda, which had 450 thousands inhabitants at independence in 1975 was by 1996 estimated to have 2 million people.

Human and financial resources which could have been directed to the education and health sectors in a conflict-free situation, have instead been allocated to military activities.

Women are the main victims of war. Illiteracy levels and unemployment are higher among women than men. Many women and children are on their own as the male family members have been separated from their families because of military mobilisation.

Women also bear the major consequences of coping with poor sanitation and inaccessibility to basic health care services.

Contrary to the situation in other countries in southern Africa, very few reports or documentation exist about women and their relation to the developments taking place in Angola, apart from, research studies done by the Swedish International Development Co-operation Authority (SIDA) in 1990/91.

Structure and Methodology

This profile, *Beyond Inequalities: Women in Angola* outlines the situation of the Angolan woman in the context of transformation at this particular juncture of Angolan history.



The document seeks to contribute to efforts designed to promote the Angolan woman in particular and to define a profile for women of Southern Africa. In this context, the present work makes an inventory of information on gender in Angola.

The issue of gender inequality and the recognition of the existing gap between stated policies and the solution of existing problems constitute the basis for this document.

The profile also seeks to mobilise all those who are dedicated to this matter in order to join efforts and expand the information base on gender indicators.

For the preparation of this profile of Angolan women, the following methodology was used:

- ◆ collection and analysis of available bibliographic material pertaining to the situation of Angolan women;
- ◆ in cases where published information was not available, oral information was used;
- ◆ classification of documents according to the objectives of the terms of reference; and
- ◆ preparation of the profile.

Measuring the Seriousness of Gender Policies

Gender policy is defined as the highest level of policy with the stated objective of addressing gender issues. This definition is oriented towards the recognition and identification of the principles and rules that contribute to closing the gap between the sexes, and evaluation of the resources that contribute to the achievement of this objective.

The Index of the Seriousness (SI) of Gender Policies is just what it says it is—an indicator which determines the level of seriousness of gender policies.

The Seriousness Index

Box 2

The Seriousness Index (SI) is a measure based on six variables, classified on a scale of 0 to 4 (M), which reflects the seriousness of the defined problem in two different categories:

- ◆ Wellbeing (WB)
- ◆ Gender Gap (GG)

Level of seriousness of the problem	Value of M
Not serious	0
Moderately serious	1
Very serious	2
Extremely serious	3
High priority	4

Calculation of Seriousness Index

$$SI = \frac{P+I+G+O+A+S}{4}$$

- P - Evaluation of the gender-based policy
- I - Recognition of the problem
- G - Targets and objectives for solving the problem
- O - Existence of structures to manage the problem
- A - Action
- S - Success achieved

Trends over time

The Index of Seriousness (SI) of Gender Policies is complemented by an evaluation of policy trends over time.

(T) is a measure which, in a scale of three variables, determines the direction of trends over time in relation to the evolution of the problems.

Trends Over Time	Value of T
Improvement over time	0
Static	1
Deterioration	2

Limitations

The constraints in the preparation of the profile were, among others, the gaps in terms of available statistical information in general, and gender classification in particular.

The poor level of collection is the result of:

- ◆ the institutional incapacity to carry out tasks;
- ◆ the non-existence of resources; and
- ◆ the general insecurity in the country which restricts the collection of data to certain areas.

These factors create limitations to a broad-based analysis of gender in Angola. However, one of the tasks of this profile exercise was to identify gaps in gender information that need to be filled.

PROFILE OF THE COUNTRY

HISTORY

When the Portuguese arrived at the mouth of the Zaire River in 1483, the inhabitants of this region were mainly Bantu-speakers (due to successive Koisian migrations to the Kalahari), living in well-organised societies and states, such as the Kingdom of the Kongo. The effective occupation by the Portuguese of the territory which is today the Republic of Angola was gradually extended from the coast to the interior.

Portuguese settlement at the coast dates back to the 16th century, and started with the establishment of the Portuguese in Luanda (then Loanda) in 1575. However, it was only at the beginning of the 20th century that Portuguese settlements were established in the highlands of central Angola and Cunene.

The Portuguese penetration of the territory through traders and missionaries facilitated the establishment of the first pockets of white settlers, which resulted in the development of services, and economic and social infrastructure. This process caused a profound transformation in the population structures, influencing social and economic dynamics and attitudes.

The contacts between the colonised and colonisers were seldom peaceful. The conflicts escalated in the 20th century with the emergence of nationalist movements, but it was only in the 1950s that the liberation movements began to assert themselves. The war of liberation began in 1961 and it was to become a major catalyst in the political processes in Portugal itself as well as in the other colonies.

The fall of the dictatorship in Portugal in the 25 April 1974 *coup d'etat* marked the beginning of the decolonisation process. This process coincided with the flaring of armed conflict between the three nationalist movements in Angola - the National Front for the Liberation of Angola (FNLA), the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) and the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA).

On 11 November 1975, independence was declared and the People's Republic of Angola was proclaimed, led by Dr. Agostinho Neto of the MPLA. He became the country's first head of state, and his party established a socialist political and economic system based on the Soviet model.

Angola's history over the past 25 years was characterised by a brutal civil war and by a political and economic crisis with grave social effects. The virtual disappearance of FNLA and the all-pervasive nature of Cold War alignments, left the MPLA government supported by the Soviet Bloc and Cuban government, and UNITA backed by the United States and apartheid South African governments, as the main belligerents in the civil war.

In May 1991, the MPLA government and UNITA signed a peace agreement in Bicesse, Portugal, which was intended to end war and establish a new political and legal order based on multi-party democracy. On September 29-30 1992 the first multiparty elections were held in which 90 percent of the eligible voters cast their ballots.



The elections took place in a peaceful atmosphere and the United Nations adjudged them to have been "free and fair". However, UNITA rejected the verdict and resumed a war that was to become more brutal and devastating than all others in Angola.

At the end of 1993 a new round of UN-brokered peace talks were initiated which culminated in the signing of the Lusaka Protocol in November 1994.

The implementation of the agreement was supervised by 7 000 United Nations blue helmets, until it was finally abrogated by UNITA in 1998. Although considerable progress was made, the exercise had been slow due to the high level of mistrust between the two parties and the general fear about the probability of resumption of hostilities, which eventually happened.

Macroeconomic Framework

In 1975, Angola had a fairly diversified economy. At the beginning of the 1970s, Angola was the fourth largest coffee producer (the main export until 1973) in the world, the third largest sisal producer, and the fourth largest producer of diamonds (by value).

The manufacturing sector in the 1960s and 1970s expanded rapidly with the support of the agriculture sector. GDP growth during this period reached record levels of 7.8 percent per year.

Oil production, which began in 1955, reached 172,282 barrels a day in 1974, becoming the country's major export product.

The exodus of skilled personnel at independence in 1975 left the country in a fragile situation, particularly in the technical fields.

This fact, coupled with the centrally planned economic model adopted by the new government in Luanda clashed with what had hitherto been a Western style free economic model based on private ownership of the means of production.

The mismanagement of the economy (administratively fixed prices and exchange rates) damaged the productive system. Problems induced by the economic policy coupled with the need to sustain the war against UNITA, created serious distortions in the relative prices of all goods and services. There was a steep disparity between supply and demand as a result of the decline in production and the issuing of money to finance the deficit. The consequence of these policies was a dramatic surge in inflation and deterioration of government revenue.

The oil industry is the only sector which has expanded since independence, albeit operating on an enclave system, and contributing 54.5 percent of GDP in 1994. The output in the same period reached 400,000 barrels a day, making Angola the second largest oil producer in sub-Saharan Africa. The contribution of oil to overall export earnings was 96.5 percent in 1994.

The deterioration of the formal economy resulted in the emergence of a vibrant informal sector which focuses mainly in the areas of services. This sector is characterised by a strong element of illegal activities carried out by national and foreigners alike, who operate outside the official system and have a significant impact on the market.

Angola has an external debt of more than US\$ 11 billion (1994). The debt service arrears on medium-to-long-term loans accounted for US\$ 4.8 billion in that year. If interest charges are included, this value increases to US\$ 5.3 billion and if the arrears on short-term loans are added, the figure jumps to US\$6 billion. The balance of payments position has been in crisis, with a permanent deficit on both the current and capital account since the early 1980s through to the 1990s. The deficits were financed by the arrears in the servicing of the debt.

Demography

The current population density, its geographical distribution, and annual growth rate cannot be known precisely because the last national census was carried out in 1970. Government estimates indicate that the Angolan population was roughly 11.5 million in the middle of 1995. This estimate is based on an annual growth rate of 2.9 percent between 1980 and 1990. If we take the country's area into account, Angola has a low population density - about 9 inhabitants per sq. km. The population is characterised by its youth, younger than the average for the rest of Africa: 45 percent is below the age of 15. There is a balanced representation of sexes, with 49 percent male and 51 percent female.

The main ethnic groups are the Ovimbundu (35 percent), the Mbundus (25 percent) and the Bakongo (15 percent). Jointly, these groups represent 3/4 of the population. The other main ethnolinguistic groups are the Lunda Tchokwe, the Nganguela, the Ovambo, and the Nyaneke, who are spread all over the country. The white and coloured populations, as a result of the colonial period, are present throughout the country, but concentrated in the main cities.

The war and the distortions stemming from the economic and social policies have encouraged the concentration of the population in the main cities. It is estimated that 50 percent of the population lives in cities, with particular emphasis on Luanda where 20 percent of the country's population lives. The following table summarises the population dynamics:

It is estimated that Luanda has a population density of 638.7 inhabitants per sq. km and consumes 65 percent of total electricity produced in the country. Luanda is the most attractive city for migration but lacks in basic infrastructure and essential amenities. Its population is extremely poor with high rates of mortality and incidence of diseases.

The total economically active population was estimated at 4.1 million in 1992, representing 40 percent of the total population. Employment statistics show that 24.4 percent of the labour force was unemployed, of which 32 percent were women.

The war killed and maimed thousands of people. It left a legacy of thousands of orphans and widows on the scale of a humanitarian crisis. The number of affected people is estimated by the United Nations at 2.7 million.

Luanda is among the most poorest areas in Angola

Box 3

A study conducted in Luanda in 1991 (before the war restarted and before the displacement of civilian population) found that 35.6 percent of the population in the capital were living below the poverty datum line, while 5.8 percent were living in conditions of extreme poverty.

A follow up study has since been undertaken and is due to be published in the near future. The study is expected to show considerable deterioration in the situation. Although comparisons have not been made among the provinces, it seems that in terms of absolute numbers of people living in poverty and their percentages, the poverty situation in Luanda is worse than in any other part of Angola.

However, this severe poverty exists alongside remarkable wealth amongst some other social groups of Angola and among foreigners.

SOURCE: Excerpt from *Sexual Abuse and Exploitation of Children*, a document researched and written by Adelia Cohen, Gabriela Cohen and Maggie Brown, Christian Children's Fund, 24 March, 1996.

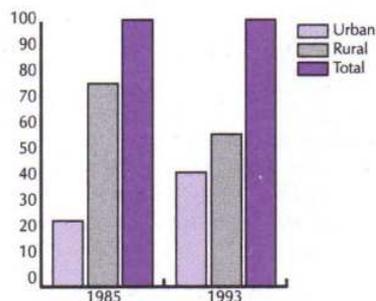
Comparative Indicators for Population, 1985 and 1993 Table 1

	1985 %	1993 %
Female	50.0	51.0
Male	50.0	49.0
Urban	23.9	42.2
Rural	76.1	57.8
Under 20 years old	54.5	55.0

SOURCE: Statistical Profile, INE, 1995.

**Urban-Rural Population,
1985 and 1993**

Fig.1

**Estimate of the Country's Population by Gender, 1992-94** Table 2

Designation	Years (thousand inhabitants)		
	1992	1993	1994
Both sexes	10,609	10,916	11,233
Female	5,411	5,567	5,729
Male	5,198	5,349	5,504
Proportion of women over men	1,04	1,04	1,04

SOURCE: National Institute of Statistics (INE).

**Estimate of Urban and Rural Population by Figures
and Percentage, 1992-94** Table 3

Designation	Years (thousand inhabitants)			Percentage distribution		
	1992	1993	1994	1992	1993	1994
Total population	10,609	10,916	11,233	100	100	100
Urban	4,244	4,585	4,814	40	42	42,8
Rural	6,365	6,331	6,419	60	58	57,2

SOURCE: National Institute of Statistics (INE)

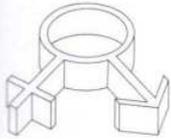
Estimates of Population by Province, 1992-94 Table 4

Provinces	Years (thousand inhabitants)		
	1992	1993	1994
Total	10,609	10,916	11,224
Luanda	1,717	1,807	1,892
Huambo	1,567	1,604	1,644
Bie	1,153	1,184	1,215
Malange	911	933	953
Huila	887	906	926
Uige	863	892	921
Kuanza Sul	660	668	679
Benguela	660	672	686
Kuanza Norte	385	394	402
Moxico	325	334	341
Lunda Norte	297	301	307
Cunene	235	238	242
Zaire	205	219	234
Bengo	171	173	178
Cabinda	168	174	181
Lunda Sul	156	157	158
K. Kubango	134	135	136
Namibe	120	125	129

SOURCE: National Institute of Statistics (INE)

PART I

SITUATION ANALYSIS



THE ECONOMY

Angola is potentially one of the richest nations in sub-Saharan Africa. Mineral resources are vast and diversified, especially oil, diamonds, iron ore as well as phosphates, marble, granite and gold. The country is well-watered, corresponding to approximately 14 percent of water resources in Africa. A variety of ecosystems enable the emergence of a diversified agriculture, and the country is endowed with well-known marine resources, particularly in the central and southern coasts.

The civil war, the most cruel episode in Angola's long and heavy history, coupled with a centralised economic system, has resulted in the degeneration of the economy. Agriculture was the hardest hit sector, resulting in negative effects on the social and productive structures of the country. The transport and communications network was damaged extensively and this is still hampering the country's development strategies.

The formal sector of the economy and the public services are concentrated in the coastal region and in towns that remained under the control of the government, a factor which did not allow for balanced regional development. In the formal sector, oil stands out as an enclave economy and performs a leading role. Outside the oil industry, an informal economy based on small-scale trading has developed, under difficult conditions.

Economic Situation of Women

A strict evaluation of the current economic situation of Angolan women is almost impossible due to insufficient data. A few studies have been

undertaken on the situation of women in urban areas and none on the situation of women in rural areas. For that reason, the following analysis is the result of mere observation of some tendencies and therefore does not paint the full picture of the real situation.

The economic situation of women in Angola is primarily influenced by the war. This probably justifies the development of the diverse phenomena in Luanda, whereby during the colonial times there was a major migration of the people to other cities in Africa.³ The influx of women in cities is currently slightly higher compared to that of men.

Given the importance of the current migration to the cities⁴ and the consequent reduction of rural population, it is important to focus on the situation of women in urban areas.

Means of Production

Angolan Law does not discriminate against women's rights to own property. Similarly, access to and management of assets, including land, by women is not discriminated against on legal grounds.

However, with customary law, the limitations emanating from the values and norms, customs and habits stemming from socio-cultural aspects of each region have to be taken into account.

The traditional rights of women to land are not homogeneous and have been changed by the war. There is need for further research on this aspect in order to identify women's space within the context of traditional values and beliefs.

The majority of women in cities are self-employed in the informal sec-



Economically Active Population by Gender, 1992-93

Table 5

	1992			1993		
	Women	Men	Total	Women	Men	Total
Population total (estimate)	843,787	839,843	1,683,630	936,731	885,676	1,822,407
Population over 10 years of age	567,228	563,253	1,130,481	639,738	602,371	1,242,109
Population that is economically active	283,034	357,007	640,111	371,143	350,727	721,870
Population not economically active	284,194	206,17	490,364	268,595	251,644	520,239
Population Employed	212,396	284,810	497,206	252,220	293,704	545,924
Population Unemployed	70,638	72,267	142,905	118,923	57,018	175,941

SOURCE: National Institute of Statistics (INE), Survey of Employment and Unemployment.

tor and do have some means of production as indicated in Tables 6, 12 and 15. They are particularly active in the trading of foodstuffs, currencies and provision of services such as hair salons, boarding houses, restaurants, etc.

Peasant Associations

When analysing women's rights in relation to access, management and distribution of property in peasant societies, the major concern is land rights. There are no thorough studies done concerning the rights of peasant communities to land in Angola.

Traditional rights to land are not homogeneous and have been changed by war. These rights vary from region to region and in accordance with the organisational structure of production in various communities. Taking into account the lack of systematic studies oriented specifically to this problem, one could briefly and in general terms

identify three traditional systems of rights over land.

Dominant System

Traditional rights over land vary in function according to the system of cultivation that is practised, be it permanent or rotational cultivation, although functionally there is not a mode of permanent cultivation, to have permanent use of land. In territories privately owned by large communities, part of land is used for permanent cultivation and the other part for temporary and rotational cultivation. In both cases land is given to different members of the community by chiefs, and the choice of members is in accordance with the norms in force within that community.

Land Use Systems

In areas where permanent cultivation is practised, each family has the right to use and benefit from the land it cultivates. The system practised here is that of rotational culti-

Population in Employment by Property Type and by Gender, 1992-93

Table 6

Type of Property	1992			1993		
	Women	Men	Total	Women	Men	Total
State	59,534	154,182	213,716	78,287	155,156	233,443
Mixed	1,575	9,273	10,848	4,190	10,273	14,463
Cooperative	383	209	592	493	950	1,443
Private	21,635	67,707	89,342	123,318	115,189	238,507
Other situation	104,896	38,981	143,877	42,114	11,281	53,395
Not specified	24,373	14,458	38,831	3,818	860	4,68
Employed population	212,396	284,810	497,206	252,220	293,709	545,292

SOURCE: National Institute of Statistics, Survey on Employment and Unemployment

vation for self-consumption and even for trading. In terms of gender, areas of permanent cultivation are the husband's "property" and the wife cultivates areas for rotational use.

Employment/Unemployment *Urban societies*

Luanda currently houses about 2.3 millions inhabitants⁵, with women representing 51.4 percent of the Economically Active Population (EAP) in 1993.⁶

However, job opportunities for women are far less compared to those of men, due to high illiteracy levels among women. For example, in 1993, 27.5 percent of the EAP was illiterate and had little or no education. Among this population women constituted 76.4 percent. The population with higher levels of education constituted 2.1 percent of the EAP. Meanwhile, 24.4 percent of the EAP was unemployed, of which 67.6 percent were women. The 1993 data on unemployed population indicates the existing relationship between education and access to employment.

Effectively, 35.1 percent of the unemployed population was illiterate and did not have any education, 24.2 percent had level 1 of education, 23.1 had level 2, 14.4 percent had level 3 and only 3.2 percent constituted the remaining levels.⁷

In terms of the professional situation in Luanda, self-employers constituted 10.6 percent of the labour force, of which women constituted (79. percent) in 1993. Other self-employment activities, which did not include salaried work in public institutions, include wholesale and retail commerce constituting 73.3 percent, agriculture and fisheries (2.4 percent), the manufacturing industry (8.7 percent) and transport and communications constituting 6.8 percent.⁸

The 1993 data on employment in Luanda indicates women's subordi-

Main Indicators of Employment and Unemployment in the City of Luanda, by Percentage, 1992-93 Table 7

Description	1992			1993		
	Women	Men	Total	Women	Men	Total
Unemployment Rate	24.9	20.2	22.3	32.0	16.3	24
Global rate of Participation	49.9	63.4	56.6	58.0	58.2	58.1
Gross Rate of Participation	16.8	63.4	38.0	68.1	68.0	68.1
Rate of under Employment	52.0	28.2	38.8	57.8	62.2	60.0
Rate of visible under-employment	11.1	6.8	8.6	12.4	13.2	12.8
Rate of invisible under-employment	40.9	21.5	30.1	45.4	49.0	47.2

SOURCE: National Institute of Statistics, Survey on employment and unemployment

nate position in the urban economy. The number of males who are self-employed is 6,480, while that of women is 1,601. Men in management positions add up to 20,143 against 3,156 women.

During the same year, women held managerial posts mainly in communal, social and personnel services. All in all there were about 1,418 managers, of whom 1,126 were in public administration and defence, retail and gross commerce, restaurants and hotels (about 778) and textile and clothing industry (about 469). There were no women managers in oil industry, agriculture and fisheries, heavy industry, electricity, gas, water and construction, as well as in financial institutions. There was a heavy presence of women owners in retail commerce (1,238), communal, social and personnel services (228) and agriculture and fisheries (135).⁹

Data on the distribution of the labour force by sector of activity indicates that women are the majority employed in commerce, restaurants and hotels accounting for 76.8 percent. There are other sector activities which are male-dominated, namely gas, electricity and water, construction, and transport and communica-

Women's role in the informal sector

Box 4

Women play an important role in the informal sector, both as participants in family enterprises and in independent activities.

Informal sector buying and selling sustains a large proportion of Luanda's peri-urban populations, at levels hardly above the subsistence level. A series of factors put these market women and their families in a vulnerable position.

Such factors, including economic, hyper inflation, urban migration, rising unemployment, downsizing of the public sector, decline in real wages, lack of investor confidence and structural adjustment, are all adversely affecting the informal entrepreneurs whose business are constantly being trimmed in size.

Government has paid little attention to the informal sector and there is little hope that policies will change in the near future.

In 1990, the government however, demonstrated interest in women's development in the creation of a structure to represent women's rights to participation in the socio-economic and political life: the state Secretary for Women's Development and Promotion.

This entity, however, is still lacking appropriate financial and human resources to treat women's concerns effectively.

Local non-governmental organisations have also shown interest in developing projects to alleviate women's problems by integrating women's commercial activities into economic development.

There is need for increased advocacy and lobbying to encourage government to deal more seriously with women's issues. There is also need for more initiatives such as the development of training programmes for women working in the informal sector.

Women should no longer lack opportunities to develop basic professional skills. A strategy should be developed to integrate women's commercial activities into community development projects.

Banking extension services specialised in micro-enterprises should be created to provide micro-loans to women in need of capital.

The exchange of experiences of the non-governmental agencies working in the informal sector may offer a forum which could contribute to the future development of policies which may benefit women working in this key sector.

SOURCE: Development Workshop, November 1994.

tions where men constitute 97 percent, 93 percent and 87 percent respectively. There are no significant differences with regards to women and men's participation in the remaining economic sectors.¹⁰

Women Entrepreneurs

Regarding women entrepreneurs, the little information available is mainly on informal sector activities. Retail

commerce in Angola is a female-dominated activity and a few studies have been undertaken in terms of gender relations within this sector. The study carried out by Adauta and Amado¹¹ on the urban informal economy concludes that the establishment of a business, or the decision to engage in self-employment activities represents a strategy for people's survival in the informal sector, and it has two main objectives:

- ♦ to tackle the unemployment situation; and
- ♦ to address the low household salaries.

According to available data, women's entrepreneurial initiatives are mainly concentrated in urban areas and are specifically directed at activities of commerce and hotel catering. Women face difficulties in getting access to property and to occupying managerial posts in key developmental activities.

Entrepreneurs in the informal sector are mainly widows or separated women, with an average of three dependants under the age of 10. About 50 percent of these women are self-employed and their main activities include retail commerce and food industry, i.e. bakeries, confectioneries and refreshing products. Most women have started this kind of business due to the economic difficulties they have faced. The products, both material and equipment, that they sell to people are acquired in the informal sector. Women interviewed showed a positive attitude about investment and "interest in continuing to expand their businesses", though they lack the capacity under these least favourable operating conditions. The little savings that they make "are used for health and other emergency expenditures".¹²

There is yet another group of women within this sector of retail commerce. This is the group of fish women, who have settlements with ship-owners to buy all the fish they catch and in turn sell it to market women. The eco-

conomic potential of these entrepreneurs is reasonable if we take into account that they pay well in advance for the bulk of the fish caught.

However, there are those who benefit from credit granted by ship-owners, that is, they first get the fish and pay later after selling it.

No information is available on women entrepreneurs owning big and medium enterprises.

In 1993, women accounted for 51.4 percent of Angola's labour force. However, women occupy a subordinate position in ownership and senior management functions (see Tables 8 and 9) in both public and private companies. As such women constitute the most vulnerable section in the labour market and are

Population in Employment by Occupational Category and by Gender, Luanda, 1992-93 Table 8

Main Occupation	1992			1993		
	Women	Men	Total	Women	Men	Total
Total	188,642	271,385	460,027	234,990	266,456	501,446
Owner	2,224	2,400	4,624	1,601	6,480	8,081
Self-employed	97,675	45,995	143,670	131,419	56,059	187,487
Manager	2,613	29,396	32,009	3,156	20,143	23,299
Senior Technician	1,357	8,127	9,484	4,609	10,377	14,986
Middle Level Technician	9,647	22,727	32,374	13,884	22,553	36,437
Basic Technician	17,147	30,052	47,199	9,217	18,618	27,835
Worker	6,685	57,646	64,331	4,961	27,473	32,434
Employed in service sector	40,139	61,346	101,485	50,642	87,359	138,001
Other	10,343	12,112	22,455	11,436	16,534	27,970
Non-specified	812	1,584	2,396	4,065	860	4,925

SOURCE: National Institute of Statistics, Survey on Employment and Unemployment

Percentage of Population in Employment by Occupational Category and Gender, 1992-93 Table 9

Main Occupation	Women	1992			Women	1993	
		Men	GG	Men		GG	
Total	41.0	59.0	18.0	46.9	53.1	6.2	
Owner	48.1	51.9	3.8	48.1	51.9	3.8	
Self-employed	68.0	32.0	-36.0	70.1	29.9	-40.2	
Manager	8.1	91.9	83.8	13.5	86.5	73.0	
Senior Technician	14.5	85.5	771.0	30.8	69.2	38.4	
Middle Technician	29.8	70.2	40.4	38.1	61.9	23.8	
Basic Technician	36.3	63.7	27.4	33.1	66.9	33.8	
Worker	10.4	89.6	79.2	15.3	84.7	69.4	
Employed in service sector	39.5	60.5	21.0	40.9	59.1	18.2	
Other	46.1	53.9	7.8	40.9	59.1	18.2	
Non-specified	33.9	66.1	32.2	82.5	17.5	65.0	

SOURCE: Adapted from Table 1.7

Percentage of Population in Employment by Property and Gender, Luanda, 1992-93 Table 10

Description	Women	1992			Women	1993	
		Men	GG	Men		GG	
State	27.8	72.2	44.4	33.5	66.5	33	
Mixed	14.5	85.5	71	28.9	71.1	42.2	
Cooperative	64.7	35.3	-29.4	34.2	65.8	31.6	
Private	24.2	75.8	51.6	51.7	48.3	-34	
Other situation	72.9	27.1	-45.8	78.8	21.2	-57.6	
Not specified	62.8	37.2	-25.6	81.6	18.4	-63.2	
Employed Population	42.7	57.3	14.6	46.2	53.8	7.6	

SOURCE: Adapted from Table 6

**Population in Employment by Gender and Economic Sector
in Luanda, 1992-93**

Table 11

	1992		1993	
	Women	Men	Women	Men (Economic sector)
Agriculture and hunting	6,840	10,035	3,733	3,449
Silviculture and timber exploration	344	105	-	445
Fishing	904	6,921	-	5,076
Exploitation of coal mines	-	172	221	256
Production of crude oil and natural gas	2,553	8,290	600	4,297
Extraction of metal minerals	314	210	-	-
Extraction of other minerals	298	2,696	-	871
Food, beverages and tobacco industry	3,310	8,229	5,595	8,530
Textile, clothing and tanneries	4,885	7,271	4,383	6,339
Production of timber and furniture	75	10,279	1,435	16,895
Production of paper and printing and publishing industry	192	482	135	1,836
Production of chemical Materials and products	353	914	1,490	2,080
Non-metal mineral products	-	735	-	371
Basic metal industry	850	6,932	351	1,770
Metallic fabrications, machinery and equipment	493	1,168	1,595	6,092
Other manufacturing Industries	629	14,219	-	505
Electricity, gas and water	507	3,492	128	4,010
Hydraulic works and water supply	144	335	-	163
Construction	2,750	19,570	1,862	25,878
Wholesale commerce	13,693	13,503	1,646	3,276
Retail commerce	93,730	18,419	136,949	37,855
Restaurants and hotels	2,744	2,237	5,520	2,523
Transport and warehousing	3,848	34,075	5,651	52,675
Communications	1,376	2,916	2,426	4,293
Financial institutions	1,651	2,222	2,405	2,071
Insurance	-	411	141	853
Real estate and services to industry	1,293	6,322	615	708
Public administration and defence	27,980	72,671	18,643	58,058
Social amenities and other services	4,207	2,491	21,521	15,462
Social services and rural services	6,698	10,280	12,021	14,379
Entertainment services	1,897	2,400	867	1,229
Personal services and Households	3,558	702	16,542	6,572
Non specified	24,310	14,099	5,745	4,892

SOURCE: National Institute of Statistics, Survey on Employment and Unemployment

concentrated in less secure and unstructured jobs in the informal sector (Table 10). High rates of illiteracy among women (Table 27) have contributed to their weak bargaining position in the labour market.

The levels of unemployment and under-employment are high among females, representing 89.8 percent of the total in 1993 (see Table 7). The imbalances are caused by the different levels of demand and supply of employment, particularly in the unskilled segment of the labour market.

There has been an increment in the level of visible and invisible unemployment and under-employment and the participation of women in the informal sector, with an 18.7 percent growth rate in the period between 1992 and 1993.

A further segmentation of the market by gender shows that the prevalence of women in the informal sector can be explained by the low levels of education among them.

Studies carried out by the National Statistical Institute on unemployment in Luanda in 1992-93 revealed

that only 16 percent of the economically active population had full time employment, 60 percent were under-employed and 24 percent were unemployed adding up to 84 percent.

In 1995, a sample survey on living conditions of the population carried out in five cities revealed that 34.5 percent of households rely on the informal sector for employment. The unemployment rates reflect a strong bias against women.

Income

The income and expenditure survey of households carried out in Luanda in 1990 revealed that women have assumed a prominent role in the sustenance of families. Although they are relatively independent in terms of control and management of their income, all of it is totally consumed in the sustenance of the household.

The remuneration and incomes differ in each individual market. In real terms, self-employed people earn more than those in formal employment in administration and in the public service.

In the informal sector, income depends on the nature and conditions of the job. For example, the Kinguila women (street foreign currency dealers) live differently from owners of hair salons and popular restaurants. The former group is subjected to harassment by the police and have to pay work on the street, which squeezes the already thin trading margins. The latter group owns small scale enterprises, has higher levels of education and engages in activities less exposed to police harassment and have higher incomes.

In the public sector, women are in a vulnerable situation. First, because they occupy inferior positions due to the low level of education (typists, secretaries and cleaners). Secondly, because the public sector has very low remuneration packages. For instance, in 1993, the minimum salary in the public sector in the cat-

egory of general worker was US\$ 2 per month and that of a senior civil servant was US\$ 17 dollars per month. From these indicators, the vulnerability of women becomes self-evident, given the fact that the majority of women occupy inferior positions. Some studies suggest that there is no remuneration differences between male and female employees for the same job¹³ in the formal public or private sector.

The high level of poverty has forced households to seek what is normally referred to as "second employment" in order to enhance their incomes. The "second employment" is usually the responsibility of women and focuses primarily on small scale trading in order to beat inflation.

The 1995 survey on living conditions reveals that in that year households depended on three sources of income: business represented 55 percent, salary 43 percent and non-specified sources two percent. Female headed households had very low incomes and were characterised by structural poverty.

In the rural area, the incomes are adapted to needs and mainly have immediate survival functions.

Division of Labour

Women participate in all sectors and at all levels of economic activities

Sectors of Activities	1992			1993		
	Women	Men	GG	Women	Men	GG
Agriculture and hunting	40.5	59.5	19	51.9	48.1	-3.8
Textile, clothing and tanning industries	40.9	59.1	18.2	40.9	59.1	18.2
Other manufacturing industries	4.2	95.8	91.6	-	-	-
Wholesale commerce	50.7	49.7	-0.6	33.4	66.6	33.2
Retail commerce	83.5	16.5	-67.0	78.3	21.7	-56.6
Financial institutions	42.6	57.4	14.8	53.7	46.3	-7.4
Public administration and defence	27.5	72.5	45.0	24.3	75.7	51.4
Personal services and Households	83.5	16.5	-67.0	71.5	28.5	-43.0

SOURCE: Adapted from Table 11.

Demand for Employment, Net Employment and Unemployment by Province and Gender, 1994										Table 13
Provinces	Demand for employment			Net employment			Unemployment Recorded			
	W	M	Total	W	M	Total	W	M	Total	
Benguela	321	1,833	2,154	10	72	82	311	1,761	2,072	
K. Kubango	856	1,516	2,372	856	1,516	2,372	-	-	-	
Cabinda	29	1,124	1,153	12	159	171	17	965	982	
Luanda	598	5,613	6,211	97	1,136	1,233	501	4,477	4,978	
Namibe	332	1,340	1,672	145	482	627	187	858	1,045	
Other Provinces -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	2,702	1,3062	1,564	1,525	4,402	5,927	1,177	8,660	9,837	

M: Men
W: Women

SOURCE: Ministry for Public Administration, Employment and Social Security (MAPESS)

Rate of Economic Activity by Gender, (15 years and above), 1994		Table 14
Female percentage	Female as proportion of male	
50	58	

SOURCE: UNICEF Report, 1995.

Percentage Employment by Employer and Gender, 1994				Table 15
Sector	Women	Men	GG	
Self-employed	42.4	17.5	-24.9	
Parastatals	29.2	41.5	12.3	
Public sector	10.2	11.6	1.4	
Private companies	5.8	16.8	11.0	
Foreign firms	1.4	1.15	0.25	
Joint ventures	1.2	4.6	3.4	
Other	10.0	6.5	3.5	
Total	100	100	0	

SOURCE: National Institute of Statistics, Employment and Unemployment Survey, Year???

Economically Active Population by Marital Status and Gender, Luanda, 1992-93							Table 16
Marital status	1992			1993			
	Women	Men	Total	Women	Men	Total	
Single	304,149	343,910	648,059	107,273	116,450	223,723	
Concubinage	149,877	148,011	297,888	161,864	169,109	330,973	
Married	55,547	55,269	110,816	49,750	49,181	98,931	
Separated	23,540	8,828	32,368	25,462	6,468	31,930	
Divorced	1,542	38,981	2,035	2,692	1,321	4,013	
Widow	30,949	14,458	36,353	14,481	1,430	15,911	
Non specified	1,624	1,338	2,962	9,621	6,768	16,389	
Economically active population	567,228	284,810	1,130,48	1371,143	350,727	721,870	

SOURCE: National Institute of Statistics, Survey on Employment and Unemployment

as indicated in Tables 8, 9 and 11. They occupy a traditionally important position in the production of food and in trade, where the level of participation varies between 91.7 percent and 97.7 percent.

Men's participation is predominantly in areas such as diamond mining, oil production, transport, construction, cattle herding and fishing. Indicators on the informal sector of the economy show a high prevalence of women; more than 40 percent (see Table 10).

The sample survey on living conditions carried out in 1995 shows that households with activities linked to agriculture, trade, retail, textiles and construction have a higher level of poverty incidence, which impacts negatively on women, given their level of participation in these sectors.

The gender inequalities in the division of labour has cultural roots and is exacerbated by the low level of education of women viz a vis that of men (Table 27). The distribution of domestic work is discriminatory because it assigns the heaviest burden to women (see Table 19).

The education system limits the ability of women to fight for a better social and economic position and the subsequent improvement of their income.

Agriculture and Food Security

The civil war which rocked the country impacted negatively on the agriculture sector. It affected women and men differently. Women were doubly penalised, first because they have more responsibilities than men in the sustenance of the household and its dependants and secondly, because their level of participation in the agricultural sectors is greater.

Agriculture is equally a source of employment and wealth for women. A study carried out by the Organisation of Angolan Women (OMA) in 1986 showed that in the 128 agriculture co-operatives and the 2,518 peasant associations existing at the time, women represented 45.3 percent and 53.9 percent of the total membership respectively.

Angola faces a serious problem of food insecurity due to the war and the legacy of misguided economic policies of the past. This is reflected by the present food deficit which in 1991 was 620,000 tonnes maize equivalent, which was worsened by the resurgence of war in 1993 and the insecurity which prevented the free circulation of goods and services within the Angolan territories.

The sample survey on living conditions carried out in five cities in 1995 reveals that urban households face grave food deficits. These

households spend 77 percent of their income on food items. The proportion of basic food in overall consumption is 48 percent but slides down gradually with the level of income. The urban population classified as living in moderate poverty (61 percent of the total) has a food deficit that varies between 33 and 60 percent of minimum recommended daily caloric intake.

Rate of Economically Active Under-age Girls, (10 - 14 years) 1970 and 1990 Table 17

Year	
1970	1990
31.3	18.7

SOURCE: UNICEF Report, 1995.

Family Head by Gender and Level of Poverty, 1990 Table 18

	Absolute Poverty	Moderate Poverty	Above Poverty Line
Sex of the Family Head			
Female	6.7	33.3	59.9
Male	5.8	29.2	65.1
Total(average)	5.8	29.8	64.4

SOURCE: Bender and Hunt - Survey on Income and Expenditure in Luanda, 1990.

Agricultural Systems

Agro - pastoral regions

Under this system, the right to land is determined by regions for pasture. There is generally a communal area with limits defined by the community. This includes a pasture area and an area for seasonal changing of pasturage and the right over land is not alienated to one family. There is also an area close to the house for the practice of subsistence agriculture.

Land ownership in the communities is not significant because cattle, which are privately owned, are regarded as more important. As indicated earlier, a given community or an extended family has the right over land, and the distribution of land to each sub-unit is done by the leader of the community or of the extended family. Generally, the leader is a man, whose appointment follows lineage criteria and matrilineal traces, but this does not exclude the heading of households by females.

Investigations of women's rights over land show that, as a rule in most parts of the country, men have the rights over land cultivated by women. It is only when the woman goes back to

her community of origin that she gets the rights she is entitled to and benefits from the use of land.

There are two types of family production: shared and separate tillage for spouses.

Separate Tillage for Spouses

Under this system the husband and wife cultivate individual separate plots, and the produce is separately stored and used. The wife's produce is for family consumption while the husband's produce is destined for storage and selling in order to raise funds for the family's other needs. In the case of divorce, the wife takes her produce back to her community.

In terms of division of labour in agriculture, the husband does the "heavy" tasks while the woman concentrates on planting and harvesting the husband's plot, and he in turn helps with preparation of land in the wife's plot.

depends, with the exception of personal consumer goods, on the organisational structure of decision-making within the family, or in other words, on internal power relationships within the community.

When discussing the economic situation of peasant women in Angola, reference should always be made to their participation in peasant associations. For instance, in 1989/1990 about 205,974 thousand peasants were organised in associations in the country. Table 20 presents membership by gender. The table only gives statistics of Huila, Malanje and Huambo provinces.

Data provided by Morais and Pacheco¹⁴ indicate not only an increase of women's integration in cooperatives and peasant associations but also a considerable increase in management organs of the associations. In Huila province women comprised 44 percent, Huambo 33 percent and Malanje 17 percent.

Activities	Women	Men
Carrying water	67.3	23.4
Shopping	61.6	29.3
Fetching firewood	10.0	2.9
Medical assistance to dependants	26.7	18.4
Other activities	81.7	36.1
Total	100	100

SOURCE: Survey on Incomes and Expenditure in Luanda, 1990

	Huila	Huambo	Malanje
Women	37.3	57.5	43.0
Men	61.7	42.5	57.0

SOURCE: Morais and Pachero, 1991: 24.

The Couples Common Tillage

Agricultural production is primarily for self-subsistence (consumption and reserve), with the surplus sold to meet the family's financial needs.

Under this system, plots are divided into some parts for self-consumption, as earlier indicated, and others for commercial production.

Generally, in peasant communities, decision-making over patrimony

Prostitution

Life in urban centres is difficult. The incidence of poverty in households headed by women is higher than in male-headed households. These households represented 22.6 percent of the total in 1995 and are characterised by structural poverty and a high number of dependants. Prostitution and child labour in tasks such as washing cars, carrying water, mendicity, trading, and delinquency are the strategies used to earn additional incomes.

Prostitution has increased rapidly after 1992, exacerbated by economic factors such as high rates of unemployment and hyper-inflation which in 1995 reached a staggering 3,782 percent.

Media reports indicate that girls as young as 11 years old are involved in sexual exploitation (prostitution).

Prostitution is more visible in the urban centres. It is estimated that between 500 and 1,000 girls under the age of 18 in Luanda earn their living by selling their bodies. Information from the Benguela province indicate that in that region the number of women involved in this trade is between 50 and 100.

Restaurants, coffee shops, bars, night clubs and hotels particularly those patronised by foreigners and by officers of the United Nations Verification Mission in Angola (UNAVEM III) (with about 7,000 men deployed in Angola) are the main centres of the business.

The provinces of Lunda Norte and Lunda Sul are seriously affected by prostitution because these are diamond mining areas and are awash with US dollars. Goods cost more in the Lundas than in Luanda and many girls from the cities travel there because of the prospects of obtaining higher incomes.

Sexual exploitation of minors

Sexual exploitation has grown significantly with the dramatic increase in poverty and population displacement since 1992, but more particularly in the years 1994/6. It is particularly notable in Luanda, the capital city, and in the diamond mining towns of Lunda Norte, on the Zairean border.

Sexual exploitation involves young girls who seek "clients" from the more wealthy men in society, particularly from the diamond mining zone in the North and in Luanda city centre. The United Nations forces feature prominently among the men involved in prostitution in Luanda.

Within Luanda, sexual exploitation is prevalent around restaurants, bars and clubs frequented by foreigners. In the Lundas, the diamond mining area, it is reported that young girls under the age of 18 fre-

Economic difficulties cause prostitution

Box 5

The Angolan ambassador to UNESCO, Domingos Van Dunen, has cited economic difficulties, as one of the main causes of prostitution in the country. He said that, "There is no need to dramatize the issue of prostitution in Angola", adding that this phenomenon does not have the same proportions as in other countries in the region. However, he acknowledged that the problem has been aggravated by the economic crisis and the devastating war in the country.

The diplomat said that, both prostitution and the *kinguilimo de rua* (foreign exchange on the black market, practised by women) should be uprooted, and new job practices such as "cooperatives" be created.

"They (the women) are so active in business", he argued, recalling experiences of the 60s, when single women successfully educated men that are "doctors and engineers" of today through "buying and selling coal".

For Van Dunen, churches in Angola, "with their level of organisation and discipline", could contribute valuably to professional integration of street women.

SOURCE: Clip from *Jornal de Angola*, 1994.

quent bars used by diamond miners, often having moved to the area specifically for the purpose of prostitution.

Young girls involved in sexual exploitation often organise themselves into groups and, in many cases, have a co-ordinator as they feel they are better protected in this way. Some of these groups are living in brothels, while others live with relatives. The comparative percentages of these two groups are unknown.

There are reports of some 100 to 500 prostitutes under the age of 18 in the capital and a local NGO counted some 100 small brothels in the city, of which 40 were considered to be operating on a daily basis. Girls working as prostitutes in brothels face additional risks such as rape.

Sexual exploitation of minors is also evident in the Provincial capitals, especially where there are bases of the United Nations Verification Mission (UNAVEM III) for Angola. Young girls are attracted to bases and areas where the troops meet socially, in the hope of receiving money, food and enter-

tainment. However, the numbers of young girls involved in prostitution are low in Provincial capitals compared to mining areas, and reports indicate between 50 to 100 in Benguela city, with even lower numbers in other major towns.

The phenomenon of sexual exploitation of young girls in Angola has become so common that it has in recent months developed a name. The girls involved have become known as the *catorzinhas*, which literally means the "little 14 year old" and is used both in Luanda and the other provinces. The term is believed to have originated from a local phone-in radio programme, through which young girls recount their sexual exploits. People working in child rights issues feel that this programme has promoted the sexual exploitation of young girls.

Although the common name for this group is *catorzinhas*, it does not accurately reflect the age groups of girls involved. There are several reports of girls much younger being sexually exploited.

Many of the girls involved are reported to have sex in exchange for a meal in a restaurant or for the entrance fee to and drinks in a discotheque. Other reports are that some young girls earn up to 100 USD with the more wealthy men in society. In the poorer areas of the city, it is reported that some young girls will have sex for under 5 USD.

In relation to boys, there were large groups of boys sleeping on the streets, in Luanda and especially in the tourist or leisure zone on the *Ilha* in early 1993 and there were reports of some of these boys being sexually involved with tourists visiting that area.

Awareness Raising Amongst General Public

Campaigns to educate the general public about the evils of sexual exploitation of minors should be

carried out, especially in the regions concerned. These could be launched through the local press, radio and television in the context of children's rights. Such campaigns should aim to seriously highlight concern about this and to seek long term solutions to the problem. The press should be discouraged from publishing semi-pornographic articles, radio programmes or photographs of sexually exploited children.

The focus of these campaigns should be on promoting positive images of children and explaining phenomena such as exploitation and violence in society.

The emphasis should be on society to protect children and promote their interests, as well as lobby the Government to take active measures to reduce poverty in the country.

The press could also promote an understanding of children's rights to protection under national legislation and what action the public could take under the law regarding situations of sexual abuse or exploitation of minors.

Legislation has been drawn up in Angola to improve the protection of children and the promotion of their rights. However, there is lack of political will and available personnel to push for implementation of the legislation. UNICEF and other NGOs could work together with the Ministry of Justice to devise creative ways in which the new legislation could be implemented in a context of limited public resources. For example, the role of NGOs, churches and traditional leaders in the prevention of abuse and exploitation of children could be considered. The role of traditional justice procedures and sanctions could also be debated.

More work could also be undertaken within UNAVEM III to sensitise them on the rights of children

and the abuse of their own privilege. It should be made clear to UN troops that it is an offence to have sex with a child or young person below the age of consent, under Angolan legislation, even if the girl concerned is acting voluntarily.¹⁵

Aid and Humanitarian Assistance

The humanitarian assistance given to Angola since 1993 has had a mixed impact on the development prospects in the country. The first phase of humanitarian aid in Angola was aimed at creating the basic conditions for the self-sustenance of the affected population and development in the subsequent stages.

However, donors have been facing problems in understanding the dynamics of the social and economic development in Angola. The lack of transparency in the conception of some policies makes it difficult to create conditions for better use of available resources and for the integration of humanitarian assistance and technical assistance in the context of the overall development effort.

The government's Community Rehabilitation and National Reconciliation Programme, drawn up with the assistance of the United Nations Development Programme (UNDP) and presented at the round table discussions with the donors in September 1995 in Brussels, puts the needs for the rehabilitation of basic infrastructure and production in the period 1997/98 at US\$ 786 million. This programme is part of a framework designed to create the basic conditions for the population and will be carried out with the assistance of multilateral institutions.

There is no medium to long-term programme and hence the operational framework on the utilisation of humanitarian and technical assistance is yet to be defined.

The history of Angola is full of examples of courageous, and intelligent female warriors who participated in political activities and held political positions from the times of Queen Jinga in the 17th century to Queen Nyakatolo who died in the 1990s.

At the beginning of the 1960s Angolan women began to organise themselves and push for recognition as a political force to reckon within the nationalist movement which emerged at the time. The Organisation of Angolan Women (OMA) affiliated to the MPLA and the League of Independent Angolan Women (LIMA) affiliated to Union for the Total Independence of Angola (UNITA) are the two biggest women's organisations in the country.

Several women's groups emerged in Luanda in 1962 under the umbrella of the Catholic and Protestant churches. These groups carried out campaigns to protect cultural heritage and support political prisoners in an open and courageous defiance to the colonial authorities. Many women activists, particularly from the Saint Cecilia and Saint Teresinha Order were arrested and harassed by the police and many fled the country to join the liberation movements in exile.

POLITICS AND POWER Laws/Legal Reform

The Angolan Law does not discriminate against women in terms of property, access to and management of assets. Neither does it stipulate any discrimination in terms of labour, with the exception of some laws, which could be called as positive discrimination, like the rights of the working mother.

The Ordinary Legislation Regulating property and access to assets, has had the concern of not including directly any regime dis-

Women and Law in Angola

Box 6

The Angolan Constitutional Law enshrines equal rights and duties for women and men and the principle of non-discrimination on the basis of gender.

Under the terms of the law, all citizens are equal before the law, enjoy the same rights and are subjected to the same duties with no distinction on the basis of gender. The Law also foresees punishment for all acts that could be prejudicial to social harmony, lead to discrimination or privileges on the basis of these factors.

This principle of equality defends equal rights and shared responsibilities within the family as well.

Yet this Constitutional precept of equality also has broader repercussions in the whole legal judicial system, namely in the domains of Labour, Civil, Penal and Procedural Laws.

Under these terms, they all have equal access to labour and employment, to education, land property and other assets.

SOURCE: Excerpt from Maria Mpava Medina's address to a Seminar on Women and Law, State Secretary for Women's Promotion and Development, December 1994.

Family Law - Women and men enjoy equal rights Box 7

One of the fundamental principles of the Family Law in Angola is the legal recognition of equality between women and men in all family matters. This equality is also guaranteed in the new constitution. Within marriage, the spouses have the same rights and obligations. These are:

- ◆ they must decide together all matrimonial questions, including the raising and education of children;
- ◆ both must contribute to family responsibilities and participate in domestic chores;
- ◆ each has the right to work professionally or engage in activities of his/her choice as long as such work and activities do not compromise his/her obligations to the family;
- ◆ each has the same powers of acquisition, administration and use of all that the couple owns.

SOURCE: Country Gender Analysis, SIDA, October 1991.

criminating against women. If the positive law stipulated such discrimination, the prejudiced women, as any other prejudiced citizen, would strive to see their protective guarantees enshrined in the constitution.

The right to employment

In terms of employment and provision of services in the public administration, the Angolan legislation was profoundly reformed and modernised.

The Labour Law (Law no 6/81) and complementary legislation are due to be replaced by the new Labour Code, whose bill is on the final stage for its subsequent presentation to the National Assembly.

The diverse laws regarding public administration (like the Law no. 17/90 which defines general principles, the Decree no 22/91, on the recruitment and selection of candidates, Decree. no 24/91, on careers and admissions), have no mention of sex concerning administrative agents and civil servants.

In all the mentioned legal texts, there is no discrimination of women, seeing that equality on the right to employment is explicitly stipulated in the constitutional Law Article 46, which states that "work is a right and duty of every citizen".

The right to property and credit

Fundamentally, the Civil Code which had been in force in the then Portuguese colonies since 1968 did not suffer any changes but its implementation during the period of independence up to the stage of the first constitutional revision was almost completely null.

For now, it is important to point out the State Housing Law (Law no19/91) that granted the tenant of confiscated urban apartment houses or in the situation of confisca-

tion the right to preference in the contract for buying and selling. This law is applicable to women, since, like men, they are in the position of tenants and had celebrated the contract with the competent State organ.

Marriage in community of property

The Family Code passed by law no1/88 defines equal rights and duties for both women and men within matrimonial relationships. The law has been simplifying and changing partially the previous Civil Law. Within marriage there are only two economic regimes: community of property and out of community of property.

The first is generally common and the second is acclaimed if the couple takes the option. This has to be stated in the first declaration for marriage and confirmed later during the wedding ceremony, before the registration officer.

In the community of property regime, the ordinary administration of common property can be exercised by any of the spouses. The extraordinary administration and transfer of property should be exercised by both spouses and these comprise, immovable assets, commercial settlement, assets used as a working tool within marriage be they self or common property.

The issue of inheritance or legacy is an act which needs common consent of both spouses.

Access to economic activities

The legislation on economy, especially the one establishing rules of access to economic activities, has as its main targets, economic agents who are not discriminated by sex, but generally differentiated by dimension and nationality. The issue of access to economic activities is looked at in terms of finding out whether those agents have access to any activity and in what

conditions, private and public companies, national or foreign, big and medium companies (in partnership) or small companies.

Thus, the economic legislation currently in force does not discriminate against women. However there are some aspects of the said legislation that might later incorporate an agenda of Angolan women.

The Constitutional Law establishes a principle of non-discrimination among the economic agents, (Article 11/3 in terms of the law, the State encourages the development of initiative and private, joint, cooperative and family activity, creating conditions that enable its operation and gives support, specially to small and medium economic activity).

This principle is relevant in at least two aspects:

- ♦ access to incentives, donations and credit, and the correspondent regulations of the same access; and
- ♦ demands for the adoption of concrete measures of state support to small and medium companies.

Another constitutional norm of interest for women is the constitutional guarantee regarding land ownership by peasant women (Article 12/4), the issue of which, given the plundering of land in the past and the perspective of eventual expulsion of peasant communities from their own land to give space for the implementation of big agro-industrial or mining projects, is of vital importance for the survival of the communities.

The Land Law regulating the "concession of title deed, use of land for agricultural purposes", (law no.21-C/92), reflects the Constitutional guarantee (Articles 4/2/C and 15). However the mechanisms guaranteeing the Land Law would not possibly be the most appropriate for the national realities.

The law invalidates land demarcations that violate the rights of peasant communities and punishes those responsible for disciplinary, civil and criminal actions, but this is not likely to happen taking into account that communities do not have the necessary means to appeal to court to stake a claim.

Another issue related to Lands Law is centred on the criterion used to demarcate areas of the communities, though it refers to "traditional systems of utilisation of land". The law does not establish a clear distinction between the land to be used for cultivation and the areas demanded by systems of traditional cultivation. Consequently, doubts and eventual conflicts may rise over which areas should be effectively used by the community, specially in the systems of rotational cultivation and pasture farming.

OMA, with a membership of 1.3 million in 1991, contributed greatly to the increase of awareness about women's rights and in the promotion of gender equality. The social recognition of Angolan women is the main objective of this organisation which fought for equal participation in the military, political and social spheres.

The passing of the new Family Code in August 1987 gave impulse to the promotion of equal rights between women and men in marriage, divorce and raising children. One of the fundamental principles was the recognition of all children born within or outside marriage. The new law allows single or married mothers to register a child unilaterally.

The General Labour Law protects women's work and working mothers regardless of whether they are single or married. Women are given the right to a fully remunerated one day leave of absence per month. Maternity and breast feeding time requirements are recognised in the law.

In relation to issues of property, the Angolan law does not discriminate against women. In terms of access and management of assets, the rights to use and usufruct of land, the law also does not discriminate against women.

The Laws of Citizenship and Nationality stipulate the concept of equal treatment for women and men.

However, some aspects of the legal reforms must be introduced particularly to deal with family planning and abortion. The Penal Code also needs to be amended particularly in the areas dealing with rape and adultery in order to incorporate more aspects that cater for the defence of women's rights.

Women's Participation in Decision-Making

The level of women's participation in decision-making either in politics or in economics is very low. The exclusion of women in the decision-making process for peace, disarmament and national reconciliation reflect a negative tendency.

The number of female deputies in the National Assembly has decreased since 1992. The equality outlined in the Constitution notwithstanding, figures show that the proportion of women members of Parliament (MPs) declined from 14.5 percent to 9.5 percent (Table 21). In central government, the percentage of women was 20 percent in 1996, the highest since independence.

The political subordination of 51 percent of the population (women) to the minority (men) is also due to the fact that the new political parties (11 of which are represented in Parliament) do not have women in their leadership structures.

Out of the 11 political parties represented in Parliament in Angola, only one is led by a woman. This woman ran for the election and won a seat, bringing a new dimension to the political scene, and called for an urgent and greater political commitment to politics by women.

The participation in decision-making at professional and technical level is equally low (see Tables 8 and 9) reflecting discrimination against women and the difficulties they face in accessing the decision-making machinery and consequent-

General Indicators of Political Participation, 1989-1994 Table 21

Category	Year	GC	Women	Men
Government	1994	85	7.5	92.5
People's Assembly	1989	70	15	85
National Assembly	1994	80	10	90
Presidency of Political parties	1994	-	1	34

SOURCE: Study on the Improvement of Knowledge on the Relationship Between the Demographic and Socio-economic Components in Luanda, MINPLAN, Population Studies Nucleus, June 1994.

Women feel sidelined in the peace process

Box 8

Grassroots women in Angola feel they have been sidelined in the peace process, especially the latest round of talks which promised an end to the hostilities.

A female street vendor, selling an imported pasta says, "We are just like passengers in this peace process. We only hear of promises that are never put into practice."

However, the government feels it is doing its best to convince the grassroots population of the importance of peace and tolerance.

Genoveva Da Lino, the National Director of the State Secretariat for the Promotion and Development of Women says that although Angolan women did not participate directly in the peace talks, they contributed in their own way to the process and set up an organisation called "Roots of Peace." This organisation has the mission of making it known to other women, children, and men, the women's desire for peace, because it is women and children who are most affected (by war)," says da Lino.

Members of Roots of Peace travel to the rural areas which were most affected by the war to tell people about peace. "We have also made it known that the peace process can only be possible and consolidated if we (women) are involved," she says.

During the preparatory meetings for the Beijing Conference, which were held in the 18 provinces, it was agreed that the priority on the list of issues to be taken to Beijing by war battered Angolan women would be a cry for peace.

The national preparatory committee for Beijing recommended that women be involved "in the resolution of the conflict in Angola and in the negotiations of the peace process as a means of making their participation more effective.

The women pledged to follow up the Roots of Peace programme and to create a national committee for peace "as a means of congregating all personalities and organisations interested in peace.

SOURCE: AIA/Susana Njanji, Luanda, August 31, 1995.

ly their career advancement with many negative effects in their right to choose.

The Vote

The Constitutional Reform exercise of May 1991, particularly law 20/91 defines "...equal political rights between women and men without discrimination", reinforcing the Electoral Law 8/80 of 24 September which enshrines the concept of the equal rights of any Angolan citizen to elect and be elected into office.

The peace agreement signed in Portugal in 1991 was one of the most auspicious moments for the Angolan people, and women in particular, because there was an unequal distribution of the war burden between sexes.

During the campaign for the first multiparty elections in 1992, women showed a great sense of confidence in peace and played an active role, distributing publicity materials, carrying out civic education and voter registration and canvassing for the popular vote.

The commitment of women to the process brought many of them in contact with state bureaucracy. The anxiety among the electorate and peace were mobilising and catalysing factors, and this enabled the authorities to register 4.8 million voters and record a 91.34 percent turnout on the ballot day. Because women constitute 51 percent of the population, their vote was a reflection of their choice and aspirations.

The only female candidate for presidency harnessed the equivalent of 0.29 percent of the votes and her party garnered 2.3 percent of the votes, winning one Parliamentary seat, an important reflection of the importance of the participation of women in politics in Angola.

Conclusion

The first conclusion is that despite significant progress registered after

independence at judiciary level, in what concerns access, management and share of property, Angolan women still have a long way to go until social and effective economic equality foreseen by law is achieved. The main factors are the low level of education and their subordinate position in terms of employment and social hierarchy.

There seems to be a need to undertake studies on customary law and its relationships (reciprocal interference) with other laws. The work needs skilled researchers and financial support. Jurors should expand the process and raise funds for the materialisation of studies.

When working on regulations of the existing economic legislation, jurists must concentrate specially on the establishment of effective mechanisms that guarantee women's access to credits, subsidies, donations and training actions, without excluding the right to education, with the aim of diversifying and expanding her participation in economic activities and improving her working situation.

In the area of privatisation, there is a need to discover obstacles impeding women's access to acquire privatised property and the mechanisms that would, in a more effective way, guarantee her access to the said property.

Due to the high level of women's participation in peasant associations, these, when conditions are created, must be reactivated and benefit from the necessary support.

Specific programmes of support to widows and war orphans should be implemented.

In the area of succession, effective mechanisms of support to children and women deprived from sharing property in the case of death should be created.

Total Population by Heads of Households and Relationship with Heads of Household by Gender, Luanda, 1992-93.

Table 22

	1992			1993		
	Women	Men	Total	Women	Men	Total
Occupational Position						
Total population	843,787	839,843	1,683,630	936,731	885,676	1,822,40
Head of Family	32,559	195,315	297,888	57,008	235,224	292,232
Relationship to the head of household						
Husband/Wife	183,008	1,903	184,911	213,087	3,986	217,073
Son/Daughter	430,574	436,746	867,320	466,844	466,591	933,435
Other Relatives	167,990	177,283	345,273	194,875	175,776	370,651
Non-relatives	28,213	26,239	54,452	4,917	4,099	9,016
Non-Specified	1,343	2,357	3,700	-	-	-

Source: National Institute of Statistics, survey on Employment and Unemployment

SOCIAL AND CULTURAL STRUCTURES

Family Relationships

In Angola, as in any other African society, traditional life and behaviour are based on broad family bonds (Table 22). This relation plays an important role in the transmission of traditional values from one generation to another.

Polygamous relationships are common and socially accepted among both the rural and urban populations. It is a common practice among both illiterate and educated members of the society, although it is not recognised by law.

The Christian monogamous family and highly patriarchal model has influenced the shape of family relationships.

Social Portrait of Women

Angolan women are beautiful, caring and highly adaptive. Their role in society has changed and adapted to changing times, facing difficulties and challenges. They sell, bargain, carry water, take care of children, produce and are innovative.

The 1980s saw the transformation of Angolan women in the political, economic and social spheres as a

result of the revolution. Angolan women enrolled in adult education classes, stood up for equal rights at work and in the home. The struggle for the emancipation of women was initiated but it is still far from attaining its objectives.

In this process, not all women had access to the same opportunities. The participation of the majority of women in the labour market and consequently in the development of the country is still limited, compared to that of men.

Culture

Culture is defined by social scientists as the values, beliefs, habits, rights and religion of a given society and its relationship with nature, its work and above all communication.¹⁶

Culture as an expression of a social system is influenced by the factors described above which reflect themselves in various ways.

The cultural traits of Angolan women are not homogeneous. There is the strong Bantu traditions predominant in the rural areas on the one hand and the urban centres which are characterised by a maze of cultures of varied expressions on the other.

In this context, Angolan women are the agent of a culture with a strong Bantu influence and their participation is vividly visible in initiation rites, death ceremonies and celebrations among others. In these events, women play a prominent role symbolising their social functions as mothers and as the link between traditional and cultural values and the new generations.

In formalised cultural expressions and artistic contexts in urban areas, there is differentiated participation, where women have become increasingly involved in painting, sculpture, music and dance. Some sources of information indicate that in 1987, among the 62 members of the Association of Angolan Writers, only five were women. This institution has been undergoing gradual reforms.

The growth in the number of users of the 24 public libraries has grown gradually as indicated in Table 23. The same applies to movie patrons. If these figures are compared to the low levels of education among women, it is not surprising that women are not adequately represented in this area.

If culture is taken as a recognition of human capital and part of development, then Angola needs to mobilise its entire society to participate in this movement on an equal footing.

Religion

Religion and people's beliefs in Angola are strongly influenced by other aspects of culture. A religious mixture with strong elements of animism and "beliefs in spiritual beings" exists in Angola today with different religions and denominations cohabiting peacefully. This cohabitation between "formal" religions and traditional forms of worship complement each other, according to the situation and the context.

The Church maintains a strong rapport with the population and with

Items	1992	1993
Libraries		
Number of libraries	42	24
Number of users	54,420	56,625
Museums		
Number of museums	16	11
Number of visitors	59,096	48,690
Cinemas		
Number of theatres	41	25
Number of patrons	476,271	479,271

Source: INE, Social and Economic Statistical Profile, 1995.

women in particular, especially their daily anguishes, and understands the positive and negative aspects of traditional values.

Women are the active members in churches and the various forms of worship. They seek spiritual refuge and organise themselves in programmes that are useful to society. They have access to training and also promote training in areas such as typing, nursing, handicraft skills, garment-marketing, cookery and primary education.

They represent the majority of the worshippers but do not hold high positions in the Angolan churches and do not have decision-making roles or authority.¹⁷

Marriage and Access to Children

The Constitution of Angola enshrines equal rights for women and men without discrimination on the basis of sex, religion and race. This recognition is reflected in family issues, marriage, divorce and children, where the family code establishes the principle of equal rights and duties in marriages.

The new Family Law passed in August 1987 defends equal rights and shared responsibilities for both women and men. This law stipulates equal rights for children born out of legally married parents and those

Traditional values Box 9

In Angola, traditional values, which are based on kinship relationships, play an important part in the various lifestyles of the population. These norms and traditional values are transmitted from generation to generation, from the elderly to the youth, especially when the latter is being socialised into adulthood.

The end of the war in Angola has not changed the impact of traditional values on women and men. Thus, it is important to assess the weight of these traditional values and attitudes, particularly as they positively or negatively affect women's capacity to be actively involved in development initiatives.

This includes traditional attitudes about polygamy, the emphasis on women having many children, treating women only as domestic in the city, the impact of the economy on women etc.

Source: Country Gender Analysis, SIDA October 1991.

Paternity and Maternity Rights

Box 10

In family relations, both mother and father have the same rights and obligations; the name of the child is chosen of a common accord, authority over children is exercised jointly by the father and mother and in cases of discord between the parents, the decision lies with the law court; when the parents do not live together, the mother and the father both hold the same responsibilities towards the child, and in the case of death, absence or incapacity of one, authority lies exclusively with the other; paternity and maternity rights of children born out of wedlock are recognised and the Family Law abolishes the difference between legitimate and illegitimate children; and in the case of adoption and tutelage, the woman and the man have the same rights and obligations.

Source: Country Gender Analysis, October 1991, SIDA.

Level of Education by Grades and Gender for People of Over Six Years of Age, in Five Provincial Capitals, 1995

Table 24

School grades	Female	Male	Total	*IM
Level I	51.5	48.5	100	102
Level II	49.4	50.6	100	94
Level III	51.3	48.7	100	96
Higher secondary education	58.8	50.7	100	102
Higher Education	30.5	69.5	100	227

*IM: Masculinity Index
Source: INE - Poverty Profile, 1996

born out of wedlock and does away with the term "illegitimate children."

In the case of adultery, however, the penalties are heavier for women, representing a purely discriminatory tendency.

EDUCATION AND MEDIA

After independence education was made free for all citizens without discrimination on the basis of gender or race. The rate of enrollment grew in proportion to the population growth but without the corresponding development of infrastructures.

Formal and Informal Education

The education system in Angola is divided into six different levels:

- ◆ First level 4 years
- ◆ Second level 2 years
- ◆ Third level 2 years

- ◆ Middle level 4 years with courses in economics, accounting, journalism and education
- ◆ Higher 2 years secondary education
- ◆ Tertiary level

At the tertiary level there is only one university, Agostinho Neto, in Luanda which has the following departments: Education, Medicine, Economics, Engineering, Agronomy, Sciences and Law.

The first level is compulsory and the student does not have to contribute financially towards her/his education. The official and only language for education is Portuguese. The operation of private schools was only authorised in 1991. Church sponsored schools were also allowed to operate from that year.

Indicators of Availability of Resources for Basic and Higher Secondary Education, 1992-94

Table 25

Provinces (Years)	Institutions	Classrooms	Pupils	Teachers	Pupils/Classroom	Averages Pupils/Teacher
Luanda						
1992/93	247	2,809	313,806	8,839	112	36
1993/94	257	3,449	415,719	11,368	121	37
Malange						
1992/93	145	1,007	129,283	3,245	128	40
1993/94	149	1,011	131,596	3,244	130	41
Benguela						
1992/93	28	110	9,857	365	90	27
1993/94	34	138	1,585	462	11	3
Lunda Sul						
1992/93	40	364	32,235	1,151	89	28
1993/94	42	401	21,293	1,246	53	17

Source: National Institution of Statistics, SARE.

These institutions offer education from the first up to third levels. However, these church related schools are too expensive given the low salaries paid in the public sector.

The level of enrollment in the first levels is very high. The number of boys enrolled is higher than that of girls, but the difference is not significant (see Tables 24 and 30). The levels of girls enrolment are very low and decrease gradually at higher levels (see Table 27).

According to an income and expenditure survey conducted in Luanda in 1990, only 2.9 percent of girls and 7.1 percent of boys finished nine years of school. The sample survey on the living conditions of the population carried out in five provinces in 1995 shows that 67.6 percent of the women do not have any education at all.

Higher education enrollment in the period 1990 and 1992 declined by 3.1 percent. The number of university students in 1992 was 6,331 while in 1990 the number stood at 6,534. Men constitute the majority in almost all faculties except Medicine (see Table 30).

The 1995 survey concluded that there are more men (69.5 percent) than women (30.5 percent) at higher levels of education.

The degeneration of the quality of education and the poor conditions demotivate the participation of pupils.

School dropout levels reflect an exodus with rates that vary from 9.7 per-

cent in Huila to 53.8 percent in Malange and Lunda Sul provinces. Girls have a higher dropout rate than boys (see Tables 32 and 33), in the Cabinda and Lunda Sul provinces, a region with vigorous mining activities.

Enrollment by Level of Education, 1992-94 Table 26

Concepts	U.M.	School Years		
		1991/92	1992/93	1993/94
Initiation				
Basic education	Municip. '000	164	215	-
Level I	'000	1,150	1,150	1,089
Level II	'000	990	989	907
Level III	'000	125	147	132
		35	42	50
Higher secondary				
	Municip.	20	23	12
Technical General education				
	('000)	11	12	12
	('000)	9	11	-
Pre-University				
	('000)	6,107	6,762	-
Higher education				
	('000)	6,534	6,331	-

Source: Ministry of Education, 1994.

Level of Education by Gender, Luanda, 1990 Table 27

Grade	Female	Male	CG
Years of education			
1	21.3	15.1	-6.2
2 to 4	41.9	35.9	-6
5 to 6	22.8	26.3	3.5
7 to 8	11.1	15.6	4.5
9 to 10	2.0	4.2	2.2
10 plus	0.9	2.9	2.0
Total	100	100	—

Source: Incomes and Expenditure Survey

General Indicators for Education (percentages), 1989-1992 Table 28

Adult Literacy Rate (1990)		Gross enrollment rate at level 1 (1989-92)		Total literacy rate (1990)	Literate Females as Percentage of males (1990)		Female enrollment as a percentage of males (1989-1992)	
Female	Male	Female	Male		Female	Male	Female	Male
29	56	87	95	42	52	-	92	-

Source: Human Development Report, UNDP, 1995.

Informal Education

Informal education emerged to fill the vacuum in terms of education needs in the periphery of the big cities and in those provinces where the formal system could not cope with demand both in quantity and in quality. The ministry of education has no statistics about this subsystem. One existing system is the so called "explicações", some sort of remedial classes delivered in private homes with one teacher lecturing several subjects at different grades in the same "classroom" at the same time.

Adult Education

When Angola became independent in 1975 the illiteracy rate was 85 percent. The World Education Report shows that in 1991 about 58.3 percent of the population aged above 15 years in Angola was illiterate, which translates into 6.7 million people. The majority in this

group are women with illiteracy rates ranging between 50 to 55 percent.

This difference in levels of education has had a negative impact on the employment market, resulting in higher rates of unemployment amongst women than men. This has put women in a subordinate position in society because they have been forced to rely on their husbands' incomes.

The government launched phased adult literacy campaign after independence and in 1978 Angola won an award for its effort to eradicate illiteracy. The 10th phase of the programme was concluded in 1985 and benefited 361,621 women, of whom 8,191 were military details, 33,195 workers, 200,633 peasant farmers and 119,602 were not qualified. By 1992, the number of people who graduated through the adult education campaigns stood at 1,209,804. But the ratio was two men for every one woman. This effort was not followed in the post-graduation phase and this has prevented the consolidation and expansion of the learning process.

The adult education campaign recorded high levels of failure and dropout: about 74 percent. Only 26 percent of those who enrolled finished the 4th grade. The percentage of women is higher reflecting gender inequalities. The demand for this kind of education is very low and this is exacerbated by inadequacy of the learning materials and lack of infrastructure.

Popular Education

The education system in Angola never envisaged a vision for popular education and the supervision of this type of education was not assigned to a portfolio within a particular Ministry. Some ideas and practices have been generated by NGOs and consultants on how to integrate cultural elements, habits

Academic Qualifications (percentage) by Gender in Luanda, 1990 Table 29

Gender	Literate	Illiterate
Female	45.5	54.5
Male	68.6	31.4
Total	56.8	43.2

Source: Income and Expenditure Survey in Luanda, 1990

Students at Agostinho Neto University by Faculty, (Percentage) Luanda, 1988-89 Table 30

Departments	Female	Male	GG
Medicine	56.3	43.7	42.6
Science	39.2	60.4	21.2
Economics	26.1	73.9	47.9
Engineering	21.2	78.8	57.6

Source: Gender Analysis, Lisa Aksson, 1992.

Level of Education by Gender, Population above 10 years Table 31

	Women	Men
Illiterate	17,256 125	53,247
No education at all	56,125	56,733
Level I	167,223	159,048
Level II	122,277	142,421
Level III	79,117	116,421
High Sec. Education	25,696	47,998
Pre-University	5,162	7,407
Higher Education	7,102	18,537
Adult Education	1,732	220

SOURCE: INE, 1993: 45-6

and customs into the system with the aim of educating to improve the living conditions of the people.

Socialisation

The socialisation process in Angola is characterised by strong political, economic and social factors. Military and political instability in the country generates huge migrations from rural to urban centres and consequently a permanent conflict between traditional values and those prevailing in the rural areas.

This conflict results in double socialisation because of the coexistence of both values, while in other cases traditional values are gradually eradicated.

This unfavourable environment notwithstanding, women have managed to remain the strongest link in the household. This status is the result of the many forms through which women intervene in economic life, with particular emphasis on their participation in the informal sector where they are involved in trading in foodstuffs, services and other activities including prostitution (see Tables 19).

The need to adjust to the new forms of life imposed by the political and economic order determines the change in attitudes which may have socially negative manifestations. This can be easily identified through the propensity for female delinquency, prostitution and drug peddling.

The high rate of unemployment and level of poverty among the majority of the population determine the dilution of the levels of responsibility within the family, creating new forms of social behaviour.

The socialisation process in Angola is based on cultural diversity. Migration has led to detribalisation and forced coexistence between people from different regions and ethnic groups.

School Dropout Rates by Gender and Age, 1992-94

Table 32

Provinces (Years)	Female	Male	GG (5-14 yrs)	Total	% of Pupils at school
Luanda					
1992/93	15.3	16.1	0.8	10.4	16.7
1993/94	10.1	11.9	1.8	14.1	11.0
Cabinda					
1992/93	14.5	12.1	-2.4	12.6	13.2
1993/94	13.6	13.6	0	11.6	13.6
Malange					
1992/93	51.6	55.4	3.8	53.2	53.8
1993/94	43.3	43.1	-0.3	45.3	43.2
Huila					
1992/93	9.0	10.3	1.3	10.0	9.7
1993/94	17.8	19.9	2.1	17.9	18.9
Benguela					
1992/93	30.1	32.5	2.4	31.6	31.3
1993/94	18.5	20.5	2.0	19.4	19.5
Lunda Sul					
1992/93	35.8	30.8	-5.0	32.5	33.1
1993/94	38.2	37.2	-1.0	37.1	37.7
Kuanza Sul					
1992/93	22.0	29.9	7.9	30.9	27.4
1993/94	17.8	19.6	1.8	12.5	18.9

Source: National Institute of Statistics, SARE adapted

Total School Dropouts by Provinces, in Figures and Percentages, 1992-94

Table 33

Provinces	Pupils enrolled		Dropout rates (%)	
	1992/93	1993/94	1992/93	1993/94
Luanda	313,806	415,719	16.3	11.0
Cabinda	24,271	36,169	13.2	13.6
Malange	32,235	21,293	53.8	43.2
Huila	76,282	66,153	9.7	18.9
Benguela	129,283	132,316	31.3	19.5
Lunda Sul	9,857	11,935	33.1	37.7
Kuanza Sul	42,182	55,096	27.4	18.9

Source: National Institute of Statistics

Training

Until 1992, Angola's policy in terms of professional training did not integrate a development and employment strategy. The new programme constitutes a departure away from this tendency, defining professional training as the bridge between education and employment, on the basis of an observation of the urban market. Statistics show that 71 percent of the economically active population is unemployed and there is need to generate six

Gender patterns in education

Box 11

By law, women and men have free access to education, with the first four years being compulsory. The fact that this policy has been put into practice can be seen from the fact that the number of boys and girls enrolled in primary school are generally at par.

From 1981/82 to 1984/85, the percentage of girls between six and 18 years in primary schools ranged between 45.9 percent and 46.3 percent.

The 1983/84 census in Luanda revealed that whereas 3.3 percent of boys reached the secondary school level, only 1.7 percent of girls reached this level. In rural areas, the rates are 0.4 and 0.2 percent respectively.

At the University level, about one-third of the students are women, although in 1988/89, women constituted 56 percent of the students in the Faculty of Medicine. Men are the majority in other faculties.

In reality, girls' formal education ends at the primary level, with girls dropping out of school much earlier than boys and their dropout rate being higher than that of boys. In Luanda, for instance, only 25 percent of girls complete the first four years of schooling, whereas in the coastal areas, the ratio is only 20 percent.

A study carried out in Malanje Province showed that only about a quarter of all secondary school students are female. Of those completing Grade 8, only about one eighth are male. Some of the reasons given for this high dropout rate are:

- ♦ the tendency to keep girls at home when their labour is needed, hence they underachieve in primary school; and
- ♦ the financial disincentive, especially in rural areas, to educate girls above the second level.

Source: Country Gender Analysis, SIDA, October 1991.

Number of Enrolled Students by Gender and Grade, 1992-94

Table 34

Provinces	Level I		Level II		Level III		High. Sec.		Total	
	Female	Male	Female	Male	Female	Male	Female	Male	Female	Male
Luanda										
1992/93	102,631	105,133	34,051	31,266	13,486	14,877	6,683	5,689	156,851	156,965
1993/94	134,366	139,766	37,159	44,225	21,023	23,309	8,943	8,943	200,706	216,243
Cabinda										
1992/93	8,365	8,420	1,620	2,052	1,084	1,633	363	743	11,432	12,848
1993/94	13,860	14,207	1,885	2,506	716	1,349	495	126	16,956	18,188
Malange										
1992/93	10,260	11,288	2,631	4,532	793	1,694	431	606	14,115	18,120
1993/94	7,248	8,997	1,012	1,368	409	698	409	698	9,078	11,761
Huila										
1992/93	28,475	32,261	4,329	5,797	1,535	1,938	790	1,157	35,129	41,153
1993/94	27,320	29,584	2,714	3,005	1,025	1,232	655	918	31,714	34,439
Benguela										
1992/93	48,889	52,135	6,926	8,302	4,622	4,663	1,566	2,170	62,103	67,270
1993/94	50,731	53,336	7,577	7,917	4,121	4,769	1,629	2,241	64,058	68,258
Lunda Sul										
1992/93	3,980	4,009	406	592	90	178	150	452	4,626	5,231
1993/94	4,850	5,208	320	509	195	332	110	351	5,475	6,400
Kuanza Sul										
1992/93	15,721	21,247	1,447	2,239	175	558	232	458	17,575	24,502
1993/94	21,082	28,319	1,588	2,588	303	643	181	333	23,154	31,883
Moxico										
1992/93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1993/94	4,995	5,469	516	770	80	198	-	-	5,591	6,437
K. Kubango										
1992/93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1993/94	3,304	4,072	193	314	106	236	-	-	3,603	4,649

Source: National Institute of Statistics, SARE

percent new jobs every year in the cities. However, this programme does not integrate gender.

According to the 1997 programme, the vocational training centres were meant to support young demobilised soldiers, street children, and women. The promotion of greater access by women to these centres would be assured through positive discrimination quotas in the programmes. There are greater possibilities in the urban centres than in rural centres.

Professional training programmes aimed at increasing capacities are being carried out by companies, albeit in an unco-ordinated manner. There is no information about the practice of positive discrimination in favour of women in companies, but it is estimated that on average women benefit about a third in these programmes.

The participation of women in professional training courses in vocational training institutions has been growing, even in those areas such as electricity, motor mechanics, carpentry, electronics and metallurgy, traditionally regarded as being the domain of men. The level of female enrollment in these programmes increased from 15 percent in 1986 to 30 percent in 1992 and there are even female trainers in these programmes.

Although female participation in these programmes is on the increase, the percentage of dropouts among female students is higher than that of male students. This pattern calls for the creation of specific incentives to retain women in the various educational and professional training systems.

Access to and Control of the Media

The role of mass communication as a means of informing and training has evolved over the years. In Angola the various forms of com-

munication remain under State control, supervised by the Ministry of Social Communication, highly politicised and do not cover the entire country.

One aspect which calls for debate is that of women as active agents and producers of information.

Control of the media and dissemination of information are very critical instruments of power. Women represent only 20 percent of the journalistic fraternity, depicting unequal participation. Access to the media is not discriminatory, but the low levels of education among women is the biggest obstacle to their equal participation and access to it.

Information produced by the media portrays a negative image and opinion of women in the various spheres of political, economic and social life.

In the years after independence, the priority was gender equality, projecting a positive image of women. One of the main references of that era was the emergence of the "For Women" programme in 1976/77, the fight against obscurantism and the push for useful social work. The programme was promoted by the National Radio of Angola and its main objective was to promote the social dignity of women and their training.

The 1990s brought new rules of behaviour and economic management. These factors influenced the nature and philosophy of communication. The trend has been the creation of general "thematic blocs", without much concern about producing information targeted at specific groups. In general terms, social communications in Angola are distant from gender issues. There is lack of awareness about the importance and need to integrate gender into the social and economic development of the country.

The Commercial Antenna of Luanda (LAC), one of the most important private radio stations in the country, has a woman as one of its major shareholders. However, the station only covers Luanda. The story of this journalist is linked to programmes such as "For Women", "Companions" on radio and "Open Studio on TV, all targeted at women and having the struggle for equality as their main emphasis. The aim of these programmes remains the same, the attempt to change the present image of women in the media and prepare society for new challenges.

Television is one of the most powerful vehicles of transmitting messages and images but does not have specific programmes on gender. Despite that, the image of women in the different spheres is present.

Regarding advertising, television stations follow the traditional tendency to use women as objects. Adverts depict images of women as beautiful but dependent and half naked.

ENVIRONMENT AND LIVING CONDITIONS

The Environmental Situation

Angola is a country with a low population density, an annual growth rate estimated at about 2.7 percent, and a 14.9 percent urban population projection.

The rapid urbanisation of the Angolan population is largely influenced by the war and the uneven socio-economic development in the country. Sixteen percent of the total urban population live in 16 cities of the country, and all of these cities are faced with serious problems of infrastructural degradation including:

- ◆ defective sewerage systems for residual waters;
- ◆ irregular services for the collection and treatment of garbage;
- ◆ defective systems for the supply of clean and safe drinking water;
- ◆ inadequate sources of domestic energy;
- ◆ defective networks of health provision;

- ◆ the absence of clear plans for urban development, particularly in Luanda, and other coastal cities;
- ◆ inadequate mechanisms for the removal of domestic and industrial effluents; and
- ◆ coastal pollution.

Of the 16 major cities in the country only four, that is Luanda, Malange, Huambo and Namibe, benefit from the limited sanitation system, whilst other large cities, like Benguela, do not. The sanitation system is accessed and enjoyed by only between 13 to 30 percent of the urban population.

The rapid growth of peri-urban areas has not been accompanied by a development of basic infrastructure, like safe drinking water, sewerage systems, electric power and energy, extension of trading services and a health network.

The proliferation of poorly and precariously constructed structures, lacking the minimum hygienic conditions and in high risk places (soil erosion) has increased the risk of endemic and infectious diseases, for instance cholera, scabies and acute diarrhoeal diseases which have in turn caused high mortality rates among the populations.

The vulnerability of the country's population due to lack of sanitation is also linked to the people's culture and the nutritional status.

Government efforts to raise the level of education during the first years of national independence were drastically affected by the long period of intense armed conflict.

In Angola, awareness about environmental issues is a recent development. Articles 24 and 90 of the country's Constitution define the policy on environment as follows:

"All citizens have the right to live in a pollution-free and ecologically balanced environment and the duty

to defend this environment. The state, through the appropriate institutions and with recourse to popular and community initiatives, should promote the improvement in the quality of individual and collective life."¹⁸

"The environment policy's objective is to preserve, improve and repair the environmental quality suitable for life and is aimed at ensuring the right atmosphere for social and economic development in line with the interests of social security and protection of human dignity, as well as ensuring the continuous use of natural resources, qualitatively and quantitatively, as a basic requirement for self sustained development."¹⁹

Living Conditions

The current living conditions are difficult and there are increasing visible signals of extreme impoverishment among the majority. Poverty is one of the biggest enemies to the environment. It destroys the balance in the relationship between humans and nature and affects women and men disproportionately. Poverty affects women more because they form the majority of unemployed people and have the responsibility to sustain households.

Urban centres are congested due to the excessive concentration of the population and are increasingly becoming rural due to the life-style of the new inhabitants. In 1993 it was estimated that Luanda had 1.8 million people with a density of 638.7 inhabitants per km².²⁰ The rapid occupation brings worrying environmental and public health concerns due to the fact that the main cities do not have adequate infrastructure to cater for such large numbers of people.

The sub-human conditions in the peri-urban areas of some cities, such as Luanda, and the predominance of chaotic shanty towns cre-

ates conducive conditions for mental disturbances, drug peddling, stress, alcoholism, delinquency and violence and the atmosphere is particularly harsh on women.

Endemic diseases such as malaria, acute diarrhoeal diseases and infectious ailments are prevalent in places where garbage and drainage are exposed.

Access to Water

A survey carried out in the early 1990s showed that 437,000 sq km of Angola, about 40 percent of its territory, is covered by water resources.²¹ However, the 1995 Human Development Report states that only 41 percent of Angola's population had access to clean safe water between 1988 and 1993. It is generally believed that the situation has since deteriorated.

A sample survey on living conditions carried out in 1995 in five provincial capitals showed that only 42.1 percent of Angolans have access to running water. This is the percentage of houses that have water pumps and water deposits. But running water is reliable in only 15.3 percent of the urban population. The survey also showed that 37.6 percent of the urban population has access to water transported by water bowsers and cisterns, eight percent use public water points, 7.7 percent use wells, 2.7 percent draw water from rivers and lakes and 1.6 percent use non-specified sources (see Table 35).

This situation has serious implications for public health and in terms of the main causes of death, which are linked to safe water sources. The difficulty in accessing water is a challenge for women, on whom the exclusive responsibility of ensuring the supply and rationing of water at the household level lies.

In the urban areas, the average distance to a water point is between 200 and 400 metres. Households

Indicators of Water Availability*, 1995 Table 35

Main sources of water supply	% of Households
Piped water	42.1
Public water points	7.6
River/Lagoon	2.6
Well	6.7
Water Bowser	39.4
Other	1.6
Total	100
Availability of water at household level	
Piped water**	45.2
Permanent availability	15.3
Distances to nearest source	
<200 metres	53.7
200 to 400 metres	32.4
500 to 1000 metres	10.8
> 1000 metres	3.1
Total	100
Treatment of water	
Yes	53.5
No	46.5
Total	100
Household expenditure on water	
Water	16.0

Source: INE - Poverty profile in Angola, September 1996
 * Indicators based on a survey carried out in five urban and peri-urban areas of provincial capitals
 ** Piped water does not necessarily mean availability of water in the system

spend 16 percent of their incomes on water.

Although there are no national statistics for access in rural areas, a study carried out in 1990 in the rural areas of Namibe, Huila and Cunene revealed that on average the nearest water point, which can be a river or well, is one hour walking distance.

Access to Transport

Access to transport is generally limited in Angola. The movement of goods and services within the country is not regular and safe. Both urban and rural transportation facilities, by road, sea or air are mainly controlled by men. Women are in a subordinate and dependent position since they have less chance than men of going to driving school and to get driving licenses. The few bicycles and ox-drawn carts in rural areas are owned and controlled by men.

The quality of urban commuter transport, both the publicly and privately owned mini-buses known as *candongueiros*, is poor. The number of private taxis is small. The problem is more serious in the interior regions of the country. The transport problems are compounded by the poor state of most roads and the deterioration of the fleet.

Natural Resource Management

Angola is endowed with a vast and diversified natural resource base in a sparsely populated area, with a strong concentration along the coastal areas.

The political and military instability, coupled with bad administration, hamper the exploitation of some natural resources and leads to excessive exploitation of others, especially oil and diamonds in order to finance the war.

The economic dependence on the rapid exploitation of non-renew-

able resources such as diamonds creates concern about the fate of future generations. Control of the exploitation of resources has not been effective over the last 20 years due to the fragile institutional base and the unavailability of human resources, creating serious gaps which are also extensive to the marine resources.

Women's participation in the oil and fishing sectors is less than one percent although both ministries are headed by women and represent the main source of the country's earnings.

Security

Security affects women differently from men. Given women's role in food production, they are more directly linked to nature and environment and live in terror due to the prevalence of landmines.

Landmines, estimated at between six and 10 million, are spread throughout the country at a ratio of one landmine for each inhabitant and break women's traditional links with nature. This factor jeopardises food security through limiting land accessible for food production and hampering the movement of people, goods and produce from one area to another.

In the urban areas, the problem of insecurity manifests itself in the form of crime and growing delinquency, in the physical insecurity of people and their belongings on one hand and by the level of unsanitariness on the other.

The prevalence of violence in the urban centres caused by high unemployment, social chaos and easy access to firearms has driven the country into permanent insecurity. The high concentration of people without access to amenities such as water and adequate sewerage systems pose a permanent threat of outbreaks of epidemics in the environment, making the popu-

lation insecure. Women have been the main victims at this level, because of their responsibility of providing water to the household (see Table 19) and also because they show a higher level of mortality resulting from infectious diseases (31.5 percent) compared to men (29.8 percent).

HEALTH

Health, which is one of the most important social sectors in the country, faces serious problems which negatively affect the development of the country.

After independence, the government assumed the responsibility of providing free medical care to the whole population and outlawed private medical practice.

A huge number of medical personnel and technicians left Angola in 1975. This, together with the gradual destruction and crippling of health facilities due to the war, and inadequate management, has resulted in the provision of inefficient and inadequate services. The chronic under-funding that this sector has been relegated has made matters worse. For instance, in the 1993 budget, the social sector received three percent of the total budget, in 1994 it got four percent

and in 1995 the allocation decreased to three percent (see Table 36).

Private medical practice and private sale of drugs was liberalised in 1991. This has become an emerging sector attracting medical doctors and auxiliary medical personnel, to the detriment of the public sector.

Percentage of State Budget by Sector, 1992-95

Table 36

Sector	1992	1993	1994	1995
	%	%	%	%
Health	6	3	4	3
Education	12	6	5	4
Social welfare	6	3	7	9
Defence and Public Order	32	48	26	14
Administration	13	16	43	45

Source: Economic Indicators Data Sheet, UNICEF, 1996.

Indicators of Mortality in Luanda

Table 37

Indicators		1990	Years	1993
			1991	
General mortality	%	17.4	17.3	20.9
Infant mortality (-1 year)	%/000	196.0	224.7	195.0
Child mortality (-5years)				
Maternity mortality (institutional.)	%/000	10.5	8.0	8.3

Source: Ministry of Health
Note: data for 1992 not available
L.B Live Births

Health situation

Box 12

An important indicator on public health is the life expectancy at birth, which in Angola is very low; 47 years for women and 44 for men. The shorter life span of men could be explained by high incidences of accidents, use of alcohol which is more prevalent among men, and the war, where more men than women are actively involved.

Women have an extremely high maternal mortality rate which ranges between 630 and 1,100 deaths per 100,000 lives births, or about one per 1000. This situation can be explained by a number of factors such as the lack of adequate health care facilities, the generally poor health status of women, inaccessible roads and lack of transport, high fertility rates among women and the low social status given to midwives.

Abortion is illegal in Angola and is only permitted under special circumstances. About one tenth of the total maternal mortality in Luanda is caused by complications related to illegal abortions.

Teenagers constitute more than 25 percent of the total number of maternal deaths in Luanda hospitals.

UNICEF, UNFPA, WHO, SIDA and a number of NGOs are in different ways trying to support improvements of the maternal health care.

Source: Country Gender Analysis, SIDA, September 1992.

Evolution of Proportional Mortality by Main Cause of Death Table 38

Cause of death	Period		
	1991	1993	1994
Total	23,844	8,324	-
Malaria	4,042	3,037	-
Measles	3,543	913	-
Acute Diarrhoeal diseases	2,335	2,080	-
Tetanus	561	438	-
Cholera	476	592	225
Respiratory Diseases	148	449	-
Meningitis	-	334	242
Other Causes	12,383	481	-

Source: Ministry of Health, Planning Department
Note: There is no information on the year 1992

Indicators Selected from the National Health Service Table 39

Indicators	Years		
	1990	1991	1993
Clinical spectrum			
Medical doctors	662	662	630
Paramedics/nurses	9,145	9,145	5,780
Health activities	4,165	4,165	2,821
Health Network			
Hospitals	58	58	31
Major Health Centres	208	208	246
Peripheral Centres	1,339	1,339	1,288
Number of beds			
	11,857	11,857	12,297
Consultations			
	1.4	1.3	91.1
Admission per 1000 inhabitants			
	64.9	59.5	9.6

Source: UN Units, Ministry of Health, Planning Department

Rate of Acute Malnutrition by Province, 1991 Table 40

Province	Percentage
Benguela	5.8
Huambo	12
Huila	7.6
Kunene	5.9
Kuanza Sul	4.8
Namibe	4.5

Source: Report on the Situation of the Health Sector in Angola, World Health Organisation (WHO), Resident Representative's Office, 1991.

According to United Nations estimates, Angola is one of the 11 countries with the highest infant mortality rates.²² Infant mortality is estimated at 195 per 1,000 births, while the under five mortality is 320 per 1,000. In 1993, 17.8 percent of children were born with weight below 2.5 kgs. Mortality of mothers during child birth was 1,500 for every 100,000.

Nutrition

UN statistics reveal that 2.1 million Angolans rely on international assistance for survival. According to the same statistics, 80 percent of the total are women.²³ Agriculture, the sector which could contribute

most to nutritional balance in the country, is greatly affected by the war in the rural areas and by the massive exodus of the population to the urban and peri-urban centres.

The climatic changes and drought that affected southern Angola between 1989 and 1991 contributed to the decrease in food production which in 1991, recorded a deficit of 620,000 Metric Tonnes of Grain (EMG).

The nutritional indicators by province in 1991 show that the most affected groups are the displaced people who are estimated at 1.2 million. Refugees number 400,000 and have serious food deficiencies. It is presumed that these problems have a bigger impact on women and children who are the majority within these groups. (see Tables 40 and 41).

Nutrition is linked to the traditional role of women as producers, processors and distributors of food in the family. Traditionally, food is first given to the husband, followed by the children and finally the women, in an unequal relationship. Feeding the husband well is seen socially as reflective of a good wife.

The deficient nutritional status of women is cited in several reports as the main cause of serious anaemia during gestation and childbirth. If the high fertility rates, which are estimated at between 6.6 and 8.8 percent children are also considered, the vulnerability of women becomes evident.

Further more, there is a high number of households headed by women in Angola (22.6 percent) and because they are poorer, there is a greater incidence of malnutrition in these households. In 1995, urban households living in abject poverty (11.6 percent) showed a high food deficit with a daily caloric intake of less than 33 percent.

HIV/AIDS

The first AIDS cases in Angola were diagnosed in 1985. In 1993 there were 615 accumulative cases. However, estimates indicate that the number of AIDS cases has increased four fold due to population mobility, negative social attitudes towards the disease and the absence of educational campaigns to prevent infection. These factors, coupled with lack of health facilities have contributed to the increase in cases of HIV infection. (see Table 42).

The main vehicles of transmission of HIV is through heterosexual intercourse. The most affected population is in the 30 to 39 year age-group, accounting for 40.13 percent of all the cases, while the incidence in the 20 to 29 age-group is 29.76 percent. These two age-groups represent 69.89 percent of all reported cases. In the former age-group, the highest incidence is predominantly among men while in the latter the majority of those

affected are women. Generally the most affected age-group is constituted by women.

The number of HIV positive and AIDS infected people has trebled from 34 cases and 10 dead to 99 cases and 28 fatal cases between 1991 and 1993. It is worth noting that these figures are not representative of the real impact of the disease in Angola, due to poor cover-

Main Causes of Death Among Adult Women and Men in Luanda, 1989

Table 41

Causes	% Women	% Men	GG
Infectious diseases	31.5	29.8	-1.7
Heart diseases	15.1	11.9	-3.2
Anaemia and blood infections	12.4	-	-
Injuries/intoxication	-	11.8	-
Malaria	11.3	11.4	0.3
Epilepsy	6.3	-	-
Traumatic shocks	-	8.8	-
Other	23.4	26.3	2.9
Total deaths	100	100	-

Source: Gender Analysis, Lisa Akesson, 1992

HIV Prevalence in Angola, 1987-90

Table 42

Designation	Province	Cities	Total	Gender	People by Gender	HIV1	HIV2	HIV 1+2
Blood donors	Luanda	Luanda	72	M	69	0	0	0
				F	3	0	1	0
	Lunda	Dundo Norte	50	M	49	3	7	0
				F	1	0	1	0
Military personnel	Luanda	Luanda	105	M	105	4	5	2
Displaced	Luanda	Luanda	47	M	47	0	0	0
	Huambo	Huambo	154	M	154	0	0	0
	Kuando-Kubango	Cuito-Cunavale	49	M	49	2	1	1
Urban Health Centres Lunda	North	Dundo	111	M	99	4	8	0
				F	12	1	1	0
	Luanda	Luanda	316	M	156	2	3	1
				F	160	1	0	0
	Zaire	Soyo	16	M	4	1	1	0
Pregnant Women	Lunda Norte	Dundo	38	M	38	4	3	0
	Namibe	Namibe	13	F	13	0	0	0
Total %			968		968	32 (3.3)	51 (5.3)	7 (0.7)

Source: A Study of Seroprevalence of HIV-1 and HIV-2 in Six Provinces of the People's Republic of Angola: Clues of HIV Infection, 1990.

Mode of Transmission	Percentage
Homosexual	1.34
Heterosexual	75.8
Haemophilic	1.79
Blood transfusion	8.07
Mother to child	4.93
Injectable medicine	2.69
Unknown	
Total	100

Source: National Programme for the Fight Against AIDS, Central Nucleus for Epidemiological Monitoring, Angola, January, 1992.

age and lack of statistics from other regions of the country.

In terms of geographical location, HIV infection has been growing rapidly particularly in the northern provinces of the country. Very little has been done by way of information and education about the infection. The media has not been active. The main newspaper in the country often carries discreet advertisements on the need to use condoms but very little has been achieved.

A recent phenomenon has drawn attention to the participation of girls of school going age (14-18 years) in radio programmes in which sexual liberalism is promoted, thus obscur-

ing the dangers of sexually transmitted diseases and HIV/AIDS. Prostitution is growing and represents a growing vehicle for the infection for the transmission of HIV/AIDS infection among youths as Table 43 indicates.

Access to Health Services

Health facilities in Angola are concentrated in the cities and provincial capitals. But even these lack the necessary equipment and medicines to enable them to adequately provide services, forcing them to rely heavily on NGOs and other donors. Between 40 and 50 percent of the rural population relies on traditional medicine. Only 19 percent of the population has access to reasonably adequate health facilities since most of the country's health infrastructure was destroyed by the war.

The total number of medical doctors in the country is between 630 and 700. It was estimated that there were 5,797 people per doctor in Luanda and 17,327 people per physician in the country in 1993. 1993 statistics show a ratio of 1,889 people per nurse, compared to 1,500 people per nurse in 1989.²⁴

The National Statistical Bureau²⁵ indicates that in the rural areas 30 percent of the people have to walk for half an hour or more to reach the nearest health centre while the majority have to walk for two hours. In other provinces such as Huila in southern Angola, only 50 percent had access to health services while in Kuanza Norte and Malange this rate decreased steeply to 10 percent in 1995.

The same studies reveal that in urban areas 54 percent of the population need to walk between half an hour and two hours to reach the nearest health centre. The studies reveal that 66.1 percent walk to a health centre while 33.4 use private transport. The statistics also indi-

The impact of AIDS in Angola

Box 13

According to the Ministry of Health, by the end of 1990 there were 211 registered cases of AIDS in Angola, with Luanda being the most affected area with 71 percent of the known cases.

One Angolan NGO dealing with AIDS has estimated that in Luanda alone, the number of AIDS cases is probably at least five times higher than that officially registered for the entire country.

Of the 191 cases registered between 1985 and the first six months of 1990, 72 percent, involved people in the 20 to 39 year age group, of whom 42 percent were women. This is the most affected age group, followed by the 40 to 59 year age group.

The Director of the anti-AIDS Programme has indicated that it is difficult to establish the accurate mortality rate due to AIDS, because some patients die at home and such figures are not systematically captured.

Luanda already has a functioning AIDS testing laboratory and others are being set up in the provinces of Lunda Norte, Cabinda, Malanje, Zaire, Uige, Huambo, Benguela and Huila. The laboratory at the National Blood Centre in Luanda receives two to three cases of AIDS-infected blood per day.

In May 1990, the Angolan Association for the Fight Against AIDS (AALSIDA) was formed. The organisation has indicated that the groups that are most at risk of contracting HIV/AIDS are prostitutes, truck-drivers, soldiers, prisoners and sailors. They further argue that there is also an increasing number of AIDS cases resulting from transfusion of contaminated blood or the use of unsterilized needles.

The Ministry of Health has established a Programme for the Fight Against AIDS which, among other things, carries out public seminars and educational programmes at provincial level. Constraints, though, are that there is little public knowledge, and resistance to the use of condoms, where traditional practice still holds strong. The other reason is that there is little public pre-occupation with AIDS in Angola because AIDS kills fewer people than other diseases.

Source: Country Gender Analysis, SIDA, October 1991.

cate that 19.6 percent of the population regard the cost of health care as excessively high (see Tables 44 and 45).

Gender disaggregated data shows that in the household women spend 26.7 percent of their time seeking medical care compared to the 18.4 percent spent by men (see Table 19). This indicates that women face more difficulties in accessing health services due to lack of access to transport.

Reproductive Health

Angola has high fertility rates which are associated with the high rates of marriages, low levels of literacy and strong cultural influences. The social status of women is linked to their role as mothers. Infertile women have difficulties being accepted in marriage since men prefer women who can enrich them through bearing children. The Christian religion also plays a role when it propagates procreation through its interpretation of the message "Be fruitful and increase in number; fill the earth and subdue it."²⁶

Family planning and reproductive health programmes operate against this background of problems, which are compounded by the absence of a clearly defined government policy on health and a State budget which does not allocate adequate resources to this sector.

Family planning programmes are not approached from a developmental perspective. The need to encourage more participation by women and better education of men on the issue is not emphasised. The use of birth control methods by people in the reproductive age-group was one percent between 1980 and 1992 (see Table 46).

The present legislation fails to respond to all these issues, especially publicity of family planning, the

Type of Health Service Used by Each Poverty Group Table 44

Type of service	Extreme	Moderate	Above poverty line	Total
Public services				
Medical doctor	26.5	28.7	25.5	27.7
Nurse	3.8	8.5	6.4	7.2
Sub Total	30.3	37.5	31.9	34.9
Private service				
Medical doctor	15.6	14.8	26	19.2
Nurse	17	20.5	22.4	20.9
Traditional healer	0.6	1.2	2	1.4
Sub-total	33.2	36.5	50.4	41.5
Auto-medication	35.9	26.1	17.7	24

The probability of opting for private practice is 42 percent for men and 32.2 percent for women.
Source: Poverty Profile in Angola, September 1996.

Access and Use of Health Services by Province Table 45

	Luanda	Moxico	Cabinda	Benguela	Huila	Total
Distance to nearest centre						
<30 minutes	49.2	28.3	29.7	46.4	37.7	42.9
30min. to 1 hr	34.8	48.9	49.2	39.1	41.3	38.1
1 to 2 hours	11.6	14.1	16.7	11.3	14.5	11.8
>2 hours	3.9	7.8	3.4	4.3	5.1	4.1
Average min.	52	76	53	46	54	56
Transport used						
On foot	64.1	87.8	65.5	62.1	81.4	66.1
Private	27.3	12.2	34.1	36.4	18.5	33.4
Public	0.4	-	0.4	1.5	0.1	0.5
Reasons for not using health						
Expensive	22	4.8	-	19.5	14.7	19.6
Far	5	3.3	-	10.5	3.8	4.9
Poor service	3.2	-	-	7	2.2	3
Other	2.3	45.2	61.3	48.4	39.6	58.1
Non-existent	4	15.4	27.5	6.7	6.7	36.9
Non specified	-	-	11.2	7.8	3.2	4.7

Source: Poverty Profile in Angola, September 1996.

New Adherents to Family Planning in Four Provinces, 1990-1992 Table 46

Years	Number of new cases			
Provinces	Luanda	Huila	K. Sul	Angola
1990	8,676	940	2,227	22,375
1991	8,606	1,141	2,263	26,986
1992	8,316	2,378	1,464	22,786

Source: Poverty Profile in Angola, September 1996.

Age Group	Years ('000 Inhabitants)			Percentage Distribution		
	1992	1993	1994	1992	1993	1994
Total	10,609	10,916	11,233	100	100	100
(0 -14)	4,773	4,916	5,050	44.99	44.99	44.99
(15-19)	1,040	1,070	1,101	9.80	9.80	9.80
(20-29)	1,675	1,724	1,775	15.99	15.99	15.99
(30-44)	1,600	1,646	1,693	15.08	15.08	15.08
(45-59)	983	965	993	8.84	8.84	8.84
(60 plus)	583	600	618	5.50	5.50	5.50

Source: National Statistical Institute (INE)

minimum acceptable age to use birth control, compulsory or inclusion of sex education in school curricula, among other issues linked to this matter.

Abortion is a criminal offence and is only accepted under special circumstances such as when the life of the mother or the child is in danger or when the mother is under the age of 12.

A study carried out in 1995 in five major cities of the country reveals that one in every three women use either traditional or modern contraceptive methods. The use of family planning methods varies between seven and 36 percent. One's level of education proves to be a determining factor in deciding on whether or not to have children. Although this issue is of interest to both sexes, women have lower levels of education than men, a situation which makes it difficult for them to access family planning education.

Age Distribution

The Angolan population is extremely young and balanced in terms of gender. Estimates released by the National Statistical Institute indicate that between 1992 and 1994, about 44.9 percent of the population were in the zero to 14 year age-group while 25.59 percent were in the 15 to 29 year age-group. The population between 60 years and above was 5.5 percent. These indicators reflect the human poten-

tial of the country, a fundamental resource for development, and of which women constitute 51 percent (see Table 47).

Female Genital Mutilation

Female genital mutilation (FGM) is practised frequently and is actually made compulsory in southern Angola, in the provinces of Huila and Namibe. The puberty ceremony is very popular at the age at which individuals are considered apt to conceive. During the ceremony, young girls' hymens are removed in the fanfare of ritual dances, traditional hairstyles and make-up, while boys are circumcised.

In Bengo province, close to Luanda, FGM was practised regularly until the 1960s. This practice was administered to young girls with the purported aim of facilitating child birth and the practice was not compulsory.

VIOLENCE AND CONFLICT

In a country such as Angola where there is prolonged war, hostile relations have been elevated to the extreme and human rights are violated on a daily basis. Violence against women in the country encompasses their day to day struggle not only to survive violence but also the levels of poverty and famine to which they have been subjected.

Violence Against Women

Violence against women is prevalent. The legislation that penalises acts of violence does not defend women specifically. It only takes cognisance of the universal equality between women and men and among all citizens.

Violence against women is not confined to physical violence. It should be seen in a broader context, involving the psychological impact which manifests itself in people's behaviour, personality and life style.

Violence, rape, kidnapping or corporal and moral offences are punish-

able under the Penal Code. There are no specific laws on sexual crimes against women. There are problems in complaining to the police due their bad reputation and lack of credibility. The police are in many instances the perpetrators of violence.

There are no institutions which deal with problems of violence against women. Lack of knowledge about the legal provisions, stigmatisation, the backlog of court cases and fear of divorce also compound the problem. Legal representation in Angola is expensive which makes access to justice difficult.

Women who work in the informal sector are the major victims of physical abuse and humiliation by the police. Prisons in Angola are centres of physical and psychological violence, displaying total disregard for human rights. The existence of mixed cells is frequent and reports of multiple rape of women by prison warders with no punishment for the offenders are rife.

Violence begets violence and women become aggressors and participate in various criminal activities (see Tables 48 and 49) particularly those of a sexual nature, which in most cases culminate in murder.

Child Sexual Abuse

Sexual violence against minors increased significantly during the war of 1992-4, mostly in situations of population and troop mobility. Sexual violence against minors has continued since the Lusaka Protocol and the end of warfare in the country, although reports of isolated cases are not unusual. Sexual harassment in schools is growing and has led to situations of sexual exploitation and abuse of minors.

Uniformed Police and Armed Forces as Perpetrators

Sexual abuse perpetrated by uniformed and armed police details is

Infringements	Year	
	1985	1986
Disobedience, (illicit trading) violence and resistance	1,446	918
Attempt against people's life: parricide, Infanticide, voluntary and involuntary homicide	11	17
Voluntary corporal injuries	103	77
Violence against minors (abandonment and killing)	3	-
Illegal abortion	1	3
Adultery	1	-
Crime against property (public and private)	91	70
Speculation	198	139
Economic sabotage	2	-
Brewing and selling of alcoholic beverages	81	24
Prostitution, drug dealing, trespassing	16	8

Source: Twenty-seven Years of Participation in the Struggle for Peace, Thesis, OMA, 1996.

a reality which is not always exposed by the media in Angola. The police use the power of the gun to rape minors, especially street children. One incident occurred in Luanda in which the girls of "Buraco", aged between 11 and 13 years were raped. If they resist the rape the children are often killed, as was the case with one girl who was shot and wounded and later had to have her leg amputated. However, sexual abuse of minors is not perpetrated by police officers alone.

The population of Kuito (about 250,000 people)²⁷ the provincial capital of Bié Province, was held under siege by UNITA troops for 16 months between 1993 and 1994. The only source of food and fuel for most of the population was outside the city and across the front-line between the Government and UNITA troops. The people organised small groups of men, women and children to run across the lines at night, risking landmines and sniper fire to collect food and fuel.

Girls and young women were under particular risk since they are normally responsible for collecting fuel and were sometimes used as human shields by the men, by sending them in front to explode mines. Many girls were raped during these dangerous missions.

Province	Year	
	1985	1986
Cabinda	22	19
Zaire	--	--
Uige	19.5	19.5
Luanda	14.5	13.5
Malange	6	3
Lunda Sul	6	10
Kuanza Sul	11	10
Huambo	7	6.5
Lobito	8.5	9
Benguela	16	12
Huila	9	4
Namibe	1	1.5
Total	10.7	9.9

Source: Twenty-years of Participation in the Struggle for Peace, a Thesis, OMA, 1996.

In Malange Province, which was also held under siege during the war and continues to suffer from chronic food shortages, the population cannot freely and safely move beyond the immediate city limits. Reports of sexual abuse of minors continue to be registered. A father reported that his 11 year old daughter had been raped by two soldiers armed with grenades in January, 1996. The soldiers had dragged the child from her home in the presence of her father, who was powerless to protect her.

No protection for battered women in Angola

Box 14

There is no specific legislation that provides for penalisation of perpetrators of violence against women in Angola. The existing law on human rights only takes cognizance of the universal equality between women and men and does not go further to protect violation of this equality.

In cases of domestic violence in Angola, women resort to Base Centres which function as legal centres where they can get assistance. Women usually go directly to the centres, although some often go to the police first and are then referred to the centres. The four centres were established by the Angola's Women Organisation in four provinces of the country: Luanda in 1986, Huambo and Benguela in 1992 and Cabinda in 1995. The establishment of these Centres benefited from the sufficient help from the Swedish NGO Africa Group. The Centres provide legal services and have lawyers who collaborated with the Provincial Directorate of Criminal Investigation and the police.

The centres often advocate for reconciliation. In most cases, reconciliation is not possible, but the few men who respond to the summons to the centre often accept their legal responsibilities.

Many women find it difficult to leave their violent husbands, often because they lose the house, the property, security and the children. One such example is about a 26-year-old woman whose husband has been beating her since their marriage eleven years ago. She has four young children, and the husband wants to keep her pregnant all the time. Her cousin, who lives nearby, secretly provides her with contraceptive pills.

The husband, a private store owner, has threatened to forcefully keep the children, who he also beats, should his wife try to leave. The woman's mother has no house of her own, and although she can stay in her stepfather's house, this would only be a temporary solution. If she had an alternative shelter, the young woman would leave.

One Angolan lawyer notes that battering of women is found in all socio-economic classes. Working women who are married may get battered for their economic independence. The husband may feel insecure and regard the woman's independence as a threat to his own self esteem. The husband may then beat the woman to satisfy his ego and to make her lose her self esteem and confidence.

Source: Excerpt from Country Gender Analysis, SIDA, October 1991.

In Benguela Province, there were reports of young girls being raped when a large population fled on foot from Huambo, as UNITA took control of the city in March 1993. The people had to cross very difficult mountainous terrain on foot over a period of several days, without food and a very large number of deaths, particularly of children were reported.

An unknown number of girls were raped and others sexually assaulted when whole populations of displaced and traumatised people lived in close proximity to displaced camps. A girl aged 12 years gave birth to a baby after being raped and later both the girl and her baby died of malnutrition and lack of adequate care.

Families in areas with large numbers of troops or active warfare adopted the following strategies to protect their minor children from rape:

- ◆ Marrying off their girl-children at an age younger than normal, so as to provide a man to protect her;
- ◆ Young women with babies would breast feed for much longer a period than normal (up to three years) in the hope that soldiers would not be interested in them; and
- ◆ Girls would collect water, food or firewood in groups to avoid being caught alone.

Formal Measures for the Protection of Minors

A working group was set up which included Governmental and non-governmental agencies to make recommendations on the issue. The group recommended that:

- ◆ violence by Police Officers towards minors be controlled through training and awareness raising; and
- ◆ infrastructure to support the new legislation be put into place.

This group could potentially have a positive impact on the protection of children as a wider group (i.e.

not only street children) from sexual violence.

Domestic Violence

The political, economic and social transformation in Angola has not been peaceful and has struck the family unit, especially women, in a severe manner.

Inadequate and misguided economic policies have subjected women to a slow death in which famine, unemployment and lack of resources make their role of sustaining the household difficult, thus, making them vulnerable. Although the vulnerability is not physical, it ultimately has an impact on their physical wellbeing.

The daily pressures that women and men experience cause different forms of violence, resulting in stress, neurosis, mental illnesses, alcoholism and drugs especially among men. These factors make men the major perpetrators of domestic violence (see Table 50).

Physical aggression against women range from battering and burning to murder because of the relatively easy access to firearms in the coun-

try. The battering by husbands or partners occur in all social strata and is prevalent even among highly educated couples. Of the many excuses used as reasons for violence, disputes over housing emerge as the main one.

Armed Conflict

Women have been disproportionately affected by the armed conflict in Angola. Women have died, witnessed death, entire villages raped by soldiers, used as human shield in military operations or as sappers in mined areas.

Protection of unaccompanied minors in displaced camps/centres

Box 15

Unaccompanied or separated minors are especially vulnerable in situations of war and population displacement. All staff working in Government and Non Governmental agencies for unaccompanied and separated children should be made aware of the risks of sexual violence and abuse, and staff should also listen to the children, and hear their opinions about their own protection. In particular, staff should be aware of the dangers of indiscriminate public access to displaced camps and children's centres, and of the composition of ages/gender of children in the centre. Family groups of brothers and sisters should be kept together where ever possible and active family tracing should begin as early as possible to minimise the length of time that the children have to stay in centres.

Source: Excerpt from a document on *Sexual Abuse and Exploitation of Children*, Researched and written by Adelia Cohen, Gabriela Cohen and Maggie Brown, Christian Children's Fund, March 24, 1996.

Domestic Violence by Type of Report Received at the Provincial Offices of OMA in Luanda, 1986-1996

Table 50

Years	No. of Cases	Type of Violence
1986	30	Battering by husband/physical violence
1987	104	Battering by husband/physical violence
1988	227	Battering by husband/physical violence
1989	273	Battering by husband/physical violence/food pension, 2nd wife/sale of property without family's knowledge.
1990	180	Battering by husband/physical violence/food pension, 2nd wife/sale of property without family's knowledge.
1991	232	Battering by husband. Burning, use of firearms and knives, physical and psychological violence; demand of maintenance; existence of 2nd wife; sale of family's property without consent.
1992		Battering by husband. Burning, use of firearms and knives, physical and psychological violence; demand of maintenance; existence of 2nd wife; sale of family's property without consent.
1993		Battering by husband; physical violence; sharing of property (house)
1994		Battering by husband; physical violence; sharing of property (house)
1995		Battering by husband; physical violence; sharing of property (house)
1996 (1st half)		Battering by husband; physical violence; sharing of property (house)

Source: OMA (Luanda Province), Department of Social Affairs, Legal Counselling Section, Luanda 1996.

One of the most remarkable episodes of the war was recounted in Sousa Jamba's book (English version)²⁸ about the huge bonfire in which scores of women were burnt alive in UNITA camps. The women were accused of witchcraft. These camps were and are real prisons for Angolans and for women in particular.

The armed conflict in the country caused the disaggregation of many families and female street children are now prevalent in Angola. Up to today (1997), 175 girls aged

between seven and 17 have been identified in Luanda. This group gives the social economic conditions (poverty) and violence in family conflicts as the main reason for their presence in the streets. These problems call for a reflection on the full dimension and seriousness of the situation in order to expose the vulnerability and potential violence that female street children are exposed to.

The list of examples of violence against women in Angola is long and dramatic.

Women head households

Box 16

The war situation in Angola claimed the lives of thousands of people and maimed many others. The effects were particularly devastating for women and children, who were forced to leave their homes, fields and schools. In addition to that, women were forced to head households, since their husbands had been made invalid by the war. One such example is that of Ver nica Napiango from Huambo.

Mother Ver nica, as she is called, is one of the many women who walk the street of "bairro" Ramiro, from sunrise to sunset, selling and begging to ensure the survival of her children.

Ver nica's tragedy began when her husband, with whom she has seven children, opted for military life.

After Independence, he was enlisted into the (then Popular Forces for the Liberation of Angola (FAPLA). As a first rank sergeant, he was called to the war front. He was wounded in Kibala (Kuanza South), losing his right arm and was blinded. Thus, Veronica unceremoniously became the father and mother of her seven children.

Ver nica says, "At the beginning it was very tough and I was sad, but thanks to God, I have always enjoyed good health".

Every morning she bathes her husband, feeds him, if she has food, and dresses him with the same old shirt and what is left of a blue pair of trousers. "I make and sell coal so that we can occasionally have something to eat", she says.

Mother Ver nica, complains about the "2,600 Novos Kuanzas" that she gets from the Secretary of State for War Veterans, and she says, "It is not even enough to pay for the water we need".

Teresa Ant nio, who has had a similar experience with Ver nica, also complains, "We no longer expect any help from the Government. From now on we will take care of ourselves".

Teresa's husband lost his left leg in 1976 in the province of U ge. He later fell on a mine and lost his right leg, while escaping destructive bombs in his village in U ge.

Just like Veronica and Teresa, Maria L cia Kambao, whose husband also lost a leg to a mine in the Moxico province in Eastern Angola, complains: "Assistance, well, very rarely during the year we receive a cup of oil, 2 kgs of rice and practically nothing else."

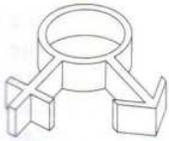
"Nobody supports us," claims a young woman, carrying her thin four month old baby, in her arms. The baby suffers from bronchitis and allergies. She goes to the doctor, but medication is too expensive. Just one of the drugs costs ten times her husband's salary.

These women live in "bairro" Ramiro, next to the sea. Seen from afar, it transmits an air of tranquillity, due to the silence of the stories that are no longer being told.

Source: Excerpt from a story by Lourdes de Carvalho, published in the brochure of the Technical Unit for Aid Coordination, Response, November 1991.

PART II

POLICIES AND PROGRAMMES



Government Policies

The Government Policy priorities for the period

1995-96 are framed around a strategy for transition and focus fundamentally on two areas:

- ◆ the economic sector, especially the productive sector which generates wealth, creates employment and resources and is supposed to guarantee the wellbeing of society; and
- ◆ the social sector, which emphasises the need to reverse the degeneration of the social fabric of the population.

Focus on these two areas is justified by the high infant and maternal mortality rates, the high rates of school dropouts and the serious food deficit in the country. In a country of 11.5 million people of which 950,300 are displaced, 2,110,000 affected by the war and 112,000 by the drought, the seriousness of humanitarian problems and impact on human rights are self-evident.

On the economic front, the Government's priorities are to:

- ◆ Guarantee peace and stability;
- ◆ Guarantee the maintenance of basic levels of consumption of food and other essential goods; and
- ◆ Ensure minimum self-sustained economic growth.

The definition of specific objectives in economic matters focus on the wellbeing of society in general and concentrate on achieving these objectives, more than on specific gender sensitive policies.

The programmes present an urban centred perspective, despite the

majority of the population who have rural attitudes, habits and customs, the majority of whom are women.

In terms of social priorities the programmes focus on health, that is its infrastructure, the public health programmes in rural and peri-urban areas and infant and maternal mortality rates. The programmes also focus on education, with an emphasis on increase in the level of enrollment in basic education, the effectiveness of the education system and improving the illiteracy rates among women which currently stand at 54.5 percent.

The main approaches in these programmes do not take a gender sensitive perspective. Some objectives of the policies, namely the reduction of the rate of mortality rates of mothers during child birth, school dropout rates, and levels of illiteracy emerge as having the objective of achieving a better wellbeing among the population as a whole.

Health Sector

The objectives of the government in the health sector in the period 1995-96 are:

- ◆ to increase the coverage of services in accessible areas in both urban and rural environments; and
- ◆ to improve the management of the health services.

In order to achieve these objectives, the government has selected the following strategies:

- ◆ Reduce maternal mortality rates through the improvement of ante-natal care;
- ◆ Improve the health services network;



Evaluation of the Level of Seriousness of Government Policy in the Health Sector

Table 51

Sector		Well Being or Gender Gap						
		P	I	G	O	A	S	SI
Health								
Increase the coverage of services in accessible urban/rural areas	WB	0	1	1	0	0	0	0.5
Improve the management of health services	WB	0	2	1	0	1	0	1

WB: Well Being
CG: Gender Gap

Long Term Assessment of the Degree of Seriousness of the New Government Policies in the Health Sector

Table 52

Sector	Historical assessment
Health	
Increase coverage in accessible rural/urban areas	2
Improve the management of health services	2

Source: Calculated on the basis of sectoral indicators for the period 1985-1995.

- ◆ Assist the population with disabilities;
- ◆ Reinforce epidemiological surveillance through the establishment of regional laboratories and improve the surveillance mechanisms;
- ◆ Improve the structuring and functioning of health centres; and
- ◆ Improve the training and management of human resources, adapting them to a policy of continuous training until they are fully integrated into the National Health System (NHS), the pedagogic science of health and human resources planning.

The objective of the policies in the health sector as outlined in the Social and Economic Programme 1995/96 and the operational plans are mutually incoherent and do not complement each other. An evaluation of these policies shows that the level of implementation attained is low hence their classification in the low and moderate levels of seriousness. The

resources are scarce (see Table 36) both in financial and human terms. The category where these fall is Well Being which is a clear indication of the absence of specific gender sensitive programmes.

The trend over time has been the continuous degeneration of the health indicators with serious impact on the complementary relation between sexes and on women in particular.

Education

The government's specific objectives in education in the programme presented to the National Assembly for the year 1995-96 included improving quality and efficiency in education, particularly general education and drastically reduce the failure rates at all levels.

The government also plans to create conditions that ensure access to basic education for all in the next few years and strive to reduce illiteracy.

Activities to be carried in order to achieve the above objectives include:

- ◆ Continuous development of the syllabi and programmes, improvements of text books and the examination system in order to introduce the necessary transformations in the education system of the country;
- ◆ Continuous implementation of institutional reforms and modernisation of the structures and administrative procedures in order to improve the synergy between the administration and public and private entities which seek to invest in the education sector;
- ◆ Reconstruct the production structures and the distribution channels of equipment and pedagogic materials;
- ◆ Rehabilitate and expand the Basic and Middle level education networks in order to

- increase access to all school-going age groups in the country;
- ◆ Improve the conditions of employment of lecturers in higher education;
 - ◆ Create conditions for easy access to education and training for the most vulnerable groups in society including the displaced people, demobilised and victims of war; and
 - ◆ Establish a pupil support system and improve the management of scholarships in order to maximise returns on investment made in the sector.

Government policy for this sector is ambitious, considering the period of implementation and the resources traditionally allocated to the sector. The education sector policies give priority to Well Being. There is no effort to address gender inequalities despite the fact that this sector presents great gender imbalances.

The seriousness index is low (between 0 and 1) and fits in the scale range of less to moderately serious.

The long term trend is negative both in terms of improvement in conditions and the gender gap. The only exception is professional and technical training which has experienced progressive growth.

The observation in the health and education sectors is a deterioration in the indicators. The seriousness indices are low, and there is no coherence between objectives, resources and activities. If the non-existence of gender sensitive policies is added, the gender inequalities become glaring, particularly in the education sector.

Promotion of Women

The State Secretariat for the Promotion of the Development of Women is the government's organ tasked with the responsibility of ensuring equal opportunities for women in Angola. For the years

Evaluation of the Seriousness of Government Policies in the Economic and Social Programme for 1995-96 in the Education Sector Table 53

Sector	Well Being or Gender Gap						
	P	I	G	O	A	S	SI
Education							
Improve the quality of general education at all levels	WB	0	2	1	0	0	0.75
Create conditions that ensure access to basic education by all	WB	0	1	1	0	0	0.5
Improve professional training	WB	0	2	1	1	0	1.25
Ensure war victims access to education	WB	0	2	0	0	0	0.5

WB: Well Being
GG: Gender Gap

Long Term Evaluation of the Seriousness of Government Policies in the Economic and Social Programme for 1995-96 in the Education Sector Table 54

Sector	Long term evaluation
Education	
Improve the quality of education at all levels	2
Create conditions that ensure access to education by all	2
Improve professional training	0
Ensure war victims access to education	2

Source: Calculated on the basis of the indicators for the sector for the period 1985-1995.

1995-1996 the Secretariat's objectives were to integrate women in peace consolidation efforts and to re-launch development as well as women's participation in various fields at all levels and stages of their lives and to in particular:

- ◆ create awareness in society on issues pertaining to gender and strengthening existing mechanisms;
- ◆ strengthen the economic, social and political power of women at all levels;
- ◆ involve women in all efforts aimed at prevention, management and resolution of conflicts;
- ◆ provide incentives for the professional training of women; and
- ◆ pay particular attention to the defence and protection of women's rights.

The main activities to achieve these objectives include:

- ◆ Strengthening of institutional capacity and improving the conditions and status of women;
- ◆ Designing national strategies to promote women and a plan of

action to integrate them in development processes;

- ◆ Organising workshops on gender issues and other topics of interest to women;
- ◆ Making contributions to the improvement in the provision of legal services to women and creating a specialised organ to deal with victims of violence;
- ◆ Developing activities which seek to economically uplift rural women who are the main victims of the war;
- ◆ Conceptualising and implementing training projects in various areas within the country to support delinquent and imprisoned women, women in difficult situations and vulnerable families; and
- ◆ Providing institutional support to organisations that work for the promotion of women and the family.

Evaluation of the Level of Seriousness of the Policies of the State Secretariat for the Development and Promotion of Women		Table 55						
Sector		Well Being or Gender Gap						
		P	I	G	O	A	S	SI
Promotion of women								
Sensitivity towards gender issues	GG	0	1	1	0	0	0	0.5
Strengthening of the political, social and economic status of women	WB	0	1	1	0	0	0	0.5
Involvement of women in peace building	GG	0	2	1	0	1	0	1

WB: Well Being
GG: Gender Gap

Evaluation of the Level of Seriousness of the Policies of the State Secretariat for the Promotion and Development of Women in the Long Term		Table 56	
Sector		Long term evaluation	
Promotion and Development of Women			
Sensitivity towards gender issues		1	
Strengthening of the political, social and economic status of women		2	
Involvement of women in peace-building		1	

Source: Analysis based on the programme for the period 1985-95.

Evaluation of the Level of Seriousness of the Government Policies in the Infrastructure Sector and Mass Media		Table 57						
Sector		Well Being or Gender Gap						
		P	I	G	O	A	S	SI
Infrastructure								
Rehabilitation of basic infrastructure	WB	0	1	0	1	1	0	0.75
Water supply	WB	0	1	1	0	1	0	0.75
Mass Media								
Restoration of information capacity in most parts of the country	WB	0	2	1	0	1	1	1.5

WB: Well Being
GG: Gender Gap

The programme of the State Secretariat for the promotion and development of women does not reflect accurately the real problems faced by women. Statistics on the mortality rates of women during childbirth and the rate of illiteracy are serious but there are no specific actions devised to address the situation.

The indices of seriousness are between 0 and 1 and this classification puts the seriousness of the policies in the scale of moderate to little seriousness. The interpretation of these results reflects the level of awareness of the gender policies. The present priorities seem to lean towards wellbeing to the disadvantage of gender issues and complementarity between sexes in the democratisation process and sustained development.

Social Communication and Infrastructure

The policies in these sectors have a direct bearing on women's lives. The media are one of the most powerful instruments in the creation of

public awareness among societies, and for the training, information dissemination and promotion of gender issues.

These policies are classified in a scale regarded as moderately serious but with a negative trend in the long term. The physical degeneration of infrastructure and the policies and strategies adopted for the sector have not contributed to the development of the basic conditions and wellbeing.

Long Term Evaluation of the Level of Seriousness of the Government Policies in the Infrastructure and Mass Media		Table 58
Sector		Long term evaluation
Infrastructure		
Rehabilitation of basic infrastructure		2
Water Supply		2
Mass Media		
Restoration of information dissemination capacity in most parts of the country		0

Source: Analysis based on sectoral indicators for 1985-1995.

Evaluation of the Level of Seriousness of Government Policy Intentions										Table 59
Sectors	WB or GC	P	I	G	O	A	S +/-	IS		
Education										
Improve the quality of education	WB	0	2	1	0	0	0	0	0.75	
Create conditions guaranteeing basic education for all	WB	0	1	1	0	0	0	0	0.5	
Health										
Increase the coverage of services in accessible urban/rural areas	WB	1	1	1	0	0	0	0	0.75	
Improve the management of health services	WB	0	2	1	0	1	0	0	1	
Social communication policy	WB	0	0	0	0	0	0	0	0	
Infrastructure										
Supply of electric energy	WB	0	1	1	0	0	0	0	0.5	
Water supply	WB	0	1	1	0	0	0	0	0.5	

WB: Well Being, GC: Gender Gap, IS: Index of Seriousness
This table was prepared on the basis of criteria defining the level of seriousness based on the Government Policy of Intentions. The policies in analysis were drawn from the government Social and economic Programme, 1995-1996.

Indicators on the Strength of Government Policies on Gender Equality			Table 60
Indicators	1985	1995	
Member of women's International Federation, FDIM since 1963	Yes	Yes (currently holds the position of Deputy chair)	
Ratified the Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women (CEDAW) in 1984	Yes		
Convention of Women's Political Rights in 1985	Yes		
Federation of Women in the Juridical Career		Yes	
In the Presidency of Pan African Women's Organisation since 1986		Yes	
Existence of a national gender policy	No	No	
Existence of factories for women	No	No	
Legislation protecting women in the family	No	No 2	
Successful participation of women in decision-making	Yes	Yes 1	
Existence of a National Plan for women in development	No	No	
Gender-oriented health policy	No	No	
Policy against poverty	No	No	
Economic policy directed to sectors where women are the majority	No	No	

1: Women continue participation, but less aggressively. Absence of civil pressure groups for the development of gender
2: Legal reforms in terms of the new Family Code passed in 1987, which provides equal rights and shared responsibilities in relation to marriage, divorce and children.
Note: Table adapted from existing indicators in Angola.

The mass media have as their major priority the restoration of dissemination capacity in the country to the disadvantage of an information policy for the country.

NGOs, Donors and Community Organisations

NGOs are a relatively new phenomenon, particularly in their present magnitude and level of intervention. This movement developed after independence, particularly at the end of the 1980s. The movement began its implementation with organisations from northern Europe and were later joined by religious organisations.

These national and foreign movements responded to certain community needs which were not being adequately addressed by the government.

The majority of NGOs have their own programmes, policies and areas of intervention which are not always related to the working priorities of the government. The fragile relationship between the majority of NGOs with local government structures makes it impossible for them to implement programmes with a development perspective.

The need to justify financing to the various donors forces NGOs to operate on an inadequate context and on half-baked assistance programmes due to ignorance or lack of attention to cultural aspects, values, attitudes, behaviour and national programmes.

There is a growing school of opinion which suggests that the bulk of the financial assistance in projects is spent on administrative expenses to the detriment of projects or field intervention. The lack of flexibility on the part of some donors shows a certain level of ignorance of the country's reality, which hampers efforts to adapt the programmes to changing situations.

Generally, NGOs integrate gender policies and specific assistance programmes for women in their activities. However, there is no single NGO which deals exclusively with women's or gender issues.

SIDA has emphasized that Sweden's support to Angola will be provided within the broader context of gender integration in all areas of intervention.

In order to get out of the generalised crisis, the Angolan government with the assistance of the United Nations Development Programme (UNDP) and other NGOs and humanitarian assistance groups designed the 1996-97 Programme for Community Rehabilitation and National Reconciliation (PRC). The document was presented by the Head of State and the UNITA leader at a Round Table with Angola's main donors in Brussels in September 1995.

The contributions towards the implementation of the programmes are varied. The Angolan government will cover 35 percent of the total costs through budgetary allocations, while the private sector and other members of the community are also expected to contribute. The bulk of the funding will be provided by donors through the United Nations system. Multilateral organisations such as the World Bank (WB) the African Development Bank (ADB) and the European Union (EU) will contribute to the programme by providing credit to the private sector.

The programme has humanitarian and rehabilitation components valued at US\$ 207 and US\$ 786 million respectively. The latter will focus essentially on the rehabilitation of basic infrastructure.

The programme was designed to respond to the serious humanitarian crisis highlighted in the country's major indicators in 1994. At the

time, there were 2.7 million people surviving solely on humanitarian assistance, 400,000 refugees, 700,000 people physically disabled by injuries inflicted during the war, and an unspecified number of women and children maimed.

The complementarity between sexes is taken as a priority in the Programme of Community Rehabilitation and National Reconciliation (PRC). Measures to support women directly through projects that reduce the burden of their responsibilities as guardians of the well-being of the family through provision of water, basic health care, immunisation of children and basic education are also contained in the programme. Factors that contribute to the reduction of hours spent on domestic chores and free women's time for greater social participation will also be considered.

The PRC includes policies of great social outreach in the context of rehabilitation of infrastructure. These sectors which are crucial for the improvement of living conditions will consume 43.8 percent of the projected budget. The main targets of the PRC in the first stage are the consolidation of peace, restoration of confidence and the sustainable resettlement of the population in the country.

For the first time in 20 years, the Angolan government is designing policies and programmes in an atmosphere of relative peace, a factor which has generated great expectations among the population.

Fund for Social Support

The Fund for Social Support (FAS) is a totally autonomous entity which was set up as part of the economic and social development of the government. FAS operates as a financial agency of the "Development Bank" type and supports the most vulnerable groups in society. The main objective of the fund is to reduce poverty.

Evaluation of the Level of Seriousness of the Programmes of Intentions of the Local and Foreign Organisations Table 61

Sectors	WB or GG	P	I	G	O	A	S +/-	IS
Social reintegration	WB	0	2	3	2	2	2	3.25
Rehabilitation of basic infrastructures	WB	0	2	1	1	1	1	1.75
Construction of water wells	GG	3	3	2	2	2	2	4
Health								
Primary health care	WB	3	3	1	1	1	1	2.75
Vaccination	WB	3	2	1	0	1	0	1.75
Basic sanitation (latrines)	WB	1	2	0	0	0	0	0.75

WB: WellBeing, GG: Gender Gap, IS: Index of Seriousness

This table was prepared on the basis of the Programme of Intentions of Local and foreign NGOs that collaborate with the Government and its policy/programmes.

The Policies /programmes in analysis were drawn from the National Reconciliation and Community Rehabilitation Programme, presented in Brussels in September 1995.

Evaluation of the Level of Seriousness of Government Political Intentions Towards Sectors and Sub-Sectors Table 62

Sectors and sub-sectors	WB or GG	P	I	G	O	A	S +/-	IS
Economy								
Means of production	WB	0	0	0	0	0	0	0
Incomes	WB	1	2	0	1	1	0	1.25
Employment/Unemployment	WB	0	1	1	0	0	0	0.5
Agriculture and Food Security	WB	0	1	1	1	0	0	0.75
Policy and Power								
Laws and Reform	WB	2	2	1	2	0	2	2.75
Participation in Decision-making	WB	0	2	1	1	0	1	1.5
Vote	GG	3	3	3	2	2	2	4.5
Education								
Formal/Informal	WB	0	1	1	0	0	0	0.5
Adult education	WB	0	1	0	0	0	0	0.25
Access and control of the media	WB	0	1	1	1	1	1	1.5
Environment								
Urban environment	WB	0	1	0	0	1	0	0.5
Access to water	WB	0	1	0	0	0	0	0.25
Access to transport	WB	0	1	1	1	0	0	0.75
Health								
Nutrition	WB	0	2	1	0	1	0	1
HIV/AIDS	WB	0	0	0	1	0	0	0.25
Access to health services	WB	0	1	1	1	0	0	0.75
Family Planning	WB	0	0	1	1	1	1	1.25
Violence against women		1	1	0	0	0	0	0.5
Prostitution	GG	0	0	0	0	0	0	0
Urban Violence	WB	0	1	0	0	0	0	0.25
Displaced people and refugees	WB	0	2	1	1	1	1	1.5

WB: WellBeing, GG: Gender Gap, IS: Index of Seriousness

Main Indicators: Prepared by Naiole C., Dos Santos.

This table was prepared on the basis of quantitative information produced by the National Institute of Statistics (INE) and Government Policy of Intentions in the Social and Economic Programme, PES, 95-96.

In order to achieve this objective, FAS mobilises financial resources nationally and internationally and channels them to projects that respond to the most urgent needs of the poor in both rural and urban environments.

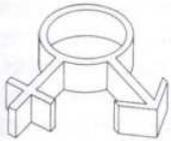
The identification of needs is carried out by the community through a community nucleus group which comprises five to six people. The main projects are in the category of provision of schools, latrines, health centres, water supply facilities and creches. After a careful evaluation, FAS provides funds to cover part of the costs, and the rest is paid for by the community or the government. This strategy stimu-

lates the efficient use of the resources and helps to inculcate the culture of contributing towards one's needs in the community and in government.

In the first year of operation, a total of 62,323 people were assisted by FAS. It is estimated that the number of beneficiaries will increase to 703,999 of which 190,226 will be women and 371,232 will be children during the second year. The choice of projects benefits the community as a whole and women in particular. The management and responsibility over the projects is entrusted on both women and men in the community, despite the fact that women are the main beneficiaries.

PART III

THE WAY FORWARD



The profile of Women in Angola is a description of the situation of women in the context of war, shocks and structural changes. The disappearance of social, moral and behavioural reference models have resulted from the aggressive nature of the political conflict and resultant economic hardships.

In summary, the Constitution of the Republic of Angola confers equal rights and responsibilities to both women and men without discrimination on the basis of race, colour or religion. The legislation does not discriminate against women in terms of political participation, right to own property, access to and management of property or with regards to family affairs and dependent children.

The Labour Law states that "work is a right and duty of every citizen". Positive law stipulates norms of positive discrimination, namely the protection of working mothers during pregnancy and breast-feeding.

The legislation takes cognisance of significant advances made, but in practice gender inequality still exists and women still have a long way to go in order for the equality that is enshrined in the law to be effective.

Poverty

Statistics on poverty and living standards, particularly for households headed by women, are worrying. The low level of education and the consequent subordinate position of women in terms of employment and income exacerbate their vulnerability and poor situation.

Economic Structure

The political and military conflict affected the economic structure as a whole and the economic conditions of women in particular. The majority of women lost their main source of subsistence and employment, land for agriculture, and have been forced to scrounge for a living in the urban informal sector which is characterised by non structured employment and very limited security.

The highest rates of urban unemployment and under-employment are among the female population, reflecting the inequities in the labour market due to women's low levels of education.

Women's contribution to Gross Domestic Product (GDP) is low because much of the work they carry out does not fit in the definition of value and as such is not captured in the national accounts. The other factor is that the majority of women eke out a living in the informal sector, whose magnitude in the GDP does not give a true picture of the contribution of women in wealth creation.

Education

The Angolan Constitution enshrines the right of all citizens to education. However, only two percent of girls complete 10 years of education. The levels of illiteracy are higher among women (54.5 percent). Among the economically active population the illiteracy rate among women is 76.4 percent. Dropout and failure rates are also high. The equation women/education is one of the major indicators of the size of the gap between women and men.

Health

The rates of maternal mortality at childbirth are growing and are



Armed Conflict

The armed conflict in Angola has resulted in the deterioration of the economy and has wrecked the social and family fabric. The consequences of this conflict are evident in the thousands of maimed, displaced, widowed and orphaned people and children.

The Index of the Seriousness of Government Policies and Programmes is low, ranging between 0 and 1. This portrays the programme as being in the range of "weak to moderate" scale. The policies do not give priority to nor do they focus on closing the gender gap. Moreover, the credibility of the state institutions is increasingly being scrutinised, which has a negative impact on the acceptance of government policies and programmes.

The Index of the Seriousness of the programmes of local and foreign NGOs is rated (on a simple arithmetic average) in level 3, a range that classifies them as "serious". Gender issues are accorded due attention in order to reduce inequalities. This is a good sign of the recognition of the need to integrate women in development processes.

FUTURE OBJECTIVES

There is need to expand the network of partners and step-up lobbying, as well as defend the policy objectives that seek to reduce the gender gaps. The creation of legal mechanisms through Women's Police Stations that specifically defend women against violence is an urgent concern. The implementation of education programmes tar-

Armed conflict and the Platform for Action

Box 17

While entire communities suffer the consequences of armed conflict and terrorism, women and girls are particularly affected because of their status in society and their gender. Parties to conflict often rape women with impunity. They sometimes use systematic rape as a tactic of war and terrorism. The impact of the violation of the human rights of women in such situations is experienced by women of all ages, who suffer displacement, loss of homes and property, loss or involuntary disappearance of close relatives, poverty and family separation and disintegration. Women are also victims of acts of murder, terrorism, torture, involuntary disappearance, sexual slavery, rape, sexual abuse and forced pregnancy in situations of armed conflict, especially as a result of activities of ethnic cleansing and other new and emerging forms of violence. This is compounded by the life-long social, economic and psychologically traumatic consequences of armed conflict, foreign occupation and alien domination.

Refugee, displaced and migrant women in most cases display strength, endurance and resourcefulness; and can contribute positively to countries of resettlement or to their country of origin on their return. They need to be appropriately involved in decisions that affect them.

During times of armed conflict and the collapse of communities, the role of women is crucial. They often work to preserve social order in the midst of disturbances. Women make an important but often unrecognised contribution as peace educators, both in their families and in their societies.

Education to foster a culture of peace, that upholds justice and tolerance for all nations and peoples, is essential to attaining lasting peace and should start at an early age. It should include elements of conflict resolution, mediation, reduction of prejudice and respect for diversity.

In addressing armed conflict, an active and visible policy of mainstreaming a gender perspective into all policies and programmes should be promoted so that before decisions are taken, an analysis is made of the effects on women and men.

Although women have begun to play an important role in conflict resolution, peace-keeping and defence and foreign affairs mechanisms, they are still underrepresented in decision-making positions. If women are to play an equal part in securing and maintaining peace, they must be empowered politically and economically and represented adequately at all levels of decision-making.

Source: *Platform For Action and Beijing Declaration*, United Nations, Department of Public Information, New York, 1996.

geted at women in order to improve their participation and intervention capabilities in the issues of peace and sustainable development also

needs to be actioned urgently. These are some of the objectives for the future in order to address present status quo.

PART IV

REFERENCES AND BIBLIOGRAPHY

ENDNOTES

- 1 Mintso, T., Opening address at Gender Strategy Workshop, 30-31 January, Johannesburg, 1997.
- 2 See *Beyond Inequalities: Women In Southern Africa*, SARDC-WIDSAA, Harare, 2000.
- 3 Amando, Cruz and Hakket, 1994.
- 4 Ibid.
- 5 Adata and Amado, 1995.
- 6 INE, 1993: 35.
- 7 Ibid: 30.
- 8 Ibid: 29-30
- 9 Ibid: 64-5, 72-74.
- 10 Ibid: 36.
- 11 Adata and Amado, 1995
- 12 Adata and Amado, 1995: 29-30.
- 13 Asa Stenman, *Segmentation of the Labour Market in Luanda*, 1995.
- 14 Morais and Pacheco, 1991, pages 32, 24,63-4.
- 15 Excerpt from a document on sexual abuse and exploitation of children, researched and written by Adelia Cohen, Gabriela, Cohen and Maggie Brown, Christian Children's Fund, March, 1996.
- 16 Dictionary Reference.
- 17 Maria Stella de J.F.Carvalho.
- 18 Paper presented by Vicente Luis Oliveira, "The Fundamental Law" at the National Symposium on Environment and Sustainable Development, 1993.
- 19 Ibid.
- 20 Statistics from the Ministry of Plan and Population Centre, Project ANG/90/PO2, UNFPA.
- 21 Pierre-Marie Archy and Victor Garcia "Water and Environment", National Symposium on Environment and Sustainable Development, December, 1993, Rosa Cruz, Naiole dos Santos, "Angola e o seu Potencial" Sevilha, EXPO, 1992.
- 22 United Nations, Human Development Report, 1996.
- 23 Ibid.
- 24 Ministry of Health, Planning Office, 1994.
- 25 Demographic Bulletin No.13.
- 26 Genesis I verse 28
- 27 Economist Intelligence Unit, 1994.
- 28 Sousa Jamba, *Patriots*, Penguin, London 1990.

BIBLIOGRAPHY

- Achy, P.M., Kianu, V., Garcia, V.S., "Água e o Meio Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- ADRA, trabalho de grupo, "Acta de Conclusões Finais sobre o seminário O Impacto da guerra em Angola", Luanda, 1993.
- ADRA, Workshop "Impacto da Guerra sobre o Ambiente em Angola", Setembro de 1993.
- Africano, A.A., "Discurso de Encerramento", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.
- Aguillar, R., Stenman, A., *Let's Try Again, Angola*, Departamento de Economia/Universidade de Gotemburgo, Junho de 1995.
- Aguillar, R., Stenman, A., *Tentando Romper a Barreira, Angola*, Departamento de Economia/Universidade de Gotemburgo, Setembro de 1994.
- Akesson, L., *Angola: Análise sobre o Género*, Setembro de 1992.
- Anónimo, "Ambiente e Desenvolvimento", Iº Simpósio Nacional sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- Cadete e Silva, Luísa, B., "O Papel da Fam'lia (em especial da mulher) na Perserva Á,,o do Meio Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- Campbell, H., *Angolan Women and the Electoral Process in Angola, 1992*, Dezembro de 1992.



- CAOL, Projecto, *Coordenação do Atendimento Obstétrico de Luanda*, Estatísticas Institucionais, Agosto de 1996.
- Carvalho, M., *A Mulher e a Religião*, Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Revista Estamos Juntas, nº1/94 Jan/Fev de 1994.
- Cassoma, B.E., "Morbimortalidade em Angola (1989-1991) como Consequência do Ambiente do Meio Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- Cohen, A., Cohen, G., Brown, M., *Sexual Abuse and Exploitation of Children in Time of War: The Case Angola*, Christian Children's Fund, Luanda, Março de 1996.
- Correia, F., Luísa, M., *Caracterização do Estado Geral do Ambiente*, Secretaria de Estado do Ambiente, Luanda, Setembro de 1996.
- Correia, L.T., "O Papel da Mulher Rural na Sociedade", Encontro Nacional sobre a Promoção Económica e Social da Mulher Rural, MINADER, SEPDM, Julho de 1994.
- Cruz, R., Cohen, N.S., "Angola e o seu Potencial", Sevilha, EXPO 1992.
- Dolbeth e Costa, Antónia, M., "Sociedade, Problemas Actuais na Educação da Mulher Angolana (abordagem psicopedagógica)", 1995.
- EIU, The Economist Intelligence Unit's, *Country Analysis: Angola 1995-96*.
- EIU, The Economist Intelligence Unit's, *Country Analysis: Angola, 4th quarter 1995*.
- Enciclopédia, *Anthropos: Homem*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Einaudi, Lisboa, Porto, Coimbra, 1985.
- Fortes, F., "Mulher, Família e Pobreza", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.
- Gourgel, A.A., Batalha, N.F., "Estudo do Fenómeno Crianças em Situação de Risco em Luanda", Abril de 1996.
- Governo, República de Angola, "Programa Económico e Social 1995-1996", Março de 1995.
- Hulrich, S., "Country Gender Analysis", Volume II, ASDI, Outubro de 1991.
- Hulrich, S., "Mulheres no Desenvolvimento: Análise Genérica do País", Volume I, ASDI, Maio de 1992.
- Hulrich, S., "Country Gender Analise", Volume II, Development Workshop, Outubro de 1991.
- Instituto Nacional de Estatística, INE, *Perfil da Pobreza em Angola*, Gabinete de Monitorização das Condições de Vida, Setembro 1996.
- Kodi, S., Constantino, J., "Nupcialidade e Fecundidade em Angola", Cadernos da População & Desenvolvimento, Ministério do Planeamento, Projecto Ang/90/PO2 FNUAP, Ano II Vol. N°2 Julho/Dezembro, 1993.
- Landu, "O Papel das ONGs na Perserva do Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.
- Lwana, N.K., Laudari, C.A., "O Planeamento Familiar em Angola", Cadernos da População e Desenvolvimento, Ministério do Planeamento Projecto Ang/90/PO2 FNUAP, Ano II Vol. N°2 Julho/Dezembro, 1993.
- Medina, M.C., Coelho, A., "A mulher e os Bens Patrimoniais em Angola: Acesso, Gestão e Partilha", IV Encontro de Mulheres Juristas Lusofonas, Associação Angolana das Mulheres Juristas, Setembro de 1996.
- Ministério Da Educação, UNESCO, UNICEF, *Angola Exame Sectorial da Educação*, Dezembro de 1993.

Ministério Do Planeamento, Instituto Nacional de Estatística, INE, "Famílias e Aldeias do Sul de Angola", Análise de um inquérito sócio-económico e demográfico nas zonas rurais da região Sul-Sudoeste) Boletim Demográfico, 1992.

Mipava, M.M., "Importância e Dificuldades", Secretaria de Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Seminário sobre Mulher e a Lei, Luanda, 1994.

Neto, M.C., *O Curso Sinuoso da História*, Oikos Ano III, nº13 Julho/Agosto 1993, Bimestral.

Neto, M.C., "Realidade Social Angolana (abordagem a partir de uma perspectiva histórica)", Seminário sobre as Tarefas de Homens e Mulheres em Famílias de poucos Recursos Económicos, Luanda, Maio de 1992.

Neto, M.O., "O Mercado de Trabalho e a Mulher", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.

ONMA, Secretariado Executivo Nacional "A Dimensão Cultural do Desenvolvimento", Setembro de 1989.

ONMA, Secretariado Executivo Nacional, "Vinte e Sete anos de Participação na Luta pela Paz", ano de 1986.

Pinto de Andrade, H.D., "Women, Poverty and the Informal Sector in Luanda's Peri-urban Areas", Development Workshop, Novembro de 1994.

Pitua, G., "A Mulher, Educação e Ensino", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Relatório de Desenvolvimento Humano*, 1995.

Queiróz, C., "Gerações comprometidas. Violência, Identidade e Traumas", Comunicação apresentada no Colóquio sobre "Independência e Identidade Cultural", Luanda, Novembro de 1995.

Recolha Oral, Helena Milagre, 60 anos, nascida na Província do Bengo Município do Icolo e Bengo, Testemunha ocular dos tratamentos efectuados por sua avó nos anos 50 e 60 em Icolo e Bengo e nos anos 70, das práticas de mutilação genital feminina no sul de Angola, províncias da Huíla e Namibe, Recolha efectuada em Setembro de 1996.

Recolha Oral, Ex-Membros, do grupo de Santa Cecília em 1963, Recolha efectuada em Luanda, Agosto de 1996.

República de Angola, *Community Rehabilitation and National Reconciliation Programme*, 1995.

Romeu, J., "O Estatuto da Menina", Seminário sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher, Luanda, Junho de 1995.

Roque, F., *Economia de Angola*, Bertrand Editora, Maio de 1991.

Santos, F., Maria O., Cohen, Teresa., Lourenço, M.H., Matos, A., M., Chamret, S., e Montagnier, L., "A Study of Seroprevalence of HIV-1 and HIV-2 in Six Provinces of People's Republic of Angola: Clues to Spread of HIV Infection", *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes*, New York, 1990.

Secretaria Provincial de Economia/Exportações, Gabinete de Promoção de Industria, Serviço de Promoção, "Investir em Angola", 1973.

Seminário, "Conclusões sobre a Incidência das Reformas Económicas na Vida da Mulher" Luanda, Junho de 1995.

SEPD, Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Revista "Estamos Juntas", Nº6/95, Agosto/Setembro 1995.

Sousa, C.C., Fernando, G., "Projecto de Formação e Apoio às Crianças de Rua na Província de Luanda, Educação, Kandungues Unidos, Setembro de 1995.

Stenman, A., *Discriminação e Segmentação do Mercado de Trabalho*, Luanda, 1992.

Trabalho, Grupo de, "Acta de Conclusões finais sobre o Seminário a Mulher e a Lei", Luanda, 1994.

Van-Dúnem, C., "O Género e a Política de Desenvolvimento", Encontro Nacional sobre a Promoção Económica e Social da Mulher Rural, MINADER, SEPDM, Julho de 1994.

Vicente, J.M., Freire Dos Santos, J.M., "Saúde e Ambiente", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.

Vicente, L.O., "Lei de Base" Iº Simpósio Nacional sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.

Webba, J., "Direito do Trabalho", Secretaria de Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher, Seminário sobre Mulher e a Lei, Luanda, 1994.

Wilson, F., "A Situação Epidemiológica da Sida em Angola", Cadernos da População & Desenvolvimento, Ministério do Planeamento, Projecto Ang/90/PO2 FNUAP, Ano II Vol.3 N°2 Julho/Dezembro, 1993.

Zavoni, N., "Ambiente e Línguas Nacionais", Simpósio Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dezembro de 1993.

Appendix 1

LIST OF NATIONAL PARTNERS AND CONTACTS IN 13 SADC COUNTRIES

ANGOLA

ACTION FOR RURAL DEVELOPMENT AND ENVIRONMENT (ADRA)

Helena Farinha, Director
 Praca Farinha Leitao N° 27 IDTO
 C.P. 3788
 Luanda, Angola
 Tel: 244-2-395132/391961
 Fax: 244-2-396683
 Email: adra-ang@ebonet.net

DEVELOPMENT WORKSHOP

Marinella Cerqueira, Project Co-ordinator
 Rua Rei Katyavala 113
 C.P. 3360
 Luanda, Angola
 Tel/Fax: 244-2-348371
 Email: dwang@ebonet.net

REDE MULHER/ANGOLA

Emilia Fernandes, Secretary General
 Rua da Liberdade no 134,
 C.P. 16532
 Luanda, Angola
 Telefax: 244-2-363229
 Email: mulher@netangola.com

BOTSWANA

DITSHWANELO

Alice Mogwe, Director
 Hospital Way, Plot No. 2732
 P. Bag 00416
 Gaborone, Botswana
 Tel: 267- 306998
 Fax: 267-307778
 Email: admin.ditshwanelo@info.bw

THE WOMEN'S NGO COALITION

Ratang Dijeng, Chairperson
 P. Bag 00342
 Gaborone, Botswana
 Tel: 267-585004/5
 Fax: 267-584685
 Email: c/o corde@global.bw

LESOTHO

WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA (WLSA)

Keiso Matashane, National Co-ordinator
 The Dolphin House
 32 Motsoene Road Industrial Area
 Maseru, Lesotho
 P.O. Box 0961, Maseru West 105
 Tel: 266-313123
 Fax: 266-310361
 Email: wlsales@lesoff.co.za

MALAWI

UNIVERSITY OF MALAWI
CENTRE FOR SOCIAL RESEARCH

Dr S.W Kaila, Director
 P.O. Box 278
 Zomba, Malawi
 Tel: 265-522800/522916
 Fax: 265-522578/522760
 Email: csr@malawi.net and
 peter-mvula@hotmail.com

GENDER CO-ORDINATING NETWORK

Beatrice Chiumia
 P. Bag 492
 Blantyre 3, Malawi
 Tel: 265-833468
 Fax: 265-643803/674803

MAURITIUS

MAURITIUS ALLIANCE OF WOMEN (MAW)

Sheila Gunganah, The President
 Royal Road
 Quatre Bornes, Mauritius
 Tel: 230-4243489
 Fax: 230- 4252362
 Email: perdrix3@hotmail.com and
 vega2000@intnet.mu

MOZAMBIQUE

EDUARDO MONDLANE UNIVERSITY
CENTRE FOR AFRICAN STUDIES

Teresinha da Silva, Associate Researcher
 Campus Universitario
 C.P. 1993
 Maputo, Mozambique
 Tel: 258-1-494744
 Fax: 258-1-491896
 Email: ufics@zebra.uem.mz

FORUM MULHER

Cidia Monteiro, Co-ordinator
 Rua Pereira lo Lago, n147
 3° Andar Direito
 C.P. 3632
 Maputo, Mozambique
 Tel/Fax: 258-1-493437
 Email: forum@zebra.uem.mz

NAMIBIA

UNIVERSITY OF NAMIBIA
SOCIAL SCIENCES DIVISION (SSD)

Eunice Iipinge, Co-ordinator Gender
 Training and Research Programme
 340 Mandume Ndemufayo Avenue,
 Pioneerspark
 P. Bag 13301
 Windhoek, Namibia
 Tel: 264-61-2063951
 Fax: 264-61-2063268
 Email: eiipinge@mail.unam.na

SEYCHELLES

SEYCHELLES WOMEN'S
COMMISSION

Jacqueline Sauzier, Secretary General
c/o LUNGOS Building
Place de la Republic
P.O. Box 885
Victoria, Mahe, Seychelles
Tel: 248-383000
Fax: 248-225379

SOUTH AFRICA

UNIVERSITY OF THE WESTERN CAPE,
GENDER EQUITY UNIT

Mary Hames, Acting Head, Gender
Equity Unit
P. Bag X17
Bellville 7535
Cape Town, South Africa
Tel: 27-21-9593736
Fax: 27-21-9592813
Email: genres@new.co.za

WOMEN'S NATIONAL COALITION
(WNC)

Laura Kganyago, National General
Secretary
P.O. Box 63219
Johannesburg, South Africa
Tel: 27-11-3315958/9
Fax: 27-11-3315957
Email: beijing@sn.apc.org

SWAZILAND

WOMEN AND LAW IN SOUTHERN
AFRICA (WLSA)

Zakhe Hlanze, National Co-ordinator
Centre Point, Ground Floor
Dlan'ubeka House
Cnr. Walker And Tin Street
Mbabane
P.O. Box 182, Veni
Mbabane, Swaziland
Tel: 268-40-45006
Tel: 268-40-48774 (home)
Fax: 268-40-40546
Email: wlsaszd@iafrica.sz

TANZANIA

TANZANIA GENDER NETWORKING
PROGRAMME (TGNP)

Mary Rusimbi, Programme Co-ordinator
Mabibo Road (adjacent National Institute of
Transport)
P.O. Box 8921
Dar es Salaam, Tanzania
Tel: 255-51-43205/43450
Fax: 255-51-43244
Cell: 0812-783659/788706
Email: tgnp@muchs.ac.tz

ZAMBIA

ZAMBIA ASSOCIATION FOR
RESEARCH AND DEVELOPMENT
(ZARD)

Executive Director
16 Manchichi Road
Northmead
P.O. Box 37836
Lusaka, Zambia
Tel: 260-1-224536
Fax: 260-1-222883
Email: zard@zamnet.zm

ZIMBABWE

ZIMBABWE WOMEN RESOURCE
CENTRE AND NETWORK (ZWRN)

Thoko Matshe, Director
288 Herbert Chitepo Avenue
P.O. Box 2198
Harare, Zimbabwe
Tel: 263-4-737435
Fax: 263-4-720331
Email: zwrn@zwrn.org.zw

LIST OF GENDER REFERENCE GROUP (GRG) MEMBERS

Appendix 2

Gabriella Cohen
 Programme Officer, Church Action In
 Angola
 C.P. LWF/CAA 1606
 Luanda, Angola
 Tel: 244-2-332982/45837
 Fax: 244-2-346634/339430
 Email: caa-gab@angonet.org and
 gabrielacohen@yahoo.com

Tafadzwa Mumba
 Project Manager
 Inter Press Service (IPS)
 127 Union Avenue
 P.O. Box 6050
 Harare, Zimbabwe
 Tel: 790104/5
 Fax: 263-728415
 Email: pat@ips.org.zw

Pamela Mhlanga
 The Inter-African Network for Human
 Rights and Development (AFRONET)
 P.O. Box 31145
 Lusaka, Zambia
 Tel: 260-1-251813
 Fax: 260-1-251776
 Email: afronet@zamnet.zm

Barbara Lopi
 Programme Officer
 Zambia Association for Research and
 Development (ZARD)
 16 Manchichi Road
 Northmead
 P.O. Box 37836
 Lusaka, Zambia
 Tel: 260 - 1 - 224536
 Fax: 260 - 1 - 222883
 Email: zard@zamnet.zm

Christine Warioba
 Assistant Programme Officer
 SADC Gender Unit
 Private Bag 0095
 Gabarone, Botswana
 Tel: 267-351863
 Fax: 267-372848
 Email: cwarioba@sadc.int

Teresinha da Silva,
 Associate Researcher
 Campus Universitario
 C.P. 1993
 Maputo, Mozambique
 Tel: 258-1-494744
 Fax: 258-1-491896
 Email: ufics@zebra.uem.mz

Sheila B. Gunganah,
 President
 Mauritius Alliance for Women (MAW)
 Royal Road
 Quatre-Bornes, Mauritius
 Tel: 230-4243489
 Fax: 230-522578
 Email: perdrix3@hotmail.com

Sandra Crewe,
 Secretary General
 Seychelles Women's Commission
 c/o LUNGOS Building
 Place de la Republic
 P.O. Box 885
 Victoria, Mahe,
 Seychelles
 Tel: 248-224030
 Fax: 248-384016
 Email: dcaadmin@seychelles.net

Appendix 3

GENDER AND DEVELOPMENT

A Declaration by Heads of State or Government of the Southern African Development Community (SADC)

PREAMBLE

WE, the Heads of State or Government of the Southern African Development Community,

A. NOTING THAT:

i) Member States undertook in the SADC Treaty and in the Declaration to the Treaty, and in the Protocol on Immunities and Privileges, SADC not to discriminate against any person on the grounds of gender, among others;

ii) All SADC member states have signed and ratified or acceded to the UN Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW), or are in the final stages of doing so.

B. CONVINCED THAT:

i) Gender equality is a fundamental human right;

ii) Gender is an area in which considerable agreement already exists and where there are substantial benefits to be gained from closer regional co-operation and collective action;

iii) The integration and mainstreaming of gender issues into the SADC Programme of Action and Community Building Initiative is key to the sustainable development of the SADC region.

C. DEEPLY CONCERNED THAT:

i) While some SADC member states have made some progress towards gender equality and gender mainstreaming, disparities between women and men still exist in the areas of legal rights, power-sharing and decision-making, access to and control over productive resources, education and health among others;

ii) Women constitute the majority of the poor;

iii) Efforts to integrate gender considerations in SADC sectoral programmes and projects have not sufficiently mainstreamed gender in a co-ordinated and comprehensive manner.

D. RECOGNISING THAT:

i) The SADC Council of Ministers in 1990 mandated the SADC Secretariat to explore the best ways to incorporate gender issues in the SADC Programme of Work, and approved in 1996 gender issues at the regional level to be co-ordinated by the Secretariat;

ii) In execution of this mandate, the SADC Secretariat has developed and maintained working relations with key stakeholders in the area of gender, which resulted in the approval and adoption of the SADC Gender Programme by the SADC Council of Ministers in February 1997.

WE THEREFORE:

E. REAFFIRM our commitment to the Nairobi Forward Looking Strategies, the Africa Platform of Action and the Beijing Declaration and Platform for Action.

F. ENDORSE the decision of Council on:

i) The establishment of a policy framework for mainstreaming gender in all SADC activities, and in strengthening the efforts by member countries to achieve gender equality;

ii) Putting into place an institutional framework for advancing gender equality consistent with that established for other areas of co-operation, but which ensures that gender is routinely taken into account in all sectors;

iii) The establishment of a Standing Committee of Ministers responsible for Gender Affairs in the region;

iv) The adoption of the existing Advisory Committee consisting of one representative from Government and one member from the Non-Governmental Organisations in each member state whose task is to advise the Standing Committee of Ministers and other Sectoral Committees of Ministers on gender issues;

v) The establishment of Gender Focal points whose task would be to ensure that gender is taken into account in all sectoral initiatives, and is placed on the agenda of all ministerial meetings;

vi) The establishment of a Gender Unit in the SADC Secretariat consisting of at least two officers at a senior level.

G. RESOLVE THAT:

As leaders, we should spearhead the implementation of these undertakings and ensure the eradication of all gender inequalities in the region;

AND

H. COMMIT ourselves and our respective countries to, inter alia,

i) Placing gender firmly on the agenda of the SADC Programme of Action and Community Building Initiative;

ii) Ensuring the equal representation of women and men in the decision-making of member states and SADC structures at all levels, and the achievement of at least 30 percent target of women in political and decision-making structures by year 2005;

iii) Promoting women's full access to, and control over productive resources such as land, livestock, markets, credit, modern technology, formal employment, and a good quality of life in order to reduce the levels of poverty among women;

iv) Repealing and reforming all laws, amending constitutions and changing social practices which still subject women to discrimination, and enacting empowering gender-sensitive laws;

v) Enhancing access to quality education for women and men, and removing gender stereotyping in the curriculum, career choices and professions;

vi) Making quality reproductive and other health services more accessible to women and men;

vii) Protecting and promoting the human rights of women and children;

viii) Recognising, protecting and promoting the reproductive and sexual rights of women and the girl child;

ix) Taking urgent measures to prevent and deal with the increasing levels of violence against women and children;

x) Encouraging the mass media to disseminate information and materials in respect of the human rights of women and children.

IN WITNESS WHEREOF, We, the Heads of State or Government of the Southern African Development Community, HAVE SIGNED THIS DECLARATION.

DONE at Blantyre on this 8th day of September 1997, in two original texts, in the English and Portuguese languages, both texts being equality authentic.

Republic of Angola
 Republic of Botswana
 Kingdom of Lesotho
 Republic of Malawi
 Republic of Mauritius
 Republic of Mozambique
 Republic of Namibia
 Republic of South Africa
 Kingdom of Swaziland
 United Republic of Tanzania
 Republic of Zambia
 Republic of Zimbabwe

Appendix 4

Fourth World Conference on Women
Beijing, China, 4-15 September 1995

BEIJING DECLARATION

1. We, the Governments participating in the Fourth World Conference on Women,
2. Gathered here in Beijing in September 1995, the year of the fiftieth anniversary of the founding of the United Nations,
3. Determined to advance the goals of equality, development and peace for all women everywhere in the interest of all humanity,
4. Acknowledging the voices of all women everywhere and taking note of the diversity of women and their roles and circumstances, honouring the women who paved the way and inspired by the hope present in the world's youth,
5. Recognize that the status of women has advanced in some important respects in the past decade but that progress has been uneven, inequalities between women and men have persisted and major obstacles remain, with serious consequences for the well-being of all people,
6. Also recognise that this situation is exacerbated by the increasing poverty that is affecting the lives of the majority of the world's people, in particular women and children, with origins in both the national and international domains,
7. Dedicate ourselves unreservedly to addressing these constraints and obstacles and thus enhancing further the advancement and empowerment of women all over the world, and agree that this requires urgent action in the spirit of determination, hope, cooperation and solidarity, now and carry us forward into the next century.

We reaffirm our commitment to:

8. The equal rights and inherent human dignity of women and men and other purposes and principles enshrined in the Charter of the United Nations, to the Universal Declaration of Human Rights and other international human rights instruments, in particular the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women and Convention on the Rights of the Child, as well as the Declaration on the Elimination of Violence against Women and the Declaration on the Right to Development;
9. Ensure the full implementation of the human rights of women and of the girl child as an inalienable, integral and indivisible part of all human rights and fundamental freedoms;
10. Build on consensus and progress made at previous United Nations conferences and summits - on women in Nairobi in 1985, on children in New York in 1990, on environment and development in Rio de Janeiro in 1992, on human rights in Vienna in 1993, on population and development in Cairo in 1994 and on social development in Copenhagen in 1995 with the objective of achieving equality, development and peace;
11. Achieve the full and effective implementation of the Nairobi Forward-looking Strategies for the Advancement of Women;
12. The empowerment and advancement of

women, including the right to freedom of thought, conscience, religion and belief, thus contributing to the moral, ethical, spiritual and intellectual needs of women and men, individually or in community with others and thereby guaranteeing them the possibility of realizing their full potential in society and shaping their lives in accordance with their own aspirations.

We are convinced that:

13. Women's empowerment and their full participation on the basis of equality in all spheres of society, including participation in the decision-making process and access to power, are fundamental for the achievement of equality, development and peace;
14. Women's rights are human rights;
15. Equal rights, opportunities and access to resources, equal sharing of responsibilities for the family by men and women, and a harmonious partnership between them are critical to their well-being and that of their families as well as to the consolidation of democracy;
16. Eradication of poverty based on sustained economic growth, social development, environmental protection and social justice requires the involvement of women in economic and social development, equal opportunities and full and equal participation of women and men as agents and beneficiaries of people-centred sustainable development;
17. The explicit recognition and reaffirmation of the right of all women to control all aspects of their health, in particular their own fertility, is basic to their empowerment;
18. Local, national, regional and global peace is attainable and is inextricably linked with the advancement of women, who are a fundamental force for leadership, conflict resolution and the promotion of lasting peace at all levels;
19. It is essential to design, implement and monitor, with the full participation of women, effective, efficient and mutually reinforcing gender sensitive policies and programmes, including development policies and programmes, at all levels that will foster the empowerment and advancement of women;
20. The participation and contribution of all actors of civil society, particularly women's groups and networks and other non-governmental organisations and community-based organisations, with full respect for their autonomy, in cooperation with Governments, are important to the effective implementation and follow-up of the Platform for Action;
21. The implementation of the Platform for Action requires commitment from Governments and the international community. By making national and international commitments for action, including those made at the Conference, Governments and the international community recognize the need to take priority action for the empowerment and advancement of women.

We are determined to:

22. Intensify efforts and actions to achieve the goals of the Nairobi Forward-looking Strategies for the Advancement of Women by the end of this century;
23. Ensure the full enjoyment by women and the girl child of all human rights and fundamental freedoms and take effective action against violations of these rights and freedoms;
24. Take all necessary measures to eliminate all forms of discrimination against women and the girl child and remove all obstacles to gender equality and the advancement and empowerment of women;
25. Encourage men to participate fully in all actions towards equality;
26. Promote women's economic independence, including employment, and eradicate the persistent and increasing burden of poverty on women by addressing the structural causes of poverty through changes in economic structures, ensuring equal access for all women, including those in rural areas, as vital development agents, to productive resources, opportunities and public services;
27. Promote people-centred sustainable development, including sustained economic growth, through the provision of basic education, lifelong education, literacy and training, and primary health care for girls and women;
28. Take positive steps to ensure peace for the advancement of women and, recognizing the leading role that women have played in the peace movement, work actively towards general and complete disarmament under strict and effective international control, and support negotiations on the conclusion, without delay, of a universal and multilaterally and effectively verifiable comprehensive nuclear-test-ban treaty which contributes to nuclear disarmament and the prevention of the proliferation of nuclear weapons in all its aspects;
29. Prevent and eliminate all forms of violence against women and girls;
30. Ensure equal access to and equal treatment of women and men in education and health care and enhance women's sexual and reproductive health as well as education;
31. Promote and protect all human rights of women and girls;
32. Intensify efforts to ensure equal enjoyment of all human rights and fundamental freedoms for all women and girls who face multiple barriers to their empowerment and advancement because of such factors as their race, age, language, ethnicity, culture, religion, or disability, or because they are indigenous people;
33. Ensure respect for interactional law, including humanitarian law, in order to protect women and girls in particular;
34. Develop the fullest potential of girls and women of all ages, ensure their full and equal participation in building a better world for all and enhance their role in the development process.

We are determined to:

35. Ensure women's equal access to economic resources, including land, credit, science and technology, vocational training, information, communication and media, as a means to further the advancement and empowerment of women and girls, including through the enhancement of their capacities to enjoy the benefits of equal access to these resources, *inter alia*, by means of international cooperation;
36. Ensure the success of the Platform for Action, which will require a strong commitment on the part of Governments, international organisations and institutions at all levels. We are deeply convinced that economic development, social development and environmental protection are interdependent and mutually reinforcing components of sustainable development, which is the framework for our efforts to achieve a higher quality of life for all people. Equitable social development that recognises empowering the poor, particularly women living in poverty, to utilize environmental resources sustainably is a necessary foundation for sustainable development. We also recognise that broad-based and sustained economic growth in the context of sustainable development is necessary to sustain social development and social justice. The success of the Platform for Action will also require adequate mobilization of resources at national and international levels as well as new and additional resources to the developing countries from all available financing mechanisms, including multilateral, bilateral and private sources for the advancement of women; financial resources to strengthen the capacity of national, subregional, regional and international institutions, a commitment to equal rights, equal responsibilities and equal opportunities and to the equal participation of women and men in all national, regional and international bodies and policymaking processes; and the establishment and strengthening of mechanisms at all levels of accountability to the world's women;
37. Ensure also the success of the Platform for Action in countries with economies in transition, which will require continued international cooperation and assistance;
38. We hereby adopt and commit ourselves as Governments to implement the following Platform for Action, ensuring that a gender perspective is reflected in all our policies and programmes. We urge the United Nations system, regional and international financial institutions, other relevant regional and international institutions and all women and men, as well as non-governmental organisations, with full respect for their autonomy, and all sectors of civil society, in cooperation with Governments, to fully commit themselves and contribute to the implementation of this Platform for Action.

SOURCE: United Nations, *Platform for Action and Beijing Declaration*, UN Department of Public Information, New York, 1996.

PLATFORM FOR ACTION: MISSION STATEMENT

1. The Platform for Action is an agenda for women's empowerment. It aims at accelerating the implementation of the Nairobi Forward-looking Strategies for the Advancement of Women and at removing all the obstacles to women's active participation in all spheres of public and private life through a full and equal share in economic, social, cultural and political decision-making. This means that the principle of shared power and responsibility should be established between women and men at home, in the workplace and in the wider national and international communities. Equality between women and men is a matter of human rights and a condition for social justice and is also a necessary and fundamental prerequisite for equality, development and peace. A transformed partnership based on equality between women and men is a condition for people-centred sustainable development. A sustained and long-term commitment is essential, so that women and men can work together for themselves, for their children and for society to meet the challenges of the twenty-first century.

2. The Platform for Action reaffirms the fundamental principle set forth in the Vienna Declaration and Programme of Action, adopted by the World Conference on Human Rights, that the human rights of women and of the girl child are an inalienable, integral and indivisible part of universal human rights. As an agenda for action, the Platform seeks to promote and protect the full enjoyment of all human rights and the fundamental freedoms of all women throughout their life cycle.

3. The Platform for Action emphasizes that women share common concerns that can be

addressed only by working together and in partnership with men towards the common goal of gender equality around the world. It respects and values the full diversity of women's situations and conditions and recognises that some women face particular barriers to their empowerment.

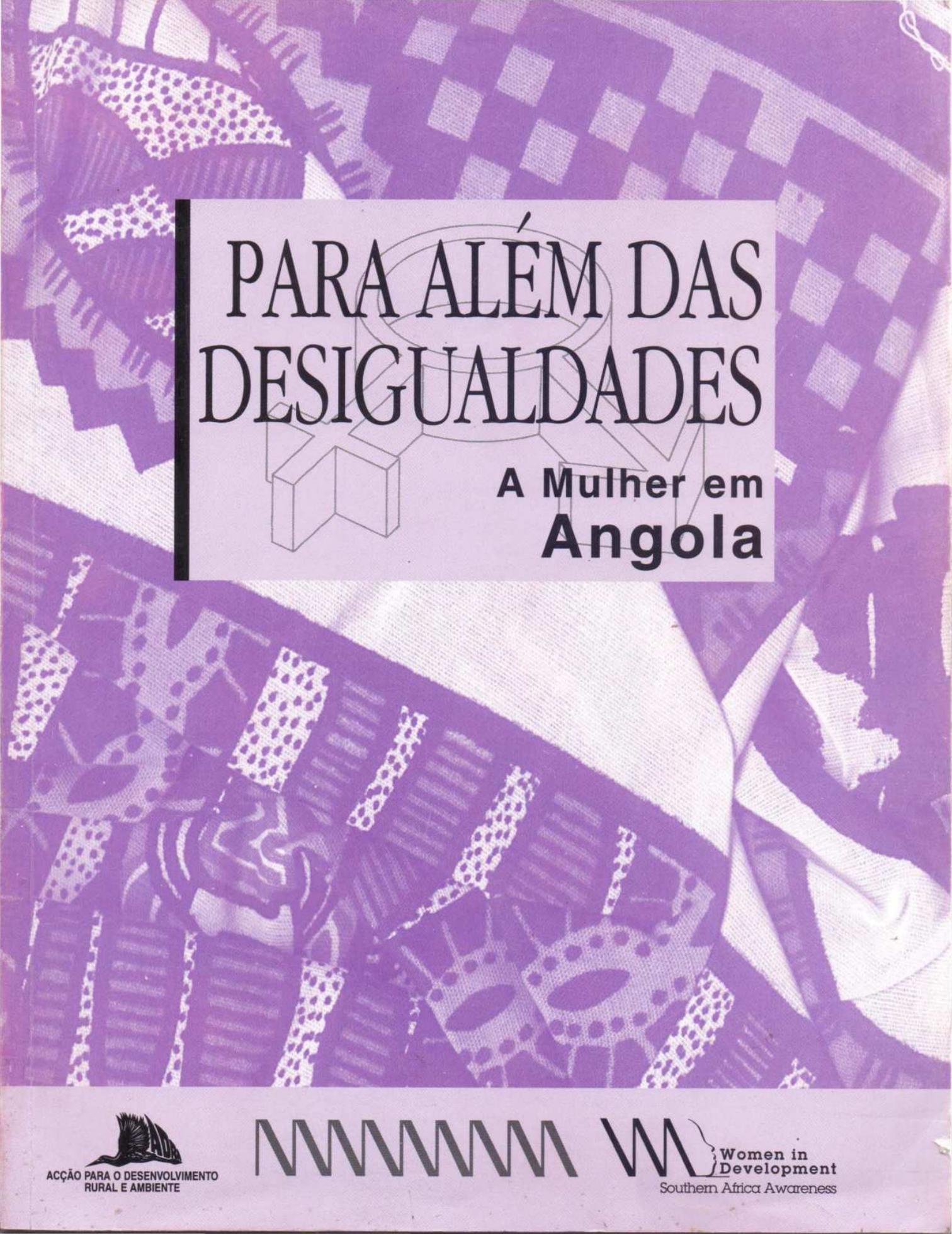
4. The Platform for Action requires immediate and concerted action by all to create a peaceful, just and humane world based on human rights and fundamental freedoms, including the principle of equality for all people of all ages and from all walks of life, and to this end, recognizes that broad-based and sustained economic growth in the context of sustainable development is necessary to sustain social development and social justice.

5. The success of the Platform for Action will require a strong commitment on the part of Governments, international organisations and institutions at all levels. It will also require adequate mobilization of resources at the national and international levels as well as new and additional resources to the developing countries from all available funding mechanisms, including multilateral, bilateral and private sources for the advancement of women; financial resources to strengthen the capacity of national, sub-regional, regional and international institutions; a commitment to equal rights, equal responsibilities and equal opportunities and to the equal participation of women and men in all national, regional and international bodies and policy-making processes; and the establishment or strengthening of mechanisms at all levels of accountability to the world's women.

SOURCE: United Nations, *Platform for Action and the Beijing Declaration*, UN Department of Public Information, New York, 1996

Appendix 5

Fourth World Conference on Women
Beijing, China, 4-15 September 1995



PARA ALÉM DAS DESIGUALDADES

A Mulher em
Angola